



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 139, QUARTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2023

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)

4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 104^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 15 DE AGOSTO DE 2023

1.1 – ABERTURA	13
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a homenagear a Marcha das Margaridas, nos termos do Requerimento nº 383/2023, do Senador Beto Faro e de outros Senadores.	13
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro.	13
1.2.2 – Execução do Hino da Marcha das Margaridas.	13
1.2.3 – Discurso do Presidente (Senador Beto Faro)	13
1.2.4 – Oradores	
Sra. Maria Aparecida Gonçalves, Ministra de Estado das Mulheres	16
Sra. Mazé Moraes, Coordenadora da Marcha das Margaridas e Secretária das Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG	17
Sr. Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	19
1.2.5 – Discurso do Presidente (Senador Paulo Paim)	20
1.2.6 – Oradores (continuação)	
Sra. Sonia Maria Coelho Gomes Orellana, Representante da Marcha Mundial das Mulheres	21
Senador Omar Aziz	22
Senador Weverton	24
Senador Rogério Carvalho	26



1.2.7 – Discurso da Presidente (Senadora Augusta Brito)	28
1.2.8 – Oradores (continuação)	
Sra. Dilvanda Faro, Deputada Federal e Coordenadora da Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável	29
Sra. Luiza Lima, Representante do Greenpeace Brasil	30
Sra. Marlene da Costa Veloso, Secretária de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Piauí	31
Sra. Erika Kokay, Deputada Federal	32
Sra. Joana Santos Pereira, Representante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)	34
Senadora Zenaide Maia	35
Sra. Vanja Andréa Reis dos Santos, Presidente da União Brasileira de Mulheres	36
Sra. Maribel Costa Moreira, Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul	37
Sra. Lucinéia Miranda de Freitas, Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	38
Senadora Leila Barros	39
Sra. Iêda Leal, Secretária de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Igualdade Racial	41
Sra. Juliana Cardoso, Deputada Federal	42
Sra. Célia Xakriabá, Deputada Federal	43
1.3 – ENCERRAMENTO	45
2 – ATA DA 105ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 15 DE AGOSTO DE 2023	
2.1 – ABERTURA	47
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Oradores	
Senador Jorge Kajuru – Destaque ao lançamento do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) pelo Governo Federal. Elogios ao livro de Cristiano Silva sobre Roberto Carmona, repórter e comentarista esportivo.	47
Senador Izalci Lucas – Indignação com a proposta do Governo Federal de criação da Guarda Nacional Permanente e de Segurança Pública. Críticas ao STF pelo julgamento da descriminalização do porte de drogas para consumo próprio. Convite para a Sessão de Debates Temáticos, nesta quinta-feira, sobre esse tema.	51
Senador Paulo Paim – Homenagem à 7ª Marcha das Margaridas, que ocorre, em Brasília, nos dias 15 e 16 de agosto, com destaque para a força da mulher do campo e para a participação feminina na sociedade.	55
2.2.2 – Fala da Presidência (Senador Veneziano Vital do Rêgo)	



Homenagem à 7ª Marcha das Margaridas. 58

2.2.3 – Oradores (continuação)

Senador Humberto Costa – Elogios à efetividade do Governo Federal ao solucionar o apagão de energia elétrica registrado em 26 estados. Indignação com a atuação da oposição nesse episódio. 60

Senador Sergio Moro – Satisfação com os resultados das eleições primárias na Argentina. Críticas ao Governo Federal pelo apagão de energia elétrica que afetou o País, na manhã desta terça-feira, pelo aumento do preço dos combustíveis e pela atuação durante os ataques do dia 8 de janeiro. 61

Senador Plínio Valério – Preocupação com a suposta usurpação da competência do Congresso Nacional pelo Governo Federal e pelo STF, destacando, por um lado, a criação de comissão de juristas indígenas para sugerir alterações legislativas no Estatuto do Índio e, por outro, o julgamento da descriminalização do porte de drogas. 65

Senadora Margareth Buzetti – Indignação com o assassinato da advogada Cristiane Castrillon da Fonseca Tirloni em Cuiabá-MT, bem como com o aumento de feminicídios no País. Cobrança do aumento da pena para o crime de feminicídio. 67

Senador Marcos do Val – Considerações sobre a operação de busca e apreensão realizada no gabinete e na residência de S. Exa., com destaque para supostas violações de suas prerrogativas parlamentares. Apelo ao STF para liberação do acesso às contas de S. Exa. em redes sociais. 69

Senador Nelsinho Trad – Críticas à atuação da concessionária CCR MSVia na execução do contrato de concessão da BR-163, especialmente pela majoração do pedágio da rodovia em patamar superior à inflação e pelo descumprimento do contrato pactuado com o Poder Público. 72

Senador Zequinha Marinho – Necessidade de aprovação do Projeto de Lei nº 2208/2022, que institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC) e define seus princípios, objetivos e ações. 74

Senador Fernando Dueire – Exposição dos trabalhos realizados pela Comissão Especial para o debate de políticas públicas sobre hidrogênio verde e a importância do combustível renovável para o desenvolvimento econômico sustentável do País. 76

Senadora Zenaide Maia – Comemoração dos 54 anos do Serviço Geológico do Brasil, com destaque à importância dos serviços prestados pela empresa e ao desenvolvimento econômico promovido por meio das geociências e do setor mineral. 79

Senador Lucas Barreto – Apoio à atuação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) no Estado do Amapá. Críticas ao que S. Exa. entende por política ambiental patrimonialista e à Cúpula da Amazônia, realizada em Belém-PA, destacando os índices econômicos e sociais do Estado do Amapá e a necessidade de se promover o desenvolvimento local. Defesa da exploração de petróleo e gás no Amapá. 80

2.3 – ORDEM DO DIA

2.3.1 – Fala da Presidência

Anúncio da disponibilização da nova página de pesquisa dos livros dos Anais do Senado Federal, no sítio do Senado Federal. 84

2.3.2 – Item 1

Projeto de Lei nº 2796/2021, do Deputado Federal Kim Kataguirí, que *cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia*. **Retirado da pauta, após Requerimentos nºs 713, 715 a 721/2023.** 86



2.3.3 – Item extrapauta

Projeto de Resolução do Senado nº 83/2023, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Município de Aracaju – SE a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o New Development Bank (NDB), no valor total de US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América)*. **Aprovado**, após **Requerimento nº 115/2023-CAE**. 88

Redação final do Projeto de Resolução do Senado nº 83/2023 (**Parecer nº 113/2023-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada**. À promulgação. 89

2.3.4 – Item 2

Projeto de Lei nº 2208/2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 104/2015), da Câmara dos Deputados, que *institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC) e define seus princípios, objetivos e ações*. **Aprovado com emenda de redação**. 90

Redação final do Projeto de Lei nº 2208/2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 104/2015) (**Parecer nº 114/2023-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada**. À sanção. 91

2.3.5 – Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 928/2021, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que *aprova o texto do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, aprovado pela Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 37/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017*. **Aprovado**. À promulgação. 91

2.3.6 – Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 169/2022, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que *aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e o Governo da República da Colômbia, assinado na cidade de Puerto Vallarta, México, em 23 de julho de 2018*. **Aprovado**. À promulgação. 96

2.3.7 – Item 5

Projeto de Resolução do Senado nº 78/2023, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado de Alagoas a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América)*. **Aprovado**, após **Requerimento nº 98/2023-CAE**. 97

Redação final do Projeto de Resolução do Senado nº 78/2023 (**Parecer nº 115/2023-CDIR/PLEN-SF**). **Aprovada**. À promulgação. 97

2.3.8 – Item extrapauta

Projeto de Lei da Câmara nº 63/2023, da Deputada Federal Maria do Rosário, que *inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Margarida Alves*. **Aprovado**. À sanção. 97

2.3.9 – Item extrapauta

Requerimento nº 685/2023, do Senador Styvenson Valentim e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 29 de setembro, destinada a comemorar o Dia Mundial dos Animais, bem como homenagear as instituições e pessoas que se dedicam ao cuidado, à proteção e ao resgate dos animais domésticos.



Aprovado. 98

2.3.10 – Item extrapauta

Requerimento nº 722/2023, do Senador Rodrigo Pacheco, de criação de comissão temporária interna destinada a examinar os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas sobre Inteligência Artificial. **Aprovado.** 98

2.3.11 – Item extrapauta

Requerimento nº 55/2023, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 1º de setembro, destinada a celebrar o Dia do Profissional de Educação Física. **Aprovado.** 98

2.3.12 – Item extrapauta

Projeto de Decreto Legislativo nº 460/2022, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Montreal, em 24 de setembro de 2019.* **Aprovado.** À promulgação. 98

2.3.13 – Itens extrapauta

Requerimento nº 409/2023-CDIR, do Senador Carlos Viana, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do “Global Leader Summit on Human Trafficking” e “Parliamentary Intelligence-Security Forum”, em Londres, Inglaterra. **Aprovado.** 99

Requerimento nº 410/2023-CDIR, do Senador Laércio Oliveira, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da Conferência GASTECJ-2023, em Singapura. **Aprovado.** 99

Requerimento nº 411/2023-CDIR, da Senadora Professora Dorinha Seabra, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da “LIDE BRAZIL DEVELOPMENT FORUM”, em Washington, nos Estados Unidos. **Aprovado.** 99

Requerimento nº 412/2023-CDIR, do Senador Sergio Moro, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do 2º Encontro do Grupo Internacional Libertad y Democracia “Las ideas de la libertad en la política del futuro”, em Buenos Aires, Argentina. **Aprovado.** 99

Requerimento nº 414/2023-CDIR, do Senador Marcos do Val, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do Fórum Parlamentar de Inteligência e Segurança de Londres, na Inglaterra. **Aprovado.** 99

Requerimento nº 416/2023-CDIR, da Senadora Teresa Leitão, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da II Cúpula Mundial de Comissões do Futuro 2023, em Montevidéu, Uruguai. **Aprovado.** 99

2.3.14 – Oradores

Senador Carlos Viana – Apresentação do Projeto de Lei nº 3784/2023, de autoria de S.Exa., que estabelece obrigatoriedade do sistema de logística reversa na destinação dos resíduos sólidos, e defesa da inclusão de painéis solares fotovoltaicos na Lei 12305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. 99

Senadora Soraya Thronicke – Defesa da PEC nº 35/2023, de autoria de S. Exa., que altera o Sistema Tributário Nacional, para desonerar a folha de pagamentos em todos os setores da economia sem agressão ao pacto federativo. 101



Senador Marcelo Castro – Reflexão sobre possíveis parcerias entre o Brasil e a Índia na área de energias renováveis, especialmente na produção do etanol derivado da cana de açúcar. Agradecimento aos votos de restabelecimento da saúde de S. Exa., e à preocupação manifestada por Parlamentares e população. 102

Senador Eduardo Girão – Satisfação pelos avanços das investigações da CPMI dos atos do dia 8 de janeiro. Destaque para o depoimento do repórter fotográfico da agência Reuters, Sr. Adriano Machado. Anúncio de pedido de investigação junto à PGR contra um suposto ato de prevaricação do Ministro da Justiça Flávio Dino. 104

Senador Rogerio Marinho – Críticas ao Governo Federal pelo relançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). 106

2.3.15 – Convocação de Sessão

Convocação de sessão deliberativa ordinária para 16 de agosto, às 14 horas. 108

2.4 – ENCERRAMENTO 108

2.5 – REGISTRO DE COMPARECIMENTO 109

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 104ª SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim - Íntegra dos discursos de S. Exa., nos termos do art. 203 do Regimento Interno 112

4 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 105ª SESSÃO

4.1 – EXPEDIENTE

4.1.1 – Designação

Designação de membros para compor a Comissão Temporária Interna destinada a examinar os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas, responsável por subsidiar a elaboração do substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil. 116

4.1.2 – Requerimentos

Nº 722/2023, do Senador Rodrigo Pacheco, de criação de comissão temporária interna destinada a examinar os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas sobre Inteligência Artificial. 118

Nº 409/2023-CDIR, do Senador Carlos Viana, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do “Global Leader Summit on Human Trafficking” e “Parliamentary Intelligence-Security Forum”, em Londres, Inglaterra. 121

Nº 410/2023-CDIR, do Senador Laércio Oliveira, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da Conferência GASTECJ-2023, em Singapura. 124

Nº 411/2023-CDIR, da Senadora Professora Dorinha Seabra, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da “LIDE BRAZIL DEVELOPMENT FORUM”, em Washington, nos Estados Unidos. 127



Nº 412/2023-CDIR, do Senador Sergio Moro, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do 2º Encontro do Grupo Internacional Libertad y Democracia "Las ideas de la libertad en la política del futuro", em Buenos Aires, Argentina.	130
Nº 414/2023-CDIR, do Senador Marcos do Val, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar do Fórum Parlamentar de Inteligência e Segurança de Londres, na Inglaterra.	133
Nº 416/2023-CDIR, da Senadora Teresa Leitão, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da II Cúpula Mundial de Comissões do Futuro 2023, em Montevidéu, Uruguai.	144
4.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA	
4.2.1 – Projeto de Lei nº 2796/2021	
Requerimentos nºs 713, 715 a 721/2023; 46/2023-CAE.	148
4.2.2 – Projeto de Resolução do Senado nº 83/2023	
Redação final (Parecer nº 113/2023-CDIR/PLEN-SF)	169
Requerimento nº 115/2023-CAE	173
4.2.3 – Projeto de Lei nº 2208/2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 104/2015)	
Redação final (Parecer nº 114/2023-CDIR/PLEN-SF)	176
4.2.4 – Projeto de Resolução do Senado nº 78/2023	
Redação final (Parecer nº 115/2023-CDIR/PLEN-SF)	184
Requerimento nº 98/2023-CAE	188
5 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS	
5.1 – EXPEDIENTE	
5.1.1 – Abertura de Prazos	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a primeira ou única comissão do despacho, aos Projetos de Lei nºs 3716, 3756 3757, 3773, 3775, 3781, 3782, 3783, 3784, 3787, 3804, 3819, 3822, 3824, 3832, 3848 e 3893/2023.	191
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Assuntos Econômicos, ao Projeto de Lei nº 4416/2021.	194
5.1.2 – Comunicações	
Da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 39/2023).	196
Da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança, de cessão provisória, ao Bloco Parlamentar Vanguarda, de uma vaga de suplente na Comissão de Assuntos Sociais (Ofício nº 40/2023).	197



Da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática, de substituição de membro na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (Ofício nº 86/2023).	198
Da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática, de indicação de membro para integrar a Comissão de Serviços de Infraestrutura (Ofício nº 87/2023).	199
Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia, de substituição de membro na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (Ofício nº 128/2023).	200
Da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda, de indicação de membro para integrar a Comissão de Assuntos Sociais (Ofício nº 137/2023).	201

5.1.3 – Despachos

Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 190, 193 e 213/2023. <i>Encaminhamento das matérias às Comissões de Segurança Pública; e de Constituição, Justiça e Cidadania</i>	203
Despacho sobre a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nºs 2993 e 3587/2023. <i>Encaminhamento das matérias às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura</i>	204

5.1.4 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento dos Projetos de Lei nºs 167 e 170/2023-Complementar, dos Projetos de Resolução nºs 79 e 80/2023 e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 36 e 37/2023 às comissões competentes.	206
--	-----

5.1.5 – Pareceres aprovados em Comissão

Nº 60/2023-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 47/2023	208
Nº 61/2023-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 52/2023	220
Nº 107/2023-CE, sobre o Projeto de Lei nº 2440/2023	230
Nº 108/2023-CE, sobre os Projetos de Lei nºs 675/2022 e 2849/2023	243
Nº 109/2023-CE, sobre o Projeto de Lei nº 473/2020	250

<i>Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei nº 473/2020 seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 264/2023-CE)</i>	258
---	-----

Nº 17/2023-CI, sobre o Projeto de Lei nº 2444/2022	260
Nº 18/2023-CI, sobre o Projeto de Lei nº 836/2023	268
Nº 19/2023-CI, sobre o Projeto de Lei nº 2707/2019	274
Nº 19/2023-CSP, sobre o Projeto de Lei nº 511/2023	282

5.1.6 – Projeto de Lei



Nº 3922/2023, do Senador Carlos Viana, que altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda o aporte de capital realizado em startups. 289

5.1.7 – Projetos de Resolução

Nº 83/2023, da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Município de Aracaju – SE a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o New Development Bank (NDB), no valor total de US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América). .. 296

Nº 84/2023, da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor total de US\$ 129.500.000,00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América). 309

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 84/2023. 325

5.1.8 – Requerimentos

Nº 711/2023, do Senador Oriovisto Guimarães, de retirada do Projeto de Lei nº 4414/2021. 327

Deferimento do Requerimento nº 711/2023. 329

Nº 712/2023, da Senadora Daniella Ribeiro, de voto de aplauso ao Sr. Mário César de Sousa Lima. . 330

Nº 714/2023, dos Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério, de homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Inês Maria Neves. 334

Nº 723/2023, do Senador Cleitinho, de desapensamento do Projeto de Lei nº 2467/2023, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei nº 2188/2019. 337

Nº 724/2023, da Senadora Mara Gabrilli, de informações à Ministra de Estado da Saúde. 340

PARTE III

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 345

7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 348

8 – LIDERANÇAS 349

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 351

10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 355

11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 357

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 390



Ata da 104ª Sessão, Especial, em 15 de agosto de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Beto Faro e Paulo Paim e da Sra. Augusta Brito.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 14 minutos e encerra-se às 11 horas e 45 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 383, de 2023, de autoria desta Presidência e de outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a homenagear a Marcha das Margaridas.

Compõem a mesa desta sessão as seguintes convidadas e os convidados: Exma. Sra. Ministra Cida Gonçalves, Ministra de Estado das Mulheres. (*Palmas.*)

Sra. Mazé Moraes, Coordenadora da Marcha das Margaridas e Secretária de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag). (*Palmas.*)

Sra. Sonia Maria Coelho Gomes, representante da Marcha Mundial das Mulheres. (*Palmas.*)

A Presidência informa que esta sessão também contará com a participação das seguintes convidadas: Sra. Deputada Federal Dilvanda Faro, Coordenadora da Frente Parlamentar Mista da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. (*Palmas.*)

Sra. Luiza Lima, representante do Greenpeace Brasil. (*Palmas.*)

Sra. Marlene Veloso, Secretária de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Piauí. (*Palmas.*)

Sra. Joana Santos Pereira, representante da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). (*Palmas.*)

Sra. Vanja Andréa Reis dos Santos, Presidente da União Brasileira de Mulheres. (*Palmas.*)

Sra. Maribel Costa Moreira, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul. (*Palmas.*)

Sra. Lucinéia Miranda, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (*Palmas.*)

Convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional e, em seguida, o Hino da Marcha das Margaridas.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(Procede-se à execução do Hino da Marcha das Margaridas.) (Falha no áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discursar - Presidente.) – Obrigado pela participação de todas e de todos.

Quero registrar aqui a presença do nosso Senador Paulo Paim, que, daqui a pouco, dividirá comigo a Presidência; (*Palmas.*) da nossa representante da Mesa da Câmara dos Deputados, Maria do Rosário; (*Palmas.*) da Sra. Deputada baiana Alice Portugal; (*Palmas.*)

Quero registrar aqui a presença do nosso Presidente da Contag, Aristides Santos; (*Palmas.*) e da minha Presidenta da Federação dos Trabalhadores Rurais do Pará, Ângela, senão, eu perco os meus votos. (*Palmas.*)

Se eu não falar dela aqui, Cida, eu perco os meus votos lá no Pará. Então, tenho que registrar. (*Risos.*)

Ah, o nosso Líder do Governo na Câmara, José Guimarães. Prazer aqui com sua presença. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Deputados e representantes da Marcha das Margaridas, é com muita alegria que celebramos hoje a 7ª Marcha das Margaridas, que tem como tema Margaridas em Marcha pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver. Estima-se que mais de 100 mil mulheres de todos os cantos do Brasil estarão reunidas na capital federal entre o dia de hoje e amanhã, com o propósito de



lutar pela reconstrução do país.

Como as senhoras e os senhores sabem, a marcha acontece a cada quatro anos, e esta edição não poderia ser mais simbólica, isso porque em 2019 essas mesmas mulheres viviam o luto da profunda desesperança, decorrente do momento político brasileiro. Todos nós enfrentamos o desfortúnio dos últimos quatro anos e seguimos nossa luta com coragem e resiliência. Em 2023, começamos a colher os frutos dessa determinação. Nessa 7ª Marcha das Margaridas, o cenário é absolutamente diverso: hoje, celebramos a esperança, a fraternidade; hoje, lutamos por justiça com a certeza de sermos ouvidos; hoje, provamos com orgulho que juntos somos mais fortes.

Senhoras e senhores, esta sessão especial é uma oportunidade única de celebrarmos a valentia e a grandeza das mulheres brasileiras. É mais uma chance, porém, de alertarmos para o cenário de profunda desigualdade que elas enfrentam todos os dias. Pesquisa recente do IBGE confirmou o que já observávamos na prática: as mulheres dedicam aos afazeres domésticos e aos cuidados das pessoas quase o dobro do tempo dedicado pelos homens. São 21 horas semanais contra apenas 11 entre os homens, isso com uma carga de trabalho altíssima também fora de casa. Não é fácil concluir o impacto das atividades domésticas na inserção profissional das mulheres. A pesquisa também comprova essa correlação direta. Entre as mulheres que integram o grupo dos 20% com menor rendimento, o tempo dedicado aos afazeres domésticos é de 24 horas semanais, em média. Já entre as mulheres com maiores salários, as atividades domésticas ocupam 18 horas de suas semanas. As consequências desse cenário também se refletem na renda das trabalhadoras. Ainda hoje, as mulheres recebem, em média, menos que 78% do montante auferido pelos homens. A desigualdade é ainda maior nos cargos com maior remuneração. Entre gerentes e diretores, por exemplo, as mulheres auferem menos que 62% do rendimento dos homens. Até quando, colegas Senadores, vamos perdurar os privilégios do patriarcado?

A Marcha das Margaridas remonta à história de Margarida Maria Alves, paraibana e trabalhadora rural, nascida em 5 de agosto de 1933. Desde cedo Margarida vivenciou as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do campo e, quando adulta, mergulhou na luta pelo direito dos camponeses.

Sua trajetória de coragem como líder sindical foi brutalmente encerrada pouco depois do seu aniversário de 50 anos, em 12 de agosto de 1983. Margarida foi assassinada a mando de fazendeiros na sua própria casa, na frente do marido e dos filhos. Sua história deve ser lembrada sempre. Na Marcha das Margaridas, sua trajetória serve de inspiração para outras bravas mulheres que lutam a cada dia por justiça e equidade.

A marcha ocorre a cada quatro anos e, neste ínterim, representantes do movimento de todo o Brasil se encontram para debater a respeito das propostas que serão apresentadas em Brasília. É um trabalho muito bonito de construção coletiva, que deve receber nosso olhar atento e, para este ano, as mulheres escolheram propostas de 13 eixos temáticos, que, acredito, devem ser citados aqui nessa tribuna. São eles: democracia participativa e soberania popular; poder e participação política das mulheres; vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo; autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade...

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... proteção da natureza com justiça ambiental e climática; autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética; democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maretórios, que são os territórios gerados pelas marés; direito de acesso e uso da biodiversidade e defesa dos bens comuns; vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional; autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda; saúde, previdência e assistência social pública, universal



e solidária; educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo; e, por fim, universalização do acesso à internet e inclusão digital.

Os eixos temáticos foram escolhidos após intenso debate das mulheres trabalhadoras de todo o Brasil. Acredito, portanto, que cada um deles deve ser estudado e observado com muito cuidado e atenção, pois irão nortear nosso trabalho no Parlamento em favor da justiça social.

A 7ª Marcha da Margaridas, que celebramos nesta sessão especial, é o resultado do trabalho incansável de mulheres do campo e da cidade que lutam diariamente pelos seus direitos. Não deveria ser assim, mas ainda é. Segurança alimentar, moradia, renda e uma vida sem violências são ainda privilégios de uma minoria, apesar de comporem direitos universais previstos, inclusive, na Constituição Federal.

A responsabilidade por mudar esse cenário é de todos os brasileiros e de todas as brasileiras, mas principalmente de nós, representantes eleitos pelo voto direto da população.

Meu profundo agradecimento e minha sincera admiração a esses milhares de mulheres, em Brasília, no dia de hoje e amanhã.

Contem comigo! (*Palmas.*)

(*Manifestação da galeria.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Deputada Estadual do Rio Grande do Sul, Bruna Rodrigues. (*Palmas.*)

Vereadora do Município de Aracaju, Sra. Betânia Andrade – Aracaú, aliás, no Ceará. (*Palmas.*)

Vereadora do Município de Ji-Paraná, Rondônia, Sra. Vera Márcia. (*Palmas.*)

Eu vi a Vereadora Bia Caminha, de Belém, aqui. (*Palmas.*)

A Vereadora do PSOL, também de Belém...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A Gizelle, que veio aqui nos encontrar. (*Palmas.*)

A Coordenadora de Mulheres da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Rio Grande do Sul, Sra. Maribel Costa Moreira.

Vamos convidá-la para ficar na mesa também. (*Palmas.*)

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Os Vereadores que forem chegando depois podem passar os nomes, porque a gente registra todos aqui. (*Pausa.*)

Para compor a mesa, estamos esperando o Ministro Paulo Teixeira, que também está chegando.

Para compor aqui, convido o José Guimarães, que é o nosso Líder na Câmara, para poder ficar na mesa, e a Dilvanda Faro, que é Deputada Federal.

Venham à mesa. (*Palmas.*)

A Alice Portugal ainda está? (*Pausa.*)

A Alice Portugal e a Maria do Rosário também poderiam vir compor a mesa.

A gente vai dar um jeito aqui nas cadeiras. (*Pausa.*)

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Neste momento, concedo a palavra à Sra. Ministra Cida Gonçalves, Ministra de Estado das Mulheres.



(*Palmas.*) (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim, você pode vir à mesa. Daqui a pouco, você vai presidi-la; então pode vir.

A SRA. MARIA APARECIDA GONÇALVES (Para discursar.) – Bom dia.

Bom dia, Margaridas!

(*Manifestação da galeria.*)

A SRA. MARIA APARECIDA GONÇALVES – Sejam bem-vindas a Brasília, esta terra seca, mas maravilhosa, que está de braços abertos para recebê-las nesses dois dias de caminhada, de luta e de reivindicação, que é o papel fundamental e estratégico para os movimentos.

Quero cumprimentar o Presidente desta sessão, o Senador Beto Faro.

Quero cumprimentar minha companheira, Coordenadora da Marcha e Secretária das Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Mazé Moraes, nossa grande representante. (*Palmas.*)

A representante da Marcha Mundial, Sônia Maria Coelho. Na verdade, para mim, é Sônia, Soninha.

Cumprimento o Senador Paulo Paim, a Deputada Maria do Rosário, nosso líder, Alice.

Quero dizer, nestes cinco minutos, dois, que a gente tem agora, na verdade, primeiro, da importância dessa marcha.

Depois de praticamente seis anos, Brasília está sendo ocupada efetivamente pelas mulheres... (*Palmas.*) ... com pautas, com debates, com questões. São 13 pautas.

E nós do Governo nos debruçamos muito sobre essas pautas para poder, amanhã, fazer a grande entrega que vocês merecem, pelo respeito, pela luta, pela tradição.

Quero dizer que, nestes seis meses, sete meses, nós fizemos muitas coisas.

Eu queria, aqui, colocar, principalmente, a questão da Lei da Igualdade Salarial, que foi aprovada por esta Casa, praticamente, há 30, 40 dias, porque é importante que nós possamos pensar que essa lei também atinge as mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta. Essa lei é uma lei que vai determinar a diferença no país da luta pela igualdade, assim como foi uma luta a questão da Lei Maria da Penha.

Com isso, quero dizer que todas as reivindicações, as pautas, as lutas que nós estamos fazendo, nestes últimos anos, são principalmente, Senador, por respeito e por igualdade. É por isso que as mulheres estão marchando há anos. Há décadas, as mulheres marcham. Há décadas, as mulheres reivindicam a igualdade.

Agora, a Marcha das Margaridas traz, no seu terceiro ponto, uma pauta muito importante, que é o combate à violência contra as mulheres.

Nós queremos dizer que nós vamos marchar neste país, juntos com vocês, contra a misoginia, contra o ódio, contra o feminicídio, contra o estupro, contra a violência sexual, porque esse é o nosso papel! (*Palmas.*)

Mas a marcha é individual e é coletiva.

Ao Governo, cabe fazer políticas públicas. E nós vamos fazer política pública! Nós vamos implementar, mas nós precisamos também tirar o ódio que colocaram neste país. Nós precisamos de um país em que, de fato, tenha paz. (*Palmas.*)

Nós precisamos de um país que respeite as trabalhadoras, que respeite as negras, que respeite as mulheres, que respeite as pessoas!

Nós precisamos voltar a ser um país em que nós sejamos capazes de dialogar, de trabalhar com as diferenças, com as diversidades.

E nós mulheres sabemos fazer isso. Essa é a grande verdade. Nós sabemos, sim, fazer o enfrentamento.



Nós sabemos, sim, o que nós queremos. Nós sabemos, sim, as nossas reivindicações.

E é por isso que a marcha está aqui. É por isso que a marcha está aqui!

Mas nós também queremos um país em que não nos matem, em que não nos calem, como estão querendo calar as nossas Vereadoras, as nossas Prefeitas, as nossas Governadoras e as nossas Deputadas. *(Palmas.)*

Nós queremos um país em que não nos estuprem, em que não estuprem as nossas crianças de zero até quatro anos, em que não violentem sexualmente as mulheres.

Nós queremos um país em que, de fato, se respeitem as mulheres!

Portanto, essa é fala de hoje. Essa é a minha homenagem a todas as Margaridas, à Marcha das Margaridas.

Quero dizer que o Ministério das Mulheres, o Governo Federal e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estão junto com vocês e que nós estaremos implantando políticas, mas também estaremos lutando contra o ódio estabelecido neste país, que foi herdado por nós e que nós não aceitamos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado.

Obrigado à Ministra Cida.

Quero registrar a presença, na Mesa, do nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira. *(Palmas.)*

Quero registrar a presença dos Vereadores Kate, de Santa Maria do Pará; Vereadora Isadilva, de Mãe do Rio, no Pará, e Vereador Miqueias, de Mãe do Rio.

Passo a palavra à Sra. Mazé Moraes, Coordenadora da Marcha das Margaridas e Secretária das Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pelo tempo que você precisar, Mazé, senão eu perco voto lá...

A SRA. MAZÉ MORAIS (Para discursar.) – Queridas Margaridas, bom dia!

(Manifestação da galeria.)

A SRA. MAZÉ MORAIS – Quero iniciar a minha fala cumprimentando, de forma muito carinhosa, permita-me a Mesa, este Plenário florido de tantas Margaridas.

Bom dia e sejam todas bem-vindas!

Quero cumprimentar o Presidente requerente desta sessão, Sr. Senador Beto Faro; a Ministra das Mulheres, a nossa companheira Cida – nesses últimos dias temos dialogado muito, Ministra Cida –; a companheira Soninha, representante da Marcha Mundial das Mulheres; a nossa Deputada Federal, essa companheira do Estado do Pará, Dilvanda – e, na sua pessoa, as demais Deputadas – e o Senador Paulo Paim.

Quero cumprimentar aqui a nossa direção da Contag – aqui está o nosso Presidente, algumas diretoras e diretores, o companheiro Aristides. Enfim, cumprimento todas as organizações parceiras que constroem a Marcha das Margaridas, a Comissão Nacional das Mulheres...

É uma alegria e é uma emoção muito grande estar neste momento aqui com todas vocês, minhas



companheiras.

Quero iniciar dizendo da minha alegria de estar aqui nesta sessão solene representando o muito do que somos e a diversidade das mulheres do campo, da floresta e das águas, que fazem a Marcha das Margaridas e, através dela, propõem um caminho coletivo de construção de uma sociedade baseada no bem viver. É muito honroso para nós Margaridas, mulheres trabalhadoras, mulheres da quebrada, periféricas e, na maioria, negras, sermos recebidas neste espaço que, raras vezes, se abre para nós mulheres e negras; poucas vezes ele nos acolhe em nossa diversidade.

Por isso estar aqui representando a Marcha das Margaridas é motivo de muita emoção e muita alegria. (*Palmas.*)

Neste ano de 2023, ano que marca os 40 anos da execução de Margarida Alves, grande liderança sindical, que nomeia a Marcha das Margaridas, estamos aqui construindo ação histórica, guiada pelos princípios de um feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

Depois de vivermos alguns anos de incerteza e negacionismo, temos novamente um Governo democrático e popular, que ajudamos a eleger, assim como Parlamentares que compartilham conosco a mesma utopia de transformar o mundo num lugar bom de se viver.

Enfrentamos anos difíceis, mas nossa resistência e coragem nos trouxeram até aqui – e aqui chegamos. Apresentamos aos Poderes Executivo e Legislativo uma pauta de reivindicações, fruto dos diálogos que nós estabelecemos desde os nossos territórios, e esperamos que estas duas Casas considerem as nossas demandas e a sua inserção nas ações previstas no Plano Plurianual 2024-2027, garantindo orçamento público para sua efetivação durante os próximos quatro anos.

Apresentamos proposições importantes para o enfrentamento das principais questões que desafiam o Brasil de hoje: a erradicação da fome; as injustiças climáticas e a crise ambiental; a violência que temos vivenciado nas suas mais diversas dimensões, incluindo a violência política e o acirramento da desigualdade social.

É bom dizer que a desigualdade social brasileira é preta e tem corpo de mulher. Se os nossos corpos existem, é porque eles resistem, e nós queremos que os nossos corpos estejam representados onde se toma decisão. O lugar de poder no Estado racista, patriarcal, machista, misógino não cabe à mulher, notadamente se essa mulher for negra, indígena, periférica, do campo, da floresta e das águas. (*Palmas.*)

Por isso, marchamos por democracia, soberania popular, por poder e participação política das mulheres. Por isso, valorizamos este espaço no qual estamos sendo recebidas agora e nele queremos afirmar que somos solidárias às companheiras que enfrentam constantemente tentativas de silenciamento e intimidação, como forma de violência.

Porém, não se calam, nem fogem da luta, como disse Margarida Alves.

Amanhã, pela sétima vez, marcharemos pelas ruas de Brasília, apresentando o lema: “Pela reconstrução do Brasil e pelo bem-viver”. Por isso, não seremos 100 mil, 200 mil mulheres em Brasília amanhã, mas milhões espalhadas por todo o Brasil. (*Palmas.*)

Estamos aqui apenas uma parte da imensidão que existe fora daqui, apresentando uma agenda importante para reconstruir o Brasil e alcançar o bem-viver. Isso significa que queremos estabelecer uma relação de não exploração com a natureza, usufruir do direito de viver em nossas terras e territórios e propor novas formas de produção de alimentos baseadas na agroecologia.

Queremos participar plenamente na política e nos espaços de decisão, construir uma convivência sem desigualdade, sem pobreza, sem fome, sem racismo e sem violência e, por fim, queridas companheiras,



cultivar relações em que o cuidado seja resguardado por todos e por todas.

Seguiremos em marcha pela reconstrução do Brasil e pelo bem-viver.

Viva a Marcha das Margaridas 2023! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Mazé, Coordenadora da Marcha.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Registro a presença da Georgina Delmondes dos Reis, Diretora da CTB Nacional, e Rosa de Souza, Diretora da CTB Bahia e da coordenação nacional também.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Paulo Teixeira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. (*Palmas.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA (Para discursar.) – Bom dia a todas! Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Presidente desta sessão e requerente desta sessão, Senador Beto Faro, cumprimento também o querido Senador Paulo Paim, cumprimento a Senadora Augusta Brito, que também está aqui presente, cumprimento a Deputada Dilvanda Faro, a Deputada Erika Kokay, a Deputada Lídice da Mata, que pude ver aqui, cumprimento também a Sonia Maria Coelho, representante da Marcha Mundial das Mulheres, quero dar um abraço apertado na Mazé, que é a nossa Coordenadora da Marcha das Margaridas. Cumprimento cada uma e cada um aqui presente.

A Marcha das Margaridas foi antecedida por outra marcha de mulheres no Brasil: a marcha que tirou a praga que estava em Brasília por quatro anos atrapalhando a vida deste país.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PAULO TEIXEIRA – E foi uma marcha conduzida por mulheres, Ministra Cida. As mulheres brasileiras disseram o seguinte: não mais ficará no poder aquele que é contra as mulheres e contra os seus valores. E foi por isso que, junto com o Presidente Lula, subiram na rampa no dia 1º de janeiro as mulheres brasileiras e as suas demandas, as suas agendas, para que o Brasil pudesse mudar, priorizando essas agendas e as pautas das mulheres.

E eu quero falar aqui das pautas da agricultura familiar que o Presidente Lula entregou nesses sete meses de governo. (*Palmas.*)

A primeira agenda que ele entregou foi no dia 8 de março: R\$50 milhões para um edital de assistência técnica e extensão rural para a agricultura coordenada por mulheres do nosso país. Depois disso, o Presidente Lula já lançou um edital, que já está na fase de compra, de R\$250 milhões pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e agora as mulheres, no PAA, foram 75% das ofertas para o Programa de Aquisição de Alimentos que está sendo comprado no Brasil – 70% no Brasil inteiro e 75% no Nordeste –, o que demonstra que a agricultura familiar hoje tem uma presença feminina muito, muito acentuada no nosso país. E, pela maneira como a Conab fez, através do seu Presidente, Edegar Pretto, nós hoje estamos comprando produtos das extrativistas, da população indígena, das quilombolas, da agricultora familiar de todo o Brasil. Essa foi a segunda entrega.

A terceira entrega foi colocar R\$1,5 bilhão a mais no Programa Nacional de Alimentação Escolar, em que 30% devem ser vendidos pela agricultura familiar. Nós queremos crianças bem alimentadas, com comida boa vinda da agricultura familiar, e é por isso que foi investido R\$1,5 bilhão a mais pelo Presidente Lula. (*Palmas.*)

A quarta novidade foi as compras públicas. As Forças Armadas, todos os hospitais públicos, os restaurantes das universidades públicas, os restaurantes dos institutos federais terão que comprar 30%



da agricultura familiar, compondo assim um conjunto de compras públicas que são feitas diretamente da agricultura familiar.

O Presidente Lula lançou também o Plano Safra da Agricultura Familiar e, dentro do Plano Safra da Agricultura Familiar, primeiro, fez um estímulo para a produção de alimentos. A agricultura familiar é aquela capaz de diversificar a alimentação do povo brasileiro e recuperar a cultura alimentar do povo brasileiro. E é por isso que, no Plano Safra da Agricultura Familiar, os juros para a produção de alimentos são menores do que são os juros do Pronaf. Os juros do Pronaf são de 6%; para a produção de alimentos, 4%. E criamos, dentro do Pronaf, o Pronaf Mulher, destinado às mulheres que plantam no campo e que produzem alimentos para colocar na mesa do povo brasileiro. (*Palmas.*) E, assim, nós criamos, dentro do Pronaf, o Pronaf Mulher e, junto do lançamento do Pronaf, do Pronaf Mulher, nós corrigimos o microcrédito. O Pronaf B, que era de R\$6 mil, quando se trata de mulheres, será de R\$12 mil. A renda, que era de R\$23 mil, foi para R\$40 mil. E, também, nós corrigimos o Pronaf A para aquelas mulheres assentadas.

O Presidente Lula tem a consciência de que trabalhar no campo não é fácil, não é uma tarefa das mais fáceis, é uma tarefa dura, e é por isso que ele lançou também um programa de financiamento de máquinas para a agricultura familiar, para diminuir a penosidade do trabalho do campo e fazer com que as mulheres possam ter máquinas menores, não só pequenos tratores, mas também fazer com que elas possam processar os alimentos com máquinas, e, no Plano Safra, também financiando a agroindústria.

E agora, Mazé, nós lançamos dois editais de agroecologia, porque, como você disse, as mulheres querem ajudar a recuperar o meio ambiente no mundo. E lançamos dois editais de Ater para a agroecologia: um para o Nordeste, de R\$20 milhões; e um para o Norte, de R\$20 milhões, para a promoção das florestas produtivas no Norte. O Senador Beto Faro, a Deputada Dilvanda Faro também conhecem bem esse programa de restauração ambiental na agricultura.

E o Presidente Lula amanhã vai lançar muitas novidades para vocês. (*Palmas.*)

Eu não vou aqui passar na frente dele, porque é ele que vai lançar mais novidades para a Marcha das Margaridas.

Por isso, eu acho que o importante agora é continuar a marcha, a marcha para mudar o Brasil e a marcha para construir um país do bem-viver. A revolução é ecológica e é feminina, e é por isso que nós vamos transformar este país em um país mais justo.

Viva a Marcha das Margaridas! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Beto Faro. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Ministro Paulo Teixeira.

Quero registrar a presença do Senador Weverton, que está ali, o nosso Senador do Maranhão; do Deputado Guilherme Boulos, que passou aqui, de São Paulo; (*Palmas.*) da Deputada Célia, que veio aqui à mesa também ainda há pouco; (*Palmas.*) da Senadora Augusta Brito, que eu convido para vir tomar assento aqui, no lugar do Paulo Paim.

Passo a Mesa ao Senador Paulo Paim. E você fica aqui, porque nós vamos encerrar a sessão com uma mulher na Presidência hoje, que é você. (*Palmas.*)

(O Sr. Beto Faro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar - Presidente.) – Meus amigos e minhas amigas, queria de coração, alma e vida agradecer a esse grande Senador Beto Faro pela grandeza deste excelente, magnífico e bonito evento a que vocês vieram de todo o Brasil, em uma linda caminhada – sei que alguns vieram de ônibus, outros conseguiram um avião, outros aqui mais perto vieram até caminhando –, e vieram aqui, neste momento, porque vocês



sabem que hoje e sempre nós todos somos Margarida Alves. (*Palmas.*)

E queria, nesta fala aqui – já foram citados todos os Ministros, Ministras, Deputados, Senadores, Senadoras –, só dar duas notícias aqui do Senado para vocês, e o Presidente Rodrigo Pacheco me autorizou a dar aqui a informação, porque eu sou o Relator dessa matéria e trabalhei por um longo período em outra, mas vou falar daqui a mais importante, Ministro.

O Presidente Rodrigo Pacheco e a Maria do Rosário, que já teve que sair – vocês vão bater palmas para ela em seguida –, me autorizaram a dizer que o projeto elaborado por vocês todos, que é um projeto coletivo dos nossos ministérios, da querida Deputada Maria do Rosário e de que eu tive a alegria de ser o Relator aqui no Senado, será pautado entre hoje e amanhã, e é o projeto que coloca Margarida Alves entre os heróis da pátria.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Será aprovado hoje ou será aprovado amanhã! (*Palmas.*)

A outra não é notícia, e aqui eu já vou passar a palavra.

Deputadas e Deputados que estão aqui, há muitos e muitos anos nós trabalhávamos para que homem e mulher tivessem, na mesma função, o mesmo salário, querida Erika Kokay. E foi neste mandato: o Presidente Lula teve que vir – Ministra, o seu trabalho foi brilhante, eu acompanhei – para nós podermos assegurar aquilo que seria o natural, que homem e mulher, preta, branca, índia, homem e mulher na mesma função tivessem o mesmo salário.

Agora é lei. Obrigado, Presidente Lula! (*Palmas.*)

Quem ganhou foram as mulheres, foram os homens, foi o Brasil que ganhou.

Pronto, já fiz minha fala – confesso que me deram aqui dois discursos, cada um com dez páginas; disse “não dá, não dá”, então fica aqui.

Vamos lá então. Quem é que eu tenho que chamar? (*Pausa.*)

Quem é que eu chamo? A orientação é de vocês.

Concedo a palavra, com enorme satisfação, à querida Sonia Maria Coelho Gomes Orellana, representante da Marcha Mundial das Mulheres. (*Palmas.*)

A SRA. SONIA MARIA COELHO GOMES ORELLANA (Para discursar.) – Bom dia, Margaridas do campo, da floresta e das águas!

(*Manifestação da galeria.*)

A SRA. SONIA MARIA COELHO GOMES ORELLANA – Nós, Margaridas de todo o Brasil e também Margaridas da América Latina, estamos aqui para lutar também, junto com o nosso Presidente, pela reconstrução do Brasil.

E lutar pela reconstrução do Brasil passa por colocar a sustentabilidade da vida no centro da política. E, para a gente colocar a sustentabilidade da vida no centro da política, a mobilização social é fundamental. Nós não vamos reconstruir este país se não tiver democracia, se não tiver mobilização social e, principalmente, a participação e o protagonismo das mulheres negras, das mulheres do campo, da floresta e das águas.

E nós queremos aproveitar que estamos aqui, no Legislativo, para lembrar que tem PEC neste Legislativo que permite o descumprimento das cotas, uma PEC machista e racista que descumpra cotas. Isso é um mecanismo que inviabiliza a participação nos espaços de poder tanto das mulheres como da população negra. Não há democracia sem as mulheres, as mulheres negras, a população negra nos espaços



de poder. E elas ficam, não é?

Nós também queremos lembrar que neste Legislativo tem muitos projetos que retiram direitos das mulheres, que colocam direitos de não nascidos em detrimento da vida das mulheres, do projeto de vida das mulheres, da autonomia das mulheres, da autodeterminação das mulheres, e é fundamental, em uma democracia, que as mulheres possam decidir sobre seu corpo, sobre sua vida. (*Palmas.*)

Nós queremos aqui também falar que nós queremos que este Legislativo possa se comprometer com os projetos que compartilham trabalho doméstico voltados para o trabalho de cuidados, de salário igual, trabalho igual, isso é algo muito importante hoje para as mulheres no Brasil, principalmente para as mulheres negras, que ganham os menores salários, para as trabalhadoras rurais. Então, isso para nós é também bastante fundamental.

Por fim, o nosso tempo é pouco, também quero dizer da importância de a gente reconstruir este país produzindo alimentos sem veneno. Então, nós queremos que essas Casas Legislativas aqui aprove o projeto que reduz o uso de agrotóxico no nosso país. (*Palmas.*)

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SONIA MARIA COELHO GOMES ORELLANA – Para nós, é fundamental a mobilização social e nós estamos, como Marcha das Margaridas, não num evento aqui em Brasília, nós temos um processo de luta dos territórios, dos municípios e no país. Portanto, lutar é fundamental para a democracia, lutar não é crime, lembrando as companheiras, irmãs do MST, que estão junto conosco nesta caminhada das Margaridas, e dizer que este nosso processo de luta das Margaridas é um processo em que estamos lutando pela construção de um projeto popular, de um projeto feminista e de um projeto antirracista.

Obrigada. (*Palmas.*)

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, querida Sonia Maria Coelho Gomes Orellana, que aqui representa a Marcha Mundial de Mulheres.

Quero registrar a presença aqui conosco do meu querido Primeiro-Vice-Presidente desta Casa, Senador Rogério Carvalho. Eu peço uma salva de palmas ao nosso representante na Mesa, no dia a dia, do Partido dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Pediram também que eu registrasse a Deputada Estadual Dani Portela, PSOL, Pernambuco, por favor, Dani. (*Palmas.*)

Vereadora Laiz Perrut, de Juiz de Fora, Minas Gerais. (*Palmas.*)

Eu queria muito, muito mesmo... Quando cheguei aqui, dei um abraço nele e disse “Maravilha, parabéns!”, ele disse “Você não viu nada ainda, vai ver depois, lá fora, quando o Lula estiver no palanque. Aí que você vai ver”. Já vou passar para você, grande Senador.

Quero só registrar e com muito carinho que todos vocês batessem uma grande salva de palmas para esse líder não só dos trabalhadores rurais, mas líder de todos nós, que é o grande articulador, com outros setores, claro, desse momento da história.

Eu peço uma salva de palmas ao Presidente da Contag, o meu querido amigo Aristides Veras. (*Palmas.*)

O Senador Omar Aziz é um líder natural aqui na Casa. Eu não deixei nem ele pedir pela ordem. A palavra é sua, meu querido Senador. Uma salva de palmas para o seu trabalho. (*Palmas.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discursar.)



– Obrigado.

Sr. Presidente Senador Paim, Sras. Deputadas, Senadoras, há pouco uma Senadora do Ceará relatava um projeto de empréstimo ao estado para que se cuidasse principalmente da geração de emprego e qualidade de vida para as mulheres lá do Ceará. Parabéns pelo relatório, eu vi há pouco.

Mas eu queria me dirigir às mulheres, principalmente às mulheres do meu estado, onde nós temos pescadoras, trabalhadoras rurais, índias, negras, mulheres que ajudaram a construir o Estado do Amazonas. E hoje, para quem não tem conhecimento, de quem trabalha em chão de fábrica no distrito industrial, 80% das trabalhadoras são mulheres. Mulheres que muitas vezes são pai e mãe dentro de casa porque existe um trabalho duplo.

A mulher não pode ser desrespeitada da forma como ela tem sido desrespeitada nos últimos quatro anos. A gente vive novos ares no Brasil, e a esperança é muito grande que a gente volte e retome o crescimento e o respeito a quem quer pensar da forma que quer pensar e agir da forma que quer, respeitando sempre o desejo, principalmente quando ela diz não. Acabou.

A mulher... No meu estado, muitas vezes você acha que você não agride uma mulher quando você vira para ela e diz: “Você não sabe o que está falando, você não sabe de nada, você é louca”. Isso é uma agressão. É agressão também.

Ela muitas vezes tem uma dupla jornada, mãe e trabalhadora. Nada é mais bonito do que gerar um filho para a gente. Não tem nada mais bonito, não tem nada mais belo. Eu sou filho (*Palmas.*) de uma mãe que teve 12 filhos. E muitas vezes eu vi a minha mãe acordar cedo, ainda de resguardo, para poder fazer o café, o almoço e a janta para os outros filhos e para o nosso pai.

E a gente passa a respeitar a mãe desde quando a gente começa a ser amamentado por ela. E eu posso dizer a vocês que fico muito feliz que o Senado hoje esteja promovendo essa Marcha das Margaridas.

Ontem, no aeroporto, eu vindo de Manaus para Brasília, muitas mulheres amazonenses vieram de lá com muito sacrifício. A passagem é muito cara, não é barata, mas vieram aqui para a marcha. Elas nos representam.

O Senado tem tomado uma postura... Desde a legislatura passada – o Senador Paim acompanhou bem – nós avançamos muito em relação à Bancada Feminina, que é muito forte. A Bancada Feminina da outra legislatura também era muito forte.

O meu partido é o partido que tem mais mulheres filiadas e mais Senadoras aqui no Senado Federal, então a gente se curva à vontade delas nas reivindicações que elas têm, mas eu não poderia deixar de vir aqui, Senador Paim, Senador Rogério Carvalho, e dizer a vocês que vocês contam com o nosso apoio, contam – Paulo Teixeira sabe disso, e ele tem um papel importante neste processo, principalmente para o trabalho, para a agricultura familiar, para o trabalho das mulheres.

Lá no meu estado quem preside a instituição que representa os trabalhadores rurais é uma mulher, uma amiga minha, que trabalha há muitos anos nesse setor, e eu sei o quanto eles têm sofrido nos últimos anos.

Eu sei a quantidade de pescadoras que o meu estado tem, o que sofreram em relação ao seguro-defeso, não ter o direito de receber no cadastramento. Isso é importante, meu querido Deputado Paulo Teixeira, que a gente olhe com um carinho diferenciado para essas pessoas. É preciso que a gente olhe com carinho, elas vêm sofrendo muito nos últimos anos e sendo desrespeitadas.

Uma vez eu vi uma jornalista sendo chamada de quadrúpede pelo Presidente da República, na época, porque ela fez uma pergunta ao Presidente, e ele a chamou de quadrúpede.

O Presidente hoje – é um outro momento –, o Presidente Lula, é uma pessoa que respeita o trabalho das mulheres, tem um respeito muito grande (*Palmas.*) tentou colocar dentro da Presidência e, como auxiliares dele, várias mulheres, e eu espero que elas possam fazer um trabalho justo para os brasileiros e



principalmente para as brasileiras.

Meus parabéns a vocês que se sacrificaram, fizeram um esforço para estar em Brasília.

Contem com o Senado Federal, tenham certeza absoluta, e principalmente com o PSD, o nosso partido, que é base de sustentação do Governo do Presidente Lula, mas principalmente tem a maior bancada feminina do Senado Federal.

Em nome do nosso partido, os nossos parabéns a todos vocês que vêm defendendo as mulheres esses anos todos.

Muito obrigado pela oportunidade, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Querido Senador Omar Aziz, com as suas palavras de carinho a todo o povo brasileiro, aqui representado por vocês, mulheres do campo e da cidade, porque eu entendo que aqui vocês representam as mulheres do campo e da cidade.

Teve dois Senadores que me pediram a palavra para uma saudação, o Senador Weverton e, em seguida, o Senador Rogério Carvalho.

Do Plenário mesmo, ganhamos tempo.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Para discursar.) – Oi, bom dia.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Vou falar daqui, Presidente.

Quero cumprimentar aqui V. Exa., toda a mesa, Ministros, representantes aqui da sociedade civil organizada, todas as mulheres (*Palmas.*) que vieram do norte ao sul, do Oiapoque ao Chuí, deste país continental, para cá, para essa importante marcha, que não é apenas de reafirmação da luta e das políticas que nós conquistamos até aqui. Eu digo nós porque a bancada que, a cada momento, está mais alinhada com a Bancada Feminina – nós da bancada masculina –, é a Bancada da Resistência, que tem ajudado muito nessa agenda importante que é a conquista permanente dos direitos.

Eu sempre digo que não é nenhum favor que nós fazemos; é um direito que vocês têm. E nós temos que estar, mais do que nunca, alinhados, num momento principalmente como o que nós estamos vivendo, um momento difícil em um país como o Brasil, pois infelizmente onde ainda mais se mata no mundo é no Brasil. A cada minuto, nós temos casos de violências domésticas. Nós temos aqui leis e a legislação, cada vez mais, endurecendo, com o Executivo implantando políticas públicas, mas nós sabemos que essa luta é todo o tempo, permanente, principalmente na área rural, principalmente nas áreas longínquas deste país.

Eu quero aqui, Presidente, de forma bem rápida, dar a minha pequena prestação de contas para as mulheres do Maranhão e do Brasil. Com cada um fazendo a sua parte, nós vamos conseguir, com certeza, no final, juntar. (*Palmas.*)

Eu falei de forma rápida, porque eu tenho certeza de que, amanhã, aqui nesta Casa, como Vice-Líder do Governo do Presidente Lula... Ele, na marcha, fará essa fala macro do que o Governo e o que todos estão pensando nessa linha conjunta de ações concretas para o país, mas eu tenho orgulho, como Senador da República, de que hoje eu tenho já duas leis aprovadas, sancionadas, que estão valendo no Brasil e que eu tenho certeza de que afetam diretamente as mulheres do Brasil.

A primeira é a proibição do corte de energia elétrica dia de sexta-feira, véspera de feriado e final de semana no Brasil todo. Muita gente aqui chegou para mim, Senador Rogério Carvalho, na época, me perguntando por que era que eu estava fazendo um negócio daquele, que parecia ser tão simples. E eu me lembrava de que, na maioria dos lares do Brasil, principalmente no Norte e no Nordeste, quem os chefia são as mulheres. E é tão duro ela ter que chegar a uma sexta-feira, às vezes, com um pouquinho de dinheiro que ela conseguiu, e ter que escolher entre pagar a luz ou colocar comida dentro de casa no final



de semana. E só sabe deste constrangimento quem já viveu: saber o que é chegar à sexta-feira, 5h da tarde, e olhar um corte de energia da casa (*Palmas.*) com a sua família, os seus filhos sem ter condição de ter energia no final de semana dentro de casa. Então, ali não era incentivando o boicote ao pagamento ou a inadimplência; pelo contrário, mas é dar o dia útil a essa família, a essa chefe de família para poder trabalhar e poder pagar, porque a gente que no Brasil é assim: a maioria absoluta, todo dia, acorda para matar o leão do dia. E é assim que funciona.

A outra lei foi aprovada este ano. Quando eu ainda era Deputado Federal, lutamos lá na Câmara, aprovamos, viemos para cá, para o Senado, e, este ano, finalmente foi aprovado, e o Presidente Lula sancionou. É o direito ao ecocardiograma fetal para as mulheres terem direito a esse exame pelo SUS, que não tinham, só em caso de risco. (*Palmas.*) E nós sabemos o quanto é importante essa legislação, principalmente para as mulheres mais pobres, que não têm condição de pagar um plano de saúde. Eu quero aqui, Presidente, ainda como Senador, dizer às mulheres do Maranhão que eu tenho orgulho de hoje termos lá o Hospital de Amor, em Imperatriz, que tem duas carretas fazendo as visitas nos municípios do Maranhão, levando exame preventivo, porque nós sabemos que infelizmente o que mais está matando neste mundo é o câncer. E a prevenção é importantíssima, e hoje nós temos esse hospital preventivo lá no Maranhão, em Imperatriz, na minha terra natal, onde nós estaremos sempre, de forma permanente, incentivando essa luta contra essa doença terrível que é o câncer. Próximo mês, inauguraremos o Hospital Aldenora Bello, em Pinheiro, com recursos da bancada federal articulados por mim.

Por fim, Presidente Paim – a quem eu quero aqui render toda a minha homenagem pela sua dedicação não só ao querido povo do Rio Grande do Sul, mas a todo o país, porque nós sabemos das suas causas progressistas e do olhar que você sempre teve, junto com toda essa bancada, que sempre representou muito bem os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país –, eu quero aqui cumprimentar a Contag através da Fetaema (Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão), do nosso querido estado, a Presidente Ângela e todos os seus diretores, que vieram, com a maior bancada do Brasil, quase 3.500 mulheres, Margaridas, participar deste importante momento dos 40 anos da Marcha das Margaridas. (*Palmas.*)

E, em especial, cumprimento a nossa AMT, também do Maranhão, comandada aqui pela companheira Tania Soeiro, por Luzimar, por Belfort, por todas as mulheres da juventude do PDT, mulheres da Ação da Mulher Trabalhista do nosso querido PDT, que deu uma vitória importantíssima para as mulheres do Brasil, na semana retrasada, numa ação no Supremo Tribunal Federal, que nós promovemos, em que se acabou, de uma vez por todas, com aquela tese da injúria, da legítima defesa do crime contra a honra. Esse era um argumento covarde que se utilizava para justificar o feminicídio no Brasil, o que, agora, não vai mais poder se usar. Foi uma ação promovida por nós do PDT.

Estaremos aqui sempre vigilantes, fortes, do lado certo, do lado do povo, do lado do trabalhador e, obviamente, do lado das mulheres.

Parabéns a vocês! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Líder Weverton.

Registro a presença, no Plenário, do Deputado Estadual do Ceará Missias.

Registro, também, que o Senador Jacques Wagner, Líder do Governo Lula aqui no Senado, esteve aqui e pediu que eu registrasse. Ele tem feito um trabalho brilhante de costura aqui, e, por isso, aprovamos tantas e tantas leis aqui no Senado da República. Eu peço uma salva de palmas para o meu querido Líder do Governo Lula, Jacques Wagner. (*Palmas.*)

Passo de imediato a palavra para o nosso representante na Mesa do Senado, o Senador Rogério



Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discursar.) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Como disse o Senador Weverton Rocha, V. Exa. é uma reserva que este Senado tem na defesa da inclusão pelo direito, na defesa da população mais excluída do nosso país. A sua vida foi dedicada – e é dedicada – a promover a inclusão das pessoas que são esquecidas ou que foram esquecidas intencionalmente ou pela própria história. Então, eu queria parabenizar V. Exa. pela sua trajetória.

Quero também dizer que essa Marcha das Margaridas é a retomada da luta das mulheres com a interlocução no Governo Federal. Agora, nós temos um Governo aberto à interlocução, aberto à agenda que esse movimento, com mais de 40 anos de existência, sempre trouxe, pois sempre transformou em realidade as suas reivindicações em Governos que tinham o Presidente Lula e a Presidente Dilma como dirigentes deste país. Então, é uma retomada do diálogo, uma retomada da construção a partir das demandas reais e efetivas das mulheres brasileiras.

Eu quero deixar aqui, primeiro, a conquista, Senador Paulo Paim, de que homens e mulheres devem ganhar salários iguais. Essa é uma conquista pela qual V. Exa. lutou tanto e que todos nós lutamos para aprovar nesta Casa. Portanto, isso é fundamental. (*Palmas.*)

A segunda questão que nós não podemos perder de vista é o quanto as mulheres são vítimas de todo tipo de abuso e de assédio: o assédio se dá no trabalho, o assédio se dá no ambiente doméstico, o assédio e o desrespeito se dão em todos os lugares; e o quanto as mulheres ainda precisam de um apoio institucional para melhorar a sua formação, ganhar mais autonomia. Por isso, o Programa Bolsa Família tinha um caminho perfeito, que era focado nas mulheres, com o cartão na mão das mulheres. Isso empoderava as mulheres. Isso melhorava toda a convivência no ambiente familiar, porque era uma forma de empoderar a mulher na relação de poder no ambiente familiar.

É preciso que a gente reforce isso. É preciso que a gente bote para fora essa necessidade que as mulheres têm de colocar para fora toda essa angústia decorrente do assédio, do massacre que elas sofrem, diariamente, em todos os ambientes. É preciso que as mulheres construam autonomia para poderem definir o que querem fazer das suas vidas. Elas não podem estar submetidas a um casamento porque não têm autonomia, porque não têm formação, porque se dedicaram à família.

Tudo isso precisa estar na agenda para que a gente construa uma sociedade de iguais, uma sociedade em que todos – todos – têm a mesma condição de caminhar na vida com autonomia, com liberdade, para recomeçarem, inclusive, suas vidas quando ocorrem situações indesejadas, porque ninguém deseja e ninguém quer que ocorram determinadas situações, mas elas ocorrem. E, quando ocorrem, qual é a possibilidade, qual é a condição de recomeço? Isso precisa ser pensado como política pública para que a gente tenha uma condição de igualdade entre todos que formam a nossa sociedade, entre homens, mulheres, entre todos.

Parabéns a vocês pela luta, pela garra! Não é fácil estar aqui, com o sofrimento para conseguir um ônibus, o sofrimento para conseguir se deslocar, o sofrimento para poder vir aqui e manifestar aquilo que são as suas demandas e as suas necessidades. Então, antes de tudo, parabéns às Margaridas, guerreiras que ajudam a mudar e que fazem, de fato, a diferença na mudança de vida das mulheres e da sociedade brasileira!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Senador Rogério Carvalho, meus cumprimentos.

Pediram que eu fizesse a leitura de algumas autoridades presentes, e, em seguida, eu vou passar a Presidência – mais do que justo, pois este é um evento liderado pelas mulheres – à nossa querida Senadora



Augusta Brito. Já peço uma salva de palmas para ela. É ela quem vai comandar até que o Beto retorne. (*Palmas.*)

Registro a presença em Plenário – eu sei que ela vai pedir a palavra num segundo momento – da nossa querida Senadora Zenaide Maia, grande Senadora. E também registro a presença – a Senadora Zenaide Maia vai usar a palavra – da Sra. Deputada Federal Célia Xakriabá, do Sr. Deputado Federal Guilherme Boulos, do Sr. Deputado Federal Heitor Schuch, da Sra. Deputada Federal Maria do Rosário e da Secretária de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Igualdade Racial, Sra. Iêda Leal, que vai usar a palavra num segundo momento.

Eu queria aproveitar este momento e cumprimentar todas as Deputadas e Deputados que aprovaram, lá na Câmara dos Deputados, a política de cotas para negros, índios, quilombolas, pessoas com deficiência e também, o que ninguém fala, para brancos pobres. Todos terão direito à política de cotas. Dandara foi a grande Relatora; Maria do Rosário foi autora, junto com a Benedita. Quero aqui dar esse destaque e dizer que os ministérios do Governo Lula já me ligaram, porque eu fui indicado pela Casa, pelas Comissões correspondentes e pelo Presidente Rodrigo Pacheco, para ser o Relator da matéria aqui, no Senado. Pediram: “Paim, a primavera está chegando. Nós queremos que, quando a primavera chegar, a política de cotas já esteja aprovada”. (*Palmas.*) É para que possa ser regulamentada e, de forma definitiva – não é, Ministra? –, esteja em vigor a partir do ano que vem. Eu vou fazer o meu papel, mas vou contar com vocês, com os Deputados e Deputadas e com todos os Senadores e Senadoras.

A política de cotas é um sucesso absoluto. Disseram lá atrás que ia haver uma briga – eu tinha sido já Relator há dez anos – entre negros, brancos e índios. Não houve briga nenhuma. Um ou outro probleminha sempre há em qualquer lugar, até na casa da gente. E a política de cotas é um sucesso! Nós éramos 10% de negros, índios e deficientes nas universidades federais; hoje, somos mais de 52% nas federais. (*Palmas.*) Isso é graças, naturalmente, à luta dos movimentos sociais. O Presidente Lula... Só não aprovamos no ano passado, porque sabíamos que não dava. E podíamos aprovar e ser vetado ainda, sendo que, depois, para derrubar o veto, seria outra guerra. Assim, esperamos este momento.

Nós vamos fazer de tudo para que, antes de iniciar a primavera, realmente a política de cotas seja aprovada.

Vida longa à política de cotas! Educação liberta!

Abraço a todos! (*Palmas.*)

Já me informaram que o Senador Petecão se encontra aqui no Plenário, prestigiando este momento. Uma salva de palmas ao Senador Petecão. (*Palmas.*)

O Senador Otto Alencar, aqui, grande líder! Uma salva de palmas para o Otto Alencar eu peço a vocês. (*Palmas.*)

Se eu for anunciar a todos, eu vou ficar aqui todo o tempo falando – são tantas as autoridades! –, mas eu quero, neste momento, com muita, muita alegria, chamar essa jovem Senadora Augusta Brito, que tem feito um trabalho brilhante aqui. (*Palmas.*)

Vocês sabem, na Comissão de Direitos Humanos, da qual eu sou o Presidente, quem manda lá e é maioria? Não é, Zenaide? A Zenaide é a minha Vice. Quando eu vejo que o bicho está pegando, eu chamo as mulheres, que são maioria, e nós aprovamos. E vai ser lá que vamos continuar aprovando as propostas do movimento social, graças às mulheres. (*Palmas.*)

Senadora Augusta Brito, por favor, assumo aqui.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS)
– Só permitam que eu deixe aqui o meu discurso – que eu disse que não iria ler, são quase 30 páginas –



registrado nos *Anais* da Casa, Ministra e Ministros.

DISCURSOS NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.
(Vide Item 3.1.1 do Sumário)

(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Augusta Brito.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para discursar - Presidente.) – Bom dia, bom dia a todas e a todos.

Quero dizer que não podia ser diferente, vocês viram que eu demorei aqui a me acostumar, porque é a primeira vez que eu estou presidindo aqui uma sessão muito especial. *(Palmas.)*

E não poderia ser em outro momento nem com outras pessoas; tinha que ser neste momento, nesta data tão significativa, com vocês, mulheres de todo o nosso país, que aqui estão, do nosso Ceará especialmente, e aqui quero cumprimentá-las. *(Palmas.)*

Nós temos aqui a Vice-Prefeita de uma cidade lá do interior, a nossa querida Natalícia, que também faz parte da agricultura familiar e nós temos aqui várias amigas e companheiras aqui da cidade de Itapipoca. Se eu for falar, vou passar aqui muito tempo falando.

(Manifestação da galeria.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Mas eu quero registrar aqui a minha felicidade em poder estar aqui hoje, presidindo e dando continuidade aqui a esta sessão.

Quero parabenizar aqui o nosso Senador Beto Faro pela iniciativa, realmente, de fazer este momento e de passar esta Presidência para nós que estamos aqui integradas e alinhadas com vocês na luta.

Mas só, rapidamente, quero fazer uma reflexão. Não é a minha fala, eu vou presidir, mas eu não posso deixar passar sem um pouquinho de reflexão sobre as nossas lutas, porque esta luta é nossa, esta luta é de nossa, das mulheres. E, infelizmente, toda luta nossa vem de uma tristeza, vem de uma morte, vem seguida de uma morte ou vem de alguma coisa que deixa sequelas, se não é sequelas físicas, é sequelas na alma.

Há poucos dias a gente estava aqui comemorando os 17 anos da Lei Maria da Penha, em que criou-se uma lei porque uma mulher teve a coragem, foi buscar os seus direitos, também lutando para que outras mulheres pudessem ter essa lei e se apropriar dela para se defender do que seria óbvio, que é exatamente a gente viver de uma forma igual, exigindo e tendo que ter respeito e, eu diria, não só respeito, mas a gente quer também oportunidades. Mas ainda é preciso, nos tempos de hoje, a gente estar se afirmando e se autoafirmando. É necessária essa luta, essa marcha em que, eu digo aqui, também teve uma mulher que quando decidiu falar, quando decidiu sair do ciclo de violência, seja ele qual for, violência doméstica, violência institucional, a nossa querida Margarida Alves, que foi à luta para buscar os direitos de tantas outras mulheres e homens também do campo e foi assassinada.

Então, todas as nossas lutas, infelizmente, vêm de uma grande necessidade e de outras mulheres que passaram por lá e que hoje abrem um espaço para que a gente possa ter, tanto vocês aqui, tendo essa abertura e oportunidade de estar aqui lutando dentro do Senado, como nós aqui também, que só somos 15 Senadoras, mas que estamos aqui ocupando esse espaço, que também é nosso e que tem que ser ocupado por mulheres, apesar de toda violência política que a gente sofre diariamente.

Vejo aqui Deputadas e sei como a gente sente na pele essa violência que vem de todos os espaços e de todos os lados, mas nós estamos aqui juntas para lutarmos e conseguirmos, sim, com o nosso Presidente



Lula, oportunidades, minha querida Ministra.

Tivemos aqui grandes batalhas, caminhamos e marchamos aqui dentro do Senado para conseguir aprovar a questão da igualdade salarial entre homens e mulheres. Parece óbvio, mas não é; infelizmente, não é, e a gente tem que lutar sempre.

E eu já falei esse meu pensamento no dia da comemoração da nossa querida Lei Maria da Penha, mas eu vou falar de novo agora, porque eu vejo que tem outras pessoas aqui, outras mulheres. Eu gosto sempre de fazer uma reflexão, já finalizando para dar oportunidade a todos que estão aqui na mesa falarem, sobre a questão de a gente dizer sempre que ninguém solta a mão de ninguém. E aí eu volto a falar – porque essa fala não foi minha, mas me chamou muito a atenção – para que a gente faça a reflexão se realmente a gente está segurando na mão da nossa companheira. E aí, um dia, lá no Ceará, uma mulher negra disse assim: “Eu acho interessante essa fala que nós temos, que as mulheres têm, especialmente, de ninguém soltar a mão de ninguém, só que eu quero dizer que na minha mão ninguém segurou ainda”. Então, a gente tem que verdadeiramente saber fazer essa reflexão se nós estamos segurando na mão da nossa companheira, se verdadeiramente a gente está dando essa força e sendo esse apoio, porque aí, sim, eu acredito que a gente realmente nessa marcha mostre que está segurando na mão e que não vai soltar a mão de ninguém.

Então, eu parabenizo todas vocês que vieram de todos os estados do nosso país pela força, pela coragem, pela determinação e, sobretudo, pela vontade de ajudar o nosso Presidente Lula a reconstruir o nosso país.

Parabéns a todas!

Sejam todas muito bem-vindas!

Vamos passar esses dias aqui, com certeza, em boas companhias. (*Palmas.*)

Eu queria saber qual é a ordem de fala da mesa. Ah, já está aqui!

Eu quero agora chamar aqui a nossa querida Deputada Federal Dilvanda Faro.

Onde está a Dilvanda Faro? Está aqui. (*Palmas.*)

E eu quero dizer que, agora que assumi a Presidência, vou botar só fala de mulher. (*Palmas.*)

Meu Ministro, nada contra, adorei a sua fala.

A SRA. DILVANDA FARO (Para discursar.) – Salve, salve as nossas Margaridas do nosso Brasil! (*Palmas.*)

Início saudando todas as mulheres do campo, das florestas, das águas e das cidades – sejam todas bem-vindas a esta Casa de Lei!

Saúdo aqui, início com a minha querida Ministra Cida, Ministra das Mulheres, do direito das mulheres. Muito obrigada por estar aqui e por já ter assinado nove projetos de lei dos direitos das mulheres. Muito obrigada, Ministra; saúdo meu amigo, meu Ministro Paulo Teixeira, Ministro do MDA; e, na sua pessoa, Mazé, eu quero saudar todas as organizações, as entidades e a todos que organizaram essa maravilhosa festa, maravilhosa marcha da democracia, a Marcha das Margaridas. Saúdo a todas, “todes” e todos, porque muitos homens também ajudaram nessa organização; saúdo minha colega, a Deputada Erika Kokay; saúdo a Sônia, que é da Marcha Mundial das Margaridas; e saúdo a todos que já falaram aqui.

Nós tivemos, Ministra, uma sessão com Senadores falando, com homens dando apoio, mas eu queria, em nome da Camila ali, que está com o seu filhinho... Eu já me vi muito assim como eu estou te vendo, Camila: uma jovem, com o filhinho no colo e participando das Marchas das Margaridas. (*Palmas.*)

Há 20 anos, mais de 20 anos, 21 anos, iniciou a Marcha das Margaridas...

Olhem, o meu assessor, depois vai dizer: “Como é que tu não leu?”, mas eu prefiro falar mesmo o



que eu estou sentindo.

Há 21 anos iniciou a Marcha das Margaridas, e eu, uma Margarida ribeirinha, negra, de uma comunidade muito carente, participava. E eu sei da necessidade, da vontade – às vezes, eu deixei de vir algumas vezes –, da vontade de ir e não ter condições de pegar o ônibus e vir para essa grande marcha.

Em 2015, eu ainda vim como uma Margarida da comunidade, já trabalhando uma liderança estadual, mas em 2019, eu já vim como Deputada Estadual, uma mulher guerreira, ribeirinha. Por que eu estou falando isso para vocês? Porque eu sempre gosto de dizer uma frase: mulher é onde ela quiser. E quando eu vejo a Camila com seu filhinho aqui, que decidiu ser mãe, mas não decidiu fugir das lutas... Muito obrigado por esse exemplo. (*Palmas.*)

Hoje, eu tenho a oportunidade de estar aqui na 7ª Marcha das Margaridas, como Deputada Federal. Uma mulher guerreira, ribeirinha, que nunca fugiu das suas origens. Fico muito orgulhosa de representar milhares de mulheres.

Hoje, eu sou Vice-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aqui na Câmara Federal. Hoje, eu também sou Vice-Presidente... Eu estava vendo a Célia, a nossa Presidenta da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, e eu sou Vice-Presidente com muito orgulho. E eu sou Secretária da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar. São as minhas raízes, é de onde eu vim, de comunidade ribeirinha, e fico muito orgulhosa e com muita energia quando eu vejo milhares de mulheres vindo para cá.

Tentei ajudar muito no meu Estado do Pará, e eu quero saudar todas as Vereadoras, todas do meu Estado do Pará, a nossa Presidente da Fetagri, que está aqui também, a Ângela, e Aristides. É na pessoa da Mazé que eu quero saudar a todos e abraçar todas as Margaridas. Muito obrigado por vocês estarem aqui lutando junto com a gente. Contem com essa Deputada ribeirinha!

E viva a Marcha das Margaridas! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu quero aqui agradecer também e dizer como é bom ouvir uma Deputada que já participou e participa ainda dessa grande luta que é nossa.

Agora eu já quero aqui também convidar e conceder a palavra para a Sra. Luiza Lima, que representa aqui também o Greenpeace Brasil.

Pode vir para a tribuna. É melhor. Vamos ter o prazer de ouvi-la aqui, da tribuna, como toda mulher deve fazer. (*Pausa.*)

Enquanto nossa oradora vem, fique à vontade.

(*Soa a campanha.*)

A SRA. LUIZA LIMA (Para discursar.) – Bom dia a todas.

É uma grande satisfação para mim estar aqui presente neste evento. Eu gostaria de cumprimentar, primeiro, o requerente desta sessão, Senador Beto Faro, a nossa Presidenta da sessão, Senadora Augusta Brito, a Ministra Cida Gonçalves, na pessoa de quem também cumprimento todos os ministros e ministras aqui presentes. Na pessoa da Senadora também gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes, as Parlamentares, e cumprimentar a Mazé Moraes, também na pessoa de quem gostaria de cumprimentar todas as companheiras aqui da Marcha das Margaridas presentes neste evento.

Para mim, pessoalmente, representando o Greenpeace aqui, é uma grande satisfação, uma grande honra fazer parte deste momento tão histórico! O Greenpeace sempre foi conhecido pela sua luta ambiental, mas hoje a gente já vê que não há mais possibilidade de desassociar as lutas ambientais, as lutas do campo, a luta pelos direitos das mulheres, a luta pela democracia. São lutas que caminham juntas e cada vez mais



fortalecidas neste país.

É também uma satisfação muito grande estar presente nesta marcha, neste ano, conforme já trazido em outras falas também anteriores, mas tem um gosto especial essa marcha, não é? Depois de quatro anos de enfrentamento a um projeto autoritário, antidemocrático, misógino, de poder, a gente hoje pode estar aqui juntas, reunidas nesta Casa de poder, olhando para a reconstrução do país, uma reconstrução tão importante e necessária nos dias de hoje.

E para a gente ter uma reconstrução, de fato, justa e efetiva é fundamental que a gente tenha as mulheres no centro do poder, e estar aqui dentro da Casa do povo é um privilégio e uma satisfação enorme para todas nós, tenho certeza. Uma Casa, o Senado Federal, que desempenhou um papel muito importante nos últimos anos como defensor da nossa democracia e também como um contentor de grandes retrocessos que ameaçavam a nossa legislação brasileira, mas que, infelizmente, seguem também nos ameaçando. Então, é por isso que, apesar de estarmos aqui hoje num grande dia de festa, também seguiremos sempre como num dia de luta, afinal a nossa luta é incansável e permanente. E gostaria, então... Não posso deixar de mencionar a necessidade de a gente seguir, muito atentas e vigilantes, em luta contra ameaças legislativas, tais como os famosos PL do veneno, o PL do marco temporal, o PL da grilagem e tantos outros que ameaçam a nossa legislação, os direitos dos povos originários, o direito das mulheres, o direito das mulheres agricultoras familiares e o direito de todas as mulheres deste país.

Para finalizar, então, quero só também colocar como essa marcha é importante como um espaço de reivindicação, de enfrentamento e de luta e que a gente seguirá sempre juntas, de mãos dadas, nessa luta permanente e incansável, mas que nunca vai nos tirar o poder de sorrir, de cantar e de sonhar neste país em que a gente acredita.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada.

A Presidência agradece a fala da Sra. Luiza e agora concede a palavra à Sra. Marlene Veloso, Secretária de Mulheres da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Piauí.

Concedemos a palavra também por três minutos. (*Palmas.*)

A SRA. MARLENE DA COSTA VELOSO (Para discursar.) – Bom dia! Bom dia, Margaridas!

(*Manifestação da galeria.*)

A SRA. MARLENE DA COSTA VELOSO – Ainda temos hoje e amanhã. Ninguém está cansado.

Quero saudar aqui a nossa Secretária Nacional de Mulheres, companheira Mazé Moraes. Eu não poderia iniciar sem fazer essa saudação especial a ela e lhe dizer, companheira Mazé, que nós, enquanto Comissão Nacional de Mulheres, agricultoras familiares, nos sentimos honradas em estar hoje realizando a nossa 7ª edição da Marcha das Margaridas, tão bem coordenada por você.

Quero saudar também aqui todas as Parlamentares presentes – saudar a Senadora Augusta Brito – e a Ministra Cida Gonçalves e dizer-lhe da importância, Ministra, de hoje, na 7ª Edição da Marcha das Margaridas, depois de um longo período amargo que vivenciamos, ter o Ministério das Mulheres de volta, já dentro desse processo de reconstrução deste país. (*Palmas.*)

Então, hoje, nós já nos sentimos vitoriosas por isso, porque já está bem diferente de quando estávamos aqui, em 2019, na 6ª edição.

Quero saudar aqui, na pessoa da companheira Soninha, todas as organizações parceiras que constroem



a Marcha das Margaridas juntamente conosco e quero saudar toda a nossa Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com as agricultoras familiares, da Contag.

Quero saudar todas vocês, companheiras Margaridas aqui presentes. E aí os companheiros homens sintam-se todos Margaridas, porque hoje e amanhã, aqui em Brasília, somos todos Margaridas, pessoas de luta, mulheres de luta, que marcham hoje aqui, nesse processo de reconstrução do país, por uma sociedade mais justa, igualitária. Mas também quero dizer que esperamos amanhã, ansiosamente – quero dizer aqui aos Ministros, na pessoa do Ministro Paulo Teixeira –, por respostas positivas da nossa pauta de reivindicação – viu, Ministra Cida!

Acompanhamos o percurso que a companheira Mazé fez, juntamente com o nosso Presidente da Contag, Aristides, e toda a diretoria, e esperamos, Ministro, amanhã, receber respostas positivas da nossa pauta de reivindicação, que foi construída, escutando mulheres de todo o país.

Nós hoje estamos aqui com uma pequena representação, e, apesar de sermos cem mil mulheres hoje e amanhã aqui em Brasília, quero dizer para vocês que foi dialogado com milhões de mulheres por este país. Muitas mulheres estão lá no campo, na zona rural, mas tiveram acesso à nossa pauta, tiveram acesso aos nossos cadernos de eixos e sabem hoje que reconstrução é essa que nós queremos, que bem-viver é esse que nós queremos. Então, nós estamos aqui hoje com uma representação e amanhã marcharemos, para dizer que este país vai ser reconstruído, sim, e vai ser reconstruído também pelas nossas mãos, de mulheres.

Viva a luta das mulheres!

Viva a Marcha das Margaridas de 2023!

(Manifestação da galeria.)

A SRA. MARLENE DA COSTA VELOSO – E quero saudar aqui a nossa Deputada estadual Elisângela Moura, lá do Piauí e, na pessoa dela, saudar aqui todas as Parlamentares do estado que estão aqui.

Quero dizer que a Marcha das Margaridas luta também por uma maior participação política das mulheres.

Vamos juntas, companheiras, quebrar, romper com a misoginia! Vamos juntas lutar, sobretudo, para que nós mulheres tenhamos o direito de viver, mas de viver sendo respeitadas.

O golpe começou em 2016, quando tiraram da Presidência a primeira mulher a ocupar esse espaço.

(Soa a campanha.)

A SRA. MARLENE DA COSTA VELOSO – Mas nós resistimos e hoje estamos aqui para, hoje e amanhã, dizermos: viva a Marcha das Margaridas e lutaremos pela reconstrução do Brasil e pelo bem-viver!

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A Mesa registra a fala da Sra. Marlene, do Estado do Piauí, e agradece.

Aqui também registro a presença do nosso Senador Humberto Costa. Que bom. Seja bem-vindo. *(Palmas.)*

Um grande lutador e defensor das Margaridas hoje é uma Margarida também.

Já convido a Senadora Zenaide para vir compor a mesa. Venha para cá também, nossa Senadora, mulher.

Já convido agora e concedo a palavra à Sra. Deputada Federal Erika Kokay, aqui do Distrito Federal, do PT, que também exporá por cinco minutos. *(Palmas.)*

A SRA. ERIKA KOKAY (Para discursar.) – Aqui, nós temos mulheres de todos os cantos: elas



ficam!

(Manifestação da galeria.)

A SRA. ERIKA KOKAY – Aqui, nós temos mulheres que chegam, como diz a canção, com vários tipos de cabelo, com várias experiências, mulheres do campo, mulheres das águas, mulheres das florestas, que vêm aqui para colorir, colorir, com o bem-viver, esta cidade e capital da República.

Aqui, vêm essas mulheres de todos os cantos para lutar contra todas as violências de gênero.

Aqui, vêm lutar contra a violência doméstica, contra a violência institucional, contra a violência obstétrica, contra a violência política, nesta ousadia fascista que quer cassar mandatos de seis Parlamentares – seis Parlamentares! E querem cassar, porque querem nos calar. Ah, não sabem eles que eles não vão nos silenciar! *(Palmas.)*

Não sabem eles que eles não vão nos acorrentar. Não sabem eles que nós estamos aqui também carregando no peito, também carregando na pele as Margaridas! *(Palmas.)*

As Margaridas! As Margaridas, que vêm aqui dizer que eles podem até arrancar uma flor, mas eles não conseguirão deter a primavera!

No dia da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, ele dizia isso.

E foram as Margaridas que vieram aqui construir uma primavera. E foram as Margaridas que, em 2019, fizeram trincheira da resistência e disseram: “Ele, não”. E disseram: “Ele, não”!

Mas foram as Margaridas que arrancaram a faixa presidencial do peito estufado da extrema-direita!

(Manifestação da galeria.)

A SRA. ERIKA KOKAY – Foram as Margaridas. Foram as Margaridas.

E essa trincheira de amorosidade, Mazé, de determinação e de coragem, hoje, se espalha para reconstruir este país.

Este país não pode viver com a condição de ser o quinto país em feminicídio. Este país não pode conviver com tantas violências que nos atingem, com uma dor que nos impõe por sermos mulheres.

Ah, este país será o país de Margarida Alves, quando ela diz: “Eu prefiro morrer lutando do que morrer de fome”! *(Palmas.)*

E Margarida não lutou só contra a fome de pão. Margarida lutou contra a fome de beleza, contra a fome de justiça, contra a fome de arte, contra a fome de leveza, contra a fome de liberdade. Por isso, eles não sabiam que as ideias e a coragem de Margarida são imunes às balas.

E esta mulher está aqui. São milhões de Margaridas neste país. Milhões de Margaridas! *(Palmas.)*

E nós fomos vendo que as Margaridas quebram as cercas; que as Margaridas quebram a arrogância; que as Margaridas quebram a lógica ditatorial que querem nos impor. As Margaridas libertam!

(Soa a campanha.)

A SRA. ERIKA KOKAY – Por isso nós estamos aqui com muita alegria – eu participei desde a primeira Marcha Margaridas! Cada dia que passa, as Margaridas vêm carregando tanta gente. Elas chegam de barco, elas chegam nos ônibus, elas chegam de tudo quanto é canto e elas chegam com a determinação que faz a gente ter consciência de que coragem é coisa de nascença nas mulheres. Coragem é coisa de nascença. *(Palmas.)*

Dizia João Cabral de Melo Neto que a pedra é coisa de nascença no sertanejo. E eu peço licença a ele para dizer que coragem é coisa de nascença nas mulheres.

Por isso, aqui, neste momento em que Brasília vive uma seca profunda, onde os ipês resistem e se expressam em todas as cidades, a gente sente o que são as Margaridas, que nos enchem de coragem para



que nós possamos dizer: elas ficam!

(Soa a campanha.)

A SRA. ERIKA KOKAY – Que nós possamos dizer que o Brasil será um Brasil sem cercas, porque a cerca que cerca o latifúndio também é a cerca que cerca o próprio sonho.

Por isso eu me calo dizendo que Brasília está florida. Brasília está florida! Estão chegando as decididas. Estão chegando as decididas. *(Palmas.)*

As decididas a lutar contra a fome; as decididas a lutar contra todas as formas de injustiça.

Olha, Brasília está florida. Estão chegando as decididas. Olha, Brasília está florida! É o querer, é o querer das Margaridas! É o querer, é o querer das Margaridas!

(Manifestação da galeria.)

A SRA. ERIKA KOKAY – Vivam as Margaridas do nosso país!

(Manifestação da galeria.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Quero aqui também agradecer. A Presidência agradece à nossa Deputada Erika Kokay, que sempre nos dá esse ânimo na sua fala, que traz essa força de uma mulher na política. Já cumprimento as Deputadas que aqui estão também: Daiana Santos, Bruna Rodrigues e Juliana Cardoso. Mulheres na política, mulheres de luta, mulheres que vão ficar, que ficam. *(Palmas.)*

E agora eu quero conceder também a palavra à Sra. Joana Santos Pereira, que também poderá dispor dos seus cinco minutos. *(Palmas.)*

Vá para a tribuna, porque a gente tem que usar essa tribuna, que é nossa, que é das mulheres de representatividade. *(Pausa.)*

A SRA. JOANA SANTOS PEREIRA (Para discursar.) – Bom dia. Bom dia à mesa.

Quero cumprimentar, na ordem de autoridade da nossa luta, a companheira Mazé Moraes, Coordenadora desta 7ª Marcha das Margaridas; a Cida, pela sua trajetória de estar nesse lugar do Ministério das Mulheres, que, para a gente, é um apoio, é um reforço para agilizar políticas públicas para as mulheres; e a Senadora Augusta, por esse lugar em que nós, mulheres, temos que estar mais presentes. Temos que ocupar esses lugares de poder da política, porque é na participação política que se transformam as nossas vidas.

Queria fazer uma saudação à Erika, a Deputada, e dizer que essa campanha Elas Ficam é um desafio para nós nos mantermos nesse lugar de poder, nessa política deste Brasil, pela reconstrução do Brasil e pelo bem-viver.

Cumprimentamos os Senadores e Senadoras aqui presentes.

Queremos reafirmar a importância da Marcha das Margaridas, na sua sétima edição, que mostra a força da auto-organização das mulheres do campo, das águas, das florestas e das cidades, parceiras na sua construção histórica.

Queremos lembrar aqui a histórica marcha de 2016, quando 100 mil mulheres chegaram à frente do Congresso para denunciar o golpe em curso e defender a democracia brasileira e o direito das mulheres, e relembramos aqui a marcha de 2019, uma marcha de resistência ao Governo de extrema-direita, ao fascismo, à destruição dos nossos direitos e à ameaça à nossa autonomia e ao nosso direito de luta.

Nossa resistência e nossa luta nos trouxeram até aqui, a este momento de reconstrução democrática do país, quando um novo cenário de esperança floresce, com o Governo Lula; e as Margaridas foram



semente deste momento histórico.

Queremos, portanto, reafirmar que não existe reconstrução sem a participação das mulheres, sem a garantia do direito das mulheres...

(Soa a campanha.)

A SRA. JOANA SANTOS PEREIRA – ... e o respeito à promoção de sua autonomia e de sua liberdade em todos os planos da sua vida.

Defendemos e reiteramos a nossa defesa intransigente das políticas das mulheres, construídas com a participação da voz dos movimentos das mulheres, e nos colocamos contra qualquer projeto de lei que ameace a autonomia das mulheres, como assistimos nos últimos anos, dia sim, outro também.

Defendemos nossa autonomia reprodutiva, o fim da criminalização e o direito ao aborto, sempre que a mulher dele precisar.

Por último, reafirmamos: não há democracia sem feminismo, não há democracia sem antirracismo. Como movimento feminista e antirracista, denunciemos e apelamos que esta Casa atue veementemente para dizer...

(Soa a campanha.)

A SRA. JOANA SANTOS PEREIRA – ... “chega!” ao genocídio da infância e da juventude negra e nos solidarizamos às mulheres que perdem seus filhos no combate à violência nas periferias.

Por fim, quero dizer que estaremos sempre firmes na luta pela autonomia e pela liberdade de nós mulheres.

Obrigada.

(Manifestação da galeria.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Quero aqui também já registrar a presença da Senadora Leila e convidá-la para fazer parte da mesa, que a gente quer ocupar com as mulheres do Senado.

E agora já quero conceder...

Antes de conceder a palavra à nossa Senadora Zenaide Maia, quero aqui registrar a presença das Vereadoras Luiza Ribeiro, do PT, lá do Campo Grande, e Enedina, também do PT, lá do Ceará, de Caucaia... Mais mulheres na política entre nós.

Agora, concedo a palavra à Exma. Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discursar.) – Bom dia a todas presentes aqui!

Essas lindas Margaridas, gente, enchem os olhos da gente, essas mulheres poderosas, que quebram barreiras.

Cumprimento aqui a nossa Presidente, Senadora Augusta, a nossa Ministra das Mulheres e todas as Margaridas e todas as mulheres brasileiras.

Eu queria perguntar aqui o que é que a nossa querida Margarida Maria Alves fez. Descobriu – e a gente deve muito a ela por isto – que as mulheres, as camponesas e outras mulheres não estavam na miséria porque Deus quis, e sim, por decisão de um Estado que discriminava as mulheres independentemente de onde elas estivessem. Então, essa foi uma decisão política, gente.

Eu quero aqui parabenizar todas as mulheres que constroem essa marcha. A gente sabe da dificuldade que é trazer essa luta para Brasília. Chegar aqui já é uma vitória. Mais de 100 mil mulheres mostrando que estamos aqui, que estamos vivas, que vamos dar as mãos umas às outras, que não vamos permitir



retrocessos. Vai ser aquela política de que uma que sobe puxa as outras. É isso que essa quantidade de mulheres está fazendo em Brasília.

Mas, gente, o que é que a anterior aqui, uma das representantes da Margarida, falou que me chamou a atenção, Ministra Cida? É que a gente tem que participar da política, sim. Nós, mulheres, Margaridas, temos tudo a ver. Não vamos aceitar que quem decida o nosso salário, quantas horas vamos trabalhar, com que idade vamos nos aposentar, quais os recursos que vão para a educação dos nossos filhos e netos, quais os recursos que vão para a saúde de nossas famílias para elas não morrerem de morte evitável, quais os recursos que vão para a segurança pública... Então, precisamos, sim, margaridas lindas, mulheres batalhadoras, que não são servis, como a Margarida que está nos servindo de exemplo, vamos, sim, estar presentes em todos os lugares. É aquela história de que uma sobe e puxa as outras. Eu, como Senadora e filha de uma pequena agricultora, a gente viu isso. Não é possível que essa quantidade de mulheres do campo e do artesanato, de todos os lugares, que nos alimentam, não sejam tratadas com tapete vermelho e lilás.

Parabéns, minhas amigas Margaridas! E vamos à luta, sim! Uma segura a outra, sempre.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A Presidência quer aqui ressaltar a importância da nossa Senadora, aqui dentro do Senado, Zenaide Maia; registrar aqui também a presença da Vereadora Amélia Naomi, que também está aqui, outra mulher na política; já falei aqui da Vereadora Enedina, também lá do Ceará.

E agora vamos conceder a palavra à Sra. Vanja Andréa Reis dos Santos, que também poderá usar a tribuna pelo tempo que achar necessário para a sua fala. (*Palmas.*)

Mulheres de luta; a gente tem o maior prazer em recebê-las aqui no Senado e em ouvi-las também.

A SRA. VANJA ANDRÉA REIS DOS SANTOS (Para discursar.) – Obrigada, Senadora.

A oficialidade me diria para cumprimentar a todas da mesa. Eu gostaria de, na pessoa da Mazé, que é a nossa coordenadora dessa linda marcha que veio à Brasília, hoje e amanhã, com todas as Margaridas, saudar este plenário. E na pessoa da minha Ministra Cida Gonçalves, que está levando, conduzindo um trabalho voltado para o respeito às mulheres brasileiras, saudar a todas vocês que vieram prestigiar essa marcha; e dizer que este lugar aqui, Senadora, de que eu falo, nós esperamos que seja um lugar de fala de milhares de mulheres, porque, se com 15% nós já fazemos barulho aqui dentro e lá dentro da Câmara, imagina se nós, democraticamente... Porque a democracia só existe quando tem a participação igual das mulheres, e nós vamos chegar lá. É por isso que nós lutamos! Então, nós vamos alcançar esse patamar de participação política, porque é para isso que nós lutamos.

Essa marcha serve para refletir sobre a participação, os direitos e como as mulheres vivem em cada canto deste Brasil, em cada território deste Brasil, sobretudo os territórios ribeirinhos, sobretudo os territórios mais longínquos, onde as políticas públicas não conseguem alcançar. Mas nós vamos mudar essa realidade. Essa é apenas a sétima Marcha das Margaridas, nós vamos ter muitas marchas mais, até que nós consigamos alcançar os nossos direitos plenos e o respeito necessário às mulheres brasileiras.

E aí, uma das reivindicações que nós fazemos, Mazé, é exatamente...

(*Soa a campanha.*)

A SRA. VANJA ANDRÉA REIS DOS SANTOS – ... o respeito às mulheres que atuam nas Casas Legislativas. A violência política de gênero tem que ser encerrada e esta Casa tem que respeitar as Parlamentares. Assim como nós temos que chegar aqui, nós temos que, quando chegar aqui, ser respeitadas.

Então, viva a Marcha das Margaridas! Viva a luta das mulheres! E que nós possamos marchar todas



juntas pelo nosso direito e pela nossa plena vida, existência e resistência.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Obrigada, agradecemos e ficamos felizes em poder ouvi-la, ouvir as mulheres de luta.

Agora concedemos a palavra à Sra. Maribel Costa Moreira, que também poderá usar a tribuna. (*Pausa.*)

Está ali. Que bom, que bom poder ouvi-la, Maribel. Não vou nem chamar de senhora, porque você é muito jovem.

A SRA. MARIBEL COSTA MOREIRA (Para discursar.) – Bom dia, Margaridas de todo o Brasil.

(*Manifestação da galeria.*)

A SRA. MARIBEL COSTA MOREIRA – Neste momento, com muita alegria, quero fazer a minha saudação à nossa Coordenadora Nacional da 7ª Marcha das Margaridas, Mazé Moraes, e, na sua pessoa, Mazé, eu quero saudar toda a comissão nacional e ampliada da organização desta 7ª Marcha; também quero saudar a Ministra Cida e agradecer por este espaço, por esta oportunidade, e, na sua pessoa, saudar todas as mulheres que compõem esta Mesa, todas as parceiras que estão aqui; quero saudar as mulheres do Rio Grande do Sul, as mulheres da Região Sul... (*Palmas.*) e todas as mulheres do campo, das águas e da floresta do nosso Brasil, que constroem esta linda Marcha das Margaridas.

Estar aqui e falar por todas as mulheres do meu Brasil é uma responsabilidade, mas é também um motivo de orgulho, de força. Porque eu quero dizer para vocês que participar da sétima edição da Marcha das Margaridas, “Pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver”, que é construída por mulheres do campo, das águas e da floresta, que produzem alimentos, que produzem segurança e soberania alimentar... Somos nós as protagonistas que produzem o alimento no Brasil. Somos nós, mulheres, que estamos nos quintais produtivos, no campo, com os rebanhos, cuidando dos filhos, das lideranças, dos movimentos. Porque, se hoje estamos aqui realizando esta sétima marcha, é porque ela é construída pela mão de muitas mulheres.

E é com muita alegria que eu quero dizer para vocês que nós vamos reconstruir, sim, o nosso Brasil, pelo bem-viver. Precisamos, sim, que o nosso campo seja valorizado...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIBEL COSTA MOREIRA – ... e que a educação do campo olhe para a juventude, para as mulheres, para que a agricultura familiar não venha a ser esquecida, mas que, cada vez mais, nós, mulheres guerreiras do campo, sejamos que nem palmeira, que, quando vem o vento, ela se abaixa; mas, quando o vento passa, nós ficamos em pé. Somos Margaridas e estamos na luta! (*Palmas.*)

“Pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver.”

Muito obrigada!

Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Registramos também aqui a fala da Maribel, e agradecemos.

Agora, já concedo a palavra à Sra. Lucinéia Miranda, que é representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

E eu quero aqui fazer um registro do Deputado Estadual Missias, do MST, lá do Estado de Ceará, o primeiro Deputado eleito no nosso estado, que representa o MST, e nos orgulha muito. Seja bem-vindo



aqui ao Senado.

Poderá falar o tempo que achar necessário.

A SRA. LUCINÉIA MIRANDA DE FREITAS (Para discursar.) – Bom dia a todas as Margaridas que estão aqui neste Plenário. Cumprimento a Senadora Augusta, a Ministra Cida e a nossa Coordenadora Mazé, e também estendo este cumprimento a todas as mulheres que estão lá no Parque da Cidade, montando o acampamento, organizando a infraestrutura e se preparando para que amanhã a gente possa tomar as ruas de Brasília.

Quero destacar aqui que esta Marcha das Margaridas traz que reconstruir o Brasil é uma reconstrução que se dá pela luta, a luta da qual a gente nunca saiu, a luta em que a gente permaneceu, mas que em alguns momentos foi de resistência e em alguns momentos foi de projeção. E agora a gente vive esse momento de projeção, de projetar a conquista e a garantia dos direitos que historicamente foram negados às mulheres da classe trabalhadora, mas, principalmente, às mulheres do campo, das florestas e das águas. Somos um país que destaca o agronegócio e que invisibiliza a presença importante desse setor da agricultura familiar camponesa, das ribeirinhas, das comunidades quilombolas, indígenas etc.

A gente também traz para esta marcha que a criminalização a gente enfrenta ocupando as ruas e ocupando todos os espaços que são nossos por direito, como, por exemplo, o Congresso. Por isso é que a gente reafirma que lutar não é crime e que não são manobras como a CPI contra o MST instalada pelo Congresso que nos calam. A gente ocupa as ruas, a gente faz marcha e projeta o bem-viver.

Acho importante destacar que a Marcha das Margaridas tem um ápice, que é este momento que a gente constrói hoje e amanhã em Brasília, mas ela representa uma luta cotidiana, porque a violência é um enfrentamento cotidiano, porque o trabalho é um processo cotidiano, porque organizar as companheiras para se empoderarem e se destacarem nos seus processos na construção das comunidades é um processo cotidiano. A marcha é só um momento de celebração e para dizer que estamos juntas e somos como água: temos força quando nos encontramos.

A gente destaca também que, para construir o bem-viver, é importante pensar a produção de alimento, mas pensar a produção de alimento também é pensar o acesso à terra e ao território e a importância de uma política de reforma agrária que garanta o acesso ao território das comunidades dos povos tradicionais, mas também o direito de acesso à terra para aquelas pessoas que hoje estão sem terra nos acampamentos de beira de estrada, nos acampamentos em terras públicas e que estão entregues à própria sorte, já que tem acampamentos com mais de 20 anos.

Só é possível pensar a soberania, só é possível pensar em bem-viver se a gente projeta políticas de bem-viver e controla as políticas da morte, como o marco temporal e o PL do Veneno, que está aqui para ser votado nesta Casa; que a gente espera que não seja, porque é uma política de morte contra as mulheres do campo. E nós, Margaridas, reafirmamos: não a esse processo!

Encerrando aqui, digo que elas ficam e que enfrentar a violência política de gênero é enfrentar a violência contra as mulheres em diversos espaços e que não permitiremos que as mulheres sejam violentadas, porque quando uma mulher é agredida todas as mulheres são agredidas. Daí, tomaremos as ruas num mar de bandeiras de margaridas para reafirmar nosso direito ao bem-viver, nosso direito a acessar os espaços de poder e a definir as políticas que a gente quer para a nossa vida e para a vida dos nossos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A Presidência parabeniza e registra aqui a fala da Lucinéia.

E aqui registro algumas presenças, como a do Deputado Estadual do PT Professor Lemos e da Deputada Estadual Cláudia de Jesus, também pelo PT.

Quero aqui registrar também a presença do nosso querido e amado Senador Fabiano Contarato, (*Palmas.*) que é de luta, sempre defensor de todas as causas justas, especialmente no que diz respeito aos



direitos das mulheres.

Quero aqui conceder a palavra a essa maravilhosa e querida Exma. Senadora Leila Barros, que tão bem faz um trabalho aqui em que eu me espelho, cheguei aqui já querendo aprender com ela. Faça sua fala como sempre brilhante. Quero dizer que tenho o maior orgulho de fazer parte no Senado da Bancada Feminina dessa grande mulher.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/PDT - DF. Para discursar.) – Vocês veem que essa bancada é bem suspeita, ainda bem! (*Risos.*)

Bom dia a todas e a todos.

É um prazer, Augusta, fazer essa jornada, essa caminhada não só ao seu lado, que está chegando agora, mas aprendendo diariamente com Senadoras como Zenaide Maia. Tivemos tantas Senadoras que passaram por aqui, como Rose de Freitas, Simone Tebet e a própria Kátia Abreu, e hoje temos uma Jussara, temos uma Teresa, temos Daniella, temos Eliziane. Cada uma tem a sua trajetória, a sua história. A gente age muito em sororidade, por incrível que pareça, por mais que estejamos muitas vezes em campos distintos – não é, Zenaide? –, opostos, mas, quando a pauta é de interesse das mulheres, é importante para nós, impressionante como essa bancada consegue realmente se reunir em prol do que é importante.

Eu gostaria de cumprimentar primeiramente – quero até pedir desculpas, Augusta – a Mazé Moraes, que é a Coordenadora da Marcha das Margaridas; a Ministra Cida Gonçalves, uma grande parceira nossa da bancada do Senado Federal; a Senadora Zenaide; e, nas pessoas delas, todas vocês.

Quero dizer que é um prazer. Eu tenho uma lembrança muito forte da Marcha das Margaridas, enquanto Secretária de Esportes, em 2016. Eu lembro que vocês não tinham onde ficar – não sei se vocês lembram bem isso, em 2016 – e iam ficar no autódromo. Aí veio o Acelino, que é um grande amigo meu, e falou: “Leila, as mulheres vão ficar no autódromo”. Eu disse “Como assim no autódromo?”. Nós sabíamos que era um calor infernal o autódromo. Falaram: “Não, elas vão armar as barracas e tudo”. E eu falei: “Não, elas vão ficar no ginásio”. Eu lembro muito bem. Talvez algumas veteranas que estejam hoje aí saibam que, inclusive, eu visitei lá, ficaram todo o período da Marcha das Margaridas lá. E foi um evento incrível.

Ali foi o momento – quero até dizer para vocês – em que eu percebi a minha verdadeira missão. Ali eu entendi por que eu deveria continuar na política, porque eu estava sendo de alguma forma influenciada por um movimento tão incrível, tão diferenciado, de mulheres com uma história tão forte!

Eu sou de família muito humilde, meu pai era mecânico que estudou até a terceira série, a minha mãe uma dona de casa. Tenho muito orgulho! Vieram do Ceará num pau de arara. Meu pai veio ajudar a construir a cidade; anos depois, meu irmão chegou com a minha mãe, e eu cheguei logo depois, porque eu nasci em 1971 aqui em Brasília. Eu me lembro das dificuldades, porque meu pai veio ajudar a construir Brasília, mas aqueles que vieram construir Brasília ficaram fora do quadrado. A gente já conhece um pouco dessa história de Brasília, daqueles que, de fato, sol a sol, construíram a cidade e tiveram que ir para as regiões administrativas. E eu nasci em Taguatinga, cresci em Taguatinga. E eu lembro que eu conheci o Lago Paranoá só com 13 anos. Sabem como? Porque eu ganhei uma bolsa de estudos no Cema, no Maria Auxiliadora. Eu não tinha condições de ir e voltar e ficava na casa das minhas amigas que moravam aqui nessa região.

Eu tenho muito orgulho da minha trajetória também, porque cada um sabe onde é que encontra as suas potencialidades e, digamos assim, as suas oportunidades. Eu nasci no barro vermelho de Taguatinga, me criei naquelas ruas.

E foi com a bola, sim, que eu me tornei a Leila, eu me tornei a Leila do Vôlei. Os pilares que o esporte trouxe para a minha vida eu trago hoje para a política, porque no esporte a gente aprende rápido a entender que eu não preciso amar aquele que eu não concordo com as ideias, mas eu preciso respeitar.



(*Palmas.*)

Diferentemente do cenário que a gente encontra hoje... Eu aproveitei... A Augusta falou: “Leila, você quer falar?”. Não, eu tenho é que ouvir essas mulheres, porque vocês são a origem do que eu sou. A minha casa era repleta de mulheres: eram minha mãe, minha avó, minha bisavó, a mãe velha, que era uma índia que tinha um cabelo enorme – dá para ver pelos meus olhos. É essa mistura que é o Brasil e a força que é a mulher, principalmente a mulher nordestina. E nós éramos oito mulheres, cada uma querendo falar mais do que a outra, eu lembro isso. Era ali naquele seio, junto com aquelas mulheres, que, quando eu representava o Brasil mundo afora, ou eu ia curar no colo delas as minhas feridas pela derrota, as minhas frustrações, ou eu ia comemorar as minhas vitórias, porque era a elas que eu devia tudo aquilo. Elas nunca deixaram de acreditar em mim. E elas me ensinaram desde cedo a ter orgulho da minha história, a ter orgulho de quem eu sou e a trabalhar e a lutar por aquilo que eu acredito.

A mensagem que vocês deixam para todas nós que estamos aqui...

E estou com um discurso lindo. Quero até pedir desculpas para a minha assessoria, mas, tão envolvida pela emoção, entendendo a minha missão e impactada com as falas de vocês, eu só queria dizer uma coisa: nós vamos continuar lutando!

Cada uma aqui, cada uma de nós Parlamentar temos uma história, que de fato representa cada uma de vocês. Então, eu gostaria de dizer de coração que estaremos aqui sempre de portas abertas. Se houve falha, se não foram atendidas, se precisamos melhorar, assim o faremos, mas que vocês continuem esse movimento lindo. Com esse movimento, acreditem, vocês não estão só inspirando as mulheres e as meninas que caminham com vocês, vocês estão inspirando a todas nós e deixando muito clara a missão dura... Não é fácil estar aqui, mas ela é prazerosa, porque sabemos que representamos a cada uma de vocês.

Viva as mulheres, viva o Brasil! (*Palmas.*)

Obrigada, mulherada. Obrigada.

Eu mudei tudo aqui. É isso aí, vamos continuar lutando.

Viva o Brasil!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Viva o Brasil! Ficou ótimo.

O Sr. Fabiano Contarato (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Presidente, Presidente, me permita um aparte?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com certeza, meu querido Senador. Aparte concedido aqui para o Senador Contarato.

O Sr. Fabiano Contarato (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para apartear.) – Eu só queria aqui complementar, Senadora Leila, e falar da minha alegria, pois um dos presentes que eu sou mais grato a Deus por Deus ter me dado na política foi estar nesta Legislatura com V. Exa. V. Exa., a Senadora Augusta, que está chegando, e todas vocês são mulheres que me inspiram a cada dia. Todas vocês são mulheres que me inspiram a cada dia.

E eu sei que não é... Por favor, me perdoem, eu não quero jamais tomar o lugar de fala, mas eu quero que vocês encontrem em mim aquela pessoa que sempre vai estar lutando na defesa intransigente dessa garantia, que é constitucional, expressa no art. 5º, que diz que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, (*Palmas.*) mas isso ainda está longe de ser uma realidade, porque, só este ano, nós tivemos a aprovação de um projeto que garante igualdade salarial para homens e mulheres.

Que democracia é esta, quando se diz que todos somos iguais perante a lei, se, dentre os três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, o único que nunca foi presidido por uma mulher foi justamente o Legislativo? Que democracia é esta, em que eu estive em uma Assembleia Legislativa, em um determinado estado, em que, em 24 Deputados, nenhum é mulher? Isso tem que me dizer alguma coisa, porque, se não



me disser nada, tem algo errado comigo. Que democracia é esta, que nós não temos uma representatividade maior dos pretos, pardos, indígenas, mulheres, quilombolas, pobres? (*Palmas.*)

Eu vou morrer – Senadora Leila, minha querida Augusta, perdoem-me o desabafo –, mas eu vou morrer defendendo que seja dada vida, vez e voz a essa garantia que, infelizmente, ainda está deitada eternamente em berço esplêndido.

Assim como Martin Luther King teve um sonho, eu também tenho esse sonho. Eu sonho um dia em que eu não vou ser julgado por minha orientação sexual. (*Palmas.*) Eu sonho um dia em que a Senadora Leila não vai ser julgada por ser mulher. Eu sonho um dia em que um idoso não vai ser julgado por ser idoso ou os meus filhos não serão julgados por serem pretos. Esse dia ainda não chegou, mas eu tenho fé em Deus que um dia eu vou subir a uma tribuna, onde quer que eu esteja, falando: eu tenho muito orgulho de ser brasileiro, porque, no país que eu ajudei a construir, todos somos iguais perante a lei. (*Palmas.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Amém. Assim seja, amigo. Assim seja.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Maravilhoso como sempre, tenho que registrar. Que bom que você falou! Que bom que você deu esse seu testemunho tão de coração, como sempre é, tão verdadeiro. É um sentimento de todos que aqui estão, que representam as Margaridas, maravilhosas.

Eu quero aqui já conceder a palavra também para a Sra. Iêda Leal, que também poderá ir à tribuna, que é a Secretária de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial do Ministério da Igualdade Racial. (*Palmas.*)

Depois, a gente tem só mais duas oradoras. Prometo que a gente vai já começar as plenárias, as discussões lá. Eu sei, porque eu também faço parte de um painel, mas logo mais iremos. Vamos aqui convidar para termos o prazer e a oportunidade também de ouvir essas mulheres que hoje são as donas da tribuna. Que prazer! Que prazer!

A SRA. IÊDA LEAL (Para discursar.) – Obrigada.

Como eu não ando só, já peguei a minha mais velha ali, porque a gente sabe...

(*Manifestação da galeria.*)

A SRA. IÊDA LEAL – ... de onde os nossos passos vêm. Então, com a palavra: nós.

Eu fico muito feliz e orgulhosa. E quero aqui trazer o abraço do Ministério da Igualdade Racial, da nossa Ministra Anielle, que também vai marchar conosco, porque essa marcha é coletiva.

Cida, o nosso abraço. Você é uma pessoa magnífica e tem a tranquilidade de conduzir essa grande luta das mulheres no país todo.

Mazé, está bonito! Nós chegamos! E a gente acompanha.

E, falando de vocês, lógico, a Senadora que preside, todas as outras mulheres Parlamentares aqui presentes, as nossas Vereadoras, Deputadas, Senadoras e a nossa futura Presidente da República, os nossos espaços estão representados aqui do Oiapoque ao Chuí.

E eu quero dizer para vocês: marchar é muito bom. Se aqui tem 100 mil, ficaram nos estados mais outros 100 mil que estão marchando conosco. Então, a nossa responsabilidade é muito grande.

Viver e sermos felizes, com certeza, esse é o resultado da nossa unidade na luta. Marchar, lutar e resistir, em nome de todas as mulheres que não estão aqui hoje e que foram vítimas da violência, que tem sido uma das coisas mais perversas do nosso país. Então, em nome de todas!

Aqui eu quero trazer uma lembrança e uma tristeza. Nós acabamos de perder Léa Garcia, com 90 anos de vida, 70 anos dedicados à arte, uma mulher negra que resistiu. Nós precisamos aplaudir essa



mulher. (*Palmas.*) Nós precisamos lembrar que ela é uma guerreira que nos representa.

Quero trazer aqui para vocês... E tudo é muito importante: elas vão ficar, porque elas foram eleitas com os votos lá dos nossos territórios. Não vai ser um macho escroto que vai tirar essas mulheres desse espaço.

(*Manifestação da galeria.*)

A SRA. IÊDA LEAL – Elas ficarão. Ficarão, porque nos representam, mas quero trazer para vocês aqui uma lembrança, já estou terminando estes minutos, de uma mulher chamada Madalena Gorgiano, uma mulher doméstica que foi absolutamente resgatada do trabalho análogo à escravidão e que nos representa. Nós mulheres negras deste país exigimos que as trabalhadoras domésticas sejam respeitadas. E elas estão marchando conosco. (*Palmas.*)

Todas as lembranças a todas as mulheres são importantes, mas essas mulheres... Madalena nos representa.

Parabéns! Vamos marchar, estamos juntos. E é exatamente isso. Nós, unidas, ninguém nos separa. (*Palmas.*)

Viva as mulheres negras deste país!

(*Manifestação da galeria.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Viva as mulheres negras!

A SRA. IÊDA LEAL – Estamos juntas ou não estamos?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Estamos.

Quero aqui registrar a fala emocionante e tão verdadeira da nossa querida Iêda.

E já convido aqui a próxima oradora, que é a Deputada Federal Juliana Cardoso, que também poderá dispor aí da tribuna.

Enquanto ela vai indo, eu vou registrar aqui a presença também da Deputada Elisângela... Elisângela Maria ou Maia?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Moura, Elisângela Moura, do Piauí. (*Palmas.*)

E registro a presença da Defensora Pública também lá do Pará Anelyse Santos de Freitas.

Muito obrigada aí pela presença de todas.

E agora nossa Deputada Federal poderá também usar a tribuna.

A SRA. JULIANA CARDOSO (Para discursar.) – Obrigada, Presidenta.

Bom dia, mulherada de luta!

(*Manifestação da galeria.*)

A SRA. JULIANA CARDOSO – Gente, Ministra, Mazé, é a primeira vez que eu entro neste espaço do Plenário, por incrível que pareça, e olhem que entrada triunfante! Entrada junto com as Margaridas! (*Palmas.*)

Isso é muito simbólico, é muito importante, é muita emoção vocês estarem aqui.

Vocês estão aqui, Mazé, pós-golpe. Vocês chegaram a Brasília sem tiros, sem porrada e sem bomba; vocês chegaram a Brasília sendo recebidas pelo Governo Federal, Ministra, da reconstrução deste Brasil, da reconstrução da vida das mulheres, e a gente tem que pensar políticas. E temos pressa, Ministra! Olhem,



meninas, companheiras e companheiros, neste palco que a gente chama de Câmara Federal, que é aqui do lado, a gente às vezes tem palco de horror, palco de ódio, um palco que coloca que as mulheres, cada dia mais, sejam punidas pelos seus corpos. São palcos em que a gente, às vezes, tem que fazer uma escuta que a gente nem quer, porque já é uma violência. Muitas vezes, a gente fala, denuncia, pensa também em colocar na Comissão de Ética.

Mas, com vocês aqui, este momento é um momento livre, é um momento alegre, é um momento leve, é o momento em que vocês estão chegando aqui. E pasmem! Senadora, estava marcada para amanhã, quarta-feira, a leitura dos relatórios da Comissão de Ética, mas foi cancelada. Foi cancelada sabem por quê? Porque vocês estão aqui e, com certeza, iriam dar toda a força para as mulheres que estão cassadas na Comissão de Ética.

Portanto, eu quero dizer, finalizando, que avançar com a luta das mulheres é também incorporar a luta contra o marco temporal. O marco temporal é contra o nosso povo indígena, é aquele que vai acabar com o campo, é aquele que também acaba com a cidade, mas é aquele que também atropela os povos indígenas de todo o nosso Brasil, atravessando os nossos biomas.

Eles, aqui nesta casa, neste Senado, já querem avançar para a leitura desse relatório. A gente precisa dizer não. Não queremos marco temporal. Porque aqui, então, como diz a minha companheira Célia, que também já está aqui presente, antes de existir coroa, existia cocar.

Viva a luta das mulheres, viva Margarida Alves, viva Marielle Franco, viva todas as mulheres que vivem nas nossas lutas!

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – A Presidência toma ciência do pronunciamento, parabeniza a nobre Deputada e já concede a palavra para a próxima oradora, e última, para encerrar com chave de ouro, à Deputada Federal Célia Xakriabá, que também poderá usar a tribuna. É o maior prazer, pode vir. Nossa mulher de luta também. Que bom recebê-la aqui no Senado!

(*Procede-se à execução musical.*)

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Para discursar.) – O que eles não suportam mesmo é o nosso sorriso. Mas o que eles não suportam mesmo é que, antes de chegar aqui, poder, para nós, não é somente o Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A luta é o quarto poder!

Ministra Cida, o que eles não suportam mesmo é que nós somos poderes permanentes. Nós somos poder não exatamente somente quando chegamos na Câmara de Vereadores, enquanto ministras, enquanto Parlamentares ou Senadoras. Nós somos o poder permanente.

Sabem por que eles não nos suportam? Porque, mesmo diante da dor e do luto, nós fazemos luta. Sabem por que eles não nos suportam? Porque nós fazemos acordar a casa-grande. Sabem por que o Congresso não nos suporta? Porque, quando eles nos chamam de atrasados, nós falamos: “Vocês sabiam que, na invasão do Brasil, demorou 51 anos para ter mulheres aqui no Brasil, quando estupravam mulheres indígenas e mulheres negras?”.

Atrasado, para nós, é um Brasil que demorou um século para ter mulheres aqui no Congresso Nacional.

Atrasado é um país que demorou 200 anos para ter a primeira Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara.

Atrasado, para nós, é um país que demorou 200 anos para ter a primeira indígena – agora estou – presidindo a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais.

Agora, nós seguiremos adiante, assim como a luta da Marcha das Margaridas, que nos ajudou e



também contribuiu para organizar a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. E, na 2ª Marcha das Mulheres Indígenas, sabem por que não quebraram o STF, em 2021? Porque fomos nós mulheres indígenas que impedimos isso, mesmo no contexto da covid-19.

E, no ano passado, quando nós estávamos lutando, falavam que nós não éramos civilizadas. Como aqui, também, no Conselho de Ética, falam que nós não somos civilizadas, que não somos racionais e que nós somos “deputéricas”.

Nós iremos dizer que lutamos por uma civilização que não mata, porque nós estamos lutando para combater o feminicídio e o “mulhericídio”. “Mulhericídio” é quando se tenta matar as mulheres e deixá-las vivas, calando a nossa voz.

Estamos aqui também para parabenizar a Ministra Cida, que, agora, criou a primeira Casa da Mulher Indígena brasileira, em Dourados, um estado onde queimam mulheres indígenas guarani-caiovas vivas, onde queimam as casas de reza, mas não queimam a nossa voz e a nossa resistência.

Estamos aqui por cada uma de vocês. Estaremos aqui amanhã, enfrentando o PL 2.903, porque a Comissão da Agricultura quer passar a boiada em cima de nosso território. Mas nós iremos dizer que, enquanto tiver uma mulher no território – “mulher e tório”, “rio e tório” –, nós seguiremos lutando, porque nós somos mulheres parteiras, benzedeiras, deputadas, ministras, indígenas politizadas.

Nós fazemos o enfrentamento ainda que não sejamos belas ou recatadas. Nós não somos recatadas. Muitas vezes, nem somos e nem estamos no lar, pois nós temos um pé no chão da aldeia e o outro do lado de cá. Nós fazemos a diferença para combater a violação, porque nós chegamos aqui foi para reflorestar o pensamento e fazer mulher-ação. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Acho que as falas encerraram aí com chave de ouro, não é? Totalmente!

Eu quero só registrar aqui algumas presenças antes de encerrar.

Já, até, queria convidar que o nosso autor do pedido da sessão, para, se ele quiser, voltar aqui para a sua cadeira da Presidência e encerrar a sessão.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Ele, como um bom cavalheiro, homem...

Eu quero aqui registrar a presença da Vereadora Jucilene e também do Vereador Bernardo, do Deputado Estadual Doutor Jean Freire.

Quero agradecer a todos e todas que aqui estão; à Elisângela, representante da CTB.

Nós temos aqui Maria de Lourdes também, Secretária de Aposentados da Federação, e a Deputada Maria do Carmo, Deputada Estadual também do Pará.

E quero registrar aqui a presença da Deputada lá de Rondônia, Cláudia de Jesus, que trouxe uma grande caravana em dois ônibus.

(Manifestação da galeria.)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Parabenizo pelo esforço e por tudo.

Cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado Federal, agradeço a todas e a todos, especialmente a essas mulheres de luta, essas Margaridas, pela presença aqui hoje e pela participação de todas



que aqui estão.

Um ótimo dia!

Vamos à luta com a Marcha... (*Pausa.*)

Também quero registrar – já registrei agorinha – a presença da Cláudia de Jesus, que veio com uma grande caravana.

(*Manifestação da galeria.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Então, declaro agora encerrada a sessão.

Vamos juntos, todas e todos, rumo à luta da Marcha das Margaridas!

Um grande abraço.

(*Levanta-se a sessão às 11 horas e 45 minutos.*)



Ata da 105ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 15 de agosto de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Rodrigo Pacheco, Veneziano Vital do Rêgo, Rodrigo Cunha e Jorge Kajuru.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 18 horas e 31 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Fala da Presidência.) – Minhas senhoras e meus senhores, os nossos cumprimentos. Boa tarde a todos os presentes, boa tarde a todos os brasileiros e brasileiras que nos acompanham pela TV Senado e pelos demais outros veículos da estrutura do Senado Federal. Nossas saudações.

Nós já registramos um número suficiente para que abramos, regimentalmente, os nossos trabalhos do dia de hoje. Portanto, declaramos aberta a sessão do dia 15 de agosto de 2023.

Sob a proteção de Deus, iniciamos as nossas atividades.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do nosso aplicativo Senado Digital, pela lista de inscrições que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos nossos totens espalhados, disponibilizados, na Casa.

Esta presente sessão deliberativa ordinária é destinada à apreciação das seguintes matérias, já foram disponibilizadas nos avulsos eletrônicos e na Ordem do Dia eletrônica de hoje para o conhecimento prévio dos integrantes do Senado, das Sras. e dos Srs. Senadores:

- Projeto de Lei nº 2.796, de 2021, do Exmo. Sr. Deputado Kim Kataguiri;
- Projeto de Lei nº 2.208, de 2022, substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado Federal nº 104, que teve como o seu autor o Senador José Agripino;
- Projetos de Decreto Legislativo nºs 928, de 2021, e 169, de 2022, de iniciativa da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, referentes a acordos internacionais;
- Projeto de Resolução nº 78, de 2023, que tem o seu início na Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos aos oradores inscritos, tendo os mesmos o prazo de dez minutos regimentais para uso da palavra.

Primeiro inscrito: querido companheiro, o Senador Jorge Kajuru.

Meus cumprimentos, Senador Jorge Kajuru. Boa tarde.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para discursar.) – Abraço, amigo especial, voz digna da nossa Paraíba amada e dono de um português escoreito Veneziano Vital do Rêgo, presidindo, como sempre, a sessão e muito pontual.

Eu falo português escoreito, porque, nesta tribuna, diante de Ruy Barbosa, eu não vou dizer o nome dele, não é nenhum dos atuais Senadores de Goiás, não. Mas um Senador de Goiás, no primeiro ano de mandato, em 2019, subiu nesta tribuna e disparou as seguintes preciosidades: ele falou “pobrema” e falou “o pessoal foram”.

O Tasso Jereissati e o Jaques Wagner vieram dizer para mim: “Kajuru, ele é de Goiás?”. Eu falei: “Finge que não é!”. Porque é duro – não é? – falar “pobrema” e “o pessoal foram”!

Coitado do nosso Ruy Barbosa!

Bem, brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, volto a esta tribuna, para variar, o primeiro a usar a palavra, porque o Novo PAC é um programa de aceleração do crescimento lançado na última sexta-feira pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A importância do programa pode ser medida por uma declaração marcante do Chefe do Executivo – abrem-se aspas: “Hoje começa o meu Governo” – fecham-se aspas. Assim enfatizou o Presidente Lula, explicando que, até agora, a grande preocupação foi a de reparar o que desandou nos últimos quatro anos de um governo desastroso, com a recuperação por parte do Governo Lula das várias políticas de inclusão social.

Assim como os programas direcionados para reduzir as desigualdades, o Novo PAC significa a retomada de mais uma bandeira das gestões petistas anteriores – reconheçam ou não –, um indicativo essencial, num país em desenvolvimento, da necessidade de se priorizar os chamados projetos estruturantes.



O primeiro PAC é de janeiro de 2007, que foi o início do segundo mandato de Lula. O segundo programa foi lançado em 2011, primeiro ano de Dilma Rousseff na Presidência da República. No Lula 3, o Novo PAC tem o foco voltado para questões ambientais e diretamente relacionado à transição ecológica. Inclui, ainda, novos eixos como a preocupação em levar internet de alta velocidade a todas as escolas públicas e unidades de saúde.

Os projetos serão divididos em grandes áreas: transportes; infraestrutura urbana; água para todos; inclusão digital e conectividade; transição e segurança energética, infraestrutura social e defesa.

O Executivo promete investimentos federais, senhoras e senhores, da ordem de R\$371 bilhões ao longo de quatro anos. Mas o novo PAC deverá contar também com recursos das estatais, financiamentos de bancos públicos e privados por meio de concessões e PPPs, as parcerias público-privadas. Isso leva à expectativa de que, incluindo iniciativas da Petrobras, maior empresa do país, os investimentos atinjam – prestem atenção! – mais de R\$1 trilhão em quatro anos. É muito dinheiro e grandes possibilidades de que sejam alavancados setores estratégicos da economia, com consequências positivas em vários níveis.

O Governo Federal acredita, por exemplo, que o novo PAC pode gerar até 4,5 milhões de empregos diretos e indiretos – que saudades de isso acontecer! É bastante ambiciosa a meta do Programa de Aceleração do Crescimento, que, a meu ver, Presidente Veneziano, deveria começar pela finalização da metade das obras paradas dos PACs anteriores. Evitar a descontinuidade e a paralisação de obras será fundamental para firmar a credibilidade do Programa de Aceleração do Crescimento. Com o alicerce da credibilidade, o PAC, em nova versão, tem tudo para deslanchar, sobretudo com o Governo Federal mostrando o cuidado de revestir da mais absoluta transparência todo o processo de implantação do programa – concluo –, dotado de um vigor, para mim, capaz de mudar o futuro de nossa pátria amada.

Deus e saúde a ela, a todos e todas aqui na Casa, na TV Senado, na Rádio Senado, na Agência Senado, nas redes sociais! Uma ótima semana para todos nós e vamos trabalhar!

Rapidamente, para não passar do tempo, pois nunca passo – desculpem a modéstia, mas sou o mais disciplinado com o tempo aqui –, registro o livro de Roberto Carmona, um dos mais exímios repórteres esportivos do Brasil. Trabalhou simplesmente com Osmar Santos, na Rádio Globo, e comigo, quando comecei a carreira em São Paulo, com Fausto Silva, com Juarez Soares e outros.

O livro de Roberto Carmona, falecido, lá no colo de Deus, é extraordinário. Acabei de ler ontem. Escrito por um jornalista que adoro, que é o goiano Cristiano Silva, o livro está na internet, à disposição de todos os ouvintes do romântico rádio brasileiro. Roberto Carmona, uma reserva moral da comunicação.

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Nossos cumprimentos e o reconhecimento da Mesa ao que de fato não é imodéstia de V. Exa. pelo cumprimento rigoroso e disciplinado do tempo disponibilizado.

E junto às suas palavras, Senador Jorge Kajuru, inclusive tinha preparado em momento oportuno, farei uso para lê-lo exatamente sobre esse tema que V. Exa. aborda. Na última sexta-feira, eu não tive a oportunidade de me fazer presente com obrigações em nosso estado – não sei se V. Exa. teve esta oportunidade –, que foi celebrar junto ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – No Rio, não é?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – No Rio.

E tantos outros companheiros, agentes públicos, agentes políticos, autoridades do estado e demais



outros que lá se fizeram, chamados para conhecer essas demandas.

O Presidente Lula quando afirma que agora, passados sete meses, tem a sensação que, de fato, fará aquilo que mais gosta, é exatamente ver desabrocharem iniciativas que estão inseridas no plano de aceleração do crescimento.

Porque esses sete meses que já se permitiram ser frutuosos – os próprios resultados mostram isso, os novos encaminhamentos na economia, a nova dinâmica das relações institucionais, a nova recomposição de políticas outrora não vistas, principalmente quando nós aludimos a setores, segmentos da nossa sociedade que ficaram marginalizados, sem terem o direito e as oportunidades para fazer o bom debate político porque foram travados todos os canais de acesso como pelos ministérios que não se permitiam fazê-lo –, o Presidente lança o Plano de Aceleração do Crescimento com a participação de instituições estatais, fundamental para complementação desse valor que ultrapassa R\$1,5 trilhão, computadas todas as fontes, e se farão de fato notáveis mudanças de cenários Brasil afora. E por que falo com esse carinho? Porque eu vivenciei essa realidade...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... Senador Jorge Kajuru, quando eu fui Prefeito de Campina Grande. Em 2005, quando nós iniciávamos o nosso primeiro...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E lá fez história como Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Graças a Deus temos muito a mostrar. E algumas dessas obras que nós idealizamos e que nós realizamos em Campina durante oito anos tiveram a marca dessa parceria com o Presidente Lula no seu primeiro Governo, sequenciando-se no segundo, e sob a gestão da então Ministra Dilma Rousseff.

Eu me recorro de que três grandes projetos de urbanização – e aí quando nós falamos sobre urbanização, incluímos saneamento, drenagem, pavimentação e até mesmo nos estendendo à construção de unidades residenciais e unidades escolares, que foram feitas –, me recorro muito bem e vibro dia após dia porque não há nada de que mais goze o gestor senão de poder ver o seu esforço compartilhado com todo um grupo de uma gestão e de outros parceiros, como foi o Presidente Lula à época, se permitir ver o saborear a alegria dos olhos estampados por tantas famílias que se beneficiaram como em São Januário.

Recordo-me do novo bairro do Araxá, um bairro de inúmeras vulnerabilidades. Ontem mesmo eu tive a oportunidade de, em Campina, Senador Paulo Paim, já lhe convidando a ocupar a sua tão habitual, o seu tão habitual local de explanação, a tribuna, já ocupada pelo Senador Jorge Kajuru, ontem nós estávamos em uma dessas regiões, reabrindo o restaurante popular, que foi uma das marcas dos primeiros Governos do Presidente Lula e da Ministra – e depois Presidenta – Dilma Rousseff.

Campina Grande viveu, à época, uma realidade onde eram servidas 7 mil refeições, 9 cozinhas comunitárias, dois restaurantes populares, servindo essas refeições com uma cadeia, Senador Paulo Paim – V. Exa. bem o sabe –, que beneficiava o agricultor familiar, cujas produções eram adquiridas. Nós tínhamos o Banco de Alimentos, nós tínhamos toda uma rede capaz de poder fazer, de fato, uma política de segurança alimentar, mas com um olhar mais amplo, que chegava até os agricultores familiares.

Passamos um tempo, depois de oito anos nas gestões que nos sucederam esse programa não foi levado adiante, mas ontem a gestão atual – e aí eu quero saudar na Presidência o Prefeito Bruno Cunha Lima, que teve a disposição de reabrir essa primeira unidade. E hoje pela manhã, Senador Jorge Kajuru, como é o perfil daqueles que estão à frente dos ministérios, eu fui recebido em audiência pelo nosso companheiro, Senador Wellington Dias, exatamente para rogar ao Ministro Wellington Dias condições para que recursos



sejam disponibilizados e as demais outras unidades que foram fechadas possam ser reabertas.

Por que estou fazendo toda essa alusão? É porque também incluídos estavam, dentro desse grande projeto redentor à época – e não há como desconhecer, com essa mesma capacidade e com esse mesmo vigor redentor –, a atualidade do Plano de Aceleração do Crescimento, nele estando alguns projetos de suma importância para o nosso Estado da Paraíba.

Então, eu quero abraçá-lo, saudá-lo, na condição também de Líder do Governo no Senado Federal, por fazer as menções congratulatórias à iniciativa do Presidente e de todos aqueles que elaboraram os projetos, saudando a todos os Governadores e todas as autoridades que apresentaram as suas demandas a pedido do Presidente Lula.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Um aparte rápido.

Presidente Veneziano Vital do Rêgo, como estamos em três aqui no Plenário, como sempre, Paim, eu o senhor – daqui a pouco chegam os demais que estão nos seus gabinetes, trabalhando evidentemente –, e Paim com a educação rara que tem passou e disse... Ah, Izalci, como sempre, também chega. Adora falar, mas nunca fala na nossa frente. Ele adoraria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Brinca-deira.

Na sexta-feira, o Ministro Padilha compreendeu a minha ausência lá no Rio de Janeiro, e o senhor falou de um dia histórico, o programa PAC, que merece o reconhecimento de todo o Brasil do bem. Para não reconhecer você precisa ser ignorante ou fanático politicamente – graças a Deus, eu não sou nenhum dos dois, embora a ignorância seja a maior multinacional do mundo, infelizmente. Mas eu participei e quero comunicar aqui, e sei que principalmente o senhor e o Paulo Paim vão ficar felizes... Quem está na tribuna agora, é o Izalci?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Izalci.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você tomou o lugar o Paim, Izalci? *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você não pode fazer isso como Paim! *(Risos.)*

Só trocou. O Paim é tão educado que trocou com Izalci – mas o Izalci é sempre importante da tribuna.

Mas penso que, mesmo não sendo da base do Governo, o Izalci, que é um homem coerente e independente, também vai ficar feliz com essa notícia. Eu participei de um dia histórico em São Miguel do Araguaia, onde estiveram 500 dos maiores produtores rurais do Brasil. E, por isso, o Ministro Padilha falou: “Kajuru, você tem que ficar ausente. Vai lá. ” E fui o único político convidado, não de Goiás, o único político do Brasil convidado. E lá estive.

E o Ministro Fávaro, que vem dando um show no Ministério da Agricultura, participou e fez uso da palavra, por videoconferência. Foi aplaudido de pé. Eu fiquei muito feliz do reconhecimento de empresários, de produtores rurais, do agro. E o principal deles que se chama Vinícius Ferreira disse o seguinte: “Nós somos Brasil, Senador Kajuru. Nós não somos Lula, Bolsonaro, fulano, beltrano. Nós queremos um Presidente que respeite o agro, que respeite os produtores rurais. E nós temos que reconhecer que foi o



Governo Lula quem mais, na história deste país, investiu no agronegócio.”

Então, você ver o reconhecimento dessa classe em relação ao que representou Lula e ao que está fazendo Lula em seis meses de Governo, agora sete, o que não aconteceu nos quatro anos do Bolsonaro, sejamos sinceros, embora eu, independente também, mesmo Vice-Líder do Governo Lula, reconheça que a Ministra Tereza Cristina fez um trabalho extraordinário. Tenho admiração por ela e sou amigo pessoal dela, como de tantos outros Senadores bolsonaristas, que vão inclusive à minha casa, e eu não misturo as coisas.

Agora, o que o Lula fez até agora para o agro está sendo reconhecido. O que o Ministro da Agricultura fez, o Plano Safra, foi motivo de aplauso, Presidente Veneziano; o investimento agora de quase meio bilhão de reais do Ministério da Agricultura; o financiamento, que era o único ponto positivo que aconteceu apenas em um ano de Governo Bolsonaro, o Lula já começou a fazer agora e vai ter em todo o seu Governo. Então você ver essa classe reconhecendo o que está acontecendo é para mim prazeroso. Por isso que eu fiquei muito feliz e achei que foi um dia histórico vivido por mim, que anteriormente levei 700 empresários, presencialmente, com o Vice-Presidente Alckmin e com Carlos Fávaro, que estava em Tóquio, no Japão, participando por videoconferência, conversando com os empresários. E ambos também aplaudidos de pé. Isso é importante dizer, porque infelizmente eu não li nenhuma notícia como essa na imprensa. É só dizer que o agro tem ódio do Governo Lula, que o agro tem problemas com o Governo Lula... Não, é só você conversar com os empresários. Eles reconhecem o que está acontecendo e não têm lado político esses empresários. Eles são patriotas.

É isso que eu queria registrar.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Jorge Kajuru.

Por permuta feita, sobe à tribuna o Senador Izalci Lucas.

Nossos cumprimentos!

Boa tarde, Senador Izalci. Seja bem-vindo.

V. Exa. dispõe regimentalmente de dez minutos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Colegas Parlamentares, ao divulgar que fará uma Guarda Nacional com civis, o Governo Lula quer construir uma milícia própria que, há mais de 200 anos, foi extinta no Brasil, ainda no Império.

Em alguns governos da América Latina, como Nicarágua, Cuba, Venezuela, além da Rússia, essa ideia prosperou e fez desses países ditaduras cruéis.

Senhoras e senhores, aqui não podemos permitir que isso aconteça, e peço aos pares que não se subjuguem por promessas vãs e não acreditem que a chamada Guarda Nacional Civil não seja uma milícia sob o comando e o jugo do Governo de plantão, com a desculpa de que fará a segurança da nossa nação. Nem na tão denunciada e propagada ditadura pela esquerda brasileira nos governos militares tivemos esse tipo de milícia e o poder absoluto dos governos nos países. Temos o Exército brasileiro, que sempre nos defendeu e garantiu nosso território em todos os conflitos. Temos a nossa Polícia Federal e temos, sobretudo, a Força Nacional, hoje composta por militares das Forças Armadas e policiais das forças locais e da Polícia Federal para agir juntos quando necessário.

Onde atuará a milícia proposta pelo ministro? Nós não temos conflitos, senhoras e senhores, e se tivermos, já temos quem nos protegerá. Sequer tivemos atentados terroristas há mais de 30 anos, porque no dia 8 não houve atentado terrorista, com bombardeios ou bombas. Ninguém morreu e não houve nada comparado a qualquer atentado terrorista no mundo ocidental. Basta olhar o que aconteceu na



Europa, nos Estados Unidos, na Ásia, e inclusive nos nossos países vizinhos, como Peru e Equador, com mortes, armas e destruição, para saber que aqui não houve atentado terrorista. Ninguém é bobo, meu povo. Sei que aqui todas as senhoras e os senhores sabem exatamente o que é isso e sabem exatamente o que aconteceu. Mentir para a população vai ter, mais cedo ou mais tarde, uma cobrança da verdade. Pode demorar, mas a mentira tem pernas curtas e sempre aparece.

Estamos, na CPMI, investigando as responsabilidades pelas depredações e ameaças, especialmente com relação ao Governo Federal, que se colocou como não responsável, mas que de fato tinha conhecimento, tinha responsabilidades e era dele o direcionamento exigido. Senhoras e senhores, o que aconteceu foi uma manifestação política que, por erros e omissões, fugiu ao controle, mas nunca foi atentado terrorista. Os senhores e as senhoras sabem disso. A mentira – repito – tem pernas curtas, e ao dizerem isso, serão no futuro cobrados.

Aliás, relembro – e é bom ver – que o resto do mundo divulgou como manifestação política. Sequer tiveram a coragem de falar em terrorismo, como a mídia local fez, a pedido do Governo. Mas a denominação errônea amplamente divulgada em todo o país de que sofremos um atentado terrorista deu ao Governo atual a ideia de se espelhar nas ditaduras já existentes e aproveitar a oportunidade para fazer do Brasil mais uma ditadura de esquerda. Que tal fazer como a Venezuela e Nicarágua, que o fizeram. Tiveram sucesso? Que tal fazer como Cuba? Mas mesmo os Governos chamados de esquerda como o Chile e o Uruguai já se manifestaram contra essa aproximação, esse espelho, principalmente com a Venezuela e com a Nicarágua. No resto da América Latina, não dá para avaliar, mas, em passado recente, pudemos ver que em alguns países isso foi tentado, principalmente com a oferta de muito dinheiro, e comprovado na Operação Lava Jato.

A ideia é reprimir, e isso era feito na medida em que você tira das Forças Armadas e da Polícia Federal, principalmente, o poder de nos proteger sem o jugo do Governo de plantão.

Para que se tenha uma ideia do que está acontecendo em nosso país e que nos dá vergonha, o que aqui se investigou e se comprovou como crime se tornou apenas um pano sujo, que se lavou e, agora, já serve para usar como novo, como limpo.

O que fizemos aqui é vergonhoso quando comparado a outros países envolvidos na Lava Jato que hoje julgam e condenam aqueles que aqui foram inocentados apenas por ser o rei, amigo ou companheiro do rei, mas essa questão entra em outra muito mais importante, que trata do futuro das nossas gerações.

Senhoras e senhores, o Brasil que se apresenta, com o apoio do Executivo e do Judiciário, é o país a favor do comércio livre das drogas e, obviamente, terá uma população cativa. Quem vai ser contra um poder desse tamanho? Tem tudo para ter o maior ganho das esquerdas atrasadas da região. É o maior ganho e a sua grande vitória é dar poder e força ao tráfico de drogas, às facções criminosas. Será, afinal, o grande palco na luta contra todos aqueles que pensam em desenvolvimento.

As jovens e os jovens que aqui me escutam, ouçam e façam algo!

Atenção! Se você é jovem, quer empreender e se desenvolver, não deixe que eles ganhem essa batalha!

Senhoras e senhores, Senadoras e Senadores, alerta, mais uma vez, que o futuro dessa e das próximas gerações está em perigo, com as fronteiras abertas às drogas e com a oferta fácil a todos. Há quem lucre e quem queira, mas o Governo e as instituições têm o dever de lutar contra isso.

Para finalizar, digo e peço que esta minha fala fique nos *Anais* desta Casa.

Quero destacar e alertar que o futuro dessa e das próximas gerações está em perigo, com as fronteiras abertas às drogas e com a oferta fácil a todos! Nessa quadra digo isso porque o Supremo já iniciou a liberação da maconha. E, na próxima quinta-feira, dia 17, retoma a votação, que já conta com quatro



votos a favor. Vai legislar mais uma vez!

Com a maconha livre, vêm as outras drogas. E forma-se uma geração de zumbis. Com isso, será ainda mais fácil o controle do pensamento e da opinião da população.

O que fará esta Casa de leis? Vai aceitar? Vai se calar?

Se assim o for, o que estamos fazendo aqui? Qual é o nosso papel?

Senhoras e senhores, há tempo de defender e de lutar por aquilo em que acreditamos. Esta Casa não é palco daqueles que fingem não ouvir, repetem ideologias fracassadas, falam para quem não quer ouvir.

Eu alerto a todos os senhores e as senhoras que têm filhos e filhas e que querem um país desenvolvido, justo e, sobretudo, livre: acendam a luz de alerta!

Aproveito e convido: na quinta-feira, Presidente, haverá uma sessão no Plenário para discutirmos esta questão que está acontecendo no Supremo sobre a votação da descriminalização das drogas.

É, realmente, um tema muito importante, porque nós não podemos aceitar que o Supremo Tribunal Federal invada as competências do Congresso Nacional. A competência de legislar é do Congresso Nacional e não podemos abrir mão disso.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Então, convido a todos para este debate aqui, dia 17, quinta-feira, no Plenário desta Casa.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Izalci, permita-me um pequeno aparte?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pois não, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Izalci, eu queria só tentar esclarecer à população que esse debate que V. Exa. faz, demonstrando uma enorme preocupação, claro que preocupa a todos nós, mas eu só queria que as pessoas não confundissem o debate que a Casa trava também nas Comissões – eu tenho projeto, o Flávio Arns tem e outros têm –, que é o da *Cannabis* para fim medicinal. Esse é um outro debate. Não tem nada a ver com a questão de liberação para fins recreativos.

Esse projeto... Eu conheço muita gente, realizei três, quatro, audiências públicas, e as pessoas mostravam a dor dos filhos que estavam ali, a dor das famílias.

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A *Cannabis* para fim medicinal é para fim medicinal, não tem nada a ver com a questão de liberar droga para fins recreativos. Esse é um outro debate e é um debate que vai ter que passar aqui pelo Congresso Nacional. Não tem como um tema como esse, que mexe com todo o povo brasileiro, seja a favor ou contra bispo, padre, João, pastor, enfim, estou dando só um exemplo, é um debate que nós temos que fazer. Não tem como não passar pelo Congresso Nacional.

Eu quero, inclusive, cumprimentar a fala do Presidente Rodrigo Pacheco, porque, naquele momento, infelizmente, eu não estava no Plenário, mas depois eu acabei ouvindo a fala dele, e ele vai nessa linha, esse é um debate macro, planetário até. Todos têm que aprofundar o debate sobre esse tema. Que fique bem claro: *Cannabis*, para fim medicinal é uma coisa, liberação de droga para fins recreativos é outra coisa.

(Soa a campanha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aproveito só o



gancho que fiz a V. Exa. Esses dias até eu falava com alguns Senadores, e eles têm a mesma posição: – Paim, conte conosco para aprovar para fim medicinal. Para fim recreativo, grande parte dos que falaram comigo são contra. Mas o Congresso vai debater esse tema e vai aprofundar, Senador Veneziano, como merece, como merece um tema em que a gente vê a realidade. Quem já teve, eu vou ser bem, não é extremista, mas vou ser duro, quem já teve na família um filho viciado em droga sabe o que eu estou falando. Sei que muita gente está nos assistindo neste momento e sabe muito bem o que estou falando.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, eu queria cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Trazer o debate. Mas só queria que as pessoas lá fora, que estão me ouvindo, não misturassem com *Cannabis* para fim medicinal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado pelo aparte, Senador Paim. De fato, dia 17, quinta-feira, nós vamos tratar desse tema, mas o que nós não podemos, de forma alguma, é abrir mão do nosso papel de legislar. O Supremo não pode continuar, como está fazendo neste caso, extrapolando as suas competências; e nós aqui aceitando, passivamente, essas decisões que são tomadas pelo Supremo.

Então, eu acho que vem em boa hora. O Presidente reforçou isso não só relacionado a esse tema, mas a diversos outros temas em que o Supremo tem avançado, inclusive na questão tributária, mudando completamente a segurança jurídica, e outros.

A minha fala da Guarda Nacional precisa ser registrada, pontuada, debatida...

(*Soa a campanha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – ... porque onde foi implantada a Guarda Nacional transformaram-se em grandes ditaduras, cruéis. E eu chamo a atenção desta Casa para que não venha a criação por decreto, muito menos por projeto de lei, para que a gente possa debater isso aqui e pegar esses exemplos negativos que já acontecem hoje.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Na ordem de inscritos, o Senador Paulo Paim que, em comum entendimento com o Senador Izalci Lucas, permutou a sua vez nas inscrições. (*Pausa.*)

Senador Paulo Paim, antes das senhoras se despedirem das galerias, eu queria cumprimentá-las todas, dando-lhes já as boas-vindas, saudando-as pela realização da sessão especial na manhã de hoje na confraternização pela 7ª Edição da Marcha das Margaridas.

Eu, inclusive, tenho um pronunciamento de cumprimentos a V. Sas., às amigas e às milhares que se deslocaram dos seus estados, inclusive do meu estado, afinal de contas, a referência ao início da marcha e da luta pelos direitos das mulheres, principalmente no campo, sem perder de vista as atrozidades condições impostas por atos lastimáveis que se dão no dia a dia nas cidades, o episódio se deu lá na Paraíba e ceifou uma das grandes combatentes pelo direito da mulher do campo, que foi Margarida Maria Alves.

Então, eu quero saudá-las. Estaremos presentes, cumprimentando-as, às que aqui se fazem em nossas galerias, a todos os milhares de margaridas que estarão hoje e amanhã junto às autoridades, com a presença confirmada do Presidente Lula, com anúncios de novas iniciativas pelo atual Governo.

Sejam todas as senhoras muito bem-vindas. Muito grato pela presença nos ambientes do Senado



Federal.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.)

– Presidente Veneziano, eu estive, hoje, pela manhã...

Só ia perguntar: Qual é o estado de vocês? (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, eu vi que era do Rio Grande! Eu percebi no olhar de vocês, porque é uma comunicação de gaúcho para gaúcha, não é? Eu percebi.

Então, um abraço. Eu estive de manhã e, casualmente, vou falar de novo do tema pela importância.

O Presidente Veneziano é uma das pessoas que está no lugar certo, na hora certa. Ele preside esta Casa junto ao Presidente Rodrigo Pacheco, e nós temos avançado muito aqui. Vamos aprovar, por orientação do Presidente Veneziano e do Presidente Pacheco – não sei se vai ser hoje ou amanhã – que Margarida Alves esteja definitivamente colocada entre os Heróis e Heroínas da Pátria.

Eu fui indicado Relator, o parecer é favorável nas Comissões, e o Plenário vai aprovar hoje ou amanhã.

Parabéns! Nós todos somos margaridas, a luta é uma só.

Vivam as mulheres do Brasil e do mundo! (*Palmas.*)

Bom retorno ao Rio Grande. (*Pausa.*)

Presidente Veneziano, fiz questão de fazer um carinho para o povo gaúcho, que respeito muito. Muitos dizem que é o povo mais preconceituoso, mas não é, porque eu sou o único Senador negro que vocês elegeram por três vezes e elegeram quatro vezes para Deputado Federal.

Muito obrigado, viu?

Presidente Veneziano Vital do Rêgo, é com alegria que venho à tribuna neste momento. Estive aqui pela parte da manhã, numa grande sessão, e vou falar aqui de quem participou dessa sessão.

Presidente, com um requerimento do Senador Beto Faro, que quero enaltecer, o Senado realizou hoje, pela manhã, sessão especial em homenagem, como disse bem V. Exa., à 7ª Marcha das Margaridas, que se iniciou hoje e vai até amanhã, em Brasília, com um grande evento com a participação do Presidente Lula aqui em frente ao Congresso Nacional.

Senador Veneziano, este Plenário estava lotado, concorrido.

Mais uma vez, cumprimento o querido Beto Faro, que passou a Presidência para alguns Senadores no período em que eu estive aqui, mas, depois, no final, eu tive que ir para a Comissão de Educação, e ele passou para mim. Inúmeros Senadores estiveram aqui. O painel contou em torno de 32 Senadores hoje, pela manhã, numa sessão de debate, de homenagem a Margarida Alves.

Quero também dizer que muitas foram as personalidades que aqui passaram, e vou citar algumas, com muito carinho: Ministra Cida Gonçalves, das Mulheres; Ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário; Mazé Moraes, Coordenadora-Geral da Marcha das Margaridas; Aristides Santos, Presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares), quem eu enalteço. Inclusive, percebo que eles estão aqui na tribuna prestigiando o Plenário do Senado e estiveram aqui lotando esta Casa pela parte da manhã.

Senadores, Senadoras, Senador Izalci, Deputados e Deputadas, o apoio dessa marcha, que busca a presença de 100 mil mulheres aqui em Brasília até amanhã, teve o apoio também, além dos Parlamentares, de centrais sindicais, confederações, federações, sindicatos de base, vários movimentos de mulheres, quebradeiras de coco babaçu, cooperativas de agricultura familiar, entre tantos outros.

Presidente, repito: somos todos margaridas, porque a luta delas é uma luta de todos nós. Mulheres negras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, brancas, trabalhadoras do campo, das florestas e das águas,



mulheres da pele queimada pelo sol, das mãos calejadas, e elas sabem que eu estou falando que é pelo cabo da enxada, mulheres que se levantam antes de o sol dar bom dia e deitam somente depois que os filhos estão dormindo, mulheres agricultoras que sabem, e eu sei, porque no meu Rio Grande, eu estive em diversas áreas da agricultura familiar, e elas me diziam: “Paim, tu tens Natal?” Eu tenho. “Nós temos, mas a primeira coisa ao levantar é ordenhar as vacas, cuidar do campo, cuidar dos animais, porque eles não esperam, seja no Natal, seja o primeiro dia do ano, seja aniversário, seja casamento, seja batizado...” Elas têm que trabalhar naquele dia também.

São essas mulheres que o Brasil está homenageando, e elas, lutadoras, saíram das suas áreas de atuação para vir aqui exigir políticas públicas de atendimento à agricultura familiar. São mulheres lutadoras – muitas estão na tribuna neste momento – que estão aqui porque querem a reconstrução do Brasil e o bom viver de todos e todas.

Reconhecemos a contribuição essencial das mulheres na construção de um futuro para o nosso amado Brasil. O que seria de nós se não fossem vocês? Não podemos mais ignorar a influência poderosa que as mulheres exercem em nossa sociedade, não apenas como observadoras, mas como protagonistas, como sujeitos da história, como elementos centrais em todos os aspectos da vida nacional.

Temos testemunhado uma transformação notável na participação das mulheres em nossa nação – e vão participar cada vez mais, podem crer, e quem duvidar verá mais hoje, mais amanhã. Elas não só têm estado presentes, mas também têm assumido papéis de liderança em várias áreas. Elas estão liderando esse movimento. Ninguém bota cem mulheres em Brasília, a não ser as próprias mulheres, pelo seu potencial, pela sua garra, pela sua luta, pela sua coragem e pela liderança.

Devemos reconhecer que elas ainda enfrentam muitas barreiras e desafios persistentes, vejam os feminicídios, vejam a violência contra as mulheres, mas elas resistem, elas lutam.

Permitam que eu diga, fugindo do texto: os homens abandonam os seus filhos muitas vezes... (*Manifestação de emoção.*)

As mulheres não abandonam seus filhos. Isso é bonito, isso emociona qualquer um, e não é pela retórica diante de vocês, mas porque essa é a verdade que tem de ser dita. Podem os homens abandonar seus filhos, mas as mulheres não abandonam seus filhos. Tanto é assim que neste país grande parte das mulheres que foram abandonadas lutam, veem seus filhos crescerem, dão a eles estudo, todo o acompanhamento que podem lhes dar, dentro da limitação que têm, muitas vezes numa casinha de sapê, como diz a música, mas os filhos vão escrevendo, com elas, a história da própria família.

Por isso nós não podemos nunca permitir, pela sensibilidade aguçada, pela fibra e pela coragem das mulheres, que elas não estejam nos debates e nas discussões em todas as decisões nacionais, enfrentando uma manifestação clara de um sistema machista como o nosso, que limita nosso potencial coletivo e nacional que vocês aqui representam muito bem.

É essencial entender que negar voz às mulheres é negar a nós mesmos. Quando você nega voz às mulheres, seja nos debates aqui no Parlamento, seja lá na Justiça, seja no Executivo, você está negando a nós mesmos a oportunidade de crescer, e evoluir como sociedade passa por nós homens, mas eu diria que passa primeiro pelas mulheres.

A diversidade é fundamental para tomarmos decisões justas. Honrar as mulheres com seus direitos não é apenas um ato de justiça, mas é também um passo necessário em direção a um Brasil verdadeiro, justo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... bonito



como é nossa pátria, igualitário.

Quando olhamos para o passado, encontramos inspiração na figura de – por que não lembrar quem vocês aqui representam – Margarida Alves, que foi covardemente assassinada, seu marido foi assassinado. Ela assume a liderança do sindicato, lidera o povo e aí é assassinada. Por isso é que nós vamos votar hoje ou amanhã – está previsto, não é, Presidente, amanhã –, tive a alegria de ser o Relator dessa matéria, Maria do Rosário é a autora: Margarida Alves vai entrar para o *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, por tudo que vocês representam.

Enfim, essa luta é incansável e continuará sempre, ecoará através do tempo...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... seus sonhos e ideais...

Presidente, a campanha está tocando, não passou meu tempo, algum problema deu aí. Eu devo estar falando no máximo dez minutos, mas o Presidente vai me dar vinte hoje, em homenagem a vocês que estão nas galerias, ele fez sinal assim para me dizer que vai me dar vinte.

Enfim, Presidente, meu querido Presidente, eu dizia que seus sonhos e ideais traçaram novas trajetórias para todos nós, e é nossa responsabilidade continuar a construir sobre o legado que vocês deixaram, que vocês escreveram, que Margarida deixou para trás porque foi covardemente assassinada.

Que a serena luz da vida nos guie nessa jornada iluminada, para caminharmos na construção de um país onde todas as vozes, independentemente do gênero, sejam ouvidas e valorizadas.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria registrar a presença aqui conosco, Presidente, de uma delegação da Feticvergs, Rio Grande do Sul, ligada aos trabalhadores do vestuário e à CTB, que estão aqui nessa marcha bonita dando a sua colaboração. Cito aqui, em nome de todas as mulheres que estiveram de manhã, que estão de tarde e às 100 mil que vão estar ali com o Presidente Lula amanhã: Regina, Elci, Lorita e Silvana.

Vida longa às mulheres brasileiras. Nós juntos venceremos, chegaremos lá.

Um abraço a todos.

Obrigado. *(Palmas.)*

Sr. Presidente, fiquei tão emocionado com essa moçada toda aqui, eu digo essa moçada toda, porque eu já estou mais para lá do que para cá...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu disse que eram vinte minutos, mas V. Exa. tem razão, eram dez, V. Exa. me deu quinze.

Obrigado, Presidente Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Com grande alegria, com muito prazer, Senador Paim. Somos e respeitamos integralmente, rigorosamente o nosso Regimento, V. Exa. bem o sabe, mas existem, em algumas situações que são diferenciadas, portanto, merecedoras de que o Regimento seja compreendido de forma mais extensiva e este é um deles.

Nós estamos vivendo um momento único de muita importância porque, afinal de contas, hoje e amanhã, como há um outro grupo, eu não sei se as mesmas senhoras que estavam há poucos instantes



entre nós, mas são outras senhoras presentes, nós registrávamos 100 mil senhoras mulheres de todos os 27 estados, 27 unidades nossas, vindas para se reunirem em torno de pautas.

E o que mais nos chama a atenção nesse pronunciamento que V. Exa., Senador Paim, e que eu também fiz em poucos parágrafos, quando o encontro pela reconstrução do Brasil e pelo bem viver. Ou seja, na primeira edição, em 2000, nós tínhamos 2 mil razões para marchar contra a fome – isso em 2000 –, contra a pobreza e contra a violência sexista. As três lutas de outrora, e nem tão outrora assim, 23 anos, se fazem ainda duramente presentes nos dias atuais: violência sexista, fome e pobreza. Então, é a oportunidade mais uma vez de nós estarmos todos, mulheres e homens, todas as idades, de todas as cores, envolvidos e imbuídos de lutar contra essas chagas.

Nossos cumprimentos, mais uma vez, ao Senador Paim e o nosso abraço. Apenas confirmando a informação que o Senador Paim traz a todos nós: amanhã o Senador Rodrigo Pacheco, Presidente da Casa, confirma a apreciação do Projeto de Lei nº 4.288, que teve como autora sua conterrânea, a Deputada Federal Maria do Rosário, e que inscreve no *Livro de Heróis e Heroínas da Pátria* o nome de Margarida Alves, minha conterrânea.

Obrigado, Senador Paulo Paim.

Senador Esperidião, V. Exa. deseja participar, falar como inscrito?

Senador Izalci, pela ordem.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, nós requeremos aqui nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de voto de pesar do falecimento de Inês Maria Neves, bem como a apresentação de condolências. Mãe do nosso Deputado Federal, ex-Governador de Minas, Aécio Neves, nosso companheiro do PSDB, e filha do ex-Presidente Tancredo Neves, Inês Maria Neves, faleceu na última segunda-feira, 14 de agosto, em Belo Horizonte.

A Bancada do PSDB no Senado se solidariza com os familiares, em especial com o Deputado Aécio Neves, expressando os nossos mais sinceros sentimentos, na certeza de que Deus a receberá em sua infinita bondade.

Brasília, 15 de agosto de 2023.

É o requerimento que faço a V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Nós determinamos que o requerimento de V. Exa. lido seja registrado em nossos *Anais*. **(Requerimento nº 714/2023 - Vide Item 5.1.8 do Sumário)**

E, junto aos sentimentos pessoais e de todos que fazem a Bancada do PSDB, esta Presidência também se soma em pesar transmitindo a todos os familiares da Sra. Inês Maria Neves as nossas condolências, na pessoa do nosso companheiro Parlamentar, ex-Governador, ex-Senador, Aécio Neves – as nossas condolências.

Senhoras e senhores, como eu havia aludido, nós, em nome desta Presidência e por estarmos a tratar, nestes dois dias, de um evento de magnitude, de importância, de muitos simbolismos, a Presidência da Casa nos autorizou a fazer um pronunciamento de homenagem ao evento ocorrido nesta manhã, sessão especial, que o Senado Federal, atendendo ao requerimento, à proposta que o Senador Beto Faro fez em relação à Marcha das Margaridas, que ocorre hoje e amanhã tem o seu ápice na reunião na Esplanada dos Ministérios com previsão de mais de cem mil senhoras participando do evento.

Saúdo, em nome da Presidência, todas as mulheres das cidades, do campo, das florestas, das águas, dos quilombos, “Pela reconstrução do Brasil e pelo bem-viver”. Eis o lema desta 7ª edição, Senador Izalci, Senador Esperidião, Senador Paim, demais outros companheiros e companheiras que nos acompanham, senhores e senhoras do Brasil afora. Esse é o lema da marcha deste 2023, com essas palavras de ordem, o



movimento honra o mote da primeira das marchas: “2.000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, que foi realizada no ano de 2000.

Naquela primeira ocasião, 20 mil mulheres mostraram sua força. Na segunda edição, em 2003, já eram 40 mil participantes. Na terceira, no ano de 2011, a reunião somava mais de cem mil mulheres. Naquele ano, trazia como lema “2.011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”.

Novas edições, em 2015 e 2019, demonstraram a força deste movimento, a Marcha das Margaridas. Um poder que não recuou mesmo diante de tantos arbítrios nos últimos anos. Ao homenagearmos a paraibana de Alagoa Grande – querida, histórica Alagoa Grande – Margarida Alves, que foi brutalmente assassinada, estamos simultaneamente combatendo todas as formas de feminicídios em nosso país.

Infelizmente, o que ocorreu em 1983 já acontecia antes, e continuou ocorrendo em nosso Brasil de maneira absurda. De acordo com os números da Comissão Pastoral da Terra, da CNBB, foram 32 assassinatos registrados no campo em 2019, 18 em 2020, 35 em 2021 e 47 no ano passado. Já as mortes por conflitos no campo aumentaram muito entre os anos de 2020 e 2021, de 9 para 109 – dessas, mais de 100 ocorreram na Terra Indígena Yanomami, por ação de garimpeiros. Essa é uma das razões pelas quais é bem apropriado o lema da 7ª Marcha das Margaridas. Lutamos com a mesma garra, contra todas as formas de tentativa de silenciamento das vozes das senhoras mulheres brasileiras, vozes que merecem ter o seu lugar, no campo e na cidade, na cidade e no campo, nas representações sindicais, nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Ao tratar do enfrentamento da violência e de suas formas, em uma rápida conversa, na 7ª Marcha das Margaridas, ela estará trazendo mais luzes sobre este assunto.

Confessamos que ficamos bem impressionados com a realização do encontro dessas mulheres, que vai tratar da defesa, da autodeterminação dos povos, da soberania alimentar, hídrica e energética. De grande impacto igualmente é o debate sobre terra e território, ao tratar das violências dos direitos humanos em situações de conflito fundiário e do reconhecimento da autodeterminação dos povos.

Ainda no contexto desta 7ª Marcha das Margaridas, valorizamos e apoiamos a ideia de que devemos mantermo-nos em luta por uma justiça ambiental, como foi proposta na discussão sobre as mudanças climáticas e políticas públicas.

Impressiona-nos também a dimensão holística dessa marcha. Estão previstas, por exemplo, oficinas de danças populares, oficinas de batucadas femininas e as formações das jovens lideranças do movimento feminino no meio rural.

Com essa maneira de tratar os assuntos, podem-se perceber a magnitude, a amplitude dessa luta e o quanto o enfrentamento desses temas está na raiz da resolução dos problemas brasileiros.

E, de novo, pensamos na força do exemplo de Margarida Alves e na sua representatividade que projetou essa mulher a partir de Alagoa Grande, no Estado da Paraíba; no que tem sido historicamente a ocupação do solo em nosso país; em como a monocultura agroexportadora projetou um antimodelo de uso dos recursos naturais; e em como é urgente, cogente e necessário desenhar um modelo sustentável para tratar a terra, a produção de alimentos, as trabalhadoras e os trabalhadores deste país.

Para nós – permito-me assim referir-me coletivamente – do Senado e da Câmara dos Deputados, fica o dever de aguçarmos nossos ouvidos para as contribuições que vierem e de não só evitarmos a violência no campo ou nas cidades, mas também de projetarmos uma sociedade justa, igualitária, inclusiva e fomentadora do bem viver.

A todas as margaridas os nossos cumprimentos e os nossos reconhecimentos!

Por não termos mais...

Senador Humberto, V. Exa. está inscrito como o próximo orador. Seja bem-vindo! Boa tarde! V.



Exa. disporá de dez minutos regimentais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores – boa tarde, Sr. Presidente –, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, internautas que nos seguem pelas redes sociais, nós tivemos, no início de hoje, uma ocorrência na rede de operação do Sistema Interligado Nacional que interrompeu, no momento da interligação Norte-Sudeste, o fornecimento de energia em cidades de 26 unidades federadas – Roraima, que não está interligada ao sistema, não foi atingida. Em alguns municípios, houve apenas picos de energia sem grandes consequências; em outros, falta parcial; em outros, um impacto mais forte. Houve uma interrupção, no fornecimento, de 16 mil megawatts, afetando especialmente as Regiões Norte e Nordeste.

O fato é que, duas horas depois de ocorrido o problema, nós já tínhamos restabelecido mais da metade da carga que não pôde ser restaurada de imediato para não gerar uma sobrecarga no sistema. Logo depois das 10h, a situação já tinha sido debelada nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, restando apenas pontos específicos de desligamento provocados por problemas ocorridos em decorrência da interrupção original, como paralisação de semáforos e transformadores danificados.

O Ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, que estava no Paraguai com o Presidente Lula para a posse do novo Presidente Santiago Peña, liderou a situação de lá e imediatamente retornou ao Brasil para acompanhar o caso a partir de Brasília.

Estamos diante de um Governo extremamente articulado e proativo, que age com a rapidez necessária diante das necessidades do país para resolvê-las com a urgência que merecem. Diante da dimensão do problema, que atingiu as cinco regiões brasileiras, as ações foram céleres. A resposta do Governo e dos órgãos de Estado, como o Operador Nacional do Sistema (ONS), foi imediata, e trabalhamos para que os danos, especialmente em prejuízo dos brasileiros que estavam indo para o trabalho ou levando os filhos para a escola, fossem rapidamente reduzidos. Não houve qualquer registro de incidente de maior gravidade ocorrido no país.

E o que é mais importante: não há falta de energia no Brasil. Nossos reservatórios estão cheios; nossos sistemas, operando normalmente; não há risco de apagão no país. O problema havido, que está sendo rigorosamente apurado, foi pontual e debelado com inteligência e competência pelo Governo, que agiu de forma extremamente diligente para resolvê-lo.

E digo isso, porque, de forma muito oportunista, alguns nomes da oposição, que deveriam estar ocupando esta tribuna para explicar ao Brasil o escândalo das joias que o ex-Presidente da República e pessoas da sua família e da sua relação pessoal tentaram vender, apropriando-se de um bem público para produzir ganhos econômico-financeiros... Alguns nomes da oposição, que deveriam estar fazendo isso que eu disse, se apressaram para querer tirar proveito político de um problema meramente técnico. É o mesmo pessoal que silencia, como eu dizia agora, que vive um apagão diante do escândalo das joias, em que o ex-Presidente da República está envolvido, certamente por falta de argumentos. Bolsonaro, além de inelegível, agora é também indefensável aos olhos dos próprios aliados.

Eu quero aqui sublinhar à população brasileira uma informação muito pertinente em um momento como este: fiquem tranquilos, porque vocês agora têm Governo. Depois de anos de abandono, o Brasil tem uma gestão séria, comprometida e determinada a enfrentar os desafios do país e do seu povo. Não vão se repetir tragédias como a da pandemia, em que o Brasil e os brasileiros foram abandonados pelo desgoverno da época, que, de um lado, se omitiu diante do seu papel e, de outro, agiu para disseminar o caos e as mortes de cidadãos e cidadãs.

Aliás, é preciso dizer, foi esse mesmo desgoverno que vendeu a Eletrobras, uma empresa estratégica para o setor elétrico nacional e que foi vendida na bacia das almas. É um ponto que precisa ser considerado



para que se identifique em que medida a transferência do controle acionário da estatal à iniciativa privada não prejudicou eventualmente as atividades de supervisão e manutenção do sistema elétrico.

Em mais algumas horas, tudo estará concluído, especialmente na Região Norte, a mais afetada pelo problema que, segundo informações iniciais, teve origem provavelmente em Imperatriz, no Maranhão, estado do Nordeste, lindeiro à Região Norte.

É com muita tranquilidade que registramos aqui que esse contratempo foi imediatamente identificado e que todas as ações necessárias ao seu enfrentamento foram rapidamente tomadas. Problemas ocorrem todos os dias em nossas vidas, e com o país não é diferente, a diferença é a forma como nós os encaramos e os resolvemos. E o nosso Governo mostra que tem competência para fazer face a isso e tem também compromisso com o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Agradeço ao Senador Humberto Costa.

Como próximo inscrito, S. Exa. o Senador Sergio Moro.

Senador, V. Exa. disporá, regimentalmente, de dez minutos para a sua fala.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - PR. Para discursar.) – Senador Veneziano, nobres colegas, eu queria registrar aqui os meus cumprimentos ao povo argentino pelas primárias eleitorais deste final de semana, cujo resultado mostra uma derrota do peronismo. O peronismo, que tem representado naquele país o populismo da esquerda, tem, infelizmente, levado a uma inflação galopante, mais de 150% ao ano, e ao empobrecimento do povo argentino. Ainda teremos uma nova rodada da eleição em outubro, mas já é claro que os dias desse populismo de esquerda na Argentina estão contados.

Temos outros dois candidatos. Ficou em primeiro lugar Javier Milei, e depois ficou Patricia Bullrich. Patricia Bullrich, aliás, que eu tive a honra de conhecer enquanto Ministro da Justiça, foi uma excelente Ministra de Segurança durante o Governo Macri. E confesso, Senador, que tive uma excelente impressão da então Ministra ora candidata a Presidente. E ambos, embora esses rótulos sejam bastante complicados, perfilham a direita ou o centro-direita do espectro político e ambos professam uma crença num Estado que valoriza a iniciativa privada, numa fé mais liberal, na economia de mercado e, igualmente, num rigor, numa severidade na segurança pública, que nós precisamos fazer, dado, infelizmente, o avanço a que nós assistimos aqui, na América Latina, do narcotráfico.

Embora essa página final das eleições argentinas ainda demande ser escrita, eu quero registrar os meus cumprimentos a ambos os candidatos e felicitar o povo argentino por virar essa página do populismo de esquerda do Sr. Alberto Fernández e da Sr. Cristina Kirchner. Quiçá seja esse o sinal de um novo vento na América Latina, soprando lá do sul, desde a Argentina, que possa trazer mudanças mais significativas em todo o continente.

Nós temos visto também o Governo do Chile com dificuldades, atualmente, com o Gabriel Boric, nós temos visto o Gustavo Petro, da Colômbia, igualmente com dificuldades, a registrar que o caminho dessa esquerda populista – embora não qualifique o Sr. Gabriel nesse rol – é um caminho que não tem levado à prosperidade e à estabilidade econômica dentro da América Latina.

Essas mudanças são ainda mais desejadas quando nós assistimos hoje, no Brasil, a um verdadeiro – dá para se dizer – *hat trick* do Governo Lula.

Tivemos um apagão, um apagão na energia, que ainda não teve as suas causas plenamente explicadas, e seria desejável que tivéssemos uma explicação o mais rápido possível e uma solução para que esses problemas não se repitam.

Vimos, igualmente, hoje, um aumento abrupto da gasolina e do óleo diesel pela Petrobras – aumento



de 16% na gasolina e de 25,8% no óleo diesel. Por que esse aumento abrupto? Porque, no período imediatamente anterior, a nova direção da Petrobras, nomeada pelo Governo Lula, resolveu desafiar a lógica do mercado e manter os preços dos combustíveis artificialmente reduzidos. Embora essa política populista atraia aplausos dos brasileiros num primeiro momento, ela vinha gerando problemas severos, inclusive para o abastecimento interno brasileiro, já que outros produtores e importadores não tinham condições de praticar os mesmos preços que a Petrobras e, portanto, começaram a deixar de comercializar os seus produtos e de importar o combustível necessário para completar a demanda, para atender a demanda brasileira, e começaram a sofrer. Em postos de todo o Brasil, já há o desabastecimento, principalmente do óleo diesel.

A Petrobras, tendo presente que essa política era insustentável, acabou revertendo os preços e os elevando, abruptamente, nesta data, com prejuízos à previsibilidade da nossa economia e ao bolso do consumidor. É claro que é péssimo esse aumento dos preços, mas igualmente ruim é enganar a população com uma manipulação artificial dos preços até que a conta vem. E a conta acaba recaindo, principalmente, no consumidor brasileiro e na própria economia brasileira.

Assim, tivemos hoje o apagão da energia. Tivemos hoje um aumento abrupto de combustíveis, e não havia nenhum sinal de que isso aconteceria, contrariando as próprias promessas populistas do Presidente Lula. E, para completar, embora seja uma notícia um tanto quanto tardia, foi publicado hoje no jornal *O Globo*, finalmente – este fato foi revelado há quase um mês pela CPMI de 8 de Janeiro quando nós ouvimos o Diretor da Abin, o Saulo Cunha, que era Diretor da Abin já nomeado no Governo Lula no dia 8 de janeiro, e ele, quando ouvido aqui na CPMI, revelou, confirmou aquilo de que nós já tínhamos prova documental – que o General Gonçalves Dias, nomeado como Ministro do GSI pelo Lula, foi alertado não uma vez, Senador Veneziano, mas dezenas de vezes, desde o dia 7 e ainda na própria véspera, 6 de janeiro, de que haveria riscos de invasões e depredação. E, no próprio dia 8 de janeiro, ainda no início da manhã, por volta das 8h, o Diretor Saulo Cunha revelou que informou ao Ministro do GSI do Lula que chegavam mais ônibus em Brasília e que havia ameaças de invasão e depredação. E o General confirmou o recebimento dessa denúncia, desse aviso – e é esta afirmação que foi publicada hoje no jornal *O Globo* – respondendo: “Vamos ter problemas”. E, no entanto, nada fez.

Os fatos que vêm sendo revelados pela CPMI e que nós já sabíamos lá de 8 de janeiro – basta nós assistimos aos fatos – é que o Governo Federal e as forças à disposição do Governo Federal, como o Batalhão da Guarda Presidencial, como a Força Nacional, permaneceram em berço esplêndido no dia 8 de janeiro, mesmo tendo Ministro do Lula e setores importantes dos órgãos federais alertas expressos de que haveria invasão e depredação.

Não se enganem aqui com o meu discurso. Quem invadiu e quem depredou, inclusive este Congresso, o Supremo e o Planalto...

(Soa a campanha.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... tem, sim, que sofrer uma sanção, proporcional, evidentemente, à sua responsabilidade individual. Não cabe aqui responsabilidade coletiva ou uma responsabilidade excessiva por esses fatos. Agora, também culpáveis, no mínimo por sua incompetência e negligência ou talvez por algo mais, por deliberadamente terem se omitido, são aqueles que deixaram os fatos acontecerem quando tinham condições de evitar esses fatos.

E aqui nós temos a prova cabal do Ministro do GSI recebendo o alerta, conforme publicação hoje do *O Globo*, mas também fato revelado aqui na CPMI há mais ou menos um mês, de que o Governo Lula sabia que poderia acontecer invasão e depredação e não tomou nenhuma providência quando poderia fazê-lo.



(*Soa a campanha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - PR) – Só mais um minutinho.

Isso explica também a adulteração posterior de relatórios enviados pela Abin, relatórios esses adulterados pelo Ministro do GSI, do Lula, segundo aqui informado pelo Diretor da Abin, Saulo Cunha, relatórios encaminhados aqui para a CCAI, do Congresso Nacional, a Comissão de Inteligência, com supressão de itens, o que por si só, Sr. Vice-Presidente, já é um fato extremamente grave – já é um fato extremamente grave – a determinar no mínimo a responsabilidade política daqueles que encaminharam esses documentos adulterados para o Congresso Nacional.

Então, hoje nós temos sinais positivos vindo da Argentina e, do outro lado, um indicativo do que teremos durante este Governo Lula: apagão de energia, subida do preço de combustíveis...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campanha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - PR) – ... e mentiras e mentiras sendo sempre transmitidas à população brasileira.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para apartear.) – Sr. Senador Moro, aproveitando a troca da guarda presidencial *stricto sensu*, ou seja, o Senador Veneziano parece que vai entregar o bastão para o Senador Kajuru Nasser, que é muito preciosista nessa questão de tempo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Magno Malta que o diga... (*Risos.*)

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... eu queria aproveitar essa transversal de manobra para fazer só uma observação a respeito deste ponto específico que V. Exa. abordou.

Pelo que eu sei, o Presidente da CPMI vai mais uma vez recorrer à Mesa do Senado, à Mesa do Congresso, à Advocacia, para conseguir obter, Senador Veneziano...

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... os tais vídeos das câmeras que registram o que acontece dentro do Ministério da Justiça e no seu exterior. E hoje nós tivemos uma informação, com a vinda daquele fotógrafo Adriano Machado: ele viu a Guarda Nacional. Não sei se fotografou, eu perguntei. Até onde eu pude acompanhar, não sei se ele fotografou a Força Nacional...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Eu tenho o vídeo.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... acampada no Ministério da Justiça. No caso, às 3h da tarde de domingo do dia 8 de janeiro. Foi declaração dele à minha pergunta.

Então, mesmo que ele não tenha fotografado, ele saiu do Ministério da Justiça e foi ao Palácio do Planalto. Isso aí ninguém vai discutir.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se ele fotografou ou não fotografou, ele deixou o testemunho dele de que ele viu a Força Nacional. Só que ninguém mais viu a Força Nacional.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Mas



Esperidião, desculpe-me interrompê-lo.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, a força que deveria ser de dissuasão e de confrontação para impedir a invasão sumiu, e sumiu do Ministério da Justiça. É declaração dele de hoje de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Marcos, Senador Marcos...

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu queria deixar isso como um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Marcos, como V. Exa. está inscrito, V. Exa. terá os dez minutos, para não... Já é um aparte prolongado.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... como um aparte a V. Exa...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – E eu não vou te chamar também, não.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E peço desculpas se estou me alongando.

Quer dizer, esse fato, vídeos incompletos, está mais instigante ainda e recomendando com isso uma ação do Senado Federal, pelo que nós ouvimos hoje de manhã na CPMI...

(Soa a campanha.)

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... do 8 de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só para complementar, tem toda razão o Senador Esperidião Amin.

O que me causa espécie – ontem vi até uma notícia na revista *Veja* de algo que vinha sendo veiculado e que é objeto de preocupação constante, inclusive, aqui do nosso querido Senador Izalci – é que o Ministro da Justiça Flávio Dino propõe a criação de uma guarda nacional. Mas, assim, primeiro, nós precisamos ter resposta de por que a Força Nacional de Segurança Pública não é suficiente, porque até hoje a gente não teve uma resposta para saber onde estava a Força Nacional de Segurança Pública no dia 8 de janeiro.

Nós temos informação, recebida pela CPMI, de que ela tinha naquele final de semana cerca de 400 soldados, cerca de 400 pessoas ali disponíveis para atuação, e, no próprio dia 8 de janeiro, se não me engano, aqui o número...

(Soa a campanha.)

(Interrupção do som.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... de 200, quase 300 à disposição. Mas os vídeos, pelo menos os veiculados pela imprensa, só mostram uma atuação da Força Nacional tarde daquele dia, após às 16h. Nós precisamos saber onde estavam antes do quebra-quebra, antes da invasão e por que não foram empregados.

Mas, infelizmente, aqui – e o Senador bem sabe – o Governo, os Parlamentares que apoiam o Governo, tem impedido a convocação, na CPMI do 8 de Janeiro, dos diretores da Força Nacional e do diretor do Batalhão de Pronto Emprego no dia 8 de janeiro, o que particularmente acho lamentável já que



o objetivo da CPMI é nada mais do que obter a verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Como próximo inscrito, convido à tribuna do Senado o nosso companheiro, Senador Plínio Valério.

(O Sr. Veneziano Vital do Rêgo, Primeiro-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Kajuru.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, mais duas agressões cometidas nas últimas semanas turbinam a grande turbulência institucional que vivemos em função das distorções ocorridas no exercício das prerrogativas constitucionais.

A verdade é que, no Brasil de hoje, todo mundo quer legislar, usurpando assim o poder do Congresso Nacional – começou com o Supremo Tribunal Federal, que insiste ainda nisso. Uma sequência de atos fraturou o equilíbrio entre os três Poderes e colocou em risco, como continua colocando, a nossa nova, ainda jovem, democracia.

Em seu ponto de partida está a conduta de ministros do Supremo Tribunal Federal, que se desviou da sua principal responsabilidade, que é a garantia do cumprimento e da estabilidade do ordenamento jurídico, para ocupar o espaço de outros poderes.

É muito clara a interferência desses ministros em prerrogativas do Legislativo e do Executivo. O problema, porém, não fica por aí. Também no Executivo notam-se agora iniciativas de interferência. É o resumo, enfim, de que todos agora querem legislar. Era o Supremo legislando, e agora o Executivo também quer fazer o mesmo. Refiro-me aqui à esdrúxula pretensão de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal – primeiro o Supremo, depois o Executivo – de decidir o que constitui posse de drogas para consumo pessoal e, até mais, de mensurar qual é a exata quantidade da droga para essa finalidade. Mas me refiro também à pretensão do Ministério dos Povos Indígenas para criar um grupo de trabalho alegadamente formado por juristas indígenas com o objetivo de desenhar uma revisão do Estatuto do Índio. Criado em abril, com previsão para funcionar durante 180 dias, o comitê é formado por integrantes do ministério, sob o comando do gabinete da Ministra Sonia Guajajara, e tem como objetivo, abro aspas “elaborar propostas e ações visando o acesso diferenciado a programas, serviços e ações de proteção social pelos povos indígenas”, fecho aspas. É evidente que essa iniciativa constitui motivo de preocupação, especialmente no momento em que o Congresso Nacional já discute o chamado marco temporal, e o Senado Federal avança com a CPI das ONGs.

Medidas para aperfeiçoar o Estatuto do Índio são bem-vindas e salutares, mas o debate deve ser no Parlamento, por Legisladores eleitos pela população para representá-los. A ministra não me representa. Os ministros não me representam. Não são eleitos pelo voto popular. Nós, sim, Senadores, representamos a população brasileira.

No momento, já existe uma forte e autoritária intervenção do Executivo nessa área. Os arts. 176 e 231 da Constituição Federal estabelecem já que as comunidades indígenas têm o direito de criarem as cooperativas para explorar riquezas de suas terras, e o Estatuto do Índio, em sua redação atual, também prevê que esses povos devem usufruir das riquezas naturais e de todas as utilidades de suas terras. No entanto – e infelizmente –, os povos originários vêm sendo impedidos de exercer esses direitos. São órgãos do Poder Executivo que confrontam sistematicamente esses direitos constitucionais. E mais ainda: foi só se perceber o fortalecimento de se produzir no meu estado, em Autazes, o potássio, de que o Brasil desesperadamente precisa, para se tomar a decisão de lá criar mais uma terra indígena. É exatamente por



isso que a situação se torna realmente preocupante.

O mesmo Poder que hoje ignora determinações constitucionais embarca no que pode se tornar uma tentativa de alterar a legislação em favor de interesses de ONGs internacionais que buscam tutelar os povos indígenas de forma questionável e sem respeitar as suas próprias decisões e aspirações. Existem motivos reais para se suspeitar desse processo, dadas as posturas adotadas por autoridades do Executivo nesse sentido.

A CPI das ONGs, da qual eu tenho a honra e o prazer de presidir, tem exposto de forma clara e incontestável as práticas questionáveis de organizações que se autointitulam defensoras dos povos indígenas, mas que, na verdade, acabam perpetuando a miséria e a falta de oportunidade para essas comunidades, arrecadando recursos e enriquecendo em nome delas, dessas populações da floresta.

Ao editar duas portarias, o Ministério do Povos Indígenas criou os grupos de trabalho de – mais uma vez aspeados – “juristas indígenas”, que terão o objetivo explícito de elaborar e propor ações que visam buscar soluções relacionadas às questões de povos indígenas no país. Além disso, poderão propor medidas resolutivas sobre a situação fundiária. Olhe só o perigo aqui. É evidente que existe aí um risco, pois não há sequer um representante do Poder Legislativo a examinar proposições que visam alterar nosso Direito positivo. Agora é o Executivo que vai legislar, seguindo o exemplo do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido, aliás, o próprio Senado já criou um perigoso precedente, ao criar sua própria Comissão de Juristas, no caso, para apresentar alternativa a uma legislação, que é a legislação que visa o *impeachment* de ministros. O Senador Esperidião Amin foi precursor desse combate, naquela comissão de notáveis que elaborou nova lei relacionada ao *impeachment* de ministros.

É o mesmo Supremo Tribunal Federal que está, neste exato momento, definindo a liberação do uso de entorpecentes, a pretexto de fixar o que seria a quantidade para uso próprio. Os ministros estão inclusive deliberando quais as drogas que poderiam ser liberadas sob esse critério de uso próprio. Isso é, evidentemente, uma prerrogativa do Poder Legislativo, e não deles.

Registro aqui, até para fazer justiça, a oportuna, precisa e corajosa manifestação do nosso Presidente Rodrigo Pacheco a propósito desse absurdo, aqui há duas semanas passadas, quando ele tentou colocar um freio nisso.

Vale lembrar também que acaba de ocorrer outra interferência de peso, quando o Ministro Alexandre de Moraes – sempre o Ministro Alexandre de Moraes – determinou que a União, os estados e os municípios adotem uma série de medidas em relação à população em situação de rua. O diagnóstico que levou à decisão é razoável: depois da pandemia, por vários fatores, cresceu muito o número de pessoas em situação de rua nas cidades brasileiras. O poder público, em suas diferentes esferas, tem sido incapaz e mesmo omissivo no cuidado a essas pessoas e no respeito a seus direitos. O problema surge quando o Ministro entende que ele, sozinho, tem poderes para fixar obrigações concretas sobre o tema para a União, os estados e os municípios. Esse tipo de interferência não pode ser tolerado pelo Congresso Nacional. Existe aí um esforço para submeter a outros Poderes decisões inerentes ao processo legislativo. E pior, muito pior ainda: esse esforço se traduz em medida de ostensivo viés político, atendendo a interesses que podem ser extremamente distintos dos interesses nacionais.

Eu vou dizer aqui de outra forma, Kajuru, o que já disse cem vezes: ou o Senado coloca um freio nessa carroça, ou vamos continuar descendo ladeira abaixo, e o desastre será inevitável. Esse desastre vai atingir a todos nós, brasileiros.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Plínio Valério, eu é que lhe agradeço pela compreensão do tempo, sabedor que é que, toda vez que ocupo a Presidência, eu dou apenas três minutos além dos dez minutos. O senhor ainda tinha um



minuto.

Eu quero cumprimentá-lo pelo nível da sua CPI das ONGs, que você preside, que é bem diferente da CPMI do 8 de Janeiro, em que o nível é cada vez mais baixo. Na semana passada, para você ter uma ideia, um Deputado colocou o dedo no nariz da Senadora Soraya Thronicke. Eu nunca coloquei o dedo no nariz nem de um homem. Já tive vontade de colocar no Marcos do Val, no Nelsinho, no Amin – no Amin, principalmente, que me sacaneia toda hora. (*Risos.*)

Mas brincadeira à parte, vamos continuar pela ordem dos oradores.

Agora, é a vez da ética Senadora do Mato Grosso, pelo PSD, aliás, merecedora do nosso respeito.

Você poderia, minha querida Margareth Buzetti, mudar o “D” para “B”: Venha para o PSB!

O Marcos Rogério está doidinho para vir. Mas, como o Kajuru está falando isso, ele não vai ter chance, assim como, quando o Bolsonaro era Presidente, eu subi à tribuna e falei: “Este merecia ser o Líder do Governo Bolsonaro: Marcos Rogério!”. No dia seguinte, o Presidente Bolsonaro falou: “Só porque o Kajuru falou, você não vai ser mais”. (*Risos.*)

Senadora, pode subir à tribuna. Fique à vontade, com os seus dez minutos e com a tolerância de mais três minutos, respeitosamente.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, ocupo a tribuna, hoje, muito sensibilizada e impactada com o brutal assassinato da advogada Cristiane, de 48 anos, nesse final de semana, em Cuiabá.

Cristiane foi espancada e asfixiada até a morte por um homem que já admitiu o crime, um verdadeiro *show* de horrores.

Aqui, faço uma breve fala na intenção de que os senhores me ajudem a responder a uma simples pergunta: que crime cometeu Cristiane?

Há mais de oito anos, Cristiane trabalhava na defesa de crianças vítimas de violência, que ficavam em juízo e na Casa Lar, em Cuiabá. Foi este o crime de Cristiane: dar carinho e atenção às crianças e aos adolescentes órfãos de Cuiabá?

Há poucos meses, ela dedicava a vida a ajudar na formação jurídica, por meio de cursos, para novos empreendedores que queriam abrir seu primeiro negócio. Foi este o crime de Cristiane: ser solidária?

Ou o crime dela terá sido ser forte, depois de precisar se despedir do marido, vítima de covid, em 2021? Viúva, Cristiane não baixou a cabeça e seguiu trabalhando para que nada faltasse às suas filhas, hoje com 20 e 14 anos, Alana e Ágata, que hoje são órfãs.

Como explicar para essas jovens meninas que há justiça no Brasil? Que crime a mãe delas cometeu para pagar com a própria vida? Quanto tempo o assassino confesso de Cristiane cumprirá a pena?

São perguntas tão difíceis de responder quanto responder qual é o nosso papel como legisladores.

Feminicídio no Brasil, hoje, é considerado crime hediondo, com penas que vão de 12 a 30 anos de prisão. Mas isso não impediu que, em 2022, a gente batesse o recorde de feminicídio, com uma mulher morta a cada seis horas.

Em 2020, com um pacote anticrimes encaminhado, na época, pelo Ministro Sergio Moro, hoje nosso colega Senador, sancionado pela Presidência da República, a pena máxima no Brasil passou de 30 para 40 anos. O que está faltando para que essa pena de feminicídio seja aumentada?

Há um projeto tramitando aqui no Senado, desde 2019, que aumenta a pena mínima de feminicídio de 12 para 15 anos. A pena, assim, ficaria de 15 a 30 anos. Sinceramente, é muito pouco para uma vida!

Quando converso com as pessoas em Mato Grosso, escuto um coro para que haja, no Brasil, pena de morte e prisão perpétua para esses assassinos, para estupro de crianças e de mulheres seguido de morte.

Sabemos que a Constituição veda esse tipo de punição.

Por isso, o assassino de Cristiane responderá pelo crime dentro da lei e poderá receber a pena



máxima de 30 anos, mas a gente sabe que, em oito anos, ele estará na rua. Para Cristiane, esse homem foi polícia, acusação e juiz, e condenou Cristiane à morte. E aí, meus amigos Senadores, a pena de morte existe sim, no Brasil. Só não está na lei.

Na semana passada, também, em Cuiabá, um homem de 21 anos foi condenado a 20 anos de prisão pela morte da ex-companheira. Foi um crime horrível: ele deu 14 facadas na vítima, em plena luz do dia, e em frente ao filho dela, de apenas quatro anos. A menina se chamava Emily, e tinha 20 anos. Mesmo assim, com todos esses absurdos, segundo especialistas, ele poderá ser solto em oito anos. Solto com menos de 30 anos, pronto para um novo relacionamento e, quem sabe, uma nova vítima.

E para Emily? A pena de morte.

Também na semana passada, aqui neste Plenário, nos reunimos, numa sessão solene, para celebrar os 17 anos da Lei Maria da Penha. No dia seguinte, senhores, aqui em Brasília, Valderia da Silva Barbosa, policial da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, foi assassinada pelo ex-companheiro. Para ela, também existiu a pena de morte.

Encerro minhas palavras clamando, principalmente, aos Senadores homens desta Casa: não tratem feminicídio e violência doméstica como pauta feminina. Eu tenho neta adolescente e tenho filhas. Os senhores têm filhas, têm netas e têm sobrinhas. Pensem nelas, senhores. Elas crescem hoje em um país em que um feminicídio acontece a cada seis horas.

Cris era uma amiga, advogada, uma pessoa maravilhosa...

Respeitemos a memória da Cristiane, da Emily, da Valderia e de tantas outras brasileiras que foram vítimas por cometerem o único crime de ter nascido mulher.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senadora Margareth Buzetti, diante dessa barbaridade, eu volto a lembrar o que falei no início de meu mandato, em 2019: eu sou um defensor da prisão perpétua para esse tipo de gangster.

Pelo que eu li da notícia aqui e ouvi do seu pronunciamento, o conforto, nos *Anais* desta Casa, a toda a família – especialmente às filhas, de quem a senhora citou os nomes –, esse sujeito a conheceu no crime, em que a espancou e a asfixiou?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Ele a conheceu à noite...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Anterior?

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – ... em um bar. Aí, se conheceram, saíram e ele a matou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Meu Deus do céu.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Ela era uma pessoa que... Eu fico pensando, eu a conheci há muitos anos, ela foi assessora de uma grande amiga minha como assistente social num lar de crianças que foram abandonadas, vítimas de maus-tratos; uma pessoa amorosa, uma pessoa carinhosa, uma pessoa que tinha com as suas filhas o maior cuidado.

Então, a gente fica chocada. Como mulher, é como se morrêssemos, também, um pouco a cada dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Quando a senhora falou que ela é que teve a pena de morte... no caso, também as filhas, não é? Perderam...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Ela cuidou de tantos órfãos, como eu falei, e hoje ela está com as filhas órfãs, porque perderam o pai para a



covid e perderam a mãe no Dia dos Pais, a mãe foi assassinada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pelo amor de Deus. Este Senado tem que pensar seriamente em relação à prisão perpétua para esse tipo de crime.

Obrigado, Senadora Margareth Buzetti.

Agora, na sequência dos oradores, meu amigo pessoal e meu vizinho, que não me amola, que não me perturba, embora eu tenha medo de ele gravar vídeo meu. Nunca gravou até hoje, mas ele fica tentando subir ao meu apartamento, no sexto andar.

É brincadeira.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você, capixaba Marcos do Val.

Ser vizinho dele, Pontes, é um perigo. Imagine.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Lá em cima eu só o vejo andando de salto alto. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele fala que a Senadora Simone Tebet – que hoje é Ministra –, na época, fazia um barulho tremendo, e que eu não faço. (*Risos.*)

Grande Val, fique à vontade.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Para discursar.) – Obrigado, Kajuru, como Presidente hoje.

Vamos lá, eu vou voltar ao assunto, porque o assunto ainda continua acontecendo. Eu queria, aqui, que os meus pares, meus colegas, o Senador Kajuru, o nosso recém-chegado Senador Astronauta Marcos Pontes; o outro... o Izalci; Marcos Rogério, e aí vai; nosso amigo lá, o grande cérebro deste Senado, Esperidião Amin...

Como é que é o nome do senhor?

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Fernando.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Fernando. O Senador Fernando, chegando agora também.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, volto a esta tribuna, na sessão de hoje, para dirigir-me respeitosamente às Ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia e aos Ministros Edson Fachin, Gilmar Mendes, Luiz Fux, Luís Roberto Barroso, André Mendonça, Nunes Marques, Dias Toffoli e Cristiano Zanin.

Eu me dirijo aos colegas do egrégio Supremo Tribunal Federal como um Senador da República eleito em 2018 com mais de 860 mil votos no Espírito Santo. Não é um número insignificante, porque no estado são quase 2 milhões de eleitores. Então, 860 mil eleitores me conferiram o mandato para estar aqui por oito anos defendendo, a partir desta Casa, desta tribuna, os interesses do meu estado, de todas as famílias capixabas e de todos os brasileiros.

Não estou aqui para confronto. Todos os meus pares sabem disto. Não estou aqui para o confronto e pelo confronto. Não fui eleito para empreender cruzadas com o intuito simplesmente de me promover. Não fui eleito para isso. Não estou aqui para tentar interferir em outros Poderes, o que nós estamos passando hoje. O meu mandato me confere a missão e os meios para que, utilizando a minha palavra, eu trabalhe pelos capixabas e pelos brasileiros da melhor maneira possível, com minhas palavras, falar. Ocorre que



essa faculdade essencial de falar livremente, que me foi concedida pelos capixabas e é protegida pela Constituição Federal, vem me sendo tolhida nos últimos 60 dias. Eu estou há 60 dias sem as minhas redes sociais, sem os meus computadores e sem os meus celulares. Um Senador da República que passou...

Bom, vou continuar aqui.

Então, já são dois meses.

Eu queria pedir aos meus pares que estão aqui, ao Senador Marcos Rogério, nosso amigo, que foi meu Presidente lá na CRE, ao Esperidião Amin, que está ali no fundo... Eu estou pedindo aos outros pares que estão acompanhando pela TV ou vão assistir depois que possam estar comigo ombreados para resolver essa situação, porque hoje é comigo. Em 200 anos – vamos lembrar aqui –, em 200 anos só teve dois casos de a Polícia Federal entrar num gabinete. O primeiro foi em 2019, por questões de corrupção. O segundo foi o meu, por motivo nenhum. E eu vou ler aqui para vocês.

Sou investigado num inquérito que, do ponto de vista jurídico, não se sustenta em pé e que, pelo que se percebe, vem sendo utilizado para me silenciar. Tive o meu gabinete no Congresso Nacional violado pela Polícia Federal numa operação de busca e apreensão que, todos sabemos, no fim das contas, restou infrutífera. Nada acharam. Nada! Nada! Todo mundo aqui sabe do meu combate ferrenho à corrupção, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado. Não acharam nada.

Nesse episódio salta aos olhos que, nos quase – aí eu repito – 200 anos de existência do Senado Federal – ano que vem o Senado Federal vai completar 200 anos! –, foi a segunda vez que esta Casa passou por uma batida policial, pela decisão monocrática de um ministro – por isso é que eu citei os outros dez Ministros da Suprema Corte. E nós, Senadores, não podemos achar “ah, foi com um Senador da oposição...” Nessa hora não tem oposição ou situação, tem a proteção desta Casa. É preciso fazer valer a Constituição. Não estou pedindo, não estou exigindo nada mais do que seguir o que está na Constituição. E não é para entrar em conflito, não é para fazer qualquer movimento para impitimar ministro. Não, é para que nós possamos ser respeitados. Hoje a gente anda nas ruas... O Senado é colocado como uma casa prostrada.

Então, foi a segunda vez que esta Casa passou por uma batida policial. Eu imaginei que a primeira tivesse sido há cem anos, mas não, foi agora, em 2019. A primeira, em decorrência de investigação de crime de corrupção, como eu disse; a segunda, da qual fui vítima, motivada unicamente pelas opiniões que expressei no exercício do meu mandato, que me foi concedido pelo povo capixaba. E tudo que a CPMI de 8 de janeiro está levantando, está descobrindo, em janeiro eu já dizia para todos. Vocês são testemunhas disso, eu já dizia para vocês.

Segundo consta, Sras. e Srs. Senadores, sou investigado por supostamente ter divulgado o conteúdo de um relatório da Abin que não é mais sigiloso desde maio. Acontece que, na verdade, conforme já foi apurado, havia meses que esse relatório já não mais estava protegido por sigilo, porque ele tinha sido alterado pelo G. Dias – foi o primeiro relatório. Então ele não estava sob sigilo. Esse foi o motivo de eles entrarem na minha casa, de eles entrarem na minha residência aqui em Brasília e entrarem no meu gabinete. Quanto a mim, não tem problema, mas, quando a gente vê respingando na família, aí a gente começa a repensar tudo.

No inquérito da Polícia Federal os investigadores descreveram como indício de minha culpa uma pasta encontrada em meu computador pessoal com o título “Manifestação CPMI”. Apenas se esqueceram de especificar que, nessa pasta, só havia, e só há, cópias dos numerosos ofícios que encaminhei às autoridades para a apuração do episódio do dia 8 de janeiro. O teor todo...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – ... é



neste sentido: ofícios questionando o que fez, o que não fez, se sabia. Eu questionava o fato do dia 8, e eles colocam o título como se fosse eu organizando um movimento desse. É algo que, com todos os pares com que conversei, não se sustenta, não cola – divulguei e são de conhecimento público.

Por fim, entre as condutas tipificadas que me são atribuídas no inquérito, está o crime de organização criminosa. Presidente Kajuru, eu, com 52 anos, é a primeira vez que sou colocado numa posição de investigação, eu, que trabalhei para policiais no mundo inteiro, de forma monocrática, um Ministro achou que eu estava montando uma organização criminosa porque tinha uma pasta escrito “documentos CPMI”. Senhoras e senhores, nesse pretenso crime só estariam envolvidas duas pessoas. Que fique claro, para que todos entendam: para haver uma organização criminosa, é necessário três ou mais envolvidos, cada um com uma posição específica. Aqui estão citando dois, sendo que só tive reunião com o segundo por duas vezes, porque depois ele ficou preso em regime fechado.

É imperioso observar, senhoras e senhores, que o único fundamento para essa atitude extremada foi uma decisão monocrática que, até hoje, não foi referendada pelo plenário do STF e aconteceu no dia do meu aniversário. E que, conforme eu soube hoje por matéria jornalística veiculada no portal *Metrópoles*, vem sendo contestada, companheiros Senadores e Senadoras, até mesmo pelos representantes das plataformas digitais. Eu fiquei sabendo disso pela imprensa. Para muitos juristas de renome, entre eles os advogados do Twitter e do Google, é censura prévia inconstitucional a suspensão do acesso a redes sociais em razão de publicações que poderão ou não ser feitas num futuro incerto. Censura prévia. Não é com o Marcos que isso aconteceu, com um Senador da República...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Já estou terminando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu te dou mais um minuto, passou dos três, mas, por favor, continue.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Obrigado.

O que se dirá disso? Então, quando esses argumentos com os preceitos constitucionais no *caput* do art. 53, que torna invioláveis civil e penalmente Deputados e Senadores, por quaisquer opiniões, palavras e votos, cadê comigo? A Constituição não funciona com o capixaba, com Senadores capixabas?

O mesmo artigo que impede que sejamos obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, e a minha ação foi inversa. Não somos obrigados a revelar nem mesmo quem nos confiou ou recebeu as informações.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Essa mesma cláusula de inviolabilidade abrange tanto entrevistas jornalísticas – é importante vocês saberem disso, porque disso o STF deu a decisão –, abrange tanto entrevistas jornalísticas quanto transmissão para a imprensa de conteúdos pronunciados ou de relatórios produzidos na Casa Legislativa.

E também, senhoras e senhores, as declarações aos meios de comunicação social, conceito sobre o qual, sabemos, a jurisprudência do próprio STF já tem se firmado para incluir as redes sociais.

Encerro esta minha fala mais uma vez me dirigindo aos Exmos. Ministros do STF...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB -



GO) – Eu já te dei 15. Agora só mais um minuto mesmo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – ... Eu sempre demonstrei o meu respeito à instituição do STF, sempre defendi os três Poderes e nunca ninguém vai ver ou verá qualquer atitude minha anticonstitucional.

E o faço imbuído aqui de esperança de que aquela Casa, o STF, em respeito à importantíssima missão de se reerguer como guardião da nossa Constituição Federal, avalie as sanções que vêm sendo aplicadas arbitrariamente, violando essa mesma Constituição no afã de protegê-la.

Então, companheiros, eu peço que vocês possam estar ombreados comigo, não de forma...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – ... mais um creditozinho...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vai chegar a 16.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – ... não de forma de conflito, de embate, de quem tem mais força. Não, somente cada Casa respeitar a outra.

Eu peço aos ministros, aos dez outros ministros do STF que possam estar também junto conosco no Senado Federal resolvendo essa situação para que aqui não se chegue a tornar algo de movimento de impitimar ministros ou fazer CPI contra ministro do STF. Nada disso. Precisamos resolver de forma harmônica, democrática e da forma como está na Constituição.

Obrigado, Presidente. E assim eu cobro o Presidente Pacheco para que ele possa estar ombreado comigo nisso. Ele é o representante desta Casa e ele deixou acontecer no dia do meu aniversário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Você viu que eu fui seu amigo. Você passou de três minutos, chegou a 17, mas não iria te interromper.

Só como amigo, permita-me um bom humor, Marcos do Val. Se a Polícia Federal perguntasse a mim o que ela poderia encontrar na sua casa, eu iria lhe dedurar. Eu iria contar à Polícia Federal que bastava pegar o seu cheque e ver que a nossa querida Brunella, sua esposa, é quem paga o seu cheque especial. Que fique bem claro. *(Risos.)*

Bom, brincadeira à parte, seguindo os nossos oradores inscritos a vez agora é dessa voz respeitadíssima no Mato Grosso do Sul e em todo o Brasil, que agora é vovô, desde o último domingo, o nosso querido Nelsinho Trad, que tem em seu dedo a marca de meu dente no dia em que eu sofri um AVC, 19 de novembro de 2019, aqui no seu dedo. E ele faz questão de contar ao Brasil inteiro, para ficar mais famoso ainda, que o Kajuru mordeu o meu dedo.

Nelsinho, com a palavra, querido.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para discursar.) – Obrigado, Senador Kajuru, que preside neste instante a sessão do Senado.

Eu venho aqui à tribuna para poder repercutir algumas matérias que saíram no meu estado a respeito da majoração do pedágio da BR-163, que corta Mato Grosso do Sul, em 16,8% – quatro vezes mais que a inflação.

Antes de entrar no mérito dessa questão, Senador Fernando Dueire, nós vamos fazer um expediente à ANTT para solicitar explicações formais a respeito desse reajuste, simplesmente porque os fatos vão se mostrar na minha fala.

A BR-163 é uma das principais rodovias longitudinais do Brasil. Estrategicamente, é um dos grandes vetores de escoamento da produção agrícola do Centro-Oeste, em especial do nosso Estado de Mato Grosso



do Sul. Cerca de 70 mil veículos passam pela rodovia diariamente. Seus direitos de operação dentro do estado foram conquistados pela iniciativa privada no ano de 2014, tendo a empresa vencedora do processo licitatório assumido as responsabilidades perante as suas obrigações.

O contrato ajustado entre o Poder Público e a CCR MSVia prevê a duplicação de 806km dentro do território do Mato Grosso do Sul, mas até o ano passado, ou seja, oito anos após o contrato firmado, apenas 18% do que foi estabelecido foi cumprido.

Multas foram aplicadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, 113 notificações, multas vultosas no valor de R\$10 milhões, as menores de R\$662 mil, totalizando quase R\$400 milhões.

A empresa propôs à ANTT, em 2017, uma revisão do contrato, o que culminou em um termo de ajustamento de conduta, o chamado TAC, que previa o perdão de 40% dessas multas. Foi amplamente noticiado o fato de que a CCR MSVia teve êxito na aprovação da Agência Nacional de Transportes Terrestres de um novo reajuste na tarifa do pedágio cobrado na BR-163, e que será implementado na próxima sexta-feira, dia 18: quatro vezes o valor da inflação.

Fomos atrás de alguns dados do seu faturamento. Conforme balanço divulgado pela própria empresa, no primeiro trimestre de 2023, a empresa operou com prejuízo. Nos três meses do ano, o faturamento com a cobrança de pedágio resultou em R\$42,35 milhões, o que representa um aumento de 6,1% na comparação com igual período do ano passado.

Por que o nosso estado clama? Primeiro, que o contrato possa ser fielmente cumprido. A partir do momento em que você assina um contrato, vence uma licitação e entra para dentro para operá-lo, o mínimo que se espera é você cumprir aquilo que está estabelecido. O pagamento pelo cidadão do pedágio, do imposto, desde que o serviço venha a ser feito fielmente, eu posso aqui afiançar que o cidadão paga com gosto.

Porém, na situação em que está, não fecha essa conta. Apenas 18% do contrato foi cumprido, e agora a gente é surpreendido com esse aumento quatro vezes o valor da inflação.

Termino a minha fala repercutindo essa questão aqui da tribuna do Senado dizendo que nós vamos formular um expediente à Agência Nacional de Transportes Terrestres para que nos explique essa situação e que reveja esse aumento nas costas daqueles que usam a BR-163 no Estado de Mato Grosso do Sul, porque as obrigações contratuais, as obras que estão para serem concluídas e aquelas que precisam ser iniciadas para oferecer mais segurança, tirar o apelido que algumas rodovias têm lá, de rodovia da morte, essas estão paradas e congeladas. Ninguém mexe. Agora, na hora que se fala em aumentar pedágio para tirar do bolso do cidadão, do trabalhador, daquele que precisa transportar e fazer o seu ir e vir dentro do estado, isso aí não é levado em conta.

Convenhamos, vamos fazer um pouco de justiça e imperar o bom senso, para que essa história possa ser revista.

Era isso, Senador Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Nelsinho Trad, eu já entrei com duas ações na ANTT e no TCU também. Sugiro até que o senhor faça o mesmo, no TCU, creio que lá há uma chance maior de êxito, porque em Goiás ocorre o mesmo. E lá, pistas, em pistas únicas o pedágio chega a R\$13,60.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É uma coisa criminoso, não é?

Em quilômetros de 25, ou seja, de uma cidade para outra, 25km. Tem cidades com 50km sem posto



de gasolina, e o pedágio, dois pedágios, cada um custando 13,60. Isso aí é um absurdo.

E eu só pergunto rapidamente: a qualidade das estradas do Mato Grosso do Sul, qual é?

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Kajuru, essa estrada carece de reparos, de reestruturação, de duplicação. É uma estrada vital para o estado, o escoamento da produção agrícola. Não tem quem não use essa estrada para ir para lá ou para vir para cá. E trechos extremamente perigosos, com acidentes frequentes, ceifando vidas, deixando pessoas incapacitadas. Não se justifica realmente o que está acontecendo no nosso estado.

Preciso que os meus pares me ajudem nessa empreitada, porque a gente precisa rever essa questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sem dúvida. Obrigado, Senador Nelsinho Trad, do Mato Grosso do Sul.

Dando sequência, pela ordem aqui temos Zequinha Marinho, depois Fernando Dueire e, depois, Zenaide Maia.

A voz do Pará, Senador, o rei das PECs, Zequinha Marinho na tribuna para o tempo de dez minutos, com a tolerância de três minutos, embora ele seja sempre respeitoso com o tempo.

Fique à vontade.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PA. Para discursar.) – Obrigado, Presidente, quero cumprimentá-lo pela oportunidade em que dirige a sessão.

No item 2 da pauta de hoje nós vamos votar o Projeto de Lei nº 2.208, de 2022, Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2015. Ele institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo, forma um programa e define os seus princípios, objetivos e ações.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Presidente, o Sebrae, cerca de 75% dos empregos registrados lá no meu Estado do Pará são gerados pelas micros e pequenas empresas. É importante este dado, importante esta informação!

Esse dado evidencia a importância de a gente incentivar o empreendedorismo, estimular os cidadãos empreendedores a abrir novos negócios, dinamizando a economia e criando oportunidades de empregos, gerando renda, enfim, garantindo a expansão da economia.

Todo mundo sabe que o emprego formal ou no setor público, pelo concurso ou pela portaria de nomeação, ou pela carteira assinada, ou pelo contrato temporário, não é fácil. O custo do emprego no Brasil é muito alto e o primeiro adversário do emprego é o seu próprio custo. Depois disso, nós temos o problema da qualificação da mão de obra. A empresa quer uma pessoa pronta, não quer treinar ninguém, tem que ter experiência, tem que saber. E aí, o nosso jovem cai num problema – correto? –, quer dizer, nós temos alguns contratemplos para o emprego formal.

Então, o empreendedorismo é, sem dúvida, o caminho mais fácil para a geração de renda. Você não arruma um emprego, mas arruma um posto de trabalho.

O Sebrae estima que os micros e pequenos negócios representam cerca de 99% do total de empresas no país. Portanto, em termos quantitativos, as MPEs, quer dizer, as micros e pequenas empresas geram mais empregos do que as médias e grandes empresas. Isso está claro e é evidente.

A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) mensura o Índice de Cidades Empreendedoras no Brasil (ICE) para medir a capacidade empreendedora de cada cidade. No *ranking* geral, de 2023, São Paulo aparece na liderança; seguida por Florianópolis, em Santa Catarina; e também por outra cidade grande de Santa Catarina, que é Joinville.

Por falar em Santa Catarina, é um Estado com um território pequeno, mas um estado que se projeta, que tem uma economia forte, articulada, dinâmica, uma agricultura familiar exemplar para o resto do



Brasil, altamente competente e também produtiva, para onde muita gente vai em busca do emprego.

Lá no meu estado, aqui e acolá, encontra-se uma família cujos membros, filhos, filhas, estão trabalhando e vivendo em Santa Catarina. Há quem diga que em Floripa, em Florianópolis, já tem até um bairro dos paraenses. Então, o negócio não é fácil. Parabéns a Santa Catarina.

O ICE leva em consideração sete fatores para poder, então, encontrar essa classificação sobre o empreendedorismo. O primeiro fator é o ambiente regulatório, questão legal que normatiza aquela atividade. O segundo é a infraestrutura do lugar; o terceiro é o mercado. O mercado é extremamente importante, ninguém vai produzir para guardar, nós temos de produzir para vender, para jogar no mercado. O quarto é o acesso a capital, quer dizer, o acesso a empréstimos, porque muita gente acha que para tocar um negócio tem que vender tudo o que tem para começar aquele negócio. Se o negócio é bem administrado e é viável econômica e tecnicamente, com certeza há quem financie para que você tenha condições de trabalhar, de gerar a economia, pagar e depois ficar com aquilo que foi construído através do empréstimo. A inovação tecnológica é fundamental e está em quinto lugar. Em sexto lugar, o capital humano. Mão de obra preparada é fundamental para dar certo o negócio. E, por último, a cultura empreendedora. Não resta dúvida de que, ao longo de tantas atividades, isso se agrega à pessoa em forma de um bom hábito, de um bom costume para empreender.

Na lista das cem cidades mais empreendedoras, o meu Estado do Pará, meus caros Senadores, aparece com Marabá, no 34º lugar; Santarém, no 40º lugar; Belém, no 60º; e Ananindeua, na Região Metropolitana, no 66º lugar.

Com a política nacional de estímulo ao empreendedorismo jovem no campo pretende-se estimular o empreendedorismo e criar as condições para que ele prospere no campo, fazendo com que o país faça um bom uso desse seu fantástico potencial agropecuário. Antigamente, trabalhar no campo, ter um jovem no campo era algo que “não tem futuro”, “aqui na roça não dá”. Na minha região, no interior do meu estado, quando alguém queria falar que alguém estava em má situação dizia: “fulano estava na lavoura”, “fulano está na roça”. Nós temos de mudar essa concepção. Hoje, você pode ser uma pessoa muito bem-sucedida produzindo na zona rural, até porque a tecnologia já avançou de maneira significativa, como não avançou em outros setores da economia.

Então, eu quero aqui, com esse Projeto de Lei que nós relatamos, o 2.208, que se Deus quiser será aprovado daqui a um pouco mais, poder estabelecer essa política nacional do empreendedorismo para o jovem, promovendo tudo aquilo que o Estado brasileiro, que o Governo possa oferecer em termos de oportunidade. Não se trata de bolsa, trata-se de um projeto que vai ao encontro da necessidade de quem quer se desenvolver.

Bolsa é para quem quer ficar parado, vegetando – não é? Quem quer avançar, precisa pensar diferentemente. E eu tenho certeza de que esta Casa vai dar ao Brasil e, principalmente, ao nosso jovem do campo a oportunidade de poder ter, por parte do Estado brasileiro, um pouco daquilo de que ele precisa para começar a sua vida: a capacitação. Nós precisamos entender que para tudo aquilo que se vai fazer é preciso se preparar. Ninguém vai se meter num negócio sem estar minimamente preparado para enfrentar as dificuldades do mercado, a questão tecnológica e tantas outras coisas.

Então, eu espero que esse projeto de lei contribua de maneira efetiva para a gente começar, daqui para frente, um trabalho diferenciado com os nossos jovens, evitando que esse jovem, Presidente, deixe a terra dos seus pais, a sua própria terra, de onde é herdeiro, e venha inchar as periferias das cidades e, de repente, forçado pelas dificuldades e pelas necessidades, se enveredar por caminhos errados. É isso que a gente não quer que aconteça. É contra isso que a gente tem que trabalhar e dar oportunidade à nossa juventude, que tem talento, tem condição e também tem sonhos. E quem tem sonho precisa ter



oportunidade de transformar esse sonho em realidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu é que agradeço, Senador Zequinha Marinho, do Pará, principalmente, pela compreensão do tempo. O senhor nem chegou aos 13 minutos.

E eu pediria a compressão dos colegas, porque eu já cometi um erro aqui, uma vez, quando permiti que o Senador Magno Malta falasse por 36 minutos.

E, ontem, quem cometeu um erro foi o Senador Mecias, aqui na Presidência – de quem eu gosto tanto, meu amigo –, ele deixou o Girão falar por 35 minutos. Eu não deixaria o Girão falar nem 35 segundos! É claro que é brincadeira. Mas, enfim, vamos dando sequência aos oradores inscritos nesta sessão de terça-feira, 15 de agosto de 2023.

Superpreparado e um Senador supergentil também – a minha adegã agradece –, Senador pernambucano Fernando Dueire, para usar a tribuna. O senhor, diferentemente do Senador Rogerio Marinho, que nunca me presenteou em minha adegã, o senhor sempre faz isso, semanalmente.

Na tribuna, por gentileza.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente Senador Kajuru, subo a esta tribuna muito honrado em tê-lo como Presidente desta sessão, por quem tenho grande admiração e muita amizade.

Subo a esta tribuna para tratar de um assunto que julgo relevante para o país. Trata-se de hidrogênio verde, energia limpa, transição energética e reindustrialização.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em março deste ano, foi instalada...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... aqui no Senado Federal a Comissão Especial para debate de políticas públicas sobre hidrogênio verde, visando à sua regulamentação e com prazo máximo estabelecido de dois anos. Isso para que possamos contribuir na criação de um ambiente virtuoso, que estabeleça segurança e regras claras que estimulem a produção do energético.

Eu diria, Sr. Presidente, sem medo de exagerar, que essa Comissão, da qual sou membro e o eminente Senador Cid Gomes, o Presidente, se ocupa de um dos temas mais estratégicos para o desenvolvimento do país no médio e longo prazo. O hidrogênio tem sido reconhecido como combustível do futuro, um futuro que deverá combinar um suprimento confiável para atender à demanda crescente por energia limpa, estimada entre 25% e 30% até 2040, e a necessidade que se impõe de descarbonizar nossa economia, ou seja, superar a dependência que temos de combustíveis fósseis. É nesse cenário que tem crescido a aposta no uso do hidrogênio como combustível. As vantagens são muitas, a começar pelo fato de que o hidrogênio verde, como combustível, não produz CO₂. Essa vantagem aumenta visto que o processo de produção de hidrogênio verde também não contribui para o efeito estufa.

É cada vez mais clara e urgente a necessidade de operar uma transição energética no país. Substituir os combustíveis fósseis por energia limpa é imperativo. E não é só para a garantia de nossa capacidade produtiva por meio de um planejamento estratégico, mas é, sobretudo, para evitar um colapso climático, que põe em risco a própria sobrevivência do planeta. Além disso, os países que não aderirem à transição verde ficarão, cada vez mais, excluídos do mercado global em vários aspectos.

Ora, Sr. Presidente, o hidrogênio verde pode abrir para nós uma nova revolução industrial, um processo de industrialização compatível com a transição energética que apostaria na reindustrialização como base e motor do crescimento econômico, mas de forma sustentável. A indústria de hidrogênio verde



seria, assim, o elemento indutor de um novo ciclo de crescimento e desenvolvimento econômico. O Brasil está especialmente bem posicionado para beneficiar-se dessa revolução industrial verde e beneficiar-se duplamente, não só usando a energia limpa do hidrogênio verde como o combustível da reindustrialização, mas também como grande produtor e exportador do novo combustível.

De fato, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, temos uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta e nem utilizamos ainda todo esse potencial, seja hídrico, eólico, solar ou de biomassa. Temos vantagens iniciais que poucos países possuem, e isso já vem atraindo a atenção de investidores. A aposta no hidrogênio verde funciona ainda como um estímulo extra para ampliarmos o uso de nossas fontes limpas de energia, criando um ciclo virtuoso. E há também claros benefícios externos, posicionando o Brasil de forma extremamente vantajosa na geopolítica da transição energética. Esse ponto, aliás, merece destaque.

Hoje existe uma grande movimentação internacional em torno da economia verde e, dentro desse movimento, a produção de energia limpa – hidrogênio verde em particular – vem ganhando cada vez mais destaque. A posição privilegiada do Brasil nos põe em vantagem para atrair uma parte significativa dessa movimentação, e nos transforma em parceiros preferenciais para projetos de cooperação internacional.

Os países europeus, em particular, têm demonstrado grande interesse em investir nessa área, seja diretamente na produção, seja em projetos de desenvolvimento tecnológico ou na formação de mão de obra. Um exemplo claro desse interesse e das potencialidades da cooperação internacional tem sido a atuação da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, que tem nos proporcionado e promovido debates e incentivado investimentos em projetos ligados ao hidrogênio verde no Brasil.

Um dos grandes desafios da produção do hidrogênio verde ainda é o custo. A tecnologia básica é conhecida há muito tempo: a eletrólise da água, ou seja, a separação do hidrogênio com o oxigênio por meio de corrente elétrica. Muita pesquisa está sendo feita e ainda precisa ser desenvolvida para promover processos mais baratos e mais eficientes. Nessa área, a cooperação internacional é fundamental e não pode ser esquecida se quisermos explorar ao máximo nossas vantagens comparativas.

Aqui, Sr. Presidente, vale voltar nossa atenção para o papel que nós, no Parlamento, temos a desempenhar na construção desse futuro que se anuncia. É imprescindível definir, de maneira rápida e eficiente, um marco regulatório dentro do qual a economia de hidrogênio possa prosperar. E isso irá maximizar nossas potencialidades e vantagens comparativas que, de fato, temos neste momento. Nesse processo, a Comissão Especial de Hidrogênio Verde vem tendo um papel fundamental.

Queremos sair na frente, e podemos, assim, fazê-lo assumindo um lugar de destaque na nova economia sustentável que se impõe no mundo. Não podemos perder essa oportunidade ímpar – poucas como essas se apresentaram na história do País, e, quando bem aproveitadas, deram frutos importantes no passado. Menciono, por exemplo, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, nos anos 40, sob impulso das demandas geradas pela Segunda Guerra. Naquele momento de conflagração no mundo, identificamos janelas de oportunidade, e é assim que temos hoje a maior siderúrgica da América Latina e uma das maiores do mundo.

A história sempre nos dá exemplos e avisos. Não longe da nossa memória está 2001, em que enfrentamos uma crise de oferta de energia. Naquela ocasião, foi inevitável recorrer às termoeletricas, que geraram energia cara e suja. No entanto, o mais caro ali seria permanecer sem energia.

As lições que ficaram...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... ensinaram o país a manter um nível mais apropriado de suprimentos de energia e a atuar no âmbito do Proinfra, enfatizando a produção de fontes renováveis de energia como a energia eólica, a energia solar, a energia



hidrelétrica e o próprio hidrogênio verde.

Senhoras e Senhores, nós, Parlamentares, temos uma parte importante da responsabilidade nesse processo, no sentido de construir um ambiente propício para os negócios e de definir diretrizes eficientes para a atuação do poder público na configuração de suas políticas.

Sras. e Srs. Senadores, o Senado Federal é a Casa da Federação brasileira, aqui a representação dos estados é equilibrada. O Senado está chegando aos seus primeiros 200 anos de vida, com uma história honrosa e honrada, sempre rica em desafios e reconhecidos saberes. Não é uma história feita apenas de unanimidades. Não, esta é uma Casa de debates que provém de visões de mundo diferentes, e que oferecem a possibilidade de trilhar caminhos também diferentes.

Nós temos, Sr. Presidente, visões de mundos diferentes, é natural que tenhamos diferenças, olhares, caminhos diferentes, mas é importante nós verificarmos qual é o endereço, qual é o CEP. Se nós formos para o mesmo CEP, nós precisamos ter mais atenção a isso e procurar convergências nessas visões diferentes do mundo, respeitando, claro, parte a parte de nossas convicções, de nossas formações e de nossas crenças e verdades. Às vezes, nós estamos aqui vendo debates calorosos, isso torna esse ambiente mais rico, mas o que importa é o que eu disse, é o endereço, é o bem da sociedade brasileira, é a capacidade da entrega. Agora temos a oportunidade de contribuir para uma fronteira energética nova: o hidrogênio verde.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mundo precisa, o Brasil pode, o planeta agradece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu que agradeço, Senador Fernando Dueire. Parabéns pela sua sempre corajosa posição em assuntos importantes e pelo seu equilíbrio de sempre.

Agora chegou o momento de ouvirmos, na tribuna do Senado, a voz da saúde do Rio Grande do Norte, minha querida amiga Zenaide Maia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Antes, por fineza, só queira dizer o nome pela minha visão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Marcos Rogério, de Rondônia, pela ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro, à vontade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Está conosco, no Plenário, neste momento, o Prefeito Marcélio Brasileiro, Prefeito da cidade de Nova Mamoré, lá no Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Marcelo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Marcélio Brasileiro.

Com ele, está um grupo de empresários que atuam fortemente no agronegócio do meu estado. São produtores de soja, são pecuaristas, são brasileiros que acreditaram naquele estado e hoje produzem alimentos para Rondônia, para o Brasil e para o mundo, e nos dão a honra de visitar o Senado Federal na



tarde de hoje.

Boas-vindas ao Prefeito Marcélio e à comitiva que o acompanha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – À toda a comitiva, e a Casa registra aqui a presença, com muito carinho, do Prefeito Marcélio Brasileiro.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E me fez lembrar de Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, não o grego, mas o ex-jogador do Corinthians. E ele votou certo, votou em você para o Governo de Rondônia. Infelizmente, quem não votou em você votou errado – na minha opinião. Fazer o quê?

Abraço, Marcos Rogério.

Agora, o querido Nelsinho Trad pediu a palavra pela ordem. Fique à vontade.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para registrar – já foi enviado eletronicamente –, requerimento de, nos termos regimentais, seguindo as tradições da Casa, voto de pesar pelo falecimento do empresário Rodolfo Roca Filho, bem como a apresentação de condolências a seus filhos, Maria Fernanda e Rodolfo Neto, e à sua esposa, Luciana Azambuja. Rodolfo Roca Filho foi produtor rural, empresário do ramo de bares e restaurantes em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Deixou uma marca significativa, especialmente na cultura e no aspecto da boemia da cidade. Fica registrado o voto de pesar.

Nos mesmos moldes, pelo falecimento do ex-Prefeito de uma cidade do interior do estado chamada Camapuã, Eraldo Holosback Alves Azambuja. Bem como apresentação de condolências à sua esposa, Marina.

E também inserção em ata de voto de aplauso aos membros da Polícia Federal de Corumbá, que deflagraram a Operação Yaguara, com o objetivo de combater caça ilegal de onça pintada e biopirataria no Pantanal.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Nelsinho Trad, a Casa, aqui no Senado, registra o conforto à família de seu amigo falecido Rodolfo Roca Filho, perfeito?

Bem, a Senadora Zenaide já subiu à tribuna.

Rapidinho, quero só cumprimentar aqui as pessoas que estão presentes na galeria, visitando a nossa sessão. Deus dê saúde a todos e a todas.

Querida Zenaide, a tribuna é sua.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, hoje aqui, Presidente, eu quero registrar já a presença do Diretor-Presidente Inácio Melo do Serviço Geológico do Brasil, a antiga CPRM, que está completando 54 anos.

O Serviço Geológico do Brasil se dedica a compreender e gerar conhecimento sobre os nossos recursos minerais, desenvolve metodologias e entrega produtos capazes de ajudar a preservar a vida e a prevenir desastres. O Serviço Geológico do Brasil, que hoje completa 54 anos, é uma instituição científica, tecnológica e de inovação, representa uma cadeia de valores públicos fundamentais ao desenvolvimento sustentável do país. Está presente em todos os estados e regiões brasileiras por suas unidades regionais.

Quero aqui parabenizar em especial todos os colaboradores que ajudaram a construir essa empresa



e, na pessoa do Diretor-Presidente Inácio Melo, que está aqui na plateia. Parabéns ao Serviço Geológico do Brasil, que ajuda a promover o nosso desenvolvimento econômico por meio das geociências e do setor mineral.

Era isso, Sr. Presidente. Eu queria dizer que a diretoria aqui está presente, como também alguns dos servidores do Serviço Geológico do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só isso?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Só.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que exemplo de tempo! Só podia ser Zenaide Maia.

Já que você, querida Senadora, que eu tanto respeito e de quem tanto gosto, falou de aniversário, toda esta Casa aqui tem – aliás, todo o Brasil – um respeito enorme por esse homem público raro... E ele não gosta de o Kajuru falar isso, mas quanto mais ele não gostar, aí que vou falar mais mesmo: é que eu ainda quero estar vivo para vê-lo Presidente da República. Hoje é aniversário do General Hamilton Mourão, do honradíssimo Senador Hamilton Mourão, que está completando 58 anos de idade. É para que não haja injustiça com a idade dele!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aí você viu? Tem gente querendo contrariar. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, ele falou 40. Aí não dá, não é?

O Girão vem daqui a pouco. Girão, prepare-se, hein! Hoje, o Kajuru vai deixá-lo falar apenas 35 segundos, porque ontem o senhor falou por 35 minutos, pela amizade com o Mecias.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Senador Lucas Barreto quer o quê? Colocar o seu nome aqui? *(Pausa.)*

Já está inscrito aqui. Você acha que eu ia falhar com um homem do Amapá? *(Pausa.)*

O Senador Rogerio Marinho seria o próximo. Ele deu uma saidinha e pediu para ser depois.

Agora, então, o nosso querido Senador, tão querido pelo Ceará também, não só pelo Fortaleza, Eduardo Girão, na tribuna, para uso da sua palavra...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Pode ser depois?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Depois? *(Pausa.)*

Agora, então, do Amapá, representante digno, o Senador Lucas Barreto, que nunca convidou o Kajuru para o seu tradicional jantar de quarta-feira em sua casa.

Na tribuna, à vontade, querido.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para discursar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero também iniciar cumprimentando o Presidente da CPRM, Inácio Melo, meu querido amigo, pelos 54 anos dessa empresa, que fez com que o Brasil pudesse



se desenvolver.

No Amapá, nós temos atualmente uma mineradora funcionando, mas que só de Cfem já levou para os municípios que têm essa produção mineral milhões de reais, que ajudaram a construir essas cidades e a diminuir o tão propalado questionamento ambiental e social. É porque muitas empresas foram criadas no Amapá, a exemplo da Icomi, de onde saíram 56 milhões de toneladas, à época, de mineral estratégico, à época da Guerra Fria, quando nós não teríamos hoje esse valor agregado do manganês... Mesmo assim, estão ainda explorando manganês lá. É o estado – e nós dissemos lá – que é a maior província mineral do mundo.

Só para se ter ideia, a Renca (Reserva Nacional do Cobre), de acordo com o Instituto Hudson, tem trilhões de dólares em minerais. É uma situação atípica. Nós entramos com um projeto de lei aqui no Senado para desafetar 22% dessa área da Renca, que é a área que tem minerais e que precisa ser explorada num futuro muito próximo. E ainda tem, do lado do Pará, já prospectados em cinco montanhas, que chamamos de Complexo Maicuru, 210 milhões de toneladas de fósforo, que é a redenção do Brasil.

A CPRM precisa olhar isso com carinho, levar isso ao Ministro de Minas e Energia e fazer com que nós tenhamos o Amapá se desenvolvendo também a partir desse setor que é tão importante, que é o setor mineral.

Sucesso na sua gestão. Conte conosco, conte com a Bancada do PSD, para que nós possamos ter uma CPRM forte, atuando em todo o Brasil.

Sr. Presidente, o recente encontro dos países pan-amazônicos, de outros Estados nacionais ainda detentores de florestas tropicais em seus territórios da África e da Indonésia formataram uma parábola que revela o divórcio entre as falas de ONGs e o aprofundamento do paradoxo amazônico, revelado pelos desconcertantes cenários amazônicos. Há, de um lado, a aplicação do ambientalismo patrimonialista e, do outro, a desantropização da nossa Amazônia, numa procissão de pobres em direção às nossas cidades e aos aglomerados urbanos subnormais.

O meu Estado do Amapá foi a primeira experiência de ecologia patrimonialista, revelando esse paradoxo de quanto mais verde, mais pobreza. O Amapá tem hoje, sem as reservas legais fundiárias, 73% de todo o seu território transformados em unidades de conservação e terras indígenas, enquanto a regularização fundiária, a transferência das terras da União para o Amapá e o seu zoneamento econômico e ecológico são inscritos em promessas, largados nas bacias das almas, que até hoje nunca tocaram o chão de nossa realidade. O desenvolvimento sustentável foi e é uma fantasia que o povo do Amapá nunca usou, pois, se existiu um baile para comemorar essa infeliz proposta, nós nunca fomos convidados. Há uma grande diferença em viver na Amazônia em harmonia e equilíbrio entre homem, trabalho e natureza, fato revelado na prática pelos caboclos amazônidas e sociedades tradicionais locais.

O desenvolvimento da Amazônia é uma obra revolucionária. Lembramos que os planos de desenvolvimento regional da Amazônia Legal, implantados no período de 1960 a 1980, promoveram um chamamento da nação numa marcha de ocupação da grande floresta sem gente. Essa marcha da insensatez se fez com sociedades que só tinham culturas da pata do boi e de agricultura de escala e com agricultores familiares sem contato nenhum com o bioma amazônida. Logo, nos atos iniciais de incentivo pelo Estado nacional, aquele que desmatasse um hectare teria direito a titular dois e assim por diante. Foi uma tragédia anunciada.

O “desencontro de 8 de março em Belém”, que, embora tenha tido a presença protocolar da Embaixadora da França no Brasil, Brigitte Collett, não teve ninguém da Guiana Francesa no evento, assim relatou a Agence France-Presse. A primeira cúpula internacional dedicada à Amazônia foi realizada na terça-feira 8 de agosto e na quarta-feira 9 de agosto em Belém, no norte do Brasil. Se a França foi representada por sua Embaixadora no Brasil, a ausência de Emmanuel Macron e de uma delegação da



Guiana cristalizou as tensões.

Todas as ONGs, com raríssimas exceções, trouxeram uma conta ecológica de mais de mil anos, construída pelas nações ditas ricas e desenvolvidas, com a falsa assertiva de que o planeta está derretendo e de que o desmatamento precisa ser zero. Esse bordão de algumas ONGs de que salvar a Floresta Amazônica é salvar o planeta Terra revela-se uma falácia, pois nenhum carro ou usina termoeletrica deixa de funcionar nos países do Hemisfério Norte.

O único ser respirante presente ao evento de Belém que falou a verdade foi o Presidente Lula, que, como um Dom Quixote, vem cobrando o calote patrocinado pelos países ricos, que não pagaram as suas promessas de enviarem bilhões de dólares aos países pan-amazônicos, sendo essas nações ricas os verdadeiros protagonistas desse controvertido aquecimento global. O Presidente Lula encarnou o personagem de Miguel de Cervantes, cobrando os bilhões de dólares das nações ricas aquecimentistas.

E eu não vi nenhuma ONG ou algum famoso de palco ou de passarela cobrar as falsas promessas das nações ricas desde a ECO 92, no Rio de Janeiro. Prometeram enviar US\$100 bilhões todos os anos para a preservação das florestas tropicais nos países pan-amazônicos, na África e na Indonésia.

A maior tragédia do nosso planeta não é o aumento de um grau de calor, mas a morte, todos os anos, de milhões de crianças e idosos por desnutrição e por falta de cuidados básicos de saúde. E não há uma mínima preocupação pelas ONGs em nações ricas em buscar meios e investimentos mínimos para alcançar o bem-estar social de quase 0,5 bilhão de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza nos cinco continentes da biosfera.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de tecer um comentário sobre a passagem da Ministra Marina Silva na primeira cúpula internacional dedicada à Amazônia e a sua ecumênica entrevista para uma rede de dez rádios da Amazônia. Em momento algum, a Ministra lembrou...

(Soa a campanha.)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... os números sociais e econômicos da pobreza do Amapá, que é o ente federativo mais preservado do Brasil, com mais de 96% de suas coberturas florestais originárias ainda totalmente preservados, mas que concentra os piores índices de pobreza e de violência contra a mulher, que tem mais 75% da sua sociedade carcerária compostos de jovens com menos de 30 anos, que tem um dos mais elevados índices proporcionais de letalidade por crimes violentos, que tem menos de 7% de saneamento básico e que tem a energia mais cara do Brasil, tendo quatro hidroelétricas – e ainda estamos construindo a quinta em nosso território. Pasmem, Srs. Senadores, Sras. Senadoras: essa energia exportada das hidroelétricas amapaenses para o Brasil é mais barata do que a consumida pela população do meu estado.

Do discurso da Ministra...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... Marina Silva – para finalizar, Sr. Presidente – extrai-se um corolário com metas de ampliação de sua política ambiental patrimonialista. E esse fato nos leva a crer que forças ocultas estão vencendo as vontades e as necessidades da sociedade.

Sr. Presidente, o petróleo é o primeiro ponto de partida para promover o desenvolvimento com economias do conhecimento, socialmente inclusivas e sem retirar uma folha dos nossos biomas.

O Amapá, que já tem uma equação de 88% de sua população em aglomerados urbanos e cidades, terá uma chance única de poder exportar energia limpa do gás do petróleo e de produzir um dos três



elementos determinantes para a agricultura de escala, que são os nitrogenados oriundos do gás de petróleo, e, principalmente, poderá garantir a transição energética da Petrobras, pois, segundo os cientistas dessa área, ainda...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ...teremos – estou finalizando, Sr. Presidente – grandes demandas de derivados dos hidrocarbonetos por mais de meio século.

Finalizo dizendo que a exploração de petróleo na costa do Amapá será a via mais segura de zerar o desmatamento nos Estados do Pará e do Amapá. A exploração de petróleo na costa do Amapá, que está a 530km da foz do Amazonas, é a melhor via de garantir solução rápida e segura, para preservar a floresta na Amazônia Oriental.

Sra. Ministra Marina Silva, a exploração de petróleo na costa do Amapá se revela não pela via ideológica, mas, sim, como ciência, como solução equilibrada, pois será um polo seguro para promover o desenvolvimento de novas economias do conhecimento. Não há mais espaço para ações do Ministério do Meio Ambiente sem diálogo com as sociedades amazônidas, pois temos que combater, com equilíbrio político, essa via que busca transformar a Amazônia em uma Sibéria tropical.

Por sinal, Sr. Presidente...

(Soa a campanha.)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – ... o Amapá também sofreu o apagão, mesmo tendo o Linhão de Tucuruí. E nós descobrimos que cobram, no transporte do Linhão, 7% a mais, porque só poderiam cobrar isso dos municípios do Amapá que consomem energia se nós tivéssemos um *backup* do Linhão.

Aqui, peço ao senhor que cobre do Presidente Arthur Lira a votação do nosso projeto que cria o barramento na Cachoeira Caldeirão. Assim, nós não teremos mais apagão no Estado do Amapá. É um transformador e uma rede, um investimento tão pequeno para quem produz mil megawatts para o centro do país, para o Centro-Oeste...

Obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Lucas Barreto, o Sr. Jorge Kajuru deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Lucas Barreto.

Encerrado o Período do Expediente, declaro aberta a Ordem do Dia.

Início da Ordem do Dia.

Gostaria...

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – ... de fazer o registro de que hoje aniversaria o nosso colega Senador General Hamilton Mourão, a quem eu desejo muitas felicidades, vida longa e muita saúde na sua vida. Parabéns, Senador Hamilton Mourão.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Presidente, pela



ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Também é com grande satisfação que comunico à Casa que já está disponível para acesso a nova página de pesquisa dos livros de *Anais do Senado Federal*, no sítio do Senado Federal na internet. Esses livros são compilações anuais das atas das sessões plenárias desta Casa, desde o Senado do Império, que foram e continuam sendo produzidas, de forma ininterrupta, até os dias atuais. Esse rico material histórico, cujos originais estão preservados no arquivo desta Casa, foi digitalizado e já oferecido na internet desde o final da década de 1990.

A versão que agora passa a ser disponibilizada e que muito nos orgulha oferece novos recursos e formas mais facilitadas de acesso e pesquisa, permitindo ao usuário acesso a imagem idêntica à dos livros, além de permitir buscas em seu texto integral, sendo possível tanto consultá-los *online* quanto fazer o *download* dos arquivos.

Os livros dos *Anais* estão reunidos por legislatura, o que permite uma pesquisa, uma perspectiva histórica e contextualizada da época em que ocorreram os respectivos trabalhos legislativos.

Além da coleção de *Anais* do Império e da República, a nova página também oferece as atas do Conselho de Estado do Império e os *Anais* das sete Assembleias Constituintes brasileiras. Trata-se de acervo de alta relevância histórica, cujo acesso agora se torna mais facilitado.

Essa é mais uma ação do Senado Federal em prol da preservação e divulgação da memória do Parlamento e da história de nosso país, executada no contexto da celebração do bicentenário da Câmara Alta brasileira.

Registro a presença no Plenário do Senado Federal do Prefeito Edvaldo Nogueira, da cidade de Aracaju, que vem acompanhar a votação de um empréstimo pelo Plenário do Senado Federal. Seja muito bem-vindo, Prefeito Edvaldo Nogueira, Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos.

Com a palavra, Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos os Senadores e Senadoras, aos servidores desta Casa.

Eu quero aqui poder desejar um feliz aniversário para o nosso Hamilton Mourão, que já foi Vice-Presidente e que é hoje Senador da República, um professor que eu tenho aqui no Parlamento, que me faz aprender cada dia mais. Hamilton Mourão, eu lhe desejo muita saúde. Felicidades para o senhor!

Quero aqui registrar também a presença do meu irmão Eduardo, que é Deputado Estadual por Minas Gerais, meu irmão mais velho. Eu tenho muito o que agradecer a ele por tudo, pelo aprendizado de vida que ele me deu. Ele está fazendo um excelente trabalho na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, juntamente com o Governador Romeu Zema.

Quero aqui também registrar a presença de um dos melhores Prefeitos de Minas Gerais, Edson Vilela, que tem uma aceitação... Para vocês terem noção, o Edson Vilela, lá em Cajuru, na cidade dele, foi para a reeleição, Presidente, e não teve nem candidato, não teve nem eleição. O homem é o melhor Prefeito do Brasil e me ajuda muito, é um parceiro que eu tenho. Edson, pode sempre contar comigo! Que Deus o abençoe. Continue sempre fazendo pela população de Cajuru, porque você tem um parceiro aqui para a gente trabalhar sempre em conjunto. Deus o abençoe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Cleitinho.

Seja muito bem-vindo o Deputado seu irmão, Deputado Estadual; e também o Prefeito Edson, da cidade de Cajuru, nosso querido amigo Prefeito Edson, que faz uma excelente gestão em Cajuru, que, inclusive, já foi aqui por mim noticiada, quando foi lá para Barcelona receber um prêmio pela qualidade



da gestão no Município de Cajuru. Seja muito bem-vindo, Prefeito. É uma alegria revê-lo. Então, faço coro às palavras do nosso colega Senador Cleitinho.

Com a palavra, pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente Rodrigo Pacheco...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente... Amin... Amin, só...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... tivemos ontem, pela manhã...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Paim, é só rapidinho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um segundo, só um segundo, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, é só rapidinho... É porque houve um erro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São dez segundos, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... em Cajuru, porque Cajuru é a minha cidade, do interior de São Paulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas eu estava falando com o Presidente. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Carmo do Cajuru. (*Risos.*)

O Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem razão, Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – ... tem uma parte.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu peço desculpas ao Kajuru, eu não tinha entendido. Agora entendi.

Presidente, hoje, neste Plenário, tivemos uma sessão histórica promovida pelas mulheres devido à marcha, sobre Brasília, de Margarida Alves. E amanhã, Presidente, essa delegação, representada naturalmente por uma comissão das 100 mil mulheres mil mulheres, vai estar com o Presidente da República. E está prevista para amanhã, à tarde, a votação do projeto que coloca Margarida Alves no Livro dos Heróis da Pátria.

O apelo que eu ia fazer para V. Exa.: está previsto para amanhã, mas se nós pudéssemos votar hoje, em uma votação simbólica, creio eu, para que eles possam voltar para seus estados sabendo já do resultado da votação do Plenário do Senado...

É este o apelo, Presidente.

Se nenhum Líder for contra, seria uma votação simbólica, como já fizemos a de tantos e tantos heróis da pátria neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeitamente, Senador Paulo Paim. Será atendido o pleito de V. Exa. (*Pausa.*)

Eu imagino que não haja objeção ao pedido feito pelo Senador Paulo Paim. Então, nós vamos



antecipar a votação do projeto.

Não é isso, Senador Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente, Sr. Presidente.

Como eu sou Relator da matéria, em todas as Comissões em que relatei, foi aprovada por unanimidade essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Senadora Leila Barros...

O item 1 da pauta é o Projeto de Lei 2.796, de 2021, do Deputado Kim Kataguiri, que cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia.

Há o Parecer nº 28, de 2023, da Comissão de Assuntos Econômicos, do Relator: Senador Irajá, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2, de redação, que apresenta, e contrário à Emenda nº 1.

A Emenda nº 1 é considerada inexistente, nos termos do art. 124, inciso I, do Regimento Interno.

Perante a Mesa, foram apresentadas as Emendas nºs 3 a 6, já publicadas.

Há alguns requerimentos em relação a essa matéria, de Senadores... Há um requerimento da Senadora Leila Barros, a quem vou dar a palavra em instantes, do Senador Carlos Viana, que formula três requerimentos de submissão dessa matéria a outras Comissões Permanentes da Casa, e também do Senador Alessandro Vieira, que formula um requerimento no mesmo sentido, de modo que eu gostaria de consultar o Plenário... **(Requerimento nº 713, 715 a 721/2023 - Vide Item 4.2.1 do Sumário, Requerimento nº 46/2023-CAE - Vide Item 4.2.1 do Sumário)**

Nós temos buscado fazer pautas sempre construtivas, de consenso, discutindo na reunião de Líderes a submissão dessas matérias na pauta, de modo que eu não tenho nenhum problema em retirar de pauta esse item para que os Líderes, na reunião de quinta-feira, possam debater a respeito do trâmite – se já pronto para o Plenário ou se deve ser submetido a alguma outra Comissão –, para buscarmos, então, ter, por consenso ou por maioria, o entendimento na formação da pauta do Senado.

Eu vou passar a palavra à Senadora Leila Barros, para expor seus argumentos, e depois consultarei o Plenário sobre o encaminhamento a ser dado em relação ao item 1 da pauta.

Com a palavra, a Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/PDT - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiramente, cumprimento o senhor nesta tarde, assim como as demais Senadoras e Senadores.

Com relação ao PL 2.796, o texto original do projeto tratava especificamente de jogos eletrônicos. Só que o texto que foi enviado aqui para o Senado inclui os *fantasy games*.

Eu fui procurada pela Abragames, que é associação brasileira das desenvolvedoras de jogos digitais, e eles me apresentaram as seguintes argumentações, que eu vou passar aqui para todos os colegas.

Contrariedade em relação à inclusão dos *fantasy games* no marco dos jogos eletrônicos por entenderem que se trata de duas coisas absolutamente distintas. Aliás, para todos com quem falei, os *fantasy games* se assemelham mais a uma loteria de aposta de cota fixa, conhecida como *sports betting*, que já está sendo disciplinada pela Medida Provisória 1.182, de 2023. E também há discordância com a definição dos jogos eletrônicos como meros *softwares*, desconsiderando sua ligação com o setor audiovisual.

Por fim, eles imploram a esta Casa que haja um maior debate sobre o tema, e eu, enquanto Senadora da República e também grande defensora desse debate na Casa, que começou em 2019-2020, antes da pandemia, e cessou aqui, Sr. Presidente, peço aos colegas que façamos esse debate amplo não só na CAE, pelas questões econômicas, mas envolvendo também a questão do entretenimento, que foi discutida também na CE. Tem outras questões que envolvem, por exemplo, *sports betting* – o Senador Girão está



aqui na minha frente e também defende essa ampla discussão aqui na Casa com a MP 1.182.

Então eu peço aos Líderes, ao senhor e a todos as colegas Senadoras e Senadores para que o retiremos de pauta, para que passemos o projeto para outras Comissões, inclusive a CE, o que foi objeto do meu requerimento, para que possamos fazer um amplo debate chamando a Abragames e todos os atores envolvidos na questão dos jogos eletrônicos e também dos *fantasy games*.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra, o Senador Astronauta Marcos Pontes.

Antes, porém – permita-me, Senador –, eu quero registrar a presença do Governador Fábio Mitidieri, do Estado de Sergipe, nosso colega Parlamentar que hoje governa o estado, juntamente com o Prefeito Edvaldo Nogueira, que já saudei, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, que, naturalmente, têm um interesse muito nobre aqui hoje no Plenário do Senado Federal, que é o empréstimo que em instantes vamos submeter ao Plenário para apreciação.

Sejam muito bem-vindos!

Senador Astronauta Marcos Pontes com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

É simplesmente para colocar o meu apoio ao que foi dito pela Senadora Leila Barros. Faz completo sentido, nós precisamos discutir melhor esse tema. Esse é um projeto que, na minha opinião, tem que ser retirado de pauta agora para uma melhor discussão. Existem temas bastante discordantes dentro desse projeto que precisam, primeiro, passar pelas Comissões, ser discutidos em audiências públicas, para, depois, virem aqui para o Plenário. Então é só para registrar o meu apoio ao que foi dito pela Senadora Leila Barros aqui.

Obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra, o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Primeiro, meu boa-tarde a todos os Senadores e Senadoras e a todos aqueles que nos acompanham pela TV Senado.

Nós sabemos da necessidade de se votar diversos projetos com mais rapidez, de darmos também respostas mais efetivas, mas nós precisamos ter responsabilidade. Nessa questão de jogos eletrônicos, o assunto é sério. Nós estamos falando de comportamento de adolescentes, e eu tenho aqui pesquisa, Senadora Leila...

A USP mostra que 28% dos 4 mil adolescentes entrevistados fazem uso problemático de jogos eletrônicos e se encaixam nos critérios de transtorno de jogo pela internet. Compulsivos, não conseguem parar, acabam sendo atraídos por algo que é simples no primeiro momento, mas que o cérebro de um adolescente não consegue processar como realidade ou não e cria uma dependência. Por isso fiz o pedido para que fosse retirado de pauta. Obrigado pelo apoio dos Senadores. E vamos a uma discussão mais responsável, mais abrangente nessa questão dos jogos.

Com essa questão de jogos, Senador Marcos Pontes, Senador Girão, nós temos que tomar muito cuidado, porque há um *lobby* absurdo, silencioso para aprovar no Brasil os jogos a qualquer custo, sem



nenhum tipo de impacto analisado, inclusive, no SUS.

Portanto, muito obrigado pela aprovação do requerimento, e vamos a uma discussão nas Comissões sobre um assunto que é importante para todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Na verdade, a proposta, Senador Carlos Viana, não é nem submeter a apreciação do requerimento – são vários requerimentos –; a proposta é, por acordo de Plenário, nós retirarmos da pauta a apreciação desse item, com o que todos concordam, e vamos submeter ao Colégio de Líderes, na quinta-feira, qual o melhor encaminhamento a ser dado – obviamente, com a Liderança do PDT, do Podemos, do PL, para podermos debater o melhor encaminhamento a ser dado a esse projeto.

Então, por acordo de Plenário, fica retirado de pauta o item 1, Projeto de Lei nº 2.796, de 2021, e, no Colégio de Líderes, na quinta-feira, nós vamos apreciar a reinclusão na pauta ou o encaminhamento às Comissões do Senado Federal.

Senadora Zenaide Maia com a palavra, pela ordem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Era só para concordar também, como todos falaram aqui, que isso é um assunto que envolve muita coisa; então, uma discussão mais apurada sobre isso.

Vício é vício. Os cientistas dizem que viciar um jovem em qualquer tipo de atividade não é... Só se for leitura, assim mesmo, tem que ter tempo determinado.

Vamos discutir isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senadora Zenaide Maia.

Então, fica retirado de pauta o item 1.

À Bancada do Estado de Sergipe, em sua homenagem, anuncio o Projeto de Resolução nº 83, de 2023, apresentado como conclusão do Parecer nº 61, de 2023, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Laércio Oliveira, que autoriza o Município de Aracaju, Sergipe, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o NDB (Novo Banco de Desenvolvimento), no valor total de US\$84 milhões. **(Vide Item 5.1.7 do Sumário)**

Foi apresentado o Requerimento nº 115, de 2023, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que solicita urgência para a matéria. **(Vide Item 4.2.2 do Sumário)**

Em votação o requerimento.

As Senadores e os Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Passa-se à discussão da matéria.

Para discutir, concedo a palavra ao Relator, Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Quero cumprimentar as Sras. Senadoras, os Srs. Senadores, todos que estão aqui conosco participando na tarde de hoje.

Este momento é um momento muito especial. Quero aqui fazer um agradecimento à Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Angelo Coronel no dia de hoje, mas também cumprimentar o Senador Vanderlan, e quero cumprimentar todos os meus pares.

Desde a semana passada, a gente vem conduzindo esse assunto com o apoio dos Senadores que fazem a Bancada de Sergipe – Senador Alessandro Vieira, Senador Rogério Carvalho –, e nós trabalhamos aqui intensamente para poder construir esse consenso com todos os meus pares. E é preciso deixar bem claro



aqui que fomos muito bem recepcionados por todos. E hoje, na Comissão, uma demonstração de unidade, uma demonstração de carinho pela minha querida cidade de Aracaju.

Então, Presidente, eu quero agradecer ao senhor por ter permitido a inclusão desse projeto na sessão de hoje, mesmo não estando na pauta, mas o senhor aquiesceu e permitiu que esse projeto entrasse na pauta em homenagem aos aracajuanos, aos sergipanos e aqui representados pelo Prefeito Edvaldo Nogueira e pelo Governador Fábio Mitidieri.

Portanto, agradeço aos meus pares a gentileza, especialmente a V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Laércio Oliveira.

A matéria continua em discussão.

Para discutir, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com muita brevidade, quero registrar aqui a chegada da Deputada Federal Delegada Katarina, do Governador Fábio e do Prefeito Edvaldo Nogueira.

Senador Laércio, parabéns pelo trabalho de gestão para que fosse rapidamente apresentado, apreciado e aprovado! É muito importante a chegada desse recurso para Aracaju, obras estruturantes já desenhadas pelo Prefeito. E a demonstração verdadeira de que política de verdade, a política que defende o povo, se faz assim, de mãos dadas, todos aqui juntos defendendo aquilo que interessa para o nosso estado.

Os momentos de disputa eleitoral têm seu lugar, mas não aqui. Aqui é a hora de construir, e estamos construindo o futuro de Sergipe. Então, parabéns para todos!

E obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A matéria continua em discussão.

Para discutir, Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Para discutir.) – Sr. Presidente e Governador Fábio, incumbiu-me o nosso Líder Otto, do PSD – eu, como Vice-Líder –, de declarar o apoio a essas obras tão importantes lá do Estado de Sergipe.

E também, em homenagem a esses dois grandes amigos aqui, Laércio e Alessandro, que sempre ajudaram o Amapá, sempre ajudaram a Bahia e todos os outros estados.

Então, em nome do Senador Otto, da nossa Bancada do PSD, Governador e Prefeito, contem com o apoio do PSD, e sucesso lá nessa nova missão de reestruturação, de ampliação das obras estruturantes do Estado de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação o projeto de resolução, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de resolução.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.



(Parecer nº 113/2023-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 4.2.2 do Sumário)

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Nossas homenagens à Bancada do Estado de Sergipe – Senador Laércio Oliveira, Senador Alessandro Vieira, Senador Rogério Carvalho.

E, mais uma vez, quero externar a nossa honra e o prazer de receber o Prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, que cumpre um papel muito importante para o municipalismo do Brasil, aqui defendendo a sua cidade de Aracaju; e o nosso querido amigo Governador Fábio Mitidieri, nosso ex-colega de Parlamento que governa o Estado de Sergipe. Sejam muito bem-vindos ao Senado Federal e parabéns pela aprovação do projeto de resolução!

Anuncio o item 2 da pauta.

Projeto de Lei nº 2.208, de 2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2015), do Senador José Agripino, que institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e define seus princípios, objetivos e ações.

Pareceres nº 3, de 2023, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Soraya Thronicke, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, de redação, que apresenta; e nº 102, de 2023, da Comissão de Educação e Cultura, Relator: Senador Zequinha Marinho, favorável ao projeto e à Emenda nº 1, de redação.

Passamos à discussão da matéria.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Rapidamente, com a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo, pretende-se estimular o empreendedorismo e criar as condições para que ele prospere no campo, fazendo com que o país faça um bom uso desse seu grande e fantástico potencial no agronegócio.

É muito interessante levar em consideração que esse programa venha a evitar que o jovem no campo vá para a cidade e, de repente, fique fazendo volume nas periferias, buscando um emprego, uma oportunidade e, de repente, não encontrando. E, às vezes, encontrando outros caminhos, e caminhos, de repente, que não são caminhos do bem, nem de bem, se enveredando pelo crime e por outras práticas.

Isso é muito ruim. Espero que, com este projeto, o Governo Federal possa dar à juventude do campo... Hoje há um campo diferente do que no meu tempo de jovem, campo que tem tecnologia, campo que tem assistência técnica, campo que tem, enfim, uma série de outras condições para se trabalhar e produzir. Campo que hoje pode produzir, que tem mercado, ou seja, muito diferente do que nos velhos tempos.

É muito importante que a gente dê a esse jovem, que sonha em prosperar, a oportunidade de continuar na terra dos seus pais, avançando com o agronegócio, que hoje é uma alavanca da economia nacional.

Portanto, quero aqui solicitar aos nobres pares esse voto para que a gente aprove e veja criado aqui o Programa Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem no Campo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –



Obrigado, Senador Zequinha.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação o substitutivo da Câmara, em turno único, nos termos dos pareceres, que são favoráveis ao projeto, com a Emenda nº 1, de redação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o substitutivo da Câmara com a Emenda nº 1, de redação.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, será publicado na forma regimental.

(Parecer nº 114/2023-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 4.2.3 do Sumário)

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Anuncio o Projeto de Decreto Legislativo nº 928, de 2021, que aprova o texto do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, aprovado pela Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 37, de 2017, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017.

Parecer favorável nº 53, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra, Relator *ad hoc*: Senador Mauro Carvalho Junior.

Passa-se à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de decreto legislativo.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/PDT - DF. Pela ordem.) – Presidente, no final de julho, eu apresentei um requerimento. Ele já tem até um número, 55, que requer uma sessão especial no dia 1º de setembro agora, a fim de celebrar o Dia do Profissional de Educação Física. E aí, eu gostaria de pedir se é possível fazermos a votação desse requerimento extrapauta, porque, como está adiantado...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeitamente, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) –



Será atendido o pedido de V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com a palavra, pela ordem, Líder Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, como sempre, costumeira compreensão do Senador Astronauta Marcos Pontes, que é o Relator.

Eu gostaria de fazer um pedido ao senhor, querido Presidente Pacheco, histórico Presidente do Congresso Nacional. É o PDL 460/22, que trata da aviação no acordo Brasil e Angola. Por fineza, como extrapauta, ainda na sessão de hoje, se possível, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeitamente, Senador Jorge Kajuru.

Consulto o Plenário se há alguma objeção ao pedido feito pelo Senador Jorge Kajuru. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, nós podemos incluir esse item, a pedido do Ministro Márcio França.

Com a palavra, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente Rodrigo Pacheco, como o senhor tocou aí no nome do Ministro Márcio França, nós estamos tentando marcar, há vários dias, uma audiência, uma conversa com o Márcio, por conta dessa situação que, cada dia que passa, se agrava lá no meu estado, que é o problema da aviação.

Hoje existe um problema muito sério. Os aviões voam do Acre todos lotados. Nós temos poucas opções de voos. Uma das passagens mais caras do Brasil.

E aqui já quero agradecer ao Ministro Márcio França, porque amanhã vamos ter uma conversa. E vou pedir para que ele possa tomar uma decisão, fazer alguma coisa no sentido de resolver esse problema, que é um problema que já vem se arrastando há muitos anos.

Inclusive, vou fazer um convite para que nós possamos fazer uma audiência pública lá na Assembleia Legislativa do meu estado, para que possamos debater esse problema. Não pode mais ficar como está. O povo do Acre não merece o tratamento que hoje essas empresas que fazem linha na região, que são a Gol e a TAM. As passagens mais caras do Brasil hoje são as passagens lá do meu estado.

Então fica aqui já o meu agradecimento ao Ministro Márcio França, e amanhã vamos ter uma conversa, e espero que ele possa, se Deus quiser, resolver esse problema de uma vez por todas.

Obrigado, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. me permite, só para eu secundar e subsidiar a fala do meu querido amigo Senador Petecão, do Acre, porque o mesmo drama que vive o Acre, onde os rios da Amazônia nascem, vive o Amapá.

Além de termos tido uma redução das ofertas de voos de todas as companhias aéreas, nós estamos pagando preços de passagem que são superiores a voos para Miami, para Londres...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Verdade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) – ... para Berlim, para Lisboa.

É inaceitável esse oligopólio das empresas aéreas em nosso país, Presidente. E é necessária e urgente uma medida, inclusive de nosso Governo, e o Presidente Lula tem orientado, determinado neste sentido:



para resolver esse problema de oligopólio.

Uma primeira das medidas é que nós não podemos continuar à mercê de três empresas aéreas. É imediato e urgente termos medidas para possibilitar a vinda de *low cost* para o nosso país para poder favorecer o preço das passagens aéreas.

Assim como, Presidente, eu quero aqui adiantar, Senador Petecão, uma posição nossa, aqui da Liderança do Governo no Congresso, não é aceitável que as empresas aéreas reivindicuem de nós a manutenção do veto à cobrança de bagagens aéreas que está para apreciação aqui pelo Congresso Nacional. Esse veto tem que ser derrubado, não é aceitável as empresas aéreas reduzirem a oferta de voos, imponham, mesmo com todos os dados da economia brasileira sendo favoráveis, as mais altas tarifas de serviços aéreos aos usuários de transporte aéreo de nosso país e ainda quererem que o Congresso Nacional derrube o veto, aliás, mantenha o veto ao preço das tarifas de bagagens aéreas.

A nossa posição, pela Liderança do Governo no Congresso, é que, na próxima reunião do Congresso que se tenha, esse veto seja derrubado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Randolfe...

Quer falar, Senador Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Pela ordem.) – Não, eu iria só agradecer ao colega, Senador Randolfe.

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O senhor pode ver que são os estados mais pobres, um Estado como o Amapá, um Estado como o Acre.

Hoje, um trecho de Rio Branco-Brasília está custando R\$6 mil!

Se um pobre, Deus o livre, precisar se deslocar, precisar sair do Acre, vai morrer, porque não tem condição.

Então, é preciso, Presidente Rodrigo, que façamos alguma coisa. Esse monopólio, como acabou de dizer o colega, é um abuso, é brincar com a cara do povo, principalmente do Norte.

Aqui temos o depoimento do Amapá, que não é diferente do meu estado também, o Estado do Acre. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Sérgio Petecão, esse tema trazido por V. Exa. e pelo Senador Randolfe remete a uma das agências reguladoras, que é a Anac, fruto, a sua autonomia, de uma lei concebida em 2019, Senador Ciro Nogueira, Senador Rogerio Marinho, a Lei 13.848, que é a Lei das Agências.

E, na esteira do que V. Exa. pontua, num problema específico, eu gostaria de ponderar com o Plenário uma posição que externei hoje, pela Presidência do Senado, Senador Eduardo Braga, relativamente às agências reguladoras.

É inegável que as agências reguladoras independentes, autônomas, tendo nos seus membros de diretoria profissionais indicados pelo Executivo, sabatinados pelo Senado, a partir de critérios técnicos e, sobretudo, garantindo-lhes a autonomia de um mandato, que isso foi proveitoso para o Brasil para se fazer valer o direito regulatório de diversos temas de interesse nacional, como é a saúde suplementar, como é a energia elétrica, como é o transporte aéreo, como é o transporte terrestre e como é o transporte marítimo. Então, há, inegavelmente, um avanço quando se tem, Senador Eduardo Braga, agências reguladoras autônomas, independentes e cujos membros têm mandato.

Gerou-me uma preocupação muito grande – e externei isso publicamente hoje – uma possibilidade de o Tribunal de Contas da União, numa representação que é feita ao Tribunal de Contas da União, interpretar



a lei das agências reguladoras, editada em 2019, para vedar a ocupação, nas respectivas diretorias-gerais e presidências de agências, de membros que já tenham sido da diretoria daquela mesma agência.

Isso gera alguma estranheza e alguma perplexidade porque não é essa a inteligência da lei. A lei, inclusive, estabelece muito claramente a figura jurídica da direção-geral e das diretorias de uma agência, e, mais do que isso, em termos práticos. A se vingar uma tese dessa natureza, significa dizer que o diretor-presidente de uma agência ou o diretor-geral de uma agência só podem ser alguém que não tenha experiência alguma na agência, alguém que não tenha sido diretor daquela mesma agência. Quando, na verdade, a lógica é justamente o contrário: para alguém que acumula experiência, que passa a ter uma *expertise* sendo diretor de uma agência, é muito razoável – e recomendável até – que nessa figura recaia a perspectiva de ser um diretor-geral no futuro, até para estimulá-lo a desempenhar um bom trabalho naquela agência.

Então, não me parece minimamente razoável a vedação de um diretor repetir um mandato – dessa vez, um segundo mandato – numa diretoria-geral de agência, seja porque a lei não veda isso, seja porque a lógica impõe isso.

Por isso, eu me manifestei publicamente, não sem antes conversar com o Presidente do Tribunal de Contas da União, egresso do Senado Federal, o competentíssimo Ministro Bruno Dantas – é irreparável a conduta dele, a técnica dele e de todo o tribunal, onde temos figuras realmente exemplares –, apenas para posicionar um pensamento da Presidência do Senado e do Senado da República em relação: primeiro, ao cumprimento da lei; segundo, à razoabilidade daquilo que interessa à sociedade brasileira em termos de direito regulatório, e ao respeito à decisão do Senado Federal, porque é um ato complexo, de indicação do Executivo, em que essas pessoas que lá estão foram sabatinadas e os critérios aferidos pelo Senado Federal, em sabatina e votação, ou seja, há um respeito ao Senado Federal que deve ser observado numa decisão dessa natureza.

Para se ter uma ideia, uma decisão nesse sentido significaria a interrupção, desde já, da Presidência ou da Diretoria-Geral da Aneel, da ANS e da Anatel, ou seja, figuras que foram aqui sabatinadas, escolhidas para cumprir um mandato, teriam interrupção porque foram diretores antes, o que me parece que não é minimamente razoável.

Essa manifestação feita hoje pela manhã e aqui reiterada no Plenário é apenas em decorrência do fato de que o TCU está na iminência de apreciar. Era muito importante que apreciasse considerando a posição da Presidência do Senado em relação a esse tema para que, eventualmente, possamos refletir juntos o melhor encaminhamento a ser dado em relação a essa matéria.

Então, apenas dando uma satisfação ao Plenário de que busquei fazer valer a prerrogativa do Senado, a melhor inteligência da lei e o que é melhor para a sociedade brasileira em termos de direito regulatório, comemorando sempre um avanço inegável que foi a autonomia dessas agências para as decisões de diversas naturezas, inclusive essa decisão que V. Exa. está aqui ponderando em relação ao transporte aéreo, que cabe, de certo modo e em grande medida, à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil).

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Pela ordem, o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu concordo 100% com as suas palavras, eu só queria lembrar aqui algo que eu propus na época da Presidência com o querido amigo Davi Alcolumbre, que a gente pudesse discutir algo aqui em que eu,



até hoje, não consigo acreditar.

A passagem, o nosso querido Petecão acabou de falar, a R\$6 mil. Eu perguntei para o nosso outro amigo, e ídolo, Eduardo Braga, a Manaus, ele falou: “R\$7 mil, ida e volta”. Aí eu pergunto para vocês, Ciro Nogueira, querido Randolfe: a gente pode aceitar você pagar R\$7 mil numa passagem, aí, de repente, no dia do voo, Ciro, você, por problema de saúde, não pode embarcar ou por algum outro motivo – perfeito? – justificável... Você não tem mais o que a gente tinha antigamente, porque a gente tinha um ano de crédito daquele valor.

Então, imagina: vocês dois, um paga seis e o outro paga sete, a mesma coisa o Randolfe, deve ser seis – eu não sei quanto... Até porque, para ir para o Amapá, na minha opinião, deviam cobrar é R\$20 mil. (*Risos.*)

Mas, gente, essa situação, realmente, é revoltante, porque você não viaja e eles não te devolvem um centavo. Você perde o dinheiro todinho.

Eu já perdi, nesses quatro anos e meio de mandato, mais dinheiro assim... Já chega o dinheiro que eu perco para político em processo e em bloqueio de salário. Agora, em passagem aérea também? É duro! Pelo amor de Deus!

Eu queria tentar voltar com o Presidente Pacheco para a gente colocar esse projeto em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, sobre a sua manifestação, eu já fiquei congratulado com o seu tuíte, a sua manifestação na rede social, e até a retuítei, sem nenhum comentário, porque ela era perfeita. A sua manifestação aqui me enche de orgulho, esse seu posicionamento, que é irretocável – é irretocável –, e eu acho que o seu posicionamento vai fazer com que o Tribunal de Contas, que eu não sei nem se tem – tenho minhas dúvidas sobre se ele tem – autoridade de ter essa decisão, mas nós temos que respeitá-la, vai fazer com que eles repensem para que não tragam essa decisão agora.

Eu acho que é uma discussão que nós temos que trazer para o Congresso Nacional, que foi o responsável por essas indicações, pelas sabatinas e pela sua aprovação. E eu acho que o senhor foi muito feliz – muito feliz – na sua manifestação, que eu considero irretocável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Ciro Nogueira.

Líder Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Bom, eu quero, na esteira do que falou o Líder Ciro e entendendo que esse é um assunto extremamente relevante para a instituição que V. Exa. preside e da qual nós fazemos parte, a questão da prerrogativa do Senado, a exemplo do que estamos discutindo nos últimos dias.

Eu não tenho dúvida de que o Tribunal de Contas, bem-intencionado, tenta ocupar os vácuos que ele entende que a legislação permite que, eventualmente, ele possa normatizar. Mas, nesse caso, claramente, há uma contradição.

Ora, o que nós queremos na Presidência das agências reguladoras, além da *expertise* técnica, é a necessária experiência e maturidade para conduzir entidades quem intervêm na vida dos cidadãos. O entendimento do Tribunal de Contas interdita essa possibilidade.

Então, até em nome do bom senso, é evidente que há um equívoco. Mas, independentemente do mérito, que por si só é questionável, vem a prerrogativa da instituição que V. Exa. em tão boa hora defende. É nossa a prerrogativa de questionar, através das sabatinas, de avaliar a técnica dos senhores



representantes, verificar a sua experiência e, depois, através de voto, referendar ou não as indicações que são feitas.

Então, V. Exa. merece da nossa parte todo o apoio na defesa das prerrogativas estabelecidas pela lei, pela Constituição e pelo ordenamento jurídico pátrio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Líder Rogerio Marinho.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, só tomando a liberdade aqui, até de maneira redundante, mas para endossar a posição de V. Exa., do Senadores Ciro e também Rogerio, e elogiar esse pronunciamento.

Até, me permita, Presidente, há até rumores de que o Diretor Galípolo, de que nós aprovamos o nome aqui no Senado, foi indicado ao Banco Central como um preparativo para uma futura posição de Presidente do Banco Central. Não sei se isso é fato, se isso vai acontecer, mas isso foi amplamente divulgado na época. E é até ilustrativo dessa situação que V. Exa. colocou, de que é desejável que alguém que vá ocupar o cargo de diretor de uma agência, diretor-geral, presidente da agência, qualquer que seja a nomenclatura, possa ter uma experiência prévia em uma das diretorias.

É claro que... é evidente que ficar pulando de diretoria em diretoria não é algo aceitável, nem ficar num ir e vir de diretoria-geral para uma diretoria comum. Mas essa progressão normal reflete muito a realidade.

Até lembrando aqui, nós que trabalhamos muito com o Judiciário e eu que vim do Judiciário, é a situação dos tribunais, na qual um desembargador ou um ministro assume, em determinado momento da carreira, o cargo de Presidente.

Então, até pedindo escusas pela repetição, mas quero elogiar V. Exa. pelo posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) – Não, não é redundante, mas para elogiar o posicionamento de V. Exa., tem o apoio aqui de grande parte do Colegiado em relação à questão das agências reguladoras. E em relação aos preços das passagens levantadas pelo Sérgio Petecão, corroborado por outros colegas, apenas lembrando que nós derrubamos um veto no Governo passado, que queria cobrar o preço das bagagens, por uma ampla maioria do Colegiado do Senado.

Então, a gente já fez uma discussão com a própria Anac sobre essa questão, chamamos o Cade para que pudesse também nos formatar um caminho a fim de que esses preços não sejam tão exorbitantes do jeito que estão sendo. Qualquer passagem que você tira de um dia para o outro é um absurdo, e estavam querendo taxar as bagagens. Então, isso precisa ser revisto, reencarado aqui pelo Colegiado do Senado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Obrigado.

Anuncio o item 4 da pauta.

Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2022, que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e o Governo da República da Colômbia, assinado na cidade de Puerto Vallarta, México, em 23



de julho de 2018.

Parecer favorável nº 55, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Professora Dorinha Seabra; Relator *ad hoc*: Senador Mauro Carvalho Junior.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação o projeto, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de decreto legislativo.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Anuncio o Projeto de Resolução nº 78, de 2023 (apresentado como conclusão do Parecer nº 55, de 2023, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator: Senador Renan Calheiros, que autoriza o Estado de Alagoas a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$15 milhões dos Estados Unidos da América.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Foi apresentado o Requerimento nº 98, de 2023, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando urgência para a matéria. (**Vide Item 4.2.4 do Sumário**)

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Passa-se à discussão da matéria.

É para discutir a matéria do empréstimo de Alagoas? É para discutir?

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Pacheco. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Já já passo a palavra a V. Exa.

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à discussão da matéria.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação o projeto de resolução em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de resolução.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação afinal, será publicado na forma regimental. (**Parecer nº 115/2023-CDIR/PLEN-SF - Vide Item 4.2.4 do Sumário**)

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Anuncio o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2018.

Trata-se de um pedido do Senador Paulo Paim sobre o qual não houve objeção do Plenário de antecipação para a data de hoje. É o nº 4.288, de 2016, na Casa de origem, da Deputada Maria do Rosário,



que inscreve no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Margarida Alves.

Parecer de nº 49, de 2019, da Comissão de Educação e Cultura, Relator: Senador Paulo Paim, favorável à matéria.

Não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Passamos à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação o projeto em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Anuncio o Requerimento nº 685, de 2023, do Senador Styvenson Valentim e outros Senadores, que solicitam a realização de sessão especial destinada a comemorar o Dia Mundial dos Animais, bem como homenagear as instituições e pessoas que se dedicam ao cuidado, à proteção e ao resgate dos animais domésticos.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o Requerimento nº 722, de 2023, de minha autoria, que solicita a criação de Comissão Temporária Interna, composta por 13 membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de até 120 dias, examinar os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas, responsável por subsidiar a elaboração do substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria. **(Vide Item 4.1.2 do Sumário)**

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário. **(Vide Item 4.1.1 do Sumário)**

Anuncio o Requerimento nº 55, de 2023, da Senadora Leila Barros e outros Senadores, que solicitam a realização de sessão especial destinada a celebrar o Dia do Profissional de Educação Física.

A Presidência submeterá a matéria à votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A sessão requerida será agendada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Anuncio o Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2022, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola,



assinado em Montreal, em 24 de setembro de 2019.

Parecer favorável nº 57, de 2023, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Relator: Senador Astronauta Marcos Pontes.

Passa-se à discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Passamos à apreciação da matéria.

A Presidência submeterá a matéria diretamente à votação simbólica.

Em votação, em turno único, nos termos do parecer.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto de decreto legislativo.

A matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Requerimentos nºs 409, 410, 411, 412, 414 e 416, de 2023, dos Senadores Carlos Viana, Laércio Oliveira, Professora Dorinha Seabra, Sergio Moro, Marcos do Val e Teresa Leitão, respectivamente, que solicitam, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa para participarem de missões oficiais, nos termos das autorizações da Presidência do Senado Federal. (**Vide Item 4.1.2 do Sumário**)

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário. (*Pausa.*)

Próximo orador inscrito é o Senador Rogerio Marinho. (*Pausa.*)

Próximo orador inscrito é o Senador Carlos Viana. (*Pausa.*)

Senador Rodrigo Cunha. (*Pausa.*)

Terá a palavra o Senador Carlos Viana, como orador inscrito.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a todos que nos acompanham pela TV Senado, mais uma vez, os meus cumprimentos.

Estou propondo um novo projeto de lei com base na necessidade que o Brasil tem de incentivar as energias renováveis, mas cuja experiência em outros momentos da nossa história mostrou que, da mesma forma que precisamos incentivar a chegada e a montagem de novas usinas em várias formas de energia, nós também precisamos trabalhar a maneira correta de dispositivos e, principalmente, de como nós vamos trabalhar o lixo produzido por essas novas tecnologias.

O projeto é simples e tem propósito bem específico. Incorre nas preocupações com o meio ambiente, com desenvolvimento ambientalmente sustentável e trata da obrigatoriedade de incluir os painéis solares fotovoltaicos em sistemas de logística reversa. O que é isso? As usinas fotovoltaicas são muito bem-vindas e nós teremos nessa energia do Sol o novo produto futuro para a produção de energia em nosso país, mas a grande quantidade desses painéis precisa ser trabalhada da forma correta quando eles encerrarem o ciclo produtivo, o tempo útil de utilização.

Para isso, o projeto de lei manda incluir como sétimo e último inciso o termo “painéis solares fotovoltaicos e seus componentes” no art. 33 da Lei 12.305, de 2010, que é a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

É esse o singelo teor do projeto de lei, mas que entendo ter uma importância fundamental para que comecemos corretamente a política para energias renováveis, especialmente as voltadas para o aproveitamento do sol.

Vale a pena, a esse propósito, ler aqui a definição do termo “logística reversa”, presente nessa lei.



Nos termos da nossa legislação vigente, logística reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos ou em outra destinação final ambientalmente adequada. Em formulação sucinta, é o recolhimento e aproveitamento do lixo para impedir que ele polua o meio ambiente.

Senadoras e Senadores, o que me levou a apresentar tal proposição foram duas questões: a primeira, de ordem substantiva; a segunda, de forma legislativa.

A questão de ordem substantiva é o incremento muito significativo que tem experimentado, ano após ano, o uso de painéis solares fotovoltaicos para gerar energia no Brasil – na verdade, no mundo e em nosso país. Mas meu interesse aqui é na nossa política de planejamento e de aproveitamento desse setor em 100%. Essa fonte renovável e inesgotável de energia que é a luz do sol já participa, no Brasil, com 2,5% da nossa matriz elétrica. Os dados são de 2021 e tal número parece ainda pequeno, mas essa é uma fonte de energia em franca expansão, tanto na modalidade de geração distribuída, quanto na chamada microgeração, que é a produção em residências, fábricas, propriedades rurais, etc.

O uso desse tipo de energia bem se beneficiando do barateamento dos preços das placas solares, cujo grande produtor e exportador mundial é a China. Então, com o espalhamento de placas solares pelo Brasil inteiro, o que é muito bom, segue-se também, por evidente, o aumento da produção de lixo. A vida útil das placas é, em média, de 25 anos. É necessário, portanto, que haja previsão legal para que os painéis solares fotovoltaicos que chegam ao final de sua vida útil, bem como seus componentes, sejam reaproveitados no processo industrial ou sejam descartados com responsabilidade em locais ambientalmente seguros e adequados.

Todavia, há uma potencial dificuldade para atingir tal objetivo na legislação como ela se encontra hoje. Há uma ambiguidade em nossas leis, que resulta em insegurança jurídica, e essa é a questão formal que o projeto de lei se propõe a resolver.

No Decreto 10.240, de 2020, que regulamenta o sistema de logística reversa aplicado a produtos eletroeletrônicos, os painéis solares fotovoltaicos, embora não se enquadrem na definição de produtos eletroeletrônicos que funcionam à base de correntes elétricas, definição presente no corpo do texto legal, figuram listados em anexo ao final do texto. É o anexo 1 do decreto. Assim – e aqui eu termino –, para que não haja dúvida e insegurança jurídica a respeito da obrigatoriedade para que os painéis solares fotovoltaicos descartados entrem no sistema de logística reversa, faz-se necessário abrir um último inciso no artigo pertinente da Lei de Resíduos Sólidos, para que lá esteja mencionado textualmente: “VII – painéis solares fotovoltaicos”.

É isso, Sr. Presidente. É uma minúcia, uma modificação bem pontual, mas que trará certeza de que tais painéis, cujo número aumentará exponencialmente em nosso país, possam ter um destino ambientalmente correto. Que possam cumprir a determinação legal que também é destinada a outros tipos de resíduos sólidos semelhantes. Penso que a questão é incontroversa. É uma questão minuciosa de aperfeiçoamento legislativo, isso em favor do meio ambiente, do desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Pego, portanto, apoio de V. Exas. para a aprovação do Projeto 3.784, de 2023, nesta questão do atendimento aos painéis fotovoltaicos.

Eu quero também aqui, Sr. Presidente, agora, Rodrigo Cunha, citar com muita satisfação que a legislação precisa acompanhar com mais rapidez as mudanças que nós temos em nossa sociedade, seja no meio ambiente... Os nossos códigos, quando votados, já nascem ultrapassados pela própria rapidez com que os produtos são desenvolvidos. E, muitas vezes, a poluição gera outros tipos de índices que não estão



previstos na legislação, então temos que ser rápidos.

Nesta questão dos painéis fotovoltaicos, nós temos que já nos antecipar para que as empresas possam fazer o trabalho completo, para que haja lei, legislação, inclusive, por parte dos municípios, e para que exista a forma correta de se cobrar o descarte.

Eu quero citar aqui, quando nós trabalhamos, as soluções que nós damos para a segurança da população.

Vejam, por exemplo, na Comissão de Infraestrutura, que nós aprovamos hoje a contratação externa de auditorias para as barragens de mineração. Por que isso? Durante a CPI de Brumadinho, eu, como Relator, nós trabalhamos muito naquele crime e nós percebemos que boa parte do trabalho das auditorias era bloqueado por uma pressão econômica dos contratos. As empresas se viam em risco de não serem contratadas se não cumprissem não o prazo delas, mas o prazo determinado pelo contratante.

Nós, agora, conseguimos aprovar, esta Casa deu um grande exemplo, e está sendo encaminhado à Câmara dos Deputados um projeto que obriga a contratação das auditorias externas. Ou seja, as empresas vão pagar, porque é obrigação delas perante a lei, e a Agência Nacional de Mineração é quem fará o acompanhamento dessas auditorias para que nós possamos ter tranquilidade e, naturalmente, para que o Brasil nunca mais assista a uma tragédia como a que aconteceu em meu estado, lá na Barragem de Brumadinho, com quase 300 pessoas mortas, famílias atingidas de uma maneira muito absurda por um crime que poderia ter sido evitado.

Daqui, a nossa responsabilidade e o meu agradecimento por poder propor legislações que modernizem o nosso país e que garantam uma relação ambientalmente muito mais responsável em todos os setores.

Meu muito obrigado, Presidente Rodrigo Cunha.

(Durante o discurso do Sr. Carlos Viana, o Sr. Rodrigo Pacheco, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Cunha, Segundo-Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL) – Senador Carlos Viana, como sempre, trazendo temas de interesse nacional. E sai na vanguarda. É um tema de extrema importância: legislar sobre os painéis fotovoltaicos. Parabenizo V. Exa. por mais essa iniciativa.

Dando sequência, convido a Senadora Soraya Thronicke a fazer uso da palavra.

Em sequência, o Senador Marcelo Castro.

Soraya e, após, Marcelo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discursar.) – Sr. Presidente, estimados colegas, brasileiros que nos acompanham neste momento, eu apresentei – e gostaria muito de falar diretamente ao Relator da reforma tributária, o nosso amigo Senador Eduardo Braga – uma proposta de emenda à Constituição para alterar o Sistema Tributário Nacional e endereçar solução que simplifique e torne o nosso sistema tributário mais eficiente.

Por isso, eu sou autora da PEC do Emprego. Dentre vários pontos, as duas grandes questões que devem ser debatidas nesta Casa foram contempladas no texto da PEC: a integral desoneração da folha de pagamento para todos os setores da economia e a não agressão ao pacto federativo.

A desoneração da folha de pagamentos é um tema de grande relevância, sobretudo para o setor de serviços, que gera a maior quantidade de empregos no Brasil. O setor terciário, que são turismo, comércio e serviços, emprega mais de 70% da população economicamente ativa, segundo dados do IBGE, além, de todos os profissionais liberais, como nós advogados. E esse percentual, por si só, evidencia a importância que a desoneração da folha de pagamentos representa para o cenário econômico e social brasileiro. Com a desoneração da folha de pagamentos, ganha o trabalhador e ganha o empregador. Imaginem uma fórmula



que diminua o custo do empregador e aumente o salário do empregado! Isso é o que proponho na PEC que ganhou o nº 35: aliviar o custo e aumentar os salários. Todavia, nobres colegas, somente a PEC do Emprego aborda o tema da integral desoneração da folha de pagamentos. Não é crível que nós deixaremos de discutir a desoneração no contexto da reforma mais relevante para o país, que é a reforma tributária.

E é isso que a PEC que eu apresentei propõe: discutir a desoneração da folha de pagamento a partir das modernas e tecnológicas ferramentas colocadas à disposição numa economia cada dia mais digital.

Portanto, gostaria de destacar aqui – não sei onde está meu Líder Oriovisto, que nós elaboramos a PEC nº 35, a PEC do Emprego, de forma a não colidir, de nenhuma maneira, com as PECs já em tramitação, que são a PEC nº 110, a PEC nº 45 e a PEC nº 46, do Simplifica Já, do Senado Oriovisto. Porém, a nossa PEC trata do que nenhuma delas trata, que é a exoneração da famigerada folha de pagamento. Então, nós iremos aliviar a carga tributária em 12% para o empregador e em 8% para o trabalhador, sem retirar deles absolutamente nenhum direito.

Então, lamento até, Presidente Rodrigo Cunha, que o Presidente Rodrigo Pacheco tenha deixado neste momento a Presidência, justamente porque nós estamos aqui no limbo em relação ao apensamento da PEC nº 35 já à reforma tributária que está em andamento.

Por quê? Porque é importante que tramite conjuntamente. Então, é o que eu peço, o que eu iria pedir para o Presidente Rodrigo, e que eu vou formalizar. E o que nós esperamos? Que realmente ela seja acolhida. E nós já sabemos, até mesmo por conta de todas as entrevistas dadas pelo Ministro Fernando Haddad, que há, sim, uma intenção de desonerar a folha de pagamento. Então, isso vai salvar o setor terciário, que ficou absolutamente excluído das benesses da PEC 45, e foi, na verdade, um setor prejudicado, e nós precisamos resolver essa questão. Saibam os Srs. Parlamentares que o setor que mais emprega, que é o setor de serviços, está absolutamente contra a PEC 45. Dessa forma, nós conseguimos resolver a questão, desonerando a folha de pagamento.

Eu gostaria aqui de agradecer a presença... Levantem as mãos aí, meninas. A culpa é da Pri, que não me mandou o nome de todas as meninas, mas eu quero agradecer a presença de vocês... Mandou, Pri? Me dá aí.

Eu quero agradecer a presença da Lia, da Jarlene, da Suelen e da Dayanne. Muito obrigada pela presença de vocês, obrigada pelo carinho. E quero registrar que vocês estão aqui, também aprendendo o que é a política, de uma forma honesta, saudável, e quero deixar aqui as portas sempre abertas para vocês.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL)

– Dando sequência à lista de oradores, convido o Senador Marcelo Castro para fazer uso da tribuna.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discursar.)

– Sras. e Srs. Senadores, na segunda quinzena do mês de julho, estive numa missão oficial, representando o Senado Federal, na Índia, em um encontro sobre energias renováveis, especialmente, sobre a questão do etanol. Há muitos pontos convergentes entre o Brasil e a Índia: são os dois maiores produtores de açúcar do mundo e são produtores de etanol, tendo como base a cana. Diferentemente dos Estados Unidos, que é o maior produtor de etanol do mundo, que é baseado no milho. Então, há uma convergência muito grande no interesse do Brasil e da Índia em estreitarem mais ainda e em poderem fazer uma política conjugada do ganha-ganha, em que o Brasil ganha, a Índia ganha, e os dois podem fazer uma política que seja vantajosa para o Brasil, para a Índia e para a humanidade, porque nós estamos tratando de energia limpa, renovável e sustentável, que é a energia exigida nos dias atuais, no século XXI.

Chegando da Índia, eu fui acometido de uma apendicite, felizmente tratada com a devida urgência:



comecei a sentir os sintomas 9h da manhã, 4h da tarde eu já estava na mesa de cirurgia.

Tudo transcorreu normalmente. Naturalmente, tive que tomar as precauções, as cautelas e os cuidados do pós-operatório e estou aqui hoje. Considero-me plenamente restabelecido.

O meu motivo de estar hoje à tribuna, aqui, é principalmente para agradecer aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras que manifestaram os seus votos de pronto restabelecimento e a preocupação que tiveram com a minha evolução. Então, aqui, penhoradamente, eu agradeço todas as manifestações e as centenas e talvez milhares de manifestações que eu e meus familiares recebemos, desejando que eu me restabelecesse prontamente, o que, de fato, aconteceu.

Quero agradecer a todos e, em especial, ao meu cirurgião, Dr. Raimundo Júnior, ao clínico que deu o diagnóstico, o doutor que nos ajudou. Por sinal, participaram da minha cirurgia e tudo transcorreu normalmente, por coincidência da vida, professores universitários e, por coincidência também, meus ex-alunos. São excelentes médicos que tem no Piauí, mas não são excelentes médicos por terem sido meus alunos, porque eu fui professor de psiquiatria, e eles são professores de cirurgia.

Quero aqui, então, aproveitar para agradecer e comunicar a todos que se preocuparam com a minha saúde que estou plenamente restabelecido e que estamos voltando às atividades normais com a mesma energia de sempre para trabalhar pelo nosso país e pelo nosso querido Estado do Piauí.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL) – Senador Marcelo Castro, pode ter certeza que todos nós ficamos muito felizes com a sua rápida, célere e plena recuperação e por estar aqui contribuindo com o desenvolvimento do nosso país.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

Presidente Rodrigo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL) – Senador Jayme, com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Um minutinho, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL) – Com a palavra, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu quero apenas desejar boas-vindas ao nosso querido Marcelo Castro. Aquilo ali vai viver 120 anos, não é?

Seja bem-vindo, Marcelo.

Acompanhei o seu tratamento, mas sabia que ia ser rápido, e aí está, essa fortaleza. No mínimo 100 a 120 anos pela frente ainda.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu quero apenas saudar a importância do PL nº 2.208, de 2022, da autoria do ex-Senador José Agripino, que cria a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo, um projeto muito meritório que visa estimular o espírito empreendedor entre os filhos de agricultores e apoiar iniciativas que forneçam essa viabilidade econômica para permanecerem no meio rural.

Hoje, segundo dados do IBGE, Sr. Presidente, cerca de 7 milhões de jovens brasileiros residem em zona rural. É fundamental, com o avanço da modernidade do agronegócio, garantir uma melhor formação profissional ao jovem do campo.

Esse projeto de lei, portanto, chega em um bom momento. As ações da proposta deverão envolver o Governo Federal, os governos estaduais e as prefeituras sob quatro eixos de atuação: primeiro, educação empreendedora; segundo, capacitação técnica; terceiro, oferta da linha de crédito; e quarto, difusão de



novas tecnologias no meio rural.

Dessa forma, eu parabenizo aqui, mais uma vez, o autor, meu querido e estimado amigo José Agripino, grande Senador, com quem eu tive a primazia de conviver aqui por alguns anos, nesta Casa, bem como o Relator, o ilustre Senador Zequinha Marinho, pelo brilhante parecer.

O avanço da produção na agropecuária, Sr. Presidente, somente se tornará contínuo com a implantação de políticas de capacitação e de estímulo às novas gerações, com a criação de novas oportunidades a esses jovens.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL)

– Dando sequência aos oradores inscritos, convido o Senador Girão para fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) –

Paz e bem, meu irmão, Presidente desta sessão Senador Rodrigo Cunha, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, funcionários desta Casa, assessores, muito obrigado, e brasileiras e brasileiros que nos acompanham pelo *pool* de comunicação da Casa revisora da República.

Hoje é um dia a se celebrar, a se comemorar. Eu acredito, particularmente, que as vitórias que temos conseguido aqui, mesmo sendo minoria, especialmente na Comissão Parlamentar de Inquérito Mista que está investigando ou tentando investigar os atos do dia 8 de janeiro aqui na Praça dos Três Poderes. Eu acredito que as orações dos brasileiros e das brasileiras de todo o país, de joelhos, está fazendo os adversários cegarem, está confundindo, porque essas vitórias têm sido algo espetacular.

Nós conseguimos, há algumas semanas, próximo de um mês, que a liberação das imagens fosse aprovada por unanimidade, das imagens do Ministério da Justiça. Todo mundo acompanhou o que o Ministro Flávio Dino fez, infelizmente, negando-se a fornecer essas imagens à Comissão daqui do Parlamento, num flagrante desrespeito a esta Casa. Ele peitou, como se diz, o Presidente Arthur Maia, que é o Presidente da CPMI, e foi pedir, como uma subserviência, a autorização do Ministro Alexandre de Moraes, talvez achando que iria ali encontrar uma guarida para não entregar as imagens do dia 8 lá do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O porquê eu não sei. Aliás, hoje começou a aparecer. A gente suspeitava. Mas hoje, neste dia, começou a aparecer.

E num dia em que também, após ele enviar apenas as imagens de duas câmeras de segurança, e quem já foi ao Palácio da Justiça, quem já teve a oportunidade de visitar o Ministério da Justiça e Segurança Pública sabe que tem dezenas de câmeras; só não tem no banheiro, mas em todo lugar tem câmera de segurança. E o Ministro Flávio Dino, depois de muito empurrar com a barriga – pedi autorização ao Ministro Alexandre de Moraes, que autorizou –, entrega só duas câmeras, as imagens de duas câmeras, das quais nós, inclusive, pedimos perícia antes. E as outras, onde estão?

E hoje a gente entende o porquê dessa recusa. Hoje o fotógrafo da Reuters, um profissional do jornalismo, com a aprovação de um requerimento para ouvi-lo, da oposição... Aliás, a oposição aprova todo tipo de requerimento, do pessoal do Governo Lula, de independentes, mas a recíproca não é verdadeira. Mas a gente conseguiu aprovar o requerimento num vacilo – podemos dizer assim – dos Parlamentares governistas, e ficou evidente hoje, quando eu perguntei a ele, e outros colegas depois confirmaram... Eu perguntei ao fotógrafo se ele tinha visto – porque ele soltou que colocou o carro dele no Ministério da Justiça, no estacionamento –, e eu perguntei: quando o senhor estava lá e colocou o seu carro, o senhor viu a Guarda de Segurança Nacional? – guarda cujo paradeiro ninguém conhece, ninguém sabe onde estava enquanto quebravam os prédios públicos. E ele disse: “Eu vi.” Foi um silêncio completo hoje na CPMI na hora em que ele falou isso. Cada um olhou para um lado. E eu perguntei: “O senhor fotografou?” Ele disse: “Fotografei. Só não sei se está publicizada, se a Reuters colocou isso aberto ou se está nos arquivos



de propriedade da Reuters.”

Eu estou entrando com um requerimento, até sugerido pelo Presidente Arthur Maia, da Comissão, para que a Comissão solicite à Reuters essas imagens. Como o Ministério da Justiça continua se negando a entregar as outras imagens, nós tivemos que entrar hoje, agora há pouco, um grupo de Parlamentares, mais de 15 entre Deputados e Senadores, com uma denúncia na PGR – fomos recebidos pela Lindora, a Vice-Procuradora –, uma denúncia de crime de prevaricação. Claro, a lei tem que ser respeitada! Este Congresso tem que ser respeitado! Basta de tanto ignorar o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem poderes para fazer investigação. Sempre foi assim, mas o Governo Lula sequestrou a CPMI lá atrás e está blindando de todo jeito os poderosos.

Só que não tem jeito, está vindo por onde menos se imagina a informação de que a gente precisava. E hoje tivemos a confirmação: a Força de Segurança Nacional estava no estacionamento do Ministério da Justiça e tem uma testemunha ocular disso, que é um fotógrafo de uma agência internacional, aquele mesmo fotógrafo que hoje foi explicar o porquê daquele ensaio fotográfico ali. “Ah, quebra a porta desse jeito”, “Deixa eu ver como é que ficou a foto”, “Ficou joia a foto”. Será que isso acontece, ensaio de golpe, vocês já viram alguma coisa nesse sentido? Alguém ensaiar um golpe, golpe tem ensaio? Não fecha a conta, tem alguma coisa equivocada.

E aí vem, Sr. Presidente, outra interrogação que está na cabeça dos justos. Quero parabenizar a população que está acompanhando, que está orando, porque o que está acontecendo é um milagre dentro daquela CPMI, a gente com uma minoria, porque os governistas, as pessoas da base do Lula, os Parlamentares ocuparam, sem sequer terem assinado a CPMI, Deputados e Senadores que sequer assinaram ocuparam lá para blindar o Governo Federal, que foi omissos, foi omissos com relação ao dia 8 de janeiro. Tinham que ter protegido o patrimônio público. Nada teria acontecido se a gente tivesse colocado, depois de 33 alertas da Abin ao Governo Federal, 48 agências, nada teria acontecido, podem ter certeza, não teriam quebrado um copo aqui dentro se tivessem protegido, como estava previsto no planejamento, que não foi seguido pelo Palácio do Planalto, que é o projeto Escudo, que é um protocolo de segurança.

Ninguém sabe onde estava a Guarda Presidencial, muito pelo contrário, a Guarda Presidencial, horas antes do ataque, foi desmobilizada. Naquelas imagens do General do Lula servindo água com sua equipe aos invasores, como se fossem convidados, fica muito claro, ninguém vê, absolutamente a Guarda Presidencial foi desmobilizada, mesmo sabendo dois dias antes que o objetivo era quebrar tudo, era invadir. E também ninguém sabia até hoje o paradeiro da Força de Segurança Nacional, que se estima que estava com mais de 200 homens e teria evitado essa tragédia.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Por que essa porta ficou aberta? Por que não se protegeu? Por que aqueles que se dizem vítimas do dia 8 de janeiro não querem investigar tudo? São perguntas tão óbvias que está claro que existe uma omissão.

O relatório, Sr. Presidente, da CPMI deve estar pronto há muito tempo, antes de ter começado. Pelas declarações da própria Relatora, uma narrativa que vem sendo empurrada goela abaixo de que houve golpe, de pessoas que as imagens mostram com Bíblia e bandeira do Brasil. O próprio fotógrafo hoje disse que não viu nenhuma arma de fogo, nenhuma arma branca, Sr. Presidente.

Se o senhor puder me dar mais uns dois minutos para eu concluir, eu concluo.

Não foi visto absolutamente nada de arma. Como é que se dá um golpe domingo sem um líder? Agora, gente inocente está pagando. Estão presos ainda há mais de sete meses. Recentemente até autista ficou mais de seis meses preso, morador de rua preso, todo tipo de barbaridade, rasgando a nossa Constituição. Aconteceu, e as pessoas de bem, formadoras de opinião, têm que se levantar, não podem



ficar caladas, porque é questão de justiça, questão de justiça.

Quem errou tem que pagar, seja de direita, seja de esquerda, infiltrado, mas gente inocente não pode pagar por isso.

E nós temos que denunciar isso internacionalmente e estamos fazendo. Não vamos parar de defender que a Constituição do Brasil seja respeitada.

E, por último, Sr. Presidente, o Governo Lula ou os Parlamentares da base colocaram o DNA lá, colocaram as digitais...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... para não chamarem, não chamarem o Comandante da Força de Segurança Nacional, que também estava de plantão lá na hora e que pode fornecer informações preciosíssimas para que a gente descubra toda a verdade e não apenas uma parte da verdade.

Podem ter certeza de que, no limite das forças, nós vamos continuar combatendo o bom combate, com a oração dos brasileiros, que tem feito a diferença, porque a gente tem conseguido conquistas fantásticas dentro daquela CPMI, mesmo sendo uma minoria, pois foi tomada de assalto a Comissão. É um instrumento nosso, da Oposição, da Minoria, que foi tomado de assalto pelo Governo Lula para que não se evidenciasse a omissão nesse dia fatídico, mas o bem, a verdade e a justiça vão prevalecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL) – Por fim, como último inscrito, convido o Senador Rogerio Marinho para fazer uso da palavra.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a missão do Parlamentar é fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos, é propor legislações que de alguma forma melhorem a condição de vida dos cidadãos brasileiros e, no caso específico do Senado da República, é representar a Federação e os estados aqui neste Colegiado.

Represento, com muito orgulho, o Estado do Rio Grande do Norte, que me honrou com a sua confiança para que aqui eu estivesse, durante os próximos oito anos, tentando defender aquele pequeno e valoroso estado, para que nós possamos também ter o nosso quinhão de desenvolvimento, o nosso quinhão de melhora das perspectivas e das condições a que o Nordeste brasileiro é submetido. O Rio Grande do Norte, que tem passado sérios problemas nos últimos anos, tem feito escolhas do ponto de vista dos seus dirigentes que não têm conseguido encarar o processo natural de desenvolvimento, de justiça social, de segurança pública. E isso tem afetado enormemente a população daquele estado.

Dito isso e por estarmos numa Federação e neste momento de transição política, é cada vez mais necessário, Sr. Presidente, que o Governo Federal esteja atento a essa situação e possa de forma subsidiária ajudar os estados no seu processo de desenvolvimento, no seu processo de atacar as diferenças regionais, no processo de criar um ambiente dentro do país favorável para que os empreendedores tenham segurança jurídica, previsibilidade, condições de financiamento, enfim, um ambiente que lhes permita alocar os recursos que vão significar emprego, renda e oportunidades.

Agora, o que nós estamos assistindo, Sr. Presidente, infelizmente, é mais do mesmo. O Governo que começa é um governo que repete os mesmos mantras, que comete os mesmos erros, que tem a mesma metodologia e que a exerce com os mesmos personagens manjados. Nós não vemos uma novidade, nós vemos as mesmas situações que ocasionaram uma grave lesão ao Estado brasileiro, desde os programas requeentados até a forma como esses programas são implementados.

Eu quero falar hoje, rapidamente, Sr. Presidente, no tempo que nos resta aqui, sobre o relançamento do famigerado PAC. Por que falo famigerado? Eu vou lembrar aos senhores e às senhoras que nos ouvem,



que nos escutam neste momento, que nos assistem que, em 2007, quando foi lançado o PAC 1, quando o Presidente era o atual Presidente Lula, foram anunciados R\$500 bilhões e, em 2011, no PAC 2, R\$955 bilhões, dando um total de mais de R\$1,4 trilhão. Essa enorme cortina de fumaça, que foi lançada sobre os olhos dos cidadãos brasileiros, se transformou – pasmem, senhores – em menos de 36% de efetivo empenho, quer dizer, entre o que foi dito e o que foi realizado, apenas 36% foram concretizados no sentido de ser empenhado, Sr. Presidente. Entre o empenho e a concretização, há um hiato, há um vácuo, há uma história a ser contada. Quando assumimos o atual Ministério da Integração Nacional e também o Ministério das Cidades, já que era uma fusão de ambos, nós encontramos, Senador Jayme, mais de 9 mil obras paralisadas, obras que foram contratadas em 2007, em 2008, em 2009, em 2010, em 2011, em 2012, em 2013, em 2014 – talvez por coincidência na época em que o Governo era presidido pelo Partido dos Trabalhadores.

Essas obras foram paralisadas, porque faltou recurso, faltou dinheiro, porque foram mal planejadas, porque houve evasão e desperdício de recurso público, porque se priorizou a quantidade em detrimento da qualidade. Apenas na área habitacional, havia quase 200 mil unidades paralisadas. Imagine 200 mil famílias, Senador Girão, aguardando há 8, 10, 12 anos para que o seu sonho da casa própria fosse realizado. Nós retomamos quase 160 mil dessas unidades paralisadas e mais de 5 mil dessas obras paralisadas, obras que foram anunciadas com pompa e circunstância, mas sem a devida responsabilidade de se alocar o recurso, de se fazer o planejamento e de se fazer a execução da obra da maneira adequada.

Eu não vou falar aqui nem de Olimpíadas nem de Copa do Mundo, vou falar apenas dos PACs. E vou lembrar que, em 2015, em Dilma 2, o nível de investimento no Brasil, na proporção do PIB, era em torno de 15%, ou seja, 15% de investimento por ano em relação ao Produto Interno Bruto, com toda essa avalanche de dinheiro público despejado dentro do Brasil como um todo, sem nenhum cuidado de que fosse alavancado, como eu falei anteriormente, por recursos assegurados. Foi uma cortina de fumaça que volta a ser erguida sobre os olhos da população brasileira.

As reformas estruturantes que foram idealizadas por este Congresso, junto com os Presidentes Temer e Bolsonaro nos últimos seis anos, permitiram que esse nível de investimento, mesmo com a diminuição, eu diria, extrema do investimento público, fosse catapultado de 15% para quase 19%. E esses 4% do PIB brasileiro são R\$400 bilhões/ano.

Olhem a diferença que faz a responsabilidade fiscal. Olhem a diferença que fazem a previsibilidade, a modernização dos marcos regulatórios e a melhoria estrutural do Estado brasileiro, através das reformas da previdência e trabalhista, ações que estão sob o risco de um Governo populista, perdulário que continua a fazer mais do mesmo: aparelhar a máquina pública, dividir ou dispersar recursos sem nenhuma responsabilidade, gastar como se não houvesse amanhã, não se preocupar com a evolução da dívida pública.

E nós sabemos o resultado. Em 2015, nos deparamos com a maior recessão da história do Brasil desde 1948 – nunca é demais repetir isso –, sem nenhum fator externo, Sr. Presidente! Não havia, naquela época, Brumadinho; não havia, naquela época, epidemia; não havia, naquela época, a guerra da Ucrânia! Havia, na verdade, um grupo, um partido político preocupado em saquear o Brasil e o povo brasileiro, que não tinha e não tem responsabilidade com recurso público, com a máquina pública e com a história deste país.

Lançar o PAC novamente, depois dos escândalos, do desperdício, depois do que ocorreu há pouco tempo, é um escárnio com a população brasileira, é um deboche com a população brasileira!

E, por isso, Sr. Presidente, com a responsabilidade do mandato que me foi concedido, de forma honrada, pelo povo do meu estado, com a responsabilidade de liderar a Oposição no Senado da República, faço aqui, do púlpito desta Casa, um repto aos brasileiros e a este Governo: que deixe de olhar para o



retrovisor e que tenha...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... responsabilidade para com o país, com a nossa história, com as pessoas humildes, que foram aquelas que mais sofreram, aquelas que eles dizem representar. Houve um aumento brutal do desemprego; houve um aumento brutal da dívida pública; houve um aumento brutal no fechamento das empresas. E isso não pode se repetir.

E nós aqui no Senado temos o dever e a responsabilidade de resistir. Resistiremos, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - AL. Fala da Presidência.) – Finalizando com o discurso do Senador Rogerio Marinho, passo ao encerramento da sessão.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que está convocada sessão deliberativa ordinária para amanhã, quarta-feira, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 31 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 57ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

105ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 15/08/2023 07:00:00 até 15/08/2023 20:01:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
UNIÃO	AC	Alan Rick	X
MDB	SE	Alessandro Vieira	X
PSB	MA	Ana Paula Lobato	X
PSD	BA	Angelo Coronel	X
PL	SP	Astr. Marcos Pontes	X
PT	CE	Augusta Brito	X
PT	PA	Beto Faro	X
PL	RJ	Carlos Portinho	X
Podemos	MG	Carlos Viana	X
PDT	CE	Cid Gomes	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
Republica	MG	Cleitinho	X
MDB	RO	Confúcio Moura	X
Republica	DF	Dameres Alves	X
PSD	PB	Daniella Ribeiro	X
PP	RR	Dr. Hiran	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X
NOVO	CE	Eduardo Girão	X
PL	TO	Eduardo Gomes	X
UNIÃO	PB	Efraim Filho	X
PP	SC	Esperidião Amin	X
PT	ES	Fabiano Contarato	X
MDB	PE	Fernando Dueire	X
MDB	AL	Fernando Farias	X
PSB	PR	Flávio Arns	X
PL	RJ	Flávio Bolsonaro	X
Republica	RS	Hamilton Mourão	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PSDB	DF	Izalci Lucas	X
PL	RO	Jaime Bagattoli	X
PT	BA	Jaques Wagner	X
UNIÃO	MT	Jayne Campos	X
PSB	GO	Jorge Kajuru	X
PL	SC	Jorge Seif	X
PSD	PI	Jussara Lima	X
PP	SE	Laércio Oliveira	X
PDT	DF	Leila Barros	X
PSD	AP	Lucas Barreto	X
PP	RS	Luis Carlos Heinze	X
PL	ES	Magno Malta	X
MDB	PI	Marcelo Castro	X
UNIÃO	AC	Marcio Bittar	X
Podemos	ES	Marcos do Val	X
PL	RO	Marcos Rogério	X
PSD	MT	Margareth Buzetti	X

Emissão 15/08/2023 20:04:08





REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal 57ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

105ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 15/08/2023 07:00:00 até 15/08/2023 20:01:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
UNIÃO	MT	Mauro Carvalho Jr.	X
Republica	RR	Mecias de Jesus	X
PSD	MS	Nelsinho Trad	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
Podemos	PR	Oriovisto Guimarães	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PSDB	AM	Plínio Valério	X
UNIÃO	TO	Prof. Dorinha Seabra	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X
Podemos	AL	Rodrigo Cunha	X
PSD	MG	Rodrigo Pacheco	X
PT	SE	Rogério Carvalho	X
PL	RN	Rogério Marinho	X
UNIÃO	PR	Sergio Moro	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
Podemos	MS	Soraya Thronicke	X
Podemos	RN	Styvenson Valentim	X
PP	MS	Tereza Cristina	X
MDB	PB	Veneziano Vital do Rêgo	X
PDT	MA	Weverton	X
PL	GO	Wilder Moraes	X
PSD	RN	Zenaide Maia	X
Podemos	PA	Zequinha Marinho	X

Compareceram 70 senadores.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 104^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Discurso encaminhado à publicação





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 1

15/08/2023

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Senhoras e senhores, reconhecemos a contribuição essencial das mulheres na construção de um novo futuro para o nosso amado Brasil.

Não podemos mais ignorar a influência poderosa que as mulheres exercem em nossa sociedade, não apenas como observadoras, mas como protagonistas centrais em todos os aspectos da vida nacional.

Temos testemunhado uma transformação notável na participação das mulheres em nossa nação.

Elas não só têm estado presentes, mas também têm assumido papéis de liderança em várias áreas.

No entanto, devemos reconhecer que ainda enfrentam barreiras e desafios persistentes.

A exclusão das mulheres dos debates, das discussões e das decisões nacionais é uma manifestação clara de um sistema machista que limita nosso potencial coletivo e nacional.

É essencial entender que negar a voz das mulheres é negar a nós mesmos a oportunidade de crescer e evoluir como sociedade. A diversidade é fundamental para tomarmos decisões justas.

Honrar as mulheres e seus direitos não é apenas um ato de justiça, mas também um passo necessário em direção a um Brasil verdadeiramente igualitário.

Quando olhamos para o passado, encontramos inspiração na figura de Margarida Alves, cuja luta incansável continua a ecoar através do tempo. Seus sonhos e ideais traçaram novas trajetórias para todos nós, e é nossa responsabilidade continuar a construir sobre o legado que ela deixou para trás.

Que a serena luz da vida nos guie nessa jornada, iluminando o caminho para um país onde todas as vozes, independentemente do gênero, sejam ouvidas e valorizadas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inicia amanhã, aqui em Brasília, a sétima edição da Marcha das Margaridas. São aguardadas mais de 150 mil mulheres.

A realização é da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), federações e sindicatos, além de várias entidades parceiras, como CUT, CTB e Articulação de Mulheres Brasileiras.

Esse evento é realizado desde o ano de 2000, a cada 4 anos. É considerada a maior mobilização de mulheres do campo e das cidades da América Latina. Participam camponesas, quilombolas, indígenas, cirandeiras, quebradeiras de coco, pescadoras, marisqueiras, ribeirinhas e extrativistas de todo o Brasil.

O nome desta marcha é uma homenagem a Margarida Alves, líder sindical assassinada por defender os direitos das trabalhadoras e trabalhadores rurais, por denunciar injustiças, por lutar por dignidade.

Nos dias 15 e 16 de agosto os bons ventos soprarão sobre Brasília, estarão entre nós, numa incansável resistência por políticas públicas que melhorem a vida das agricultoras e agricultores familiares, resistindo contra retrocessos, contra o racismo, preconceitos e discriminações, exigindo o fim da violência contra as mulheres, contra o feminicídio, defendendo os direitos humanos, o meio ambiente e a natureza.

Nesta marcha, neste encontro, neste pulsar de vida somos todos e todas margaridas.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 2

15/08/2023

A coordenadora geral da marcha, Mazé Moraes, destaca a união entre mulheres urbanas e rurais nessa jornada, buscando um país onde todas as mulheres sejam respeitadas e ocupem espaços de poder e decisão.

Com o lema de 2023, "Pela Reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver", a marcha reivindica: Democracia participativa e soberania popular, Poder e participação política das mulheres, Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo, Autonomia e liberdade das mulheres sobre o seu corpo e a sua sexualidade, Proteção da natureza com justiça ambiental e climática, Autodeterminação dos povos, com soberania alimentar, hídrica e energética, Democratização do acesso à terra e garantia dos direitos territoriais e dos maretórios (territórios costeiros, influenciados pela maré), Direito de acesso e uso social da biodiversidade e defesa dos bens comuns, Vida saudável com agroecologia e segurança alimentar e nutricional, Autonomia econômica, inclusão produtiva, trabalho e renda, Saúde, previdência e assistência social pública, universal e solidária, Educação pública não sexista e antirracista e direito à educação do e no campo, Universalização do acesso à internet e inclusão digital.

Entre os projetos de lei que fortalecem a vida das mulheres, que estão na pauta da marcha, cito:

- PL 6856/2013 que inclui grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

- PL 131/2020 sobre reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras, tido como patrimônio cultural material e imaterial.

- A Reforma Tributária em debate no Congresso deve ser Solidária, Justa e Sustentável, que simplifique os impostos e enfrente a regressividade do sistema, que incida sobre a renda dos mais ricos e desonere os mais pobres, invertendo a lógica dos impostos vigentes.

Sobre a questão trabalhista: resgatar direitos e corrigir falhas que têm estimulado a precarização das condições de trabalho no campo (informalidade, terceirização fraudulenta), entre outros.

Lembro que estamos tratando desse assunto no novo Estatuto do Trabalho, em tramitação na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Senhoras e senhores, atualmente no Brasil, as mulheres não apenas observam, mas também desempenham papéis centrais na construção de um novo futuro para o país.

Excluir as mulheres dos debates, das discussões e das decisões nacionais é uma atitude machista que nega as mudanças essenciais que necessitamos. É crucial honrá-las, reconhecendo que todos somos iguais e possuímos os mesmos direitos.

Margarida Alves, sua luta perdura, seus sonhos e ideais traçam novas trajetórias. Representamos sua voz, por vezes em silêncio, outras vezes restringida, e muitas vezes entoada pelos cantos do país - nos campos e nas florestas, nos rios e nas montanhas, nas periferias, nas cidades, sob a serena luz da vida.

Margarida Maria Alves nasceu em 5 de agosto de 1933, na Paraíba, em uma família de trabalhadores rurais.

Em 1963, ela e seu companheiro, Aluizio Alves, fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, buscando unir os camponeses em torno de suas reivindicações por melhores condições de trabalho e acesso à terra. Após o assassinato do seu companheiro, ela assumiu a presidência do sindicato, desempenhando combativa resistência.

Margarida Alves defendia a contratação com carteira assinada, o pagamento do décimo terceiro salário, o direito dos trabalhadores de cultivar suas terras e o fim do trabalho infantil no corte de cana. Ela lutava contra o trabalho escravo.



**SENADO FEDERAL****SECRETARIA-GERAL DA MESA***SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP**COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM*

SF - 3

15/08/2023

Foi incansável para que os filhos dos trabalhadores tivessem acesso à educação, inclusive criou um programa de alfabetização ajudado as pessoas a ler e escrever.

Em 12 de agosto de 1983, aos 50 anos, ela foi assassinada por matadores de aluguel. O projeto de lei número 63, do ano de 2018, registra no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Margarida Alves, a brasileira que inspirou a Marcha das Margaridas.

A autoria desse projeto pertence à deputada federal Maria do Rosário. Tive o privilégio de relatar na Comissão de Educação do Senado.

O projeto está pronto para ser votado por todos os membros deste plenário, senadoras e senadores.

Era o que tinha a dizer.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 105ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Designação



A Presidência designa os seguintes Senadores para compor a Comissão Temporária Interna destinada ao exame e deliberação dos projetos decorrentes do Relatório Final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como de eventuais novos projetos que tratem sobre o tema de regulação do uso da inteligência artificial:

Titulares	Suplentes
Carlos Viana (PODEMOS/MG)	1. Rodrigo Cunha (PODEMOS/AL)
Styverson Valentim (PODEMOS/RN)	2. Izalci Lucas (PSDB/DF)
Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	3. Marcelo Castro (MDB/PI)
Efraim Filho (União/PB)	4. Alan Rick (União/AC)
Weverton (PDT/MA)	5. Cid Gomes (PDT/CE)
Daniella Ribeiro (PSD/PB)	6. Angelo Coronel (PSD/BA)
Vanderlan Cardoso (PSD/GO)	7. Mara Gabrilli (PSD/SP)
Nelsinho Trad (PSD/MS)	8. Sérgio Petecão (PSD/AC)
Fabiano Contarato (PT/ES)	9. Rogério Carvalho (PT/SE)
Chico Rodrigues (PSB/RR)	10. Flávio Arns (PSB/PR)
Eduardo Gomes (PL/TO)	11. Carlos Portinho (PL/RJ)
Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)	12. Marcos Rogério (PL/RO)
Laércio Oliveira (PP/SE)	13. Mecias de Jesus (Republicanos/RR)



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 722, DE 2023

Requer criação de Comissão Temporária Interna, para examinar os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas sobre Inteligência Artificial.

AUTORIA: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 722/2023 [1 de 3]



REQUERIMENTO Nº DE 2023

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 71 e 74, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a instituição de Comissão Temporária Interna, composta por treze membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, examinar os projetos concernentes ao relatório final aprovado pela Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022, bem como eventuais novos projetos que disciplinem a matéria.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão de Juristas responsável por subsidiar a elaboração de substitutivo sobre Inteligência Artificial no Brasil, foi instituída pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 4, de 2022. No desempenho de suas atribuições, conforme art. 1º do Ato de criação, a comissão de juristas teve a finalidade de subsidiar a elaboração de minuta de substitutivo para instruir a apreciação dos Projetos de Lei nºs 5.051, de 2019, 21, de 2020, e 872, de 2021, que têm como objetivo estabelecer princípios, regras, diretrizes e fundamentos para regular o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil.

A referida comissão foi instalada em 30/03/2022, tendo seu relatório final aprovado em 06/12/2022. Ao final dos trabalhos, a comissão apresentou minuta de substitutivo aos projetos de lei descritos no ato de sua criação.

Destaco o esplêndido trabalho realizado pela Comissão, composta por juristas de inquestionável saber, a exemplo do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ricardo Villas Bôas Cueva, que presidiu a Comissão, e da Doutora Laura Schertel Ferreira Mendes, responsável pela relatoria dos trabalhos.

Dando continuidade ao trabalho realizado pela comissão de juristas, é imperioso que os projetos que tratam do tema inteligência artificial sejam examinados e consolidados,



tanto quanto possível, para que o uso inteligência artificial no Brasil seja tratado com a importância e a seriedade que o povo brasileiro anseia.

Para tanto, propomos a instituição de comissão temporária para examinar os seguintes projetos de lei:

I - PL 5051/2019, que “Estabelece os princípios para o uso da Inteligência Artificial no Brasil”;

II - PL 5691/2019, que “Institui a Política Nacional de Inteligência Artificial”;

III - PL 21/2020, que “Estabelece princípios, direitos e deveres para o uso de inteligência artificial no Brasil, e dá outras providências”;

IV - PL 872/2021, que “Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial”;

V - PL 2338/2023, que “Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial”.

Sugerimos, ainda, que eventuais novos projetos que tratem sobre o tema de regulação do uso da inteligência artificial apresentados após a criação da comissão também sejam a ela remetidos para seu devido exame.

Diante da importância do assunto, conclamo os nobres membros desta Casa a aprovarem o requerimento apresentado.

Sala das Sessões, em

de 2023.

SENADOR RODRIGO PACHECO
PSD - MG





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 409, DE 2023

Requer licença para desempenhar Missão Oficial em Londres.

AUTORIA: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 409/2023 - CDIR [1 de 3]



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Londres (Inglaterra), de 30/08/2023 a 01/09/2023, a fim de participar do “Global Leader Summit on Human Trafficking” e “Parliamentary Intelligence-Security Forum”, uma colaboração internacional entre parlamentares na questão de combate ao tráfico de pessoas, segurança e tecnologia.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 28/08/2023 a 02/09/2023, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 4 de julho de 2023.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5115489862>

Avulso do REQ 409/2023 - CDIR [2 de 3]





SENADO FEDERAL
Presidência

Ofício nº 0665.2023-PRESID

Brasília, 17 de AGOSTO de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Carlos Viana**
Senado Federal

Assunto: Autorização de viagem.
Ref.: Documento nº 00100.0012008/2023-67.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens nos trechos Belo Horizonte-MG/Londres-Inglaterra/Belo Horizonte-MG e diárias, nos eventos *"Global Leader Summit on Human Trafficking"*, e *"Parliamentary Intelligence-Security Forum"*, a serem realizados na cidade de Londres, na Inglaterra, no dia **30 de agosto de 2023** e no período de **31 de agosto a 1º de setembro de 2023**, respectivamente, nos termos do Ofício nº 319/2023-GSCVIANA e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal

Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF
Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>

Avulso do REQ 409/2023 - CDIR [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 410, DE 2023

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal.

AUTORIA: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 410/2023 - CDIR [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Laércio Oliveira

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Singapura, na China, de 05/09/2023 a 08/09/2023, a fim de participar da Conferência GASTECJ 2023, conforme Ofício nº0728.2023-PRESID em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 02/09/2023 a 13/09/2023, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2023.

Senador Laércio Oliveira
(PP - SE)



Assinado eletronicamente por Sen Laércio Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7151201797>

Avulso do REQ 410/2023 - CDIR [2 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/23476.88682-33 (LexEdit)

Ofício nº 0728.2023-PRESID

Brasília, 11 de AGOSTO de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Laércio Oliveira**
Senado Federal

Assunto: Autorização de viagem.
Ref.: Documento nº 00100.129130/2023-08.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens e diárias, na Conferência GASTECJ 2023, a ser realizada na cidade de Singapura, na China, no período de **5 a 8 de setembro de 2023**, nos termos do Ofício nº GSLAERCIO 0207/2023 e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF
Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>
Assinado eletronicamente por Sen. Laércio Oliveira
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7151201797>

Avulso do REQ 410/2023 - CDIR [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 411, DE 2023

Requer autorização para participar da Lide Brazil Development Forum

AUTORIA: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 411/2023 - CDIR [1 de 3]





SENADO FEDERAL

SF/23532.29370-29 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Washington, nos Estados Unidos, de 01/09/2023 a 02/09/2023, a fim de participar da LIDE BRAZILDEVELOPMENT FORUM.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 30/08/2023 a 04/09/2023, para desempenho desta missão.

JUSTIFICAÇÃO

O Fórum abordará projetos de recursos para a saúde, educação, infraestrutura e saneamento à luz dos novos critérios que considerem os fundamentos da sustentabilidade como ponto de partida, com representantes dos maiores organismos multilaterais de fomento ao desenvolvimento. A expectativa é trazer uma visão das principais autoridades dessas entidades sobre as operações de financiamento ao Brasil.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2023.

**Senadora Professora Dorinha Seabra
(UNIÃO - TO)**

Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6965971074>

Avulso do REQ 411/2023 - CDIR [2 de 3]





SENADO FEDERAL
Presidência

SF/23532.29370-29 (LexEdit)

Ofício nº 0675.2023-PRESID

Brasília, 11 de AGOSTO de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora **Professora Dorinha Seabra Rezende**
Senado Federal

Assunto: Autorização de viagem.

Ref.: Documento nº 00100.115591/2023-95.

Senhora Senadora,

Cumprimentando-a cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens e diárias, na *LIDE BRAZIL DEVELOPMENT FORUM*, a ser realizado em Washington, nos Estados Unidos da América, nos dias **1º e 2 de setembro de 2023**, nos termos do Ofício nº 380/2023-GSPDORIN e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF
Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>
Assinado eletronicamente por Sen. Professora Dorinha Seabra
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6965971074>

Avulso do REQ 411/2023 - CDIR [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 412, DE 2023

Requer Licença para desempenhar missão no exterior.

AUTORIA: Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 412/2023 - CDIR [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Sergio Moro

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Buenos Aires (Argentina), de 21/09/2023 a 23/09/2023, a fim de participar do 2º Encontro do Grupo Internacional *Libertad y Democracia* "Las ideas de la libertad en la política del futuro".

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 21/09/2023 a 23/09/2023, para desempenho desta missão.

JUSTIFICAÇÃO

O encontro encabeçado pelo ex-Presidente da Argentina, Mauricio Macri, e pelo ex-Presidente do Chile, Sebastián Piñera, contará com a participação de diversos líderes políticos, intelectuais, acadêmicos e sociais dos países Iberoamericanos, com o intuito de debater sobre o fortalecimento da liberdade e da democracia.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2023.

Senador Sergio Moro
(UNIÃO - PR)



Assinado eletronicamente por Sen. Sergio Moro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3422776794>

Avulso do REQ 412/2023 - CDIR [2 de 3]





SENADO FEDERAL
Presidência

SF/23829.90642-31 (LexEdit)

Ofício nº 0735.2023-PRESID

Brasília, 11 de AGOSTO de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Sérgio Moro**
Senado Federal

Assunto: Autorização de viagem.
Ref.: Documento nº 00100.129839/2023-03.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens e diárias, no 2º encontro do Grupo Internacional *Libertad y Democracia "Las ideas de la libertad en la política del futuro"*, a ser realizada na cidade de Buenos Aires, na Argentina, nos dias **22 e 23 de setembro de 2023**, nos termos dos Ofícios nºs 103 e 103-A/2023/GSSMORO e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF
Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>
Assinado eletronicamente por Sen. Sérgio Moro
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3422776794>

Avulso do REQ 412/2023 - CDIR [3 de 3]



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 414, DE 2023

Requer licença para desempenhar Missão Oficial em Londres.

AUTORIA: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 414/2023 - CDIR [1 de 11]





SENADO FEDERAL

SF/23432.99875-46 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Londres, Inglaterra, de 31/08/2023 a 01/09/2023, a fim de participar, como representante do Senado Federal, do Fórum Parlamentar de Inteligência-Segurança de Londres, conforme convite em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 29/08/2023 a 02/09/2023, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 2023.

Senador Marcos do Val
(PODEMOS - ES)
Senador



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7207756368>

Avulso do REQ 414/2023 - CDIR [2 de 11]



Sen. Marcos do Val

De: Congressman Robert Pittenger <PittengerRobert@pi-sf.com>
Enviado em: quarta-feira, 5 de julho de 2023 01:24
Para: Sen. Marcos do Val
Assunto: Countries attending London PI-SF and updated program
Categorias: RECEBIDO GRAZZY

20 F St. NW – Suite 700
Washington, D.C. 20001
United States of America



Mobile/Whi
Skyt

CONGRESSMAN ROBERT PITTENGER
Chairman
Parliamentary Intelligence-Security Forum

Dear Mr MARCOS VAL:

Please note the countries below participating with over 150 Parliamentarians, to date, at the London Parliamentary Intelligence-Security Forum, 31 August-1 September, 2023.

The updated program is also below with outstanding scholars and government and industry experts to brief us on critical security topics.

We look forward to being with you for this exceptional dialogue. Please respond to lucas@pi-sf.com for inquiries or to rsvp. Hotel accommodation assistance is available for parliamentarians from developing countries. Group hotel rates are available through the link below.

Thank you for your dedication and leadership as we remain vigilant to defend our countries.

LIST OF COUNTRIES PARTICIPATING WITH OVER 150 PARLIAMENTARIANS TO DATE:

Afghanistan	Kosovo
Argentina	Liberia
Austria	Malawi
Bangladesh	Mexico
Canada	Paraguay
Chile	Qatar



Assinado eletronicamente por Sen. Marcos do Val
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7207756368>



Colombia	Romania
Cyprus	Sierra Leone
Czech Republic	Somalia
Denmark	South Sudan
Dominican Republic	Spain
Estonia	Suriname
Ethiopia	Switzerland
France	Taiwan
Germany	Togo
Hungary	Uganda
India	United Kingdom
Italy	USA

SF/23432.99875-46 (LexEdit)

TO REVIEW THE UPDATED PROGRAM PLEASE [CLICK HERE](#).

GROUP HOTEL RATES ARE AVAILABLE [HERE](#).

Sincerely,

Congressman Robert Pittenger
 Chairman, Parliamentary Intelligence-Security Forum
 20 F St. NW — Suite 700
 Washington, DC 20001 USA
 Office: [+1 202 318 2000](tel:+12023182000)
 Mobile/WhatsApp/Signal/Wechat: [+1 704 307 3500](tel:+17043073500)
 Skype: live:RobertPittenger
Robert@PI-SF.com
www.PI-SF.com





Fórum Parlamentar de Inteligência-Segurança de Londres

31 Agosto - 1 Setembro 2023

30 DE AGOSTO DE 2023

RECEPÇÃO DE ABERTURA

18:30-20:30

PALÁCIO DE KENSINGTON – O PAVILHÃO

Anfitrião: H.E. Fahad Bin Mohammed Al-Attiyah

Embaixador do Estado do Qatar no Reino Unido

Código de Vestuário – Business Suit

31 DE AGOSTO DE 2023

INSCRIÇÃO, CAFÉ E DINAMARQUÊS (8:15-9:00)

Local: Central Hall Westminster

Storey's Gate, Londres, Reino Unido

DISCURSO DE ABERTURA (09:00 – 9:45)

- Alicia Kearns, deputada, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Reino Unido



Assinado eletronicamente por Sen. Marco do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7207756368>

Avulso do REQ 414/2023 - CDIR [5 de 11]



- Robert Pittenger, Presidente do Fórum Parlamentar de Inteligência-Segurança
- French Hill, Membro do Congresso dos EUA e Membro do Comitê de Inteligência, Serviços Financeiros e Relações Exteriores

DESAFIOS DE SEGURANÇA AMEAÇADORES DE ESTADOS NACIONAIS ADVERSÁRIOS (9:45 – 10:15)

- Exmo. Sr. YOU Si-Kun, Presidente do Yuan Legislativo, República da China (Virtual)
- Matt Pottinger, ex-vice-conselheiro de Segurança Nacional dos EUA (virtual)

FINANCIAMENTO ILÍCITO (10:15-11:30)

- Coronel Bob Stewart MP DSO, Membro do Parlamento, Reino Unido
- Sr. David Lewis, Diretor Administrativo, Kroll e ex-Secretário Executivo da ForçaTarefa de Ação Financeira
- Sr. John Walsh, Presidente e Diretor Executivo, SightSpan Inc.
- Sr. Tom Keatinge, Diretor de Estudos de Crime Financeiro e Segurança da RUSI.
- Sr. Michael Greenwald, executivo sênior da Amazon Web Services e líder global de ativos digitais e inovação financeira - Ex-adido do Tesouro dos Estados Unidos no Qatar e Kuwait

RISCO DO ESTADO-NAÇÃO E A INFLUÊNCIA FUTURA NA SEGURANÇA DA CHINA, RÚSSIA E COREIA DO NORTE (11:30-12:30)

- Baronesa Pauline Neville Jones, Câmara dos Lordes, Reino Unido, ex-Presidente do Comitê Conjunto de Inteligência
- Sr. Phil Reilly, Oficial Sênior do Serviço de Inteligência, Serviço Nacional Clandestino da Agência Central de Inteligência (CIA/NCS) / Fundador da Rede de Parceiros 2020
- Ravi Batra, Esq., Presidente do Conselho Consultivo Nacional para Assuntos do Sul da Ásia, EUA
- Nathan Sales, ex-embaixador geral e coordenador de contraterrorismo, ex-EUA Subsecretário de Estado para Segurança Civil, Democracia e Direitos Humanos, Sênior Não Residente da Iniciativa de Segurança do Oriente Médio Scowcroft e Programas do Oriente Médio no Atlantic Council

INTERVALO PARA ALMOÇO (12:30-13:30)

LIBERDADE RELIGIOSA (13:30-13:45)

- Dr. Bob Fu, Presidente da China Aid

CADEIA DE SUPRIMENTOS GLOBAL (13:45-14:45)



Assinado eletronicamente por Sen. Marco do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7207756368>

Avulso do REQ 414/2023 - CDIR [6 de 11]



- Rt Hon John Spellar MP, Membro do Parlamento, Reino Unido
- Sr. Anthony Kim, Research Fellow em Liberdade Econômica, Editor do Índice de Liberdade Econômica e Gerente de Engajamento Global, Margaret Thatcher Center for Freedom, Davis Institute for National Security and Foreign Policy, The Heritage Foundation
- Sra. Diana Furchtgott-Roth, Diretora do Centro de Energia, Clima e Meio Ambiente e The Herbert and Joyce Morgan Fellow em Política Energética e Ambiental, The Heritage Foundation, Estados Unidos
- Sr. Charles Parton, Conselheiro da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Comuns; Bolsista Associado RUSI; Especialista em política chinesa

CIBERSEGURANÇA: O CASO DA INTELIGÊNCIA E DADOS PRECISOS (14:45-15:45)

- Sr. Brian Cavanaugh, Visiting Fellow para Cibersegurança e Inteligência, The Heritage Foundation
- Sr. Zakir Durumeric, Fundador e Cientista-Chefe, Censys / Professor Stanford University / 2020Rede de Parceiros
- Sr. Paddy McGuinness, Conselheiro Sênior, Brunswick Group e ex-Conselheiro de Segurança Nacional Adjunto do Reino Unido / Fundador 2020Partner Network
- Olivier Cadic, Membro do Senado francês e Secretário da Comissão dos Negócios Estrangeiros, da Defesa e das Forças Armadas

MINERAIS ESTRATÉGICOS (15:45-16:45)

- Eric Swalwell, membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos e autor de "The Rare Earth Magnet Manufacturing Production Tax Credit Act" (Lei de Crédito Fiscal de Produção de Fabricação de Ímãs de Terras Raras)
- Prof. Milos Ivkovic, MA, LL.M., LL.M., Árbitro Internacional, Conselheiro de Governos
- Sr. James Black, Diretor Assistente de Defesa e Segurança; Iniciativa Europeia de Iniciativa Empresarial RAND Space
- Capitão Morgan Murphy, EUA, Ex-Conselheiro de Segurança Nacional, Senado dos Estados Unidos, Ex-Secretário de Imprensa do Pentágono.

LAVAGEM DE DINHEIRO BASEADA NO COMÉRCIO (16:45-17:00)

- Marco Campomenosi, Deputado ao Parlamento Europeu, Itália

Recepção (18:00 horas)

O Clube da Reforma (104 Pall Mall, St. James's, Londres SW1Y 5EW) Hospedado pela FUNDAÇÃO SHAFIK GABR Dress Code – Business Suit



Assinado eletronicamente por Sen. Marco de Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7207756368>

Avulso do REQ 414/2023 - CDIR [7 de 11]



1 DE SETEMBRO DE 2023

CAFÉ E DINAMARQUÊS (8:15-8:45)

LOCAL: Central Hall Westminster

Storey's Gate, Londres, Reino Unido

CAFÉ DA MANHÃ DE ORAÇÃO (8:45)

DISCURSO DE ABERTURA (Segundo Dia) (9:00-9:30)

- Michael Chertoff, ex-secretário do Departamento de Segurança Interna dos EUA e cofundador e presidente executivo do Grupo Chertoff
- S.E. Fahad Bin Mohammed Al-Attiyah, Embaixador do Estado do Qatar no Reino Unido

CRIPTOMOEDAS E ATIVOS DIGITAIS (9:30-10:45)

- Sr. J.C. Boggs, Esq., Sócio, King & Spalding LLP
- Dr. Oonagh McDonald, CBE, ex-membro do Parlamento Britânico;
- Sr. Combiz Abdolrahimi, Esq., Líder Global de Tecnologia Emergente e Inovação, Deloitte
- Sr. Michael Greenwald, executivo sênior da Amazon Web Services e líder global de ativos digitais e inovação financeira - Ex-adido do Tesouro dos Estados Unidos no Qatar e Kuwait
- Brian Quintenz, ex-comissário da Comissão de Negociação de Futuros de Commodities dos EUA; Chefe de Política para a16z crypto, Andreessen Horowitz

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS ADVERSÁRIOS (10:45-11:45)

- Marco Zanni, Deputado ao Parlamento Europeu, Itália
- Dra. Roslyn Layton, Visiting Fellow, Universidade de Aalborg. Fundador, ChinaTechThreat
- Sr. Andreas Jahn, Conselheiro Sênior de Política Externa do Bundestag
- Dr. Sohan Dasgupta, Sócio, Taft, Stettinius & Hollister LLP - Ex-Conselheiro Geral Adjunto, Departamento de Segurança Interna dos EUA

FORÇA ESPACIAL (11:45-12:15)



Assinado eletronicamente por Sen. Marco do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7207756368>

Avulso do REQ 414/2023 - CDIR [8 de 11]



- Jaak Madison, Deputado ao Parlamento Europeu, Estónia, Vice-Presidente do Partido Popular Conservador do Parlamento da Estónia
- Pavel Popescu, Membro do Parlamento, Roménia

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: 5G, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E COMPUTAÇÃO QUÂNTICA
(12:15-13:15)

- Cristian Bacanu, Membro do Parlamento, Câmara dos Deputados da Romênia
- John Strand, CEO da Strand Consult
- Sr. Markus Pflitsch, Presidente e CEO, Terra Quantum AG
- Sr. J.C. Boggs, Esq., Sócio, King & Spalding LLP

INTERVALO PARA ALMOÇO (13:15-14:15)

O NEGÓCIO DO TRÁFICO DE PESSOAS: PROTEGENDO AS CRIANÇAS DAS REDES
CRIMINOSAS GLOBAIS (14:15-15:45)

- Rt Hon Karen Bradley MP, Co-Presidente da APPG sobre Tráfico de Seres Humanos e Escravidão Moderna, Reino Unido
- Arnold Viersen MP, Canadá
- Senadora Linda Reynolds, Austrália
- Anne Basham, CEO da Ascend Consulting, Presidente da Força-Tarefa Interparlamentar sobre Tráfico de Pessoas
- Exmo. Sr. Fawzia Koofi MP, Ex-Vice-Presidente do Parlamento, Afeganistão
- Tanya Gould – Diretora de Combate ao Tráfico de Pessoas da Comunidade da Virgínia, Estados Unidos
- Embaixador John Cotton Richmond (ret.), ex-Embaixador Geral para Monitorar e Combater o Tráfico de Pessoas, Estados Unidos

SEGURANÇA ENERGÉTICA (15:45-16:30)

- Helene Conway-Mouret, Membro do Senado, França
- Embaixadora Carla Sands, Vice-Presidente do Centro de Energia e Meio Ambiente do America First Policy Institute;
- Sr. Lucian Pugliesi, Presidente, Energy Policy Research Foundation, Inc.



Assinado eletronicamente por Sen. Marco do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7207756368>

Avulso do REQ 414/2023 - CDIR [9 de 11]



CIBERSEGURANÇA: O CASO DA CONFIANÇA ZERO, RESILIÊNCIA E REGULAÇÃO (16:3017:30)

- Lord Toby Harris, Membro da Câmara dos Lordes do Reino Unido e Presidente da Comissão de Preparação Cibernética do Reino Unido / 2020Rede de Parceiros
- Sr. Herb Kelsey, CTO da Dell Industry - Governo, Projeto Fort Zero - Líder de Equipe / 2020Rede de Parceiros
- Cyrus Vance Jr, Sócio, Prática de Litígios e Execução Governamental e Investigação Global da Baker McKenzie na América do Norte, Ex-Procurador Distrital de Manhattan (três anos consecutivos por quatro anos)
- Sr. Steve Hill, vice-CISO do Credit Suisse. Chefe do Centro de Integração de Ameaças e do programa Insider Threat e ex-Secretário de Segurança Nacional do Reino Unido no Cabinet Office /Founder 2020Partner Network

Tour privado de Westminster hospedado pelo Cel Rt. Hon. Bob Stewart DSO MP



Assinado eletronicamente por Sen. Marco do Val

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7207756368>

Avulso do REQ 414/2023 - CDIR [10 de 11]





SENADO FEDERAL
Presidência

Ofício nº 0749.2023-PRESID

Brasília, 11 de Agosto de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Marcos do Val**
Senado Federal

Assunto: Autorização de viagem.
Ref.: Documento nº 00100.134780/2023-67.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens e diárias, no Fórum Parlamentar de Inteligência e Segurança de Londres, a ser realizada na cidade de Londres, na Inglaterra, nos dias **31 de agosto e 1º de setembro de 2023**, nos termos do Ofício nº DL 47/2023/GSMVAL e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador **Rodrigo Pacheco**
Presidente do Senado Federal

Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF
Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>

Avulso do REQ 414/2023 - CDIR [11 de 11]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 416, DE 2023

Requer licença para desempenhar missão oficial, em Montevidéu, Uruguai, com ônus para o Senado Federal.

AUTORIA: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 416/2023 - CDIR [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Teresa Leitão

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Montevideu (Uruguai), de 25/09/2023 a 27/09/2023, a fim de participar da II Cúpula Mundial de Comissões do Futuro 2023, organizada pelo Parlamento do Uruguai e a União Interparlamentar (UIP), como apoio da Unesco e do PNUD, conforme Autorização do Presidente do Senado Federal em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 23/09/2023 a 28/09/2023, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2023.

Senadora Teresa Leitão
(PT - PE)



Assinado eletronicamente por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2973280595>

Avulso do REQ 416/2023 - CDIR [2 de 3]





SENADO FEDERAL
Presidência

SF/23545.83961-85 (LexEdit)

Ofício nº 0734.2023-PRESID

Brasília, 11 de AGOSTO de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora **Teresa Leitão**
Senado Federal

Assunto: Autorização de viagem.
Ref.: Documento nº 00100.129773/2023-43.

Senhora Senadora,

Cumprimentando-a cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com passagens e diárias, na II Cúpula Mundial de Comissões do Futuro 2023, a ser realizada na cidade de Montevidéu, no Uruguai, no período de **25 a 27 de setembro de 2023**, nos termos do Ofício n° 119/2023/GSTLEITA e convite anexos.

Atenciosamente,


Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência
Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF
Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - http://www.senado.leg.br
Assinado eletronicamente por Sen. Teresa Leitão
Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2973280595>

Avulso do REQ 416/2023 - CDIR [3 de 3]

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 2796/2021





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 713, DE 2023

Requer a oitiva da Comissão de Educação e Cultura sobre o PL 2796/2021.

AUTORIA: Senadora Leila Barros (PDT/DF)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 713/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Leila Barros

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 2796/2021, que “cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação e Cultura.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo possibilitar a oitiva da Comissão de Educação e Cultura em relação ao PL nº 2796, de 2021.

O projeto em questão, originalmente, tratava exclusivamente dos jogos eletrônicos, inclusive, para separar esta atividade dos chamados “fantasy games”.

Pois eis que a Câmara dos Deputados alterou a proposição e juntou os dois temas, o que compromete essencialmente a boa regulamentação de ambos os assuntos.

Para quem não sabe os chamados fantasy games se assemelham muito mais aos jogos de azar, ou mais especificamente a loteria de aposta de quota fixa, que está sendo disciplinada, enfim, pelo Poder Executivo, através da Medida Provisória nº 1182, de 2023.

Pode até ser conveniente para os “fantasy games” se associar ao jogos eletrônicos e se beneficiar do mesmo tratamento dado setor, ou melhor, se distanciar do tratamento dado a loteria de aposta de quota fixa.



Assinado eletronicamente por Sen Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6795175333>

Avulso do RQS 713/2023 [2 de 3]



Fato é que as principais entidades representativas do setor de jogos eletrônicos é contra a aprovação da matéria que, inclusive, entendem demasiadamente acelerada, sem tramitar em outras comissões importante da Casa que se relacionam com o tema.

É evidente que para muito além da questão econômica, tratada pela Comissão de Assuntos Econômicos, única comissão que tramitou o PL, o tema merece atenção de outros colegiados, pelo menos, da Comissão de Educação e Cultura, especialmente considerando que cada vez mais os jogos eletrônicos correspondem a manifestações culturais, inclusive de entretenimento. Vale ainda lembrar que outras tantas proposições que tratam do tema no Senado Federal, invariavelmente tramitaram pela Comissão de Educação e Cultura.

Neste sentido, apresentamos o presente requerimento e contamos com o apoio de todos os pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2023.

Senadora Leila Barros
(PDT - DF)



Assinado eletronicamente por Sen Leila Barros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6795175333>

Avulso do RQS 713/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 715, DE 2023

Requer a oitiva da Comissão de Esporte sobre o PL 2796/2021.

AUTORIA: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 715/2023 [1 de 2]



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 2796/2021, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Esporte.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2023.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4627504437>

Avulso do RQS 715/2023 [2 de 2]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 716, DE 2023

Requer oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o PL 2796/2021.

AUTORIA: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 716/2023 [1 de 2]



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 2796/2021, que “cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2023.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4001746329>

Avulso do RQS 716/2023 [2 de 2]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 717, DE 2023

Requer oitiva da Comissão de Educação e Cultura sobre o PL 2796/2021.

AUTORIA: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 717/2023 [1 de 2]



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 2796/2021, que “cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação e Cultura.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2023.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9181866591>

Avulso do RQS 717/2023 [2 de 2]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 718, DE 2023

Requer oitiva da Comissão de Comunicação e Direito Digital sobre o PL 2796/2021.

AUTORIA: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 718/2023 [1 de 2]



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 2796/2021, que “cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Comunicação e Direito Digital.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2023.

Senador Carlos Viana
(PODEMOS - MG)



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5985998285>

Avulso do RQS 718/2023 [2 de 2]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 719, DE 2023

Requer oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o PL 2796/2021.

AUTORIA: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 719/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 2796/2021, que “cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 2.796, de 2021, pretende criar o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia, legislação necessária tanto para fomentar uma indústria que cresce no país, quanto para proteger o usuário. Nesse aspecto, embora o PL tenha tramitado pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, a nosso ver deixou de passar por uma comissão essencial quando falamos de jogos eletrônicos: a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Isso porque, conforme o art. 102-E, VI e VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à referida comissão opinar sobre proteção à infância e à juventude e respectiva fiscalização, acompanhamento, avaliação e controle das políticas governamentais.

As notícias sobre as consequências dos jogos para infância e juventude são várias: criminosos que atraem crianças e adolescentes online, vício, impactos cognitivos e comportamentais. No entanto, atualmente, o PL só prevê que o Estado promoverá a classificação etária e dispõe ser “livre a promoção de disputas que envolvam os usuários dos jogos eletrônicos e dos jogos de



Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8057145115>

Avulso do RQS 719/2023 [2 de 3]



fantasia com a distribuição de premiações de qualquer espécie de acordo com as regras preestabelecidas", o que permitiria incluir as "loot boxes" ou "caixas de recompensa", tipo de premiação que pode causar vício e forçar o jogador a gastar dinheiro já rechaçada pelo Conselho Federal de Psicologia (PARECER Nº 36/2021/GTEC/CG).

Assim, é preciso que a CDH debata sobre o tema para entender como melhor dispor de modo que o marco favoreça não só a indústria, mas proteja também a infância e a juventude.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2023.

Senador Alessandro Vieira
(MDB - SE)



Assinado eletronicamente por Sen. Alessandro Vieira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8057145115>

Avulso do RQS 719/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 720, DE 2023

Requer audiência da Comissão de Comunicação e Direito Digital sobre o PL 2796/2021.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 720/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 2796/2021, que “cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Comunicação e Direito Digital.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 104-G, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Comunicação e Direito Digital opinar sobre proposições que versem sobre direito digital.

Nesse sentido, é de se reconhecer que a temática dos jogos insere-se também no debate sobre comunicação e direito digital. No Brasil, há cerca de 100 milhões de pessoas que jogam games diariamente. Os jogos, dessa forma, situam-se no campo de estudo do direito digital, o qual estabelece regras para a atividade online, incluindo questões relacionadas à privacidade, segurança da informação, proteção de dados pessoais, uso de conteúdo protegido por direitos autorais, entre outros.



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9167108122>

Avulso do RQS 720/2023 [2 de 3]



Por essa razão, entendemos que é adequada a oitiva da CCDD, a fim de que possa oferecer diferente perspectiva sobre o tema, enriquecendo o debate de ideias, permitindo o aprimoramento do projeto.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2023.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9167108122>

Avulso do RQS 720/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 721, DE 2023

Requer oitiva da Comissão de Educação e Cultura sobre o PL 2796/2021.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 721/2023 [1 de 2]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PL 2796/2021, que “cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação e Cultura.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação e Cultura opinar sobre proposições que versem sobre cultura.

Nesse sentido, é de se reconhecer que a temática dos jogos insere-se também no debate cultural. No Brasil, há cerca de 100 milhões de pessoas que jogam games diariamente. Os jogos, dessa forma, podem ter diversas finalidades, entre as quais citamos as culturais, desportivas, sociais e educativas.

Por essa razão, entendemos que é adequada a oitiva da CE, a fim de que possa oferecer diferente perspectiva sobre o tema, enriquecendo o debate de ideias, permitindo o aprimoramento do projeto.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2023.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)



Assinado eletronicamente por Sen. Rogério Carvalho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3651363697>

Avulso do RQS 721/2023 [2 de 2]





SENADO FEDERAL

REQ
00046/2023
Aprovado em

06 / 06 / 23.

REQUERIMENTO Nº DE - CAE

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2796/2021, que “cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia”.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2023.

Senador Irajá
(PSD - TO)



Projeto de Resolução do Senado nº 83/2023



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 113, DE 2023 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Resolução nº 83, de 2023.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 83, de 2023, que *autoriza o Município de Aracaju – SE a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o New Development Bank (NDB), no valor total de US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Senado Federal, em 15 de agosto de 2023.

VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE

ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR

RODRIGO CUNHA

STYVENSON VALENTIM



ANEXO DO PARECER Nº 113, DE 2023 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº 83, de 2023.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2023

Autoriza o Município de Aracaju, no Estado de Sergipe, a contratar operação de crédito externo com o *New Development Bank* (NDB), com garantia da União, no valor total de US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Aracaju, no Estado de Sergipe, autorizado a contratar operação de crédito externo com o *New Development Bank* (NDB), com garantia da União, no valor total de US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se a financiar parcialmente o “Programa Aracaju Cidade do Futuro”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Município de Aracaju (SE);
- II – credor: *New Development Bank* (NDB);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;



IV – valor: US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – valor da contrapartida: US\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

VI – juros: taxa *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR), acrescida de *spread* variável divulgado periodicamente pelo Banco;

VII – atualização monetária: variação cambial;

VIII – liberações previstas: US\$ 12.604.999,99 (doze milhões, seiscentos e quatro mil, novecentos e noventa e nove dólares dos Estados Unidos da América e noventa e nove centavos) em 2023; US\$ 12.640.798,36 (doze milhões, seiscentos e quarenta mil, setecentos e noventa e oito dólares dos Estados Unidos da América e trinta e seis centavos) em 2024; US\$ 26.355.603,88 (vinte e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e três dólares dos Estados Unidos da América e oitenta e oito centavos) em 2025; US\$ 17.749.301,06 (dezessete milhões, setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e um dólares dos Estados Unidos da América e seis centavos) em 2026; e US\$ 14.649.296,71 (quatorze milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e seis dólares dos Estados Unidos da América e setenta e um centavos) em 2027;

IX – aportes estimados de contrapartida: US\$ 16.258.565,50 (dezesseis milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e sessenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta centavos) em 2023; US\$ 4.163.166,60 (quatro milhões, cento e sessenta e três mil, cento e sessenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos) em 2024; US\$ 495.666,60 (quatrocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e sessenta centavos) em 2025; e US\$ 82.601,30 (oitenta e dois mil, seiscentos e um dólares dos Estados Unidos da América e trinta centavos) em 2026;

X – prazo total: até 288 (duzentos e oitenta e oito) meses;

XI – prazo de carência: 65 (sessenta e cinco) meses, podendo chegar ao máximo de 66 (sessenta e seis) meses;

XII – prazo de amortização: 222 (duzentos e vinte e dois) meses;

XIII – periodicidade de pagamento dos juros e amortizações: semestral;

XIV – sistema de amortização: constante;

XV – comissão de abertura (*front-end fee*): 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do financiamento;

XVI – comissão de compromisso: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado;

XVII – juros de mora: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.



Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Aracaju, no Estado de Sergipe, na operação de crédito externo de que trata desta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* é condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007; e

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Aracaju, no Estado de Sergipe, e a União, sob a forma de vinculação das cotas de participação do Município na arrecadação da União, conforme estabelecido nos arts. 158 e 159, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 115, DE 2023

Requer urgência na tramitação da MSF 52/2023.

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 115/2023 - CAE [1 de 2]



**REQ
00115/2023**

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CAE

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, V do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Resolução do Senado proveniente da MSF 52/2023, que "Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 84,000,000.00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Aracaju, Estado de Sergipe, e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Programa Aracaju Cidade do Futuro"."

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2023.

Comissão de Assuntos Econômicos

Avulso do REQ 115/2023 - CAE [2 de 2]



Projeto de Lei nº 2208/2022 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 104/2015)





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 114, DE 2023 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei nº 2.208, de 2022, do Senador José Agripino (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2015).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 2.208, de 2022, do Senador José Agripino (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2015), que *institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC) e define seus princípios, objetivos e ações*, consolidando a Emenda nº 1 – CRA/CE, de redação.

Senado Federal, em 15 de agosto de 2023.

VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE

ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR

RODRIGO CUNHA

STYVENSON VALENTIM



ANEXO DO PARECER Nº 114, DE 2023 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei nº 2.208, de 2022, do Senador José Agripino (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2015).

Institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC) e define seus princípios, objetivos e ações.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEEJC) e define seus princípios, objetivos e ações.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, o beneficiário das ações da PNEEJC deverá ter idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 2º São princípios da PNEEJC:

- I – elevação da escolaridade do jovem empreendedor do campo;
- II – capacitação e formação do jovem empreendedor do campo mediante a difusão do conhecimento tecnológico e das inovações direcionadas ao meio rural;
- III – desenvolvimento sustentável;
- IV – respeito às diversidades regionais e locais;
- V – cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e os demais segmentos da sociedade, com o fim específico de estimular as iniciativas do jovem empreendedor do campo;
- VI – promoção do acesso do jovem empreendedor do campo ao crédito rural;



VII – promoção da inclusão social e da igualdade de direitos entre homens e mulheres no meio rural; e

VIII – transversalidade com as demais políticas agrícolas, ambientais, educacionais e de assistência técnica e de extensão rural.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 3º A PNEEJC visa a preparar o jovem para exercer o papel estratégico de agente do desenvolvimento rural e tem como objetivos:

I – fomentar a transformação de jovens em líderes empreendedores, com sensibilidade para identificar oportunidades de desenvolvimento profissional, familiar e do território onde estão inseridos;

II – estimular a elaboração de projetos produtivos pelos jovens agricultores, como forma de viabilizar alternativas de trabalho e renda;

III – ampliar competências, conhecimentos e práticas que possibilitem a gestão eficiente do negócio agrícola, a fim de promover o empreendedorismo, a liderança, o cooperativismo, o planejamento, o uso de técnicas produtivas, a comercialização, os negócios rurais e a governança;

IV – incentivar o desenvolvimento de competências relacionadas a atividades não agrícolas com potencial de expansão no meio rural;

V – estimular os jovens e suas famílias a estruturarem estratégia de governança para a sucessão familiar;

VI – ampliar a compreensão sobre desenvolvimento rural sustentável, práticas agrícolas, culturas regionais, políticas públicas para a agricultura familiar, organização e gestão social;

VII – incentivar o uso de conhecimentos tradicionais associado às inovações tecnológicas e às ferramentas de gestão associativa das atividades rurais;

VIII – despertar no jovem o interesse pelo negócio cooperativo e destacar seus benefícios para a competitividade dos produtos;

IX – potencializar a ação produtiva de jovens agricultores familiares, combinando ações de formação, de assistência técnica e de acesso ao crédito; e

X – estimular a formação e a emancipação de variadas populações rurais, a exemplo de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras e indígenas.

CAPÍTULO IV DOS ESTÍMULOS AO EMPREENDEDORISMO RURAL

Seção I Dos Eixos de Atuação



Art. 4º O poder público atuará de forma coordenada, no âmbito federal, estadual, distrital e municipal, para apoiar o jovem empreendedor do campo por meio de 4 (quatro) eixos:

- I – educação empreendedora;
- II – capacitação técnica;
- III – acesso ao crédito; e
- IV – difusão de tecnologias no meio rural.

Seção II

Da Educação Empreendedora

Art. 5º No âmbito da educação, o apoio ao jovem empreendedor do campo dar-se-á por meio das seguintes ações:

I – estímulo ao ensino do empreendedorismo nas escolas rurais, nas escolas técnicas e nas universidades, com vistas à educação e à formação de jovens empreendedores do campo, por meio de iniciativas que despertem seu interesse e potencializem seu protagonismo nas atividades direcionadas ao desenvolvimento do setor rural brasileiro;

II – estímulo à formação cooperativista e associativista;

III – apoio às Escolas Família Agrícola (EFAs), às Casas Familiares Rurais (CFRs) e às organizações que utilizem a pedagogia da alternância; e

IV – oferta de cursos de que tratam o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, para:

a) estimular a conclusão da educação básica, de acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituídas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

b) elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar; e

c) integrar a qualificação social e a formação profissional, de modo a proporcionar a formação integral do jovem, na modalidade educação de jovens e adultos, em regime de alternância.

§ 1º Será incentivada, na forma deste artigo, a oferta de cursos de educação técnica e profissional de natureza complementar às atividades desenvolvidas no meio rural, como aqueles relacionados à manutenção e operação de máquinas e equipamentos agropecuários, à utilização de recursos de informática e à instalação e manutenção da infraestrutura rural, entre outros.

§ 2º Serão norteadores da educação empreendedora no campo a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

Seção III

Da Capacitação Técnica



Art. 6º A capacitação técnica deverá ser plural, para proporcionar ao jovem o conhecimento prático, de caráter não formal, necessário para a adequada condução da produção, da comercialização e da gestão econômico-financeira do empreendimento rural, e deverá priorizar os seguintes conteúdos:

- I – conhecimentos técnicos relacionados à atividade-fim do empreendimento rural;
- II – noções de funcionamento do mercado em que o empreendimento está inserido, com foco em custos, agregação de valor à produção, cadeias produtivas e sistemas de integração;
- III – noções de economia, com foco na compreensão do funcionamento das variáveis micro e macroeconômicas determinantes para a viabilidade do empreendimento rural;
- IV – planejamento de empresa agropecuária, com foco na análise da viabilidade econômica de projetos;
- V – noções de gestão financeira, tributária e de recursos humanos e da legislação correlata;
- VI – sustentabilidade ambiental e impacto das atividades agropecuárias sobre o meio ambiente; e
- VII – fundamentos éticos, estéticos, científicos, sociais e políticos para atuação com autonomia e responsabilidade na produção e na gestão do empreendimento rural.

§ 1º A capacitação técnica de que trata o *caput* deste artigo compreende atividades agropecuárias e não agropecuárias, inclusive atividades agroextrativistas, florestais, artesanais e aquelas relacionadas ao agroturismo, à pesca e à aquicultura, entre outras.

§ 2º O instrumento preferencial das ações de capacitação técnica é a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater).

Seção IV **Do Acesso ao Crédito**

Art. 7º A PNEEJC incentivará a viabilização de novos empreendimentos e a manutenção e a expansão de empreendimentos existentes por meio do estímulo de linhas de crédito rural específicas para os jovens do campo, de modo a fortalecer o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na forma do regulamento.

§ 1º A PNEEJC utilizará, entre outros mecanismos específicos previstos em regulamento, os instrumentos e os agentes financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural previstos na Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para a operacionalização do crédito rural.

§ 2º As linhas de crédito de que trata o *caput* deste artigo devem conter como requisito a participação do jovem empreendedor em pelo menos uma das ações promovidas no âmbito dos eixos de atuação previstos nos incisos I e II do *caput* do art. 4º desta Lei, anteriormente ou concomitantemente à concessão do crédito.

§ 3º A PNEEJC buscará estimular a adesão dos jovens a cooperativas de produção agropecuária por meio da criação de linhas específicas para cooperativas formadas majoritariamente pelos beneficiários de que trata esta Lei.



Seção V

Da Difusão de Tecnologias no Meio Rural

Art. 8º A difusão de tecnologias no âmbito da PNEEJC dar-se-á por meio das seguintes ações:

I – incentivo à criação de polos tecnológicos no meio rural e à formação de redes de jovens empreendedores do campo com capacidade de influenciar a agenda de políticas públicas em prol dos interesses da juventude do campo, mediante parcerias com universidades, institutos federais, escolas técnicas, serviços sociais e demais interessados;

II – investimentos em pesquisas de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais e na difusão de seus resultados pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), de que trata a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;

III – incentivos financeiros temporários a projetos que apliquem tecnologias de convivência com o semiárido;

IV – estímulo à inclusão digital entre os jovens do campo, com capacitação para o uso adequado e eficiente das tecnologias de informação e comunicação; e

V – incentivo à formação continuada de agentes de Ater com vistas ao aperfeiçoamento do processo de difusão de tecnologias por meio da rede de Ater.

CAPÍTULO V

DO PLANEJAMENTO E DA COORDENAÇÃO DAS AÇÕES

Art. 9º O poder público, no âmbito de suas competências, poderá instituir o Comitê de Formação Empreendedora do Jovem do Campo (CFEJ), com a participação da administração pública direta e indireta e de entidades da sociedade civil, definido na forma de regulamento, com o fim de planejar e coordenar a execução da PNEEJC, e que terá, entre outras, as seguintes atribuições:

I – planejar e coordenar as ações interinstitucionais, com vistas ao alcance dos fins desta Lei;

II – definir as diretrizes e as normas para a execução da PNEEJC;

III – propor a consignação de dotações no orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a execução da PNEEJC;

IV – estabelecer as metas anuais, quantitativas e qualitativas, a serem atingidas;

V – avaliar, ao fim de cada exercício, o atingimento das metas propostas;

VI – propor a participação, no CFEJ, de outras entidades que exerçam atividades relacionadas à juventude do campo, além daquelas previstas no regulamento desta Lei; e

VII – incentivar a participação social por meio da realização de fóruns periódicos, de âmbito local, regional e nacional, com vistas à formulação de propostas e à discussão de ações realizadas no âmbito da PNEEJC.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS



Art. 10. A PNEEJC utilizará os instrumentos da política agrícola brasileira, instituída pela Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e os princípios, os objetivos e os instrumentos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater), instituídos pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

§ 1º As estratégias da PNEEJC devem convergir para a inclusão social, de forma a promover a reintegração do jovem ao processo educacional e a elevar sua escolaridade por meio de formação integral que lhe possibilite aumentar a produtividade com sustentabilidade ambiental, bem como para a promoção da competitividade econômica direcionada ao fortalecimento dos sujeitos do campo e de suas comunidades.

§ 2º As despesas decorrentes da instituição da PNEEJC adequar-se-ão às disponibilidades orçamentárias e financeiras dos órgãos responsáveis por sua execução.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Projeto de Resolução do Senado nº 78/2023



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 115, DE 2023 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Resolução nº 78, de 2023.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 78, de 2023, que *autoriza o Estado de Alagoas a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Senado Federal, em 15 de agosto de 2023.

VENEZIANO VITAL DO RÊGO, PRESIDENTE

ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR

STYVENSON VALENTIM

WEVERTON



ANEXO DO PARECER Nº 115, DE 2023 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº 78, de 2023.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2023

Autoriza o Estado de Alagoas a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado de Alagoas autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União, no valor de até US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se a financiar parcialmente o “Programa Alagoas Mais Digital – Transformação Digital do Governo do Estado de Alagoas”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado de Alagoas;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América);



V – valor da contrapartida: US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

VI – juros: taxa *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR), acrescida de *funding margin* e *spread* a serem definidos periodicamente pelo BID;

VII – atualização monetária: variação cambial;

VIII – cronograma estimado das liberações: US\$ 1.678.252,00 (um milhão, seiscentos e setenta e oito mil, duzentos e cinquenta e dois dólares dos Estados Unidos da América) em 2023; US\$ 4.419.752,00 (quatro milhões, quatrocentos e dezenove mil, setecentos e cinquenta e dois dólares dos Estados Unidos da América) em 2024; US\$ 4.154.107,00 (quatro milhões, cento e cinquenta e quatro mil, cento e sete dólares dos Estados Unidos da América) em 2025; US\$ 3.218.718,00 (três milhões, duzentos e dezoito mil, setecentos e dezoito dólares dos Estados Unidos da América) em 2026; e US\$ 1.529.171,00 (um milhão, quinhentos e vinte e nove mil, cento e setenta e um dólares dos Estados Unidos da América) em 2027;

IX – cronograma estimado das contrapartidas: US\$ 1.121.748,00 (um milhão, cento e vinte e um mil, setecentos e quarenta e oito dólares dos Estados Unidos da América) em 2023; US\$ 1.579.248,00 (um milhão, quinhentos e setenta e nove mil, duzentos e quarenta e oito dólares dos Estados Unidos da América) em 2024; US\$ 2.345.660,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e sessenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2025; US\$ 3.780.282,00 (três milhões, setecentos e oitenta mil, duzentos e oitenta e dois dólares dos Estados Unidos da América) em 2026; e US\$ 1.173.062,00 (um milhão, cento e setenta e três mil e sessenta e dois dólares dos Estados Unidos da América) em 2027;

X – prazo total: até 294 (duzentos e noventa e quatro) meses;

XI – prazo de carência: até 72 (setenta e dois) meses;

XII – prazo de amortização: até 222 (duzentos e vinte e dois) meses;

XIII – periodicidade de amortização: semestral;

XIV – sistema de amortização: constante;

XV – comissão de crédito: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado;

XVI – despesas de inspeção e vigilância em determinado semestre: até 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado de Alagoas na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo é condicionada ao seguinte:



I – que sejam cumpridas pelo Estado, de maneira substancial, as condições especiais prévias ao primeiro desembolso;

II – que seja verificada, pelo Ministério da Fazenda, a adimplência financeira do Estado com a União e a sua regularidade em relação ao pagamento de precatórios;

III – que o Estado celebre contrato com a República Federativa do Brasil para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto nos arts. 157 e 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II, bem como das receitas próprias a que se refere o art. 155, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas;

IV – que seja verificada a vigência das liminares concedidas no âmbito da Ação Cível Originária nº 3.587/AL.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 98, DE 2023

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, V do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Resolução do Senado, proveniente da MSF 53/2023,

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 98/2023 - CAE [1 de 2]



**REQ
00098/2023**

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CAE

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, V do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº ____ de ____, proveniente da MSF 53/2023, que “solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, a autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US\$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Alagoas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Alagoas Mais Digital – Transformação Digital do Governo do Estado de Alagoas”.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2023.

Comissão de Assuntos Econômicos

Avulso do REQ 98/2023 - CAE [2 de 2]



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Abertura de Prazos



As seguintes matérias vão às Comissões competentes em decisão terminativa, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, do Regimento Interno:

Matéria	Ementa	Despacho
PL 3716/2023	Inscribe o nome de Dom Hélder Câmara no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria e altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007.	CE/DT
PL 3756/2023	Institui a Bolsa Permanência no âmbito da Educação Básica Pública, destinada a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de contribuir para sua permanência na escola.	CAE/CE/DT
PL 3757/2023	Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, para estabelecer o compartilhamento gratuito de infraestruturas para emissoras de radiodifusão educativa de instituições públicas.	CE/CI/CCDD/D T
PL 3773/2023	Dispõe sobre a Licença-paternidade, nos termos do art. 7º, inciso XIX, da Constituição Federal, cria o salário parentalidade, permite a permuta entre pais e mães dos períodos de licença-paternidade e de licença-maternidade e altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis Trabalhistas), a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Seguridade Social), a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Planos de Benefícios da Previdência Social), e a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008 (Programa Empresa Cidadã).	CDH/CCJ/CAE/ CAS/DT
PL 3775/2023	Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Reumáticas.	CAS/DT



PL 3781/2023	Altera a Lei Nº 9.998 de 17 de agosto de 2000 que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para revogar a contribuição do consumidor de telefonia ao FUST.	CCDD/CAE/DT
PL 3782/2023	Dispõe sobre o prazo e condições de cobrança de novo honorário em consulta médica.	CAE/CAS/DT
PL 3783/2023	Altera a Lei Nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para alterar a remuneração ao cotista.	CAS/CAE/DT
PL 3784/2023	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para obrigar os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de painéis solares fotovoltaicos a estruturar e implementar sistemas de logística reversa.	CI/CMA/DT
PL 3787/2023	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar expressa a possibilidade de aplicação da receita arrecadada com multas de trânsito nas despesas que especifica.	CI/CAE/CCJ/D T
PL 3804/2023	Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de regulamentar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional como condição de admissibilidade do recurso especial.	CCJ/DT
PL 3819/2023	Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a fim de estabelecer prazo para medida cautelar de suspensão do exercício de função pública, prevista no artigo 319, inciso VI, do Código de Processo Penal, quando aplicada em face de detentor de cargo eletivo.	CDD/CCJ/DT
PL 3822/2023	Dispõe sobre a utilização de reconhecimento facial ou de biometria digital na abertura de conta de depósito bancário.	CTFC/CAE/CC DD/DT
PL 3824/2023	Estabelece a Política Nacional de Incentivos e Benefícios a Futuros Docentes da Educação Básica.	CE/DT



PL 3832/2023	Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para aperfeiçoar o tratamento legislativo da companhia fechada que tenha receita bruta anual de até setenta e oito milhões de reais.	CAE/DT
PL 3848/2023	Altera as Leis nos 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) a participação nos lucros e resultados auferidas pelos trabalhadores e para aumentar em um ponto percentual a alíquota do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).	CAS/CAE/DT
PL 3893/2023	Institui a Política Nacional da Juventude.	CCJ/CDH/DT

Prazo: 17.8.2023 a 23.8.2023



- Projeto de Lei nº 4.416, de 2021, da Câmara dos Deputados, que *altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com incentivos fiscais de redução e reinvestimento do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).*

A matéria vai à CAE, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, § 1º, IV, do Regimento Interno, podendo receber emendas perante a comissão pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

Prazo: de 17/8/2023 a 23/8/2023.



Comunicações





SENADO FEDERAL
Liderança do Bloco Parlamentar Aliança

SF/23499.75150-20

Ofício nº 039/2023 – GABLID/BLALIAN

Brasília-DF, 15 de agosto de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Substituição temporária membros CCJ.

Senhor Presidente,

Solicito a V. Exa. que seja providenciada a substituição temporária da Senadora Tereza Cristina (Progressistas/MS), na vaga de suplente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, pelo Senador Laércio Oliveira (Progressistas/SE).

Respeitosamente,

Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
Líder do Bloco Parlamentar Aliança - BLALIAN
(documento assinado eletronicamente)





SENADO FEDERAL
Liderança do Bloco Parlamentar Aliança

SF/23238.66633-67

Ofício nº 040/2023 – GABLID/BLALIAN

Brasília-DF, 15 de agosto de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Cessão temporária de vaga de suplente na CAS.

Senhor Presidente,

Solicito a V. Exa. que seja providenciada a cessão temporária da vaga de suplente do Bloco Parlamentar Aliança na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao Bloco Parlamentar Vanguarda.

Respeitosamente,

Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
Líder do Bloco Parlamentar Aliança - BLALIAN
(documento assinado eletronicamente)





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Eliziane Gama

SF/23545.41563-50

Ofício nº. 086/2023/BLRESDEM

Brasília, 15 de agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente do Senado Federal

Assunto: Substituição de membro na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar Resistência Democrática solicita a seguinte substituição, na vaga destinada ao Partido Social Democrático – **PSD da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA:**

Senador **Vanderlan Cardoso** (PSD/GO), como **suplente**, em substituição ao Senador **Otto Alencar** (PSD/BA).

Atenciosamente,

Senadora **ELIZIANE GAMA**

PSD-MA

Líder do Bloco Resistência Democrática





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Eliziane Gama

SF/23350.35165-54

Ofício nº. 087/2023/BLRESDEM

Brasília, 15 de agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente do Senado Federal

Assunto: Indicação de membro para compor a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, o Bloco Parlamentar Resistência Democrática solicita a indicação do Senador **Sérgio Petecão** (PSD/AC), como **suplente**, para compor a **Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI**, na vaga destinada ao PSD.

Atenciosamente,

Senadora **ELIZIANE GAMA**
PSD-MA
Líder do Bloco Resistência Democrática





SENADO FEDERAL
Bloco Parlamentar Democracia

SF/23349.35691-86

Ofício nº 128/2023 – BLDEM

Brasília, 15 de agosto de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Substituição de membro do Bloco Parlamentar Democracia na composição da CRA

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar a substituição, na vaga pertencente ao Bloco Democracia, do Senador **Efraim Filho** (UNIÃO/PB) pelo Senador **Márcio Bittar** (UNIÃO/AC) para compor, no cargo de suplente, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA.

Atenciosamente,

Senador **Efraim Filho**
Líder do Bloco Parlamentar Democracia





SENADO FEDERAL
Bloco Vanguarda

OF. Nº 0137/2023-BLVANG

Brasília, 15 de agosto de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Inclusão de membro em vaga cedida na CAS**

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o senador **Carlos Portinho (PL/RJ)** para integrar, como suplente, a **Comissão de Assuntos Sociais (CAS)**, na vaga que foi cedida ao Bloco Vanguarda pelo Bloco Parlamentar Aliança.

Atenciosamente,

Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES (PL/SP)
Líder em Exercício do Bloco Vanguarda



Despachos



A Presidência determina, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno, a tramitação conjunta dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 190, 193 e 213, de 2023, por tratarem de tema correlato.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CSP, seguindo posteriormente à CCJ.



A Presidência determina, nos termos do artigo 48, §1º, do Regimento Interno, de 2023, a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 2.993, de 2023, com o Projeto de Lei nº 3.587, de 2023, por tratarem de tema correlato.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CCT, seguindo à CAE e, posteriormente, à CI.

O Projeto de Lei nº 2.993, de 2023, perde o caráter terminativo.



Encaminhamento de matérias



As seguintes matérias vão às Comissões competentes do despacho:

Matéria	Ementa	Despacho
PLP 167/2023 - Complementar	Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que, em caso de recém-nascido com deficiência, sejam prorrogados os prazos de estabilidade provisória, de licença-maternidade e de licença-paternidade.	CDH/CAE/CAS
PRS 79/2023	Institui o Grupo Parlamentar de Prevenção e Combate à Fraude e à Corrupção.	CTFC/CDir
PRS 80/2023	Cria o Grupo Parlamentar em Defesa da Segurança Pública e Políticas Públicas de Segurança.	CSP/CDir
PEC 36/2023	Altera o art. 244 da Constituição Federal para assegurar gratuidade nos transportes coletivos urbanos às pessoas com deficiência de baixa renda.	CCJ
PEC 37/2023	Acrescenta o § 12 ao art. 14, da Constituição Federal, dispondo que, na votação e apuração de eleições seja obrigatória a expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas, para fins de auditoria.	CCJ
PLP 170/2023 - Complementar	Altera o art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para permitir que municípios extrapolem o limite de despesa de pessoal em decorrência de leis nacionais ou estaduais que obriguem o aumento dessa despesa.	CCJ/CAE



Pareceres aprovados em Comissão





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 60, DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 47, de 2023, que Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor total equivalente a US\$ 129,500,000.00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, cujos recursos destinam-se ao financiamento do projeto “Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste”.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Angelo Coronel

RELATOR: Senadora Augusta Brito

15 de agosto de 2023





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 6040, de 2019, sobre a Mensagem nº 47, de 2023, da Presidência da República (nº 325, de 12 de julho de 2023, na origem), que solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor total equivalente a US\$ 129,500,000.00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, cujos recursos destinam-se ao financiamento do projeto “Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste”.

Relatora: Senadora **AUGUSTA BRITO**

I – RELATÓRIO

É submetida à apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 47, de 2023, da Presidência da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo entre Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor total de US\$ 129.500.000,00.

As operações de crédito interno e externo da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público subordinam-se aos limites globais estipulados pela Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e alterações posteriores. As operações de crédito externo, em





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

particular, estão sujeitas a autorização específica do Senado Federal, nos termos do art. 11 dessa Resolução.

Por sua vez, a concessão de garantias pela União subordina-se ao cumprimento dos limites e condições estabelecidos na mesma Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e também estão sujeitas a autorização específica do Senado Federal.

Os recursos dessa operação de crédito externo destinam-se ao financiamento parcial do projeto “Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste” (Sertão Vivo). O projeto terá o valor total de US\$ 202,5 milhões, sendo US\$ 129,5 milhões financiados pelo FIDA e US\$ 73 milhões como contrapartida do BNDES e dos estados nos quais o projeto será implementado.

Do valor total financiado pelo FIDA, US\$ 30 milhões serão providos pelo FIDA (IFAD Loan); US\$ 65 milhões pelo FIDA/Green Climate Fund – GCF (GCF Loan); e US\$ 34,5 milhões sob a forma de doação, pelo FIDA/Green Climate Fund – GCF (GCF Grant).

O projeto “Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste” constitui-se em parceria entre BNDES e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). O projeto busca integrar as políticas climáticas com programas de gestão da água, adoção de práticas sustentáveis e redução da pobreza para melhorar os serviços ecossistêmicos e apoiar os agricultores familiares na adaptação aos estressores climáticos.

O projeto tem como objetivo transformar os sistemas produtivos dos agricultores familiares no semiárido, aumentando sua produção e, ao mesmo tempo, melhorando sua capacidade de enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. O projeto resultará em sistemas agrícolas produtivos resilientes que desempenhem funções ecossistêmicas restauradoras, que, por sua vez, aumentam e estabilizam a renda familiar e a segurança alimentar, ao mesmo tempo que incentivam as gerações jovens a permanecerem nas áreas rurais.

A localização geográfica das atividades do projeto será a região do semiárido nordestino, cujo bioma predominante é a caatinga. Trata-se da





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

região semiárida mais populosa do mundo e a população local está entre as mais pobres do país - 53,2% de todos os brasileiros em extrema pobreza vivem no Nordeste (9,48 milhões de pessoas), e a região abrange 32,7% municípios com alta vulnerabilidade alimentar e nutricional (um total de 52 cidades).

O Estado do Ceará, por exemplo, tem um grande potencial para recebimento desses recursos, uma vez que é formado por 184 municípios, dos quais 175 estão no semiárido (95% do total), representando uma população de mais de 5,8 milhões de habitantes.

O público-alvo do projeto são agricultores familiares em situação de pobreza ou de extrema pobreza, localizados em municípios do Nordeste brasileiro.

A estimativa inicial é de que o projeto: (i) apoie cerca de 250 mil famílias de agricultores, em aproximadamente 200 municípios – cerca de 1 milhão de pessoas, das quais 40% serão mulheres e 50% jovens; (ii) implemente 84 mil hectares de sistemas produtivos resilientes (sistemas agroflorestais para agricultura familiar, áreas coletivas e escolas); (iii) reduza as emissões de carbono em aproximadamente 11 milhões toneladas de CO2 equivalente em 20 anos; (iv) implemente 36 mil sistemas para acesso a água (entre cisternas, reuso de águas cinzas e tratamento biológico de esgoto); (v) seja um modelo de referência para outras regiões áridas do mundo.

II – ANÁLISE

Como salientado, a operação de crédito pretendida será contratada pelo BNDES junto ao FIDA, no valor total de US\$ 129.500.000,00, e destina-se ao financiamento parcial do projeto “Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste”.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu o Parecer SEI Nº 1821/2023/MF, de 12 de junho de 2023, onde conclui não haver óbice à contratação da operação de crédito em análise, condicionando a celebração do acordo à verificação do grau de cumprimento das condições de efetividade do contrato, mediante, inclusive, manifestação prévia do credor.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, aplicáveis à operação pretendida, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) O referido projeto foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), conforme a Resolução nº 01/0137, de 17 de setembro de 2019.

b) A contratação da operação de crédito foi deferida pelo supracitado Parecer, que considerou terem sido atendidos os requisitos mínimos previstos na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, em especial, quanto aos limites de endividamento da União. Foram atendidas também as demais condições estabelecidas no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

c) Relativamente à exigência de que a operação conste da Lei Orçamentária Anual, a Diretoria de Orçamento e de Informações de Estatais (DEORE), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), informou que o montante de desembolso estimado para o ano de 2024, no valor total de US\$ 15.076.854,78, referente aos empréstimos serem providos pelo FIDA e GCF, serão considerados como previsão de captações com organismos multilaterais no Programa de Dispêndios Globais do BNDES de 2024.

d) Por tratar-se de operação de crédito de entidade cujo capital pertence integralmente à União, não serão exigidas contragarantias, conforme art. 40, § 1º, I, da LRF.

e) Há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48, de 2007, já que o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 23,26% da Receita Corrente Líquida (RCL), de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 1º quadrimestre de 2023, portanto abaixo do limite de 60% da RCL.

f) A Coordenação-Geral de Execução e Controle de Operações Fiscais (COGEF/STN) informou que o BNDES se encontra, até o momento,





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

adimplente com suas obrigações decorrentes dos contratos controlados por esta Coordenação.

g) Segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota Técnica SEI nº 930/2023/MF, de 5 de junho de 2023, a Coordenação- Geral de Participações Societárias (COPAR/STN) informa que o BNDES apresenta boa situação econômico-financeira e Índice de Basileia de 34,57%, em 31 de dezembro de 2022, sendo classificado na categoria “A”.

h) O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TB080070.

O custo efetivo médio da operação deverá ser equivalente a 7,32% a.a. e uma *duration* de 7,32 anos para o empréstimo com a FIDA, e de 1,43% a.a. e uma *duration* de 10,40 anos para o empréstimo com a GFC. Considerando o custo de captação do Tesouro no mercado internacional para os mesmos prazos de, respectivamente, 6,05% e 6,64% a.a., o custo da operação em análise encontra-se em patamares aceitáveis pela STN.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI Nº 1870/2023/MF, de 27 de junho de 2023. No exame das cláusulas da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie. Em especial, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, ou contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

III – VOTO

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº, DE 2023

Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor total de US\$ 129.500.000,00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) autorizado a contratar operação de crédito externo com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor total de US\$ 129.500.000,00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do projeto “Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor**: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

II – **credor**: Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA);

III – **garantidor**: República Federativa do Brasil;

IV – **valor**: US\$ 129.500.000,00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América); sendo US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de empréstimo FIDA; US\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de empréstimo GCF; e US\$ 34.500.000,00 (trinta e quatro milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) de doação do GCF;





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

V – **valor da contrapartida:** US\$ 73.000.000,00 (setenta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

Empréstimo FIDA:

VI – **prazo de desembolso:** 60 (sessenta) meses, a partir do início da vigência do Contrato de Empréstimo;

VII – **cronograma de desembolso:** US\$ 4.761.112,04 em 2024; US\$ 8.397.646,67 em 2025; US\$ 8.725.404,29 em 2026; US\$ 5.931.111,50 em 2027; e US\$ 2.184.725,50 em 2028;

VIII – **prazo de carência:** 36 (trinta e seis) meses, a contar da data em que todas as condições precedentes ao desembolso foram cumpridas;

IX – **amortização:** 96 (noventa e seis) meses;

X – **prazo total:** 132 (cento e trinta e dois) meses;

XI – **juros:** a taxa de juros equivale à Taxa de Juros de Referência do FIDA mais um *spread* fixo, pagável semestralmente; a Taxa de Juros de Referência do FIDA atualmente é a SOFR (*secured overnight financing rate*);

XII – **comissão de crédito:** não há;

XIII – **periodicidade:** semestral - os pagamentos do principal e juros deverão ocorrer em 15 de dezembro e 15 de junho;

Empréstimo GCF:

XIV – **prazo de desembolso:** 60 (sessenta) meses, a partir do início da vigência do Contrato de Empréstimo;

XV – **cronograma de desembolso:** US\$ 10.315.742,74 em 2024; US\$ 18.194.901,12 em 2025; US\$ 18.905.042,62 em 2026; US\$ 12.850.741,59 em 2027; e US\$ 4.733.571,93 em 2028;





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

XVI – **prazo de carência**: 60 (sessenta) meses, a partir do início da vigência do Contrato de Empréstimo;

XVII – **amortização**: 180 (cento e oitenta) meses;

XVIII – **amortização do principal**: parcelas iguais semestrais a partir do final do período de carência;

IXX – **prazo total**: 240 (duzentos e quarenta) meses;

XX – **juros**: a taxa de juros é fixa e equivale a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; não haverá carência para pagamento de juros;

XXI – **taxa de serviço**: o empréstimo GCF estará sujeito a uma taxa de serviço de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano sobre o valor principal; não haverá período de carência para o pagamento da taxa de serviço;

XXII – **comissão de crédito**: percentual equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano a ser cobrado sobre o saldo não desembolsado;

XXIII – **periodicidade**: semestral - os pagamentos do principal, juros, taxa de serviço e comissão de crédito deverão ocorrer em 15 de dezembro e 15 de junho.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de financiamento.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;



10



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





Senado Federal

11

Relatório de Registro de Presença
CAE, 15/08/2023 às 09h - 28ª, Extraordinária
Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
ALAN RICK	PRESENTE	1. SERGIO MORO	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. EFRAIM FILHO	PRESENTE
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	3. DAVI ALCOLUMBRE	
EDUARDO BRAGA		4. JADER BARBALHO	
RENAN CALHEIROS		5. GIORDANO	
FERNANDO FARIAS	PRESENTE	6. FERNANDO DUEIRE	
ORIOVISTO GUIMARÃES		7. MARCOS DO VAL	PRESENTE
CARLOS VIANA	PRESENTE	8. WEVERTON	
CID GOMES	PRESENTE	9. PLÍNIO VALÉRIO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
VANDERLAN CARDOSO		1. FLÁVIO ARNS	
IRAJÁ		2. MARGARETH BUZETTI	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	3. NELSONHO TRAD	PRESENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	4. LUCAS BARRETO	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	6. PAULO PAIM	PRESENTE
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	7. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
TERESA LEITÃO		8. JAKES WAGNER	PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE	9. DANIELLA RIBEIRO	
VAGO		10. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MAURO CARVALHO JUNIOR	PRESENTE	1. JAIME BAGATTOLI	
ROGERIO MARINHO	PRESENTE	2. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE
WILDER MORAIS		3. MAGNO MALTA	
EDUARDO GOMES		4. ROMÁRIO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIRO NOGUEIRA		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	2. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. DAMARES ALVES	

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 47/2023)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL, NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

15 de agosto de 2023

Senador ANGELO CORONEL

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 61, DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 52, de 2023, que Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 84,000,000.00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Aracaju, Estado de Sergipe, e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa Aracaju Cidade do Futuro”.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Angelo Coronel

RELATOR: Senador Laércio Oliveira

15 de agosto de 2023



PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 52, de 2023, da Presidência da República (nº 344, de 20 de julho de 2023, na origem), que *solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 84,000,000.00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Aracaju, Estado de Sergipe, e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa Aracaju Cidade do Futuro”*.

RELATOR: Senador **LAÉRCIO OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

É submetida à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, a Mensagem nº 52, de 2023, da Presidência da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Município de Aracaju, Estado de Sergipe, e o New Development Bank (NDB), no valor de US\$ 84.000.000,00.

As operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios subordinam-se à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. As operações de crédito externo, em particular, estão sujeitas a autorização específica do Senado Federal, nos termos do art. 28 da Resolução nº 43, de 2001.

Por sua vez, a concessão de garantias pela União subordina-se ao cumprimento dos limites e condições estabelecidos na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal com as alterações introduzidas pela Resolução nº 41, de 2009, e também estão sujeitas a autorização específica do Senado Federal.



Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Aracaju Cidade do Futuro”. O programa terá o valor total de US\$ 105 milhões, sendo US\$ 84 milhões financiados pelo NDB e US\$ 21 milhões como contrapartida do Município de Aracaju.

O Programa proposto tem o objetivo geral de promover a melhoria no espaço urbano e nas condições socioambientais com ações de saneamento e de mobilidade, impactando de forma positiva na saúde e na segurança da população, com vistas a sua inclusão social e ao desenvolvimento econômico e sustentável das áreas de intervenção.

O Programa tem os seguintes objetivos específicos: a) reduzir em 22% os pontos de alagamentos do município, por meio de obras de drenagem; b) reduzir em 30% as áreas de inundação do município, por meio de obras de drenagem; c) ampliar em 5% a extensão da Rede de Esgotamento Sanitário Urbano, por meio de obras de saneamento integrado, mitigando os impactos causados pela falta de saneamento básico às populações mais carentes do município; d) recuperar e pavimentar em torno de 40 km de vias do município elencadas na proposta.

As ações a serem implementadas no âmbito do Programa visam melhorar a mobilidade urbana, o saneamento e o desenvolvimento urbano e sustentável, beneficiando diretamente a população aracajuana, estimada em 664.908 habitantes, segundo o IBGE (2020). Indiretamente, beneficiará a população dos municípios que fazem parte da região metropolitana, dentre eles: São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro, totalizando cerca de 307.729 habitantes, também segundo o IBGE (2020).

II – ANÁLISE

Como salientado, a operação de crédito pretendida será contratada pelo Município Aracaju, no valor de US\$ 84.000.000,00, e destina-se ao financiamento parcial do “Programa Aracaju Cidade do Futuro”.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu o Parecer SEI N° 1607/2023/MF, de 30 de maio de 2023, favorável ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

No parecer, são fornecidas informações acerca da situação do Município de Aracaju no que diz respeito ao cumprimento das condições e exigências de natureza financeira e processual, estipuladas nas Resoluções n°s 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições



constantes da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que estabelece os limites e condições para que a União possa conceder garantias em operações de crédito.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas nas resoluções supracitadas, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) O referido Programa foi autorizado pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), conforme a Resolução nº 8, de 29 de abril de 2021, no valor de US\$ 84.000.000,00 provenientes do NDB, com contrapartida de no mínimo 20% do valor total do Programa.

b) A contratação da operação de crédito foi deferida pelo supracitado Parecer, que considerou terem sido atendidos os requisitos mínimos previstos na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, em especial, quanto aos limites de endividamento do Município de Aracaju. Foram atendidas também as demais condições estabelecidas no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

c) Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do plano plurianual e da lei orçamentária anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam do atual Plano Plurianual do Município de Aracaju.

d) A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Aracaju, contempla dotações para a execução do Programa no exercício em curso. Constam desse orçamento dotações relativas à receita da operação de crédito externo, aporte de contrapartida e despesa com encargos da dívida.

e) A STN também verificou que há previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município de Aracaju. Para tanto, o Poder Executivo está autorizado a vincular as receitas previstas nos arts. 156, 158 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

f) É possível atender a esse pleito de garantia, pois são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas pelo Município de Aracaju à União, caso essa venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação.

g) Há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48, de 2007, já que o



saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 24,4% da Receita Corrente Líquida (RCL), de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 3º quadrimestre de 2022, portanto abaixo do limite de 60% da RCL.

h) O Município de Aracaju encontra-se adimplente com a União, relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos ou garantias por ela honradas.

i) A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (CAUC), por ocasião da assinatura do contrato de contragarantia, conforme prevê a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007.

j) Segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota Técnica SEI nº 493/2023/ME, de 20 de abril de 2023, o Município de Aracaju foi classificado na **categoria “B”**, o que indica situação fiscal forte e risco de crédito baixo, suficiente para recebimento da garantia da União.

k) O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TB124404.

A Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP/STN) manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, destacando que o custo efetivo da operação foi apurado em 4,80% a.a. para uma *duration* de 11,33 anos e encontra-se abaixo do custo de captação soberano de 6,55% a.a para a mesma *duration*.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI Nº 1794/2023/MF, de 4 de julho de 2023. No exame das cláusulas da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie. Em especial, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, ou contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

III – VOTO



Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Município de Aracaju – SE encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

Autoriza o Município de Aracaju – SE a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o New Development Bank (NDB), no valor total de US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Aracaju – SE autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o New Development Bank (NDB), no valor total de US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Aracaju Cidade do Futuro”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor:** Município de Aracaju – SE;

II – **credor:** New Development Bank (NDB);

III – **garantidor:** República Federativa do Brasil;

IV – **valor:** US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América);



V – **valor da contrapartida**: US\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

VI – **juros**: taxa SOFR (*secured overnight financing rate*) acrescida de *spread* variável divulgado periodicamente pelo Banco;

VII – **atualização monetária**: variação cambial;

VIII – **liberações previstas**: US\$ 12.604.999,99 em 2023; US\$ 12.640.798,36 em 2024; US\$ 26.355.603,88 em 2025; US\$ 17.749.301,06 em 2026; e US\$ 14.649.296,71 em 2027;

IX – **aportes estimados de contrapartida**: US\$ 16.258.565,50 em 2023; US\$ 4.163.166,60 em 2024; US\$ 495.666,60 em 2025; e US\$ 82.601,30 em 2026;

X – **prazo total**: até 288 (duzentos e oitenta e oito) meses;

XI – **prazo de carência**: 65 (sessenta e cinco) meses, podendo chegar ao máximo de 66 (sessenta e seis) meses;

XII – **prazo de amortização**: 222 (duzentos e vinte e dois) meses;

XIII – **periodicidade de pagamento dos juros e amortizações**: semestral;

XIV – **sistema de amortização**: constante;

XV – **comissão de abertura (*front-end fee*)**: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do financiamento;

XVI – **comissão de compromisso**: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado;

XVII – **juros de mora**: 0,5% (cinquenta centésimos por cento) ao ano acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Aracaju – SE na operação de crédito externo referida nesta Resolução.



Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007; e

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Aracaju – SE e a União, sob a forma de vinculação das cotas de participação do Município na arrecadação da União, segundo o estabelecido nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, também da Constituição Federal, e outras em direito admitidas;

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença
CAE, 15/08/2023 às 09h - 28ª, Extraordinária
Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
ALAN RICK	PRESENTE	1. SERGIO MORO	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. EFRAIM FILHO	PRESENTE
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	3. DAVI ALCOLUMBRE	
EDUARDO BRAGA		4. JADER BARBALHO	
RENAN CALHEIROS		5. GIORDANO	
FERNANDO FARIAS	PRESENTE	6. FERNANDO DUEIRE	
ORIOVISTO GUIMARÃES		7. MARCOS DO VAL	PRESENTE
CARLOS VIANA	PRESENTE	8. WEVERTON	
CID GOMES	PRESENTE	9. PLÍNIO VALÉRIO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
VANDERLAN CARDOSO		1. FLÁVIO ARNS	
IRAJÁ		2. MARGARETH BUZETTI	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	3. NELSONHO TRAD	PRESENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	4. LUCAS BARRETO	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	6. PAULO PAIM	PRESENTE
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	7. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
TERESA LEITÃO		8. JAQUES WAGNER	PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE	9. DANIELLA RIBEIRO	
VAGO		10. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MAURO CARVALHO JUNIOR	PRESENTE	1. JAIME BAGATTOLI	
ROGERIO MARINHO	PRESENTE	2. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE
WILDER MORAIS		3. MAGNO MALTA	
EDUARDO GOMES		4. ROMÁRIO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIRO NOGUEIRA		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	2. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. DAMARES ALVES	

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 52/2023)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CAE, FAVORÁVEL, NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

15 de agosto de 2023

Senador ANGELO CORONEL

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 107, DE 2023

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 2440, de 2023, do Senador Flávio Arns, que Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Nelsinho Trad

RELATOR: Senadora Professora Dorinha Seabra

15 de agosto de 2023





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23564.96253-31

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 2.440, de 2023, do Senador Flávio Arns, que *dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas nos termos da Lei 13.800/2019, e sobre sua tributação; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; e dá outras providências.*

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA****I – RELATÓRIO**

Encontra-se em exame nesta Comissão de Educação e Cultura (CE) o Projeto de Lei nº 2.440, de 2023, de autoria do Senador Flávio Arns, que, entre outras medidas, *dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundo patrimonial* constituídas nos termos da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, e sobre a tributação dessas entidades.

O projeto está estruturado em oito artigos, os quais são a seguir descritos.

O art. 1º enuncia o objeto do PL, consistente em facultar a pessoas jurídicas e a pessoas físicas a dedução de doações efetuadas a organizações gestoras de fundos patrimoniais instituídas na forma da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, nos termos das alterações que são





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

introduzidas na legislação de regência da contribuição social sobre o lucro e do imposto de renda de pessoas físicas.

Para tanto, o projeto, em seus arts. 2º e 3º, respectivamente, altera a redação do § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e insere novos incisos no *caput* do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

Por meio do art. 2º, o projeto modifica a redação do inciso II do citado § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 1995, de sorte a incluir, no rol de despesas dedutíveis da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido das empresas doadoras, as doações feitas a organizações gestoras de fundos patrimoniais que apoiam instituições educacionais e de pesquisa.

Já no art. 3º, o projeto acrescenta incisos ao art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, para assegurar aos contribuintes a dedução de valores doados a organizações gestoras de fundos patrimoniais, de acordo com o tipo de organização apoiada por essas entidades. Assim, o inciso IX cobre as doações àquelas que apoiam instituições públicas de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; ao passo que o inciso X abriga as doações feitas àquelas que apoiem instituições públicas em geral não alcançadas pela Lei nº 10.973, de 2004, associações ou fundações sem fins lucrativos.

O art. 4º do projeto dá nova redação ao art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para que as deduções dos incisos IX e X inseridas no art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, sejam computadas no limite máximo de 6% do total do imposto devido pelo doador estabelecido no referido dispositivo.

O art. 5º do projeto (incisos I a IV), por sua vez, visa a ampliar o leque de fontes legais de captação de doações aos fundos patrimoniais nas modalidades previstas nos incisos II e III do art. 14 da Lei nº 13.800, de 2019, estendendo a essas modalidades os incentivos ou benefícios fiscais de que tratam:





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23564.96253-31

- a) o art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, com a condição de que guardem conformidade com o art. 2º da referida lei;
- b) o art. 4º da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, observados os mecanismos previstos nos arts. 2º e 3º da referida lei;
- c) os arts. 260, 260-A e 260-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, respeitado o disposto no art. 260-I do referido Estatuto;
- d) os arts. 2º-A e 3º da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, desde que a organização gestora de fundo patrimonial ou a instituição apoiada tenham projeto específico aprovado junto aos Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso.

Ainda nessa linha, no art. 6º (incisos I a V), o projeto determina que sejam aplicadas às organizações gestoras de fundo patrimonial constituídas nos termos da Lei nº 13.800, de 2019, as disposições:

- a) do *caput* do art. 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, em relação aos rendimentos e ganhos de capital auferidos na aplicação dos seus recursos;
- b) do art. 12 e do *caput* e § 3º do art. 15, todos da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;
- c) dos incisos III e IV do art. 13 e do inciso X do art. 14, todos da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sobre todas as receitas previstas no art. 13 da Lei nº 13.800, de 2019;
- d) do art. 13, § 2º, inciso III, da Lei nº 9.249, de 1995;
- e) da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

No art. 7º, o projeto explicita:

- a) o regime tributário da organização gestora de fundo patrimonial, como sendo o mesmo aplicável à instituição apoiada, naquilo que não for aplicável o art. 6º da lei;
- b) a flexibilização do art. 14, II, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional (CTN), em relação a entidades beneficiárias de imunidade ou isenção, de sorte a permitir que apliquem seus recursos em participações societárias





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

e em ativos no exterior, à guisa de preservar e proteger seu patrimônio, com a condição de que os resultados auferidos sejam integralmente revertidos para a manutenção dos seus objetivos institucionais, no território nacional;

- c) que as vedações constantes nos §§ 2º, alínea “a”, 4º, 5º e 6º, todos do art. 12 da Lei nº 9.532, de 1997, não impedem a remuneração de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Investimentos e do Conselho Fiscal, nos termos do art. 12 da Lei nº 13.800, de 2019, desde que respeitado o valor de mercado da região onde atuem.

Por fim, o art. 8º do projeto prevê o início da vigência da lei que decorrer do projeto a partir de 1º de janeiro do ano-calendário seguinte à sua publicação, observado o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, em relação aos incisos II a V do art. 6º e ao art. 7º.

Na justificção do projeto, o autor argumenta que o veto presidencial aos incentivos fiscais a doações aos fundos patrimoniais minou substancialmente a eficácia da lei. Acrescenta, ainda, que a lei é silente também em relação ao regime tributário das organizações gestoras desses recursos. Por essa razão, o proponente considera oportuno atualizar as disposições concernentes a essas questões, e pertinentes as disposições oferecidas pelo Senador Rodrigo Cunha no substitutivo ao Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2018, durante a apreciação da matéria no Senado Federal.

A proposição, que até o presente não recebeu emendas, foi distribuída à análise de mérito desta Comissão, de onde seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos, para deliberação terminativa.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre a esta Comissão opinar acerca do mérito de proposições de natureza educacional. Com efeito, uma vez patente que o projeto sob análise





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23564.96253-31

obedece a esse requisito, a presente manifestação encontra-se regimentalmente amparada.

Além da análise de mérito, adiante empreendida, cumpre chamar a atenção para o fato de a proposição apresentar falhas de técnica legislativa, ensejando, assim, os pertinentes reparos para fins de adequação à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Passando ao mérito educacional do projeto, cabe lembrar, inicialmente, como bem pontuou o Senador Flávio Arns, autor da proposição, que a legislação brasileira continua apresentando uma lacuna regulatória que dê clareza e segurança à atuação das organizações gestoras de fundos patrimoniais. De fato, embora a Lei nº 13.800, de 2019, seja oportuna na condição de marco de atuação das entidades gestoras de fundos patrimoniais, o arcabouço jurídico nela contido ainda deixou amarras que, na prática, são impeditivas às doações e à efetividade da lei.

Dessa forma, a referida norma acabou não cumprindo sua finalidade, nos termos inicialmente concebidos. Isso ocorreu principalmente por conta do não acolhimento dos incentivos às doações, aprimoramentos oferecidos à matéria durante sua apreciação no Senado Federal.

Nesse contexto, a proposição sob exame intenta aproveitar a discussão acumulada no próprio Parlamento a respeito do tema. Para tanto atualiza e utiliza disposições do substitutivo retro aventado, que havia sido oferecido à matéria e que, embora de forma parcial, deu azo à citada Lei nº 13.800, de 2019.

Entende-se, assim, que o projeto oferece ao Congresso Nacional, em um novo momento vivido no País, a oportunidade de se debruçar novamente sobre a matéria, desta feita, com o aporte de conhecimentos mais balizados sobre o tema, e, especialmente, com o aprendizado propiciado pela vigência da própria Lei nº 13.800, de 2019.

De maneira geral, o contexto de demanda por investimento continua o mesmo. Afinal, o cobertor de recursos orçamentários para as áreas de educação, ciência, pesquisa e desenvolvimento continua insuficiente e





SENADO FEDERAL

SF/23564.96253-31

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

inadequado às necessidades do País, embora se mostrem cada vez maiores e urgentes.

Ademais, em um contexto internacional cada vez mais adverso à circulação de bens de produção danosa ao meio ambiente ou ao bem-estar geral das pessoas, intensifica-se a necessidade de investir em atividades de produção de bens e serviços intensivos de tecnologia e de criatividade, o que exige investimento em educação, ciência e tecnologia.

Por essa razão, a ampliação das possibilidades de captação de recursos para investir em instituições de educação e de pesquisa é uma demanda não apenas para o presente. Esse investimento precisa ser feito agora para que o País assegure seu espaço mundial em futuro próximo, na condição de um país que busca o desenvolvimento sustentável, mas não tem encontrado respaldo e suficiência de recursos em sua realidade orçamentária.

Por fim, não se pode deixar de reconhecer que a legislação brasileira precisa compreender e disponibilizar instrumentos que permitam, facilitem e assegurem àqueles com maior capacidade econômica e vontade de contribuir, a certeza de que podem cooperar com o desenvolvimento nacional, com a garantia de que seus recursos serão aplicados corretamente e renderão frutos para todos.

Considerando a necessidade de correções pontuais para aprimoramento do mérito da iniciativa, oferecemos uma emenda substitutiva ao projeto de sorte a sanear as falhas de técnica de forma global.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.440, de 2023, na forma do seguinte substitutivo.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23564.96253-31

EMENDA Nº 1 - CE (SUBSTITUTIVO)**PROJETO DE LEI Nº 2.440, DE 2023**

Dispõe sobre o incentivo fiscal às doações realizadas a organizações gestoras de fundos patrimoniais, constituídas nos termos da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, e sobre sua tributação; altera as Leis nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; e nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Esta Lei assegura, às pessoas jurídicas submetidas ao regime de tributação com base no lucro real e a pessoas físicas, a dedução de doações realizadas em favor de organizações gestoras de fundos patrimoniais constituídas nos termos da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, da base de cálculo dos tributos a que se referem o art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e o art. 12, § 2º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 2º O § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso II-A:

“**Art. 13.**

§ 2º

II-A – as efetuadas a organizações gestoras de fundos patrimoniais constituídas nos termos da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, que apoiam instituições públicas de ensino superior, institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IF), ou instituições científicas, tecnológicas e de inovação públicas (ICTs), de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observados os limites e a condições estabelecidos no inciso II;

.....” (NR)





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23564.96253-31

Art. 3º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos IX e X:

“Art. 12.

IX – as doações feitas a organizações gestoras de fundos patrimoniais, constituídas nos termos da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, que apoiam instituições públicas de ensino superior, institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs) ou instituições científicas, tecnológicas e de inovação públicas (ICTs) de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;

X – as doações feitas a organizações gestoras de fundos patrimoniais, constituídas nos termos da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, que apoiam instituições públicas, associações ou fundações devidamente constituídas, sem fins lucrativos.

.....” (NR)

Art. 4º O *caput* do art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. A soma das deduções a que se referem os incisos I, II, III, IX e X do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, é limitada a 6% (seis por cento) do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.” (NR)

Art. 5º O art. 13 da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, passa a vigorar acrescido do seguinte § 10:

“Art. 13.

§ 10. Sem prejuízo do disposto no § 9º, as doações efetuadas por meio das modalidades de que tratam os incisos II e III do *caput* do art. 14 desta Lei são também alcançadas:

I – pelo art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, desde que estejam em conformidade com o mecanismo previsto no art. 2º da referida Lei;

II – pelo art. 4º da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, desde guardem conformidade com o previsto nos arts. 2º e 3º da referida Lei;





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

SF/23564.96253-31

III – pelos arts. 260, 260-A e 260-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, desde que observem o disposto no art. 260-I da referida Lei;

IV – pelos arts. 2º-A e 3º da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, desde que a organização gestora de fundo patrimonial ou a instituição apoiada tenham projeto específico aprovado junto aos Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso.” (NR)

Art. 6º Aplica-se a organizações gestoras de fundo patrimonial constituídas nos termos da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, o disposto:

I – no *caput* do art. 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, em relação aos rendimentos e ganhos de capital auferidos na aplicação dos recursos da organização gestora de fundo patrimonial;

II – no art. 12 e no *caput* e § 3º do art. 15 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997;

III – nos incisos III e IV do art. 13 e no inciso X do art. 14, da Medida Provisória 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sobre todas as receitas previstas no art. 13 da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019;

IV – no art. 13, § 2º, inciso III, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995;

V – na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

Art. 7º Para os fins desta Lei, aplica-se à organização gestora de fundo patrimonial constituída nos termos da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, o mesmo regime tributário da instituição apoiada, naquilo que não for aplicável o art. 6º desta Lei.

§ 1º A condição constante no art. 14, inciso II, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e no art. 12, § 2º, alínea “b”, da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, não impede que as entidades beneficiárias de imunidade ou isenção, inclusive as organizações gestoras de fundo patrimonial constituídas nos termos da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, apliquem seus recursos em participações societárias e em ativos no





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

exterior, como forma de preservação e proteção de seu patrimônio, desde que os resultados auferidos sejam integralmente revertidos para a manutenção dos seus objetivos institucionais, no território nacional.

§ 2º O disposto nos §§ 2º, alínea “a”, 4º, 5º e 6º, todos do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, não impede a remuneração de membros do Conselho de Administração, do Comitê de Investimentos e do Conselho Fiscal de organização gestora de fundo patrimonial, nos termos do art. 12 da Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, respeitado o valor de mercado da região onde atuem.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro do ano-calendário seguinte ao de sua publicação, observado o disposto no art. 106, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, em relação ao art. 6º, incisos II a V, e ao art. 7º.

Sala da Comissão, de julho de 2023.

Senador FLÁVIO ARNS, Presidente

Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA, Relatora





12

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CE, 15/08/2023 às 10h - 55ª, Extraordinária
 Comissão de Educação e Cultura

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	1. IVETE DA SILVEIRA	
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR	
EFRAIM FILHO	PRESENTE	3. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
MARCELO CASTRO	PRESENTE	4. ALESSANDRO VIEIRA	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	5. LEILA BARROS	PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	6. PLÍNIO VALÉRIO	
CARLOS VIANA	PRESENTE	7. VAGO	
STYVENSON VALENTIM		8. VAGO	
CID GOMES	PRESENTE	9. VAGO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
JUSSARA LIMA		1. IRAJÁ	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	PRESENTE
NELSINHO TRAD	PRESENTE	3. VAGO	
VANDERLAN CARDOSO		4. DANIELLA RIBEIRO	
VAGO		5. SÉRGIO PETECÃO	
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	7. JAQUES WAGNER	PRESENTE
TERESA LEITÃO		8. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	9. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MAURO CARVALHO JUNIOR	PRESENTE	1. EDUARDO GOMES	PRESENTE
CARLOS PORTINHO		2. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE
MAGNO MALTA		3. ROGERIO MARINHO	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	4. WILDER MORAIS	
VAGO		5. VAGO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMÁRIO		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	2. DR. HIRAN	
DAMARES ALVES		3. HAMILTON MOURÃO	

Não Membros Presentes

ANGELO CORONEL
 MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 2440/2023)**

EM REUNIÃO REALIZADA EM 15/08/2023, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO NOS TERMOS DA EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 1-CE.

15 de agosto de 2023

Senador NELSINHO TRAD

Presidiu a reunião da Comissão de Educação e Cultura





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 108, DE 2023

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 675, de 2022, da Senadora Eliziane Gama, que Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas das entidades federais de ensino e dá outras providências, e sobre o Projeto de Lei nº 2849, de 2023, do Senador Astronauta Marcos Pontes, que Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas de pós-doutorado, das entidades de ensino e pesquisa e dá outras providências.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senadora Professora Dorinha Seabra

RELATOR: Senador Nelsinho Trad

15 de agosto de 2023





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23853.07856-30

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 675, de 2022, da Senadora Eliziane Gama, que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas das entidades federais de ensino e dá outras providências*; e o PL nº 2.849, de 2023, do Senador Astronauta Marcos Pontes, que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas de pós-doutorado, das entidades de ensino e pesquisa e dá outras providências*.

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura (CE) o Projeto de Lei (PL) nº 675, de 2022, da Senadora Eliziane Gama, que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas das entidades federais de ensino e dá outras providências*; e o PL nº 2.849, de 2023, do Senador Astronauta Marcos Pontes, que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contribuição previdenciária de estudantes bolsistas de pós-doutorado, das entidades de ensino e pesquisa e dá outras providências*.

As proposições, que tramitam em conjunto, foram distribuídas à Comissão de Educação e Cultura (CE) e, para análise em caráter terminativo, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PL nº 2.849, de 2023, recebeu Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Mecias de Jesus.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23853.07856-30

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre proposições que tratem de normas gerais sobre educação. Assim, a análise dos PLs nº 675, de 2022, e nº 2.849, de 2023, enquadra-se nas competências atribuídas a este colegiado.

Passando à análise do mérito, do ponto de vista educacional, é inegável a relevância de incluir na seguridade social pesquisadores financiados por bolsas. Na maioria dos casos, a pessoa que se dedica à pesquisa não tem condições de manter outro emprego formal que assegure esses direitos. Desse modo, garantir direitos trabalhistas e previdenciários a esses indivíduos é crucial para assegurar que eles possam viver com dignidade, além de atrair pessoas altamente qualificadas para os campos científico e acadêmico.

Com efeito, mais do que assegurar direitos individuais, a proposição em análise valoriza a pesquisa científica e acadêmica, na medida em que prestigia os profissionais responsáveis pelo seu desenvolvimento, o que os encoraja e motiva a realizar estudos de alta qualidade, que podem beneficiar a sociedade como um todo.

Com relação à questão previdenciária, precisamos registrar que atualmente esses bolsistas são “contribuintes facultativos” na qualidade de estudantes, por exclusão, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que afirma: “*É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, desde que não incluído nas disposições do art. 11*”. O citado art. 11, por sua vez, trata dos contribuintes obrigatórios.

A alíquota de contribuição dos facultativos, nos termos da Lei nº 8.212, de 1991, é de 20% (vinte por cento). Em face disso, a inclusão deles numa alíquota diferenciada de contribuição (no caso, 5%), nos termos da alínea c acrescida ao inciso II do § 2º do art. 21, representará um estímulo ao ingresso no sistema de seguridade.

Ainda, cumpre mencionar que as proposições têm conteúdo bastante semelhante, com a diferença de que o PL nº 675, de 2022, trata de contribuição previdenciária de bolsistas das entidades federais de ensino que cursam especialização, mestrado ou doutorado, enquanto o PL nº 2.849, de 2023, trata





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23853.07856-30

dessa contribuição para bolsistas de todas as entidades de ensino e pesquisa nacionais que cursem pós-doutorado. A Emenda nº 1-T, por sua vez, pretende abarcar bolsistas que cursem especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado em qualquer instituição de ensino do País.

Assim, iremos acatar o PL nº 675, de 2022, da Senadora Eliziane Gama, por ser o mais antigo, conforme determina o art. 260, inciso II, alínea *b*, do Risf, na forma da emenda adiante apresentada, de modo a abarcar estudantes bolsistas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado). Deixamos de incluir os demais estudantes de graduação *latu sensu* (especialização), de modo a minimizar o impacto financeiro que pode advir da medida, o qual, de todo modo, deverá ser analisado na CAE.

Apesar de, nos termos regimentais, ficarem rejeitados o PL nº 2.849, de 2023, e a Emenda nº 1-T, na elaboração da emenda que apresentamos, devemos destacar as valiosas contribuições trazidas pelos Senadores Astronauta Marcos Pontes e Mecias de Jesus.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 675, de 2022, com a emenda apresentada a seguir; e pela rejeição do PL nº 2.849, de 2023, e da Emenda nº 1-T:

EMENDA Nº 2 - CE

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º, do PL nº 675, de 2022:

Art. 1º O inciso II do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea *c*:

“**Art. 21.**

§ 2º

II –

c) no caso de estudantes bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, remunerados mediante bolsas durante o desenvolvimento de seus estudos e pesquisas, hipótese em que a alíquota incidirá sobre o total





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

dos valores recebidos de todas as entidades de ensino e custeio educacional.

.....” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CE, 15/08/2023 às 10h - 55ª, Extraordinária
Comissão de Educação e Cultura

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	1. IVETE DA SILVEIRA	
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR	
EFRAIM FILHO	PRESENTE	3. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
MARCELO CASTRO	PRESENTE	4. ALESSANDRO VIEIRA	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	5. LEILA BARROS	PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	6. PLÍNIO VALÉRIO	
CARLOS VIANA	PRESENTE	7. VAGO	
STYVENSON VALENTIM		8. VAGO	
CID GOMES	PRESENTE	9. VAGO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
JUSSARA LIMA		1. IRAJÁ	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	PRESENTE
NELSINHO TRAD	PRESENTE	3. VAGO	
VANDERLAN CARDOSO		4. DANIELLA RIBEIRO	
VAGO		5. SÉRGIO PETECÃO	
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	7. JAQUES WAGNER	PRESENTE
TERESA LEITÃO		8. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	9. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MAURO CARVALHO JUNIOR	PRESENTE	1. EDUARDO GOMES	PRESENTE
CARLOS PORTINHO		2. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE
MAGNO MALTA		3. ROGERIO MARINHO	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	4. WILDER MORAIS	
VAGO		5. VAGO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMÁRIO		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	2. DR. HIRAN	
DAMARES ALVES		3. HAMILTON MOURÃO	

Não Membros Presentes

ANGELO CORONEL
MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 675/2022)

EM REUNIÃO REALIZADA EM 15/08/2023, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI Nº 675/2022, COM A EMENDA Nº 2 - CE, E CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 2849/2023 E À EMENDA Nº 1 - T.

15 de agosto de 2023

Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura





SENADO FEDERAL

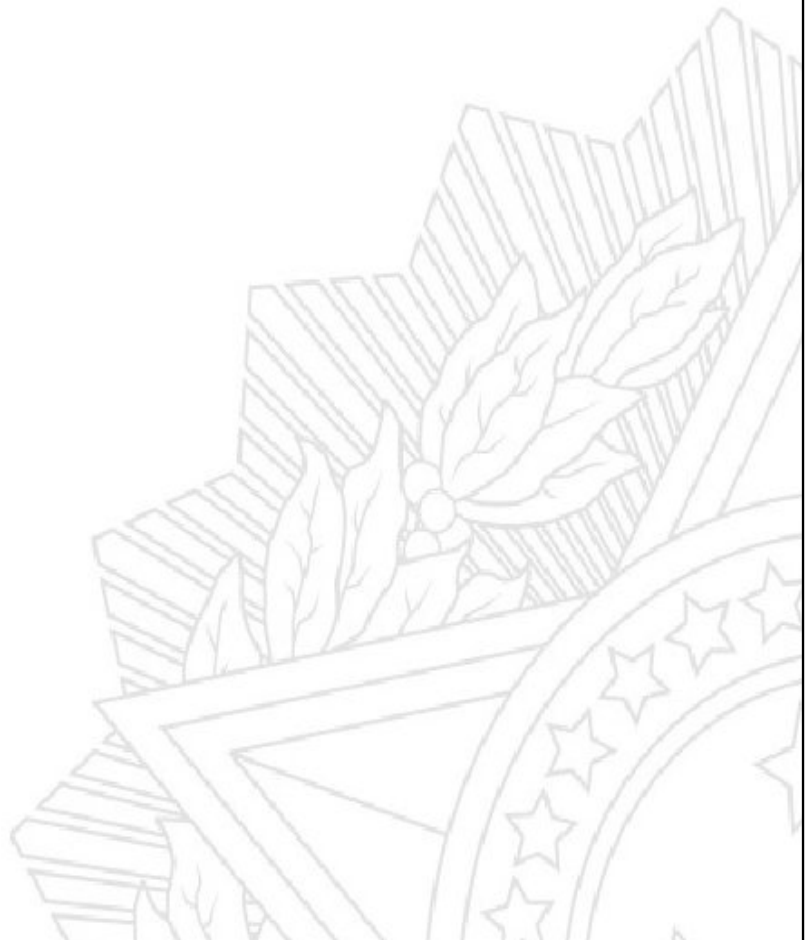
PARECER (SF) Nº 109, DE 2023

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, sobre o Projeto de Lei nº 473, de 2020, que Institui a Semana do Migrante.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senadora Professora Dorinha Seabra

RELATOR: Senador Paulo Paim

15 de agosto de 2023





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 473, de 2020, do Deputado Carlos Gomes, que *institui a Semana do Migrante*.

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Educação e Cultura (CE), em caráter terminativo, o Projeto de Lei (PL) nº 473, de 2020, de autoria do Deputado Carlos Gomes, que *institui a Semana do Migrante*.

A proposição, tal como consignado na ementa, busca instituir a referida efeméride, a qual passará a ser celebrada, anualmente, no período de 19 a 23 de junho. Prevê, igualmente, os objetivos da data comemorativa, bem como a vigência da lei, prevista para a data de sua publicação.

Na justificação, o autor afirma que, com a proposição, busca contribuir para a ampliação do debate entre o Poder Público e as entidades da sociedade civil relacionadas à migração, sobretudo quanto aos impactos desse fenômeno na sociedade brasileira.

Na Casa de origem, a matéria foi encaminhada unicamente à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável à sua





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

aprovação na forma das duas emendas de redação apresentadas pelo relator, e à CE, cabendo a esta a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre a instituição de datas comemorativas, a exemplo da proposição em debate.

Conforme estabelecido nos incisos I dos arts. 49 e 91 dessa norma, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre a matéria quanto ao mérito.

Concordamos também com a avaliação da CCJ no sentido de que

a proposição está em perfeita consonância com os princípios e diretrizes da política migratória brasileira, em particular os definidos nos incisos XII e XIII do art. 3º da Lei de Migração, que, respectivamente, preveem a ‘promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante’ e o ‘diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante’.

Concordamos com as duas emendas de redação apresentadas pelo Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Sendo assim, é justa e meritória a iniciativa ora proposta.



4



SF/23857.19775-66

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

III – VOTO

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 473, de 2020 e das duas Emendas de Redação - CCJ, apresentadas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CE, 15/08/2023 às 10h - 55ª, Extraordinária
Comissão de Educação e Cultura

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	1. IVETE DA SILVEIRA	
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	2. MARCIO BITTAR	
EFRAIM FILHO	PRESENTE	3. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
MARCELO CASTRO	PRESENTE	4. ALESSANDRO VIEIRA	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	5. LEILA BARROS	PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	6. PLÍNIO VALÉRIO	
CARLOS VIANA	PRESENTE	7. VAGO	
STYVENSON VALENTIM		8. VAGO	
CID GOMES	PRESENTE	9. VAGO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
JUSSARA LIMA		1. IRAJÁ	
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	PRESENTE
NELSINHO TRAD	PRESENTE	3. VAGO	
VANDERLAN CARDOSO		4. DANIELLA RIBEIRO	
VAGO		5. SÉRGIO PETECÃO	
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	7. JAQUES WAGNER	PRESENTE
TERESA LEITÃO		8. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	9. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MAURO CARVALHO JUNIOR	PRESENTE	1. EDUARDO GOMES	PRESENTE
CARLOS PORTINHO		2. ZEQUINHA MARINHO	PRESENTE
MAGNO MALTA		3. ROGERIO MARINHO	
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE	4. WILDER MORAIS	
VAGO		5. VAGO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
ROMÁRIO		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	2. DR. HIRAN	
DAMARES ALVES		3. HAMILTON MOURÃO	

Não Membros Presentes

ANGELO CORONEL
MARCOS DO VAL



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 473/2020, nos termos do relatório.

Comissão de Educação e Cultura - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
PROFESSORA DORINHA SEABRA				1. IVETE DA SILVEIRA			
RODRIGO CUNHA	X			2. MARCIO BITTAR			
EFRAIM FILHO				3. SORAYA THRONICKE	X		
MARCELO CASTRO	X			4. ALESSANDRO VIEIRA			
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	X			5. LEILA BARROS			
CONFUCIO MOURA	X			6. PLÍNIO VALÉRIO			
CARLOS VIANA				7. VAGO			
STYVENSON VALENTIM				8. VAGO			
CID GOMES				9. VAGO			
IZALCI LUCAS				10. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JUSSARA LIMA				1. IRAJÁ			
ZENAIDE MAIA	X			2. LUCAS BARRETO			
NELSINHO TRAD	X			3. VAGO			
VANDERLAN CARDOSO				4. DANIELLA RIBEIRO			
VAGO				5. SÉRGIO PETECÃO			
AUGUSTA BRITO				6. FABIANO CONTARATO			
PAULO PAIM	X			7. JAQUES WAGNER	X		
TERESA LEITÃO				8. HUMBERTO COSTA	X		
FLÁVIO ARNS	X			9. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MAURO CARVALHO JUNIOR	X			1. EDUARDO GOMES	X		
CARLOS PORTINHO				2. ZEQUINHA MARINHO	X		
MAGNO MALTA				3. ROGERIO MARINHO			
ASTRONAUTA MARCOS PONTES	X			4. WILDER MORAIS			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROMÁRIO				1. ESPERIDÍAO AMIN	X		
LAERCIO OLIVEIRA				2. DR. HIRAN			
DAMARES ALVES				3. HAMILTON MOURÃO			

Quórum: TOTAL 17

Votação: TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15, EM 15/08/2023

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DA COMISSÃO

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 473, DE 2020

Institui a Semana do Migrante e do Refugiado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída, no calendário nacional, a Semana do Migrante e do Refugiado, que será comemorada, anualmente, no período de 19 a 23 de junho.

Art. 2º Durante a Semana do Migrante e do Refugiado, o poder público promoverá, em parceria com instituições acadêmicas ou entidades da sociedade civil que atuam na defesa dos direitos dos migrantes, atividades com os seguintes objetivos:

I – discutir o fenômeno migratório humanizado sob diversas perspectivas, com ênfase na participação dos migrantes e dos refugiados na formação do Estado brasileiro;

II - promover e difundir os direitos, as liberdades, as obrigações e as garantias dos migrantes e dos refugiados;

III – incentivar entidades da sociedade civil a debater e a propor políticas públicas, com a apresentação de alternativas de empregabilidade e integração cultural dos migrantes e dos refugiados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 15 de agosto de 2023.

Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA, Vice-Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 473/2020)**

EM REUNIÃO REALIZADA EM 15/08/2023, FORAM APROVADOS EM DECISÃO TERMINATIVA O PROJETO E AS EMENDAS DE REDAÇÃO Nº 1 E Nº 2 - CCJ/CE. (QUÓRUM: 17; SIM: 16; NÃO: 0; ABSTENÇÕES: 0).

15 de agosto de 2023

Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura



PROJETO DE LEI Nº 473, DE 2020

Institui a Semana do Migrante.

Recebido o Ofício nº 264, de 2023, da CE, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

Prazo: de 17/8/2023 a 23/8/2023.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ofício nº 264/2023/CE

Brasília, 15 de agosto de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Aprovação de Matéria em Decisão Terminativa – PL 473/2020.**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou – em caráter terminativo, em reunião realizada nesta data – o Projeto de Lei nº 473, de 2020, de autoria da Câmara dos Deputados, que “*Institui a Semana do Migrante*”.

Atenciosamente,

Senadora Professora Dorinha Seabra
Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 17, DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 2444, de 2022, do Senador Fernando Collor, que Altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para incluir os taxistas entre os beneficiários de financiamentos do Pronampe na aquisição de veículos novos.

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura

RELATOR: Senador Izalci Lucas

RELATOR ADHOC: Senador Esperidião Amin

15 de agosto de 2023





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 2.444, de 2022, do Senador Fernando Collor, que *altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para incluir os taxistas entre os beneficiários de financiamentos do Pronampe na aquisição de veículos novos.*

Relator: Senador **IZALCI LUCAS**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura passa a examinar o Projeto de Lei (PL) nº 2.444, de 2022, do Senador Fernando Collor, que *altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para incluir os taxistas entre os beneficiários de financiamentos do Pronampe na aquisição de veículos novos.* PRONAMPE é a sigla que identifica o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, cujo objeto é o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios.

A Lei nº 13.999, de 2022, passaria a vigorar com um novo artigo 3º-B, que permite às pessoas físicas “detentoras de autorização ou permissão do poder público local para o exercício da atividade de taxista” contratar financiamentos pelo Pronampe para aquisição de veículo novo. Ficam regulamentados a taxa máxima de juros (SELIC + 2% ao ano), o prazo de pagamento (até 60 meses), o valor da operação (até R\$ 135 mil), a porcentagem máxima de financiamento em relação ao valor do veículo (90%), o prazo máximo de carência (90 dias), a periodicidade para utilização do crédito especial (uma vez a cada três anos), a forma de garantia (alienação fiduciária do veículo) e os equipamentos adicionais permitidos

SF/23607.37898-01





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/23607.37898-01

(adaptação para acessibilidade, taxímetro com biometria, luminoso e impressora).

A norma resultante da aprovação do PL teria vigência imediata.

Justifica o autor sua proposição afirmando que os taxistas vêm sofrendo com as altas taxas de juros na aquisição de veículos novos. O Senador Fernando Collor informa ainda que os financiamentos de veículos novos com recursos do BNDES têm atingido taxas de juros superiores a 20% ao ano, enquanto as operações com recursos livres ultrapassam 27% ao ano, em média. Em função disso, prossegue, vários municípios brasileiros vêm permitindo que o serviço de táxis seja prestado com veículos cada vez mais antigos, solução que é considerada indesejável por trazer riscos de acidentes, elevar os níveis de poluição atmosférica e elevar os custos de manutenção dos taxistas.

A matéria foi recebida pelo Plenário desta Casa em 9 de setembro de 2022, tendo sido encaminhada à Comissão de Serviços de Infraestrutura, e posteriormente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa. Foi apresentada, no prazo regimental, a Emenda nº 1-T, do próprio Senador Fernando Collor. A emenda eleva o limite da operação para R\$ 200 mil, e inclui entre os itens financiáveis o kit para conversão do veículo para operação com Gás Natural Veicular (GNV).

II – ANÁLISE

Como cabe à CAE a decisão terminativa, passamos a analisar o mérito da proposta e da emenda apresentada sob a ótica do transporte individual público, conforme preconiza o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal.

É verdade que os taxistas enfrentam uma situação muito difícil na grande maioria dos mercados. Portanto, o PL merece aprovação.

Contudo, há algumas ponderações a fazer. O empréstimo subsidiado não deve se tornar por si só fonte de renda para o taxista, na





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/23607.37898-01

forma da revenda do veículo adquirido em condições vantajosas antes do fim de sua vida útil. Assim, propomos que os empréstimos possam ser tomados a cada oito anos, idade que boa parte das prefeituras adota para a troca dos veículos, e que nos parece bastante razoável com a tecnologia atual. Por outro lado, o prazo máximo do financiamento seria estendido para abarcar esse tempo, reduzindo as prestações para os taxistas, de modo a aliviar seus caixas nos primeiros anos de operação, ou permitir investimentos maiores no serviço.

A emenda nº 1-T também é meritória. Os preços de veículos têm subido fortemente devido às restrições de produção causadas pela pandemia de covid-19, com os veículos mais baratos do Brasil atingindo já o patamar de 70 mil reais. E a maioria das cidades têm exigências de tamanho de porta-malas e potência mínima dos táxis que inviabiliza a compra de veículos populares para o serviço. Assim, o empréstimo de R\$ 135.000 para a aquisição de veículos novos exigirá significativo aporte de recursos próprios dos taxistas, o que não parece factível nesse momento.

Em relação ao GNV, embora seja uma boa tecnologia, fato é que o mundo caminha para a mobilidade elétrica, que apresenta vantagens evidentes não só em termos de emissões locais e globais, como também no seu custo operacional. A viabilidade econômica é melhor, justamente, para aqueles motoristas que percorrem mais quilômetros por dia, como é o caso dos veículos de aluguel. Sabemos, porém, que essa opção exige uma disponibilidade de estações de recarga que ainda não está totalmente desenvolvida, de modo que seu uso deve ser incentivado justamente por políticas públicas como a que analisamos aqui, de modo a criar uma massa crítica de veículos que atraia novos investimentos em infraestrutura. Notamos, porém, que o valor necessário para adquirir um veículo 100% elétrico ou híbrido *plug-in* compatível com o serviço de táxi pode chegar facilmente a R\$ 400 mil, motivo pelo qual propomos a elevação do valor máximo financiável para os taxistas que façam essa opção.

Reapresentamos o relatório após vista coletiva para incluir emenda sugerida pelo Senador Eduardo Braga, no sentido de incentivar os fabricantes e revendedores de veículos a oferecerem prazos mais longos de garantia para as baterias dos veículos. Optamos, no entanto, por não criar





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/23607.37898-01

obrigação legal nesse sentido, o que poderia atrasar a adoção de veículos elétricos no Brasil. Também não julgamos conveniente a criação de despesas orçamentárias ou o direcionamento de recursos do Pronampe diretamente para cobertura de defeitos com esses equipamentos, o que poderia gerar efeitos adversos, incentivando uma produção de menor qualidade.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 2.444, de 2022, e da emenda de nº 1-T, com as emendas que apresentamos a seguir:

EMENDA Nº -

Substituam-se, no art. 1º do PL nº 2.444, de 2022, as expressões “60 (sessenta) meses” e “três anos”, nas redações propostas respectivamente para o inciso II do *caput* e para o § 2º do *caput* do art. 3º-B da Lei nº 13.999, de 2020, por “noventa e seis meses”.

EMENDA Nº -

Substitua-se, no art. 1º do PL nº 2.444, de 2022, a redação proposta para o inciso III do *caput* do art. 3º-B da Lei nº 13.999, de 2020, pelo seguinte texto:

III – valor da operação limitado, conforme o tipo de veículo adquirido:

a) ao menor valor entre R\$ 360.000 (trezentos e sessenta mil reais) e 90% da soma dos custos dos seguintes itens:

1. veículo novo com tração elétrica e bateria recarregável por fonte externa, com ou sem motor auxiliar a combustão;
2. carregador de corrente alternada, fixo ou portátil, compatível com o veículo;
3. taxímetro com biometria, luminoso e impressora;
4. equipamento de adaptação para acessibilidade, quando for o caso; ou





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

SF/23607.37898-01

b) ao menor valor entre R\$ 200.000 (duzentos mil reais) e 90% da soma dos custos dos seguintes itens:

1. veículo novo com tração por motor a combustão, ou por motor elétrico com bateria abastecida por motor a combustão, ou ambos;
2. conjunto completo para utilização do gás natural veicular, quando for o caso;
3. taxímetro com biometria, luminoso e impressora;
4. equipamento de adaptação para acessibilidade, quando for o caso;

EMENDA Nº -

Acrescente-se, no art. 1º do PL nº 2.444, de 2022, o seguinte parágrafo ao *caput* do art. 3º-B da Lei nº 13.999, de 2020:

§ 4º No caso da aquisição de veículos de que trata a alínea *a* do inciso III do *caput*, o prazo de financiamento é limitado ao prazo da garantia oferecida pelos fabricantes e/ou revendedores para a bateria de alta voltagem do veículo.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CI, 15/08/2023 às 09h - 30ª, Extraordinária
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. EFRAIM FILHO	PRESENTE
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	2. ALAN RICK	PRESENTE
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	3. JADER BARBALHO	
EDUARDO BRAGA		4. FERNANDO FARIAS	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	5. MARCELO CASTRO	PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	6. ORIOVISTO GUIMARÃES	
CARLOS VIANA	PRESENTE	7. CID GOMES	PRESENTE
WEVERTON		8. ALESSANDRO VIEIRA	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	9. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
DANIELLA RIBEIRO		1. IRAJÁ	
VANDERLAN CARDOSO		2. VAGO	
LUCAS BARRETO	PRESENTE	3. MARGARETH BUZETTI	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	4. OMAR AZIZ	
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	5. HUMBERTO COSTA	
TERESA LEITÃO		6. ROGÉRIO CARVALHO	
BETO FARO		7. FABIANO CONTARATO	
CHICO RODRIGUES		8. JORGE KAJURU	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCOS ROGÉRIO		1. JAIME BAGATTOLI	
WILDER MORAIS		2. JORGE SEIF	
EDUARDO GOMES		3. ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	1. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
LUIS CARLOS HEINZE		2. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
CLEITINHO		3. MECIAS DE JESUS	PRESENTE

Não Membros Presentes

PROFESSORA DORINHA SEABRA
ANGELO CORONEL
ZENAIDE MAIA
NELSINHO TRAD
MARCOS DO VAL
PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 2444/2022)**

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, LIDO O RELATÓRIO PELO RELATOR AD HOC SENADOR ESPERIDIÃO AMIN EM SUBSTITUIÇÃO AO SENADOR IZALCI LUCAS. APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CI FAVORÁVEL À MATÉRIA, COM AS EMENDAS Nº 1 - T/CI, 2/CI, 3/CI E 4/CI. À CAE.

15 de agosto de 2023

Senador CONFÚCIO MOURA

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 18, DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 836, de 2023, do Senador Hamilton Mourão, que Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para permitir a cessão de créditos de energia elétrica, por unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, a entidades beneficentes.

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura

RELATOR: Senador Astronauta Marcos Pontes

15 de agosto de 2023



PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 836, de 2023, do Senador Hamilton Mourão, que *altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para permitir a cessão de créditos de energia elétrica, por unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, a entidades beneficentes.*

Relator: Senador **ASTRONAUTA MARCOS PONTES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei (PL) nº 836, de 2023, que *altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para permitir a cessão de créditos de energia elétrica, por unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, a entidades beneficentes.*

O PL nº 836, de 2023, de autoria do Senador Hamilton Mourão, foi distribuído para as Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

A proposição altera o art. 12 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para permitir que unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) possam ceder seus excedentes de créditos de energia elétrica para entidades beneficentes certificadas. Como essas entidades, que tanto ajudam as populações carentes, sobrevivem à base de doações, o autor considera que seria justo que pudessem também receber essas doações sob a forma de créditos de energia.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.



II – ANÁLISE

Compete à CI, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre proposições que tratam de *transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes, e outros assuntos correlatos*. Há, portanto, a aderência das competências da CI ao tema tratado pelo projeto de lei em análise.

O PL nº 836, de 2023, acrescenta três novos parágrafos ao art. 12 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para permitir que unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) possam ceder seus excedentes de créditos de energia elétrica para entidades beneficentes certificadas.

Para evitar abusos, o projeto impõe três importantes restrições. A primeira é a destinação dos excedentes somente para entidades beneficentes consideradas como tal pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. A segunda é a exigência de que a entidade beneficente esteja na mesma área de concessão ou permissão do cedente. A terceira é a inexistência de qualquer tipo de contrapartida ou condicionante, inclusive de natureza financeira, para evitar uma venda disfarçada de energia elétrica. Por fim, ciente de que tal alteração exigirá dos órgãos reguladores do setor elétrico um tempo de adaptação, o autor do projeto prevê um *vacatio legis* de 180 dias.

A ideia de permitir a destinação de excedentes de energia para entidades beneficentes faz sentido já que os créditos prescrevem em 60 meses, sendo que esses créditos, que correm o risco de serem perdidos, podem aliviar as contas de energia elétrica das entidades beneficentes. E é importante ressaltar que o projeto tem o cuidado de impor restrições a essas transferências, no intuito de evitar abusos.

Acreditamos que os ajustes na regulamentação não devem ser muito trabalhosos considerando que a legislação já prevê várias outras situações em que pode haver transferência de créditos de energia elétrica entre diferentes unidades consumidoras. As distribuidoras não devem enfrentar dificuldades técnicas ou administrativas para implementar as novas regras, e o



4

3

SF/23700.28154-33

prazo de 180 dias, dado pelo PL nº 836, de 2023, para a entrada em vigor de seus dispositivos, deve ser suficiente.

III – VOTO

Diante do exposto, nos pronunciamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 836, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

mf2023-07489





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CI, 15/08/2023 às 09h - 30ª, Extraordinária
 Comissão de Serviços de Infraestrutura

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. EFRAIM FILHO	PRESENTE
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	2. ALAN RICK	PRESENTE
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	3. JADER BARBALHO	
EDUARDO BRAGA		4. FERNANDO FARIAS	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	5. MARCELO CASTRO	PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	6. ORIOVISTO GUIMARÃES	
CARLOS VIANA	PRESENTE	7. CID GOMES	PRESENTE
WEVERTON		8. ALESSANDRO VIEIRA	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	9. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
DANIELLA RIBEIRO		1. IRAJÁ	
VANDERLAN CARDOSO		2. VAGO	
LUCAS BARRETO	PRESENTE	3. MARGARETH BUZETTI	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	4. OMAR AZIZ	
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	5. HUMBERTO COSTA	
TERESA LEITÃO		6. ROGÉRIO CARVALHO	
BETO FARO		7. FABIANO CONTARATO	
CHICO RODRIGUES		8. JORGE KAJURU	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCOS ROGÉRIO		1. JAIME BAGATTOLI	
WILDER MORAIS		2. JORGE SEIF	
EDUARDO GOMES		3. ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	1. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
LUIS CARLOS HEINZE		2. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
CLEITINHO		3. MECIAS DE JESUS	PRESENTE

Não Membros Presentes

PROFESSORA DORINHA SEABRA
 ANGELO CORONEL
 ZENAIDE MAIA
 NELSON TRAD
 MARCOS DO VAL
 PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO**(PL 836/2023)**

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, O RELATÓRIO É LIDO E APROVADO PASSANDO A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO FAVORÁVEL À MATÉRIA.
À CAE.

15 de agosto de 2023

Senador CONFÚCIO MOURA

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 19, DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 2707, de 2019, da Senadora Rose de Freitas, que Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, para obrigar o empreendedor de barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de mineração a contratar auditoria externa.

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura

RELATOR: Senador Carlos Viana

RELATOR ADHOC: Senador Jayme Campos

15 de agosto de 2023



PARECER Nº DE 2023

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 2.707, de 2019, da Senadora Rose de Freitas, que *altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, para obrigar o empreendedor de barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de mineração a contratar auditoria externa.*

Relator: Senador **CARLOS VIANA**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 2.707, de 2019, de autoria da ilustre Senadora Rose de Freitas, que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), para obrigar o empreendedor de barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de mineração a contratar auditoria externa para inspeção da segurança dessas estruturas.

O PL nº 2.707, de 2019, é composto por dois artigos. O art. 1º modifica a Lei nº 12.334, de 2010, inserindo o § 2º no art. 17, que trata das obrigações dos empreendedores de barragens, para exigir dos empreendimentos minerários que fazem uso de barragem de rejeitos de mineração a contratação de auditoria externa para a validação das inspeções de segurança previstas na referida Lei. Já o art. 2º estabelece a vigência da Lei a partir de sua publicação.

O PL nº 2.707, de 2019, foi distribuído às Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas perante a CMA no prazo regimental. Essa mesma Comissão deliberou favoravelmente ao



Parecer pela aprovação do PL nº 2.707, de 2019, juntamente com a Emenda nº 1 – CMA, que especificou as inspeções que obrigatoriamente devem ter a participação de profissionais de auditoria externa, a saber: a inspeção de segurança especial e a Revisão Periódica de Segurança de Barragem.

II – ANÁLISE

Quanto à constitucionalidade do PL nº 2.707, de 2019, não se verificam óbices do ponto de vista material ou formal, pois a União possui competência privativa para legislar sobre minas e é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, conforme determinam, respectivamente, o inciso XII do art. 22 e o inciso VI do art. 24, ambos da Constituição Federal (CF). Ademais, o § 2º do art. 225 da CF, estabelece a obrigação de o minerador recuperar o meio ambiente degradado de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente. Sendo matéria de competência da União, cabe, segundo o caput do art. 48 da CF, ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre ela. Por fim, não se trata de matéria de competência privativa do Presidente da República para iniciar o processo legislativo, conforme define o art. 61, § 1º, combinado com o art. 84, inciso III, ambos da CF.

Quanto à juridicidade, o PL nº 2.707, de 2019, está em perfeita harmonia com o ordenamento jurídico pátrio. Nessa temática, destacamos o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, que vem a ser o Código de Mineração, a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, a chamada Lei de Segurança de Barragens, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Além disso, a proposição não viola qualquer princípio geral do Direito.

No que tange à adequação orçamentária e financeira, o PL nº 2.707, de 2019, não cria despesa pública, nem gera renúncia ou perda de receitas para o setor público.

Quanto ao mérito, apoiamos firmemente a matéria. Ainda estão na memória dos brasileiros as cenas pungentes de comunidades e ecossistemas destruídos por torrentes de lama vermelha liberadas pelos rompimentos das barragens de rejeitos de mineração das empresas Samarco e Vale, respectivamente, em Mariana e Brumadinho, ambas no meu Estado, Minas Gerais.



Na condição de relator da CPI de Brumadinho, tivemos oportunidade de avaliar em profundidade as falhas dos procedimentos referentes à segurança dessas barragens, bem como conhecer os expedientes muitas vezes utilizados pelas empresas mineradoras para sacrificar a segurança em prol da produção. Um aspecto que ficou bastante evidente para nós é a necessidade da participação de auditores externos nas inspeções de segurança das barragens de rejeitos de mineração. Por mais que sejam competentes, as equipes internas de engenheiros e técnicos de geotecnia estão subordinados hierarquicamente aos gestores responsáveis pela produção. Nesse contexto, tornam-se susceptíveis às pressões para reduzir o rigor das inspeções de segurança.

Quanto à Emenda nº 1 – CMA, a consideramos um aperfeiçoamento oportuno. A nomeação das inspeções que deverão contar com a participação de auditores externos dará maior clareza à Lei, em consonância com a melhor técnica legislativa. Porém, é forçoso notar que a Lei nº 12.334, de 2010, foi modificada pela Lei nº 14.066, de 30 de setembro de 2020, ou seja, posteriormente à aprovação do Parecer da CMA, e foram adicionados dispositivos com a mesma numeração dos dispositivos que se quer acrescentar mediante a Emenda nº 1 – CMA. Para contornar essa restrição superveniente, havemos por bem apresentar proposta de aperfeiçoamento com os mesmos comandos da Emenda nº 1 – CMA, mas utilizando numeração compatível com a atual redação da Lei nº 12.334, de 2010. Consequentemente, rejeitamos a Emenda nº 1 – CMA.

III – VOTO

Ante o exposto, nos pronunciamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.707, de 2019, bem como da Emenda nº 1 – CMA; quanto ao mérito, votamos pela **rejeição** da Emenda nº 1 – CMA e pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.707, de 2019, com a Emenda que apresentamos a seguir:

EMENDA nº 1 – CI

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2.707, de 2019, a seguinte redação:

“**Art. 1º** A Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:



 4 5

SF/23500.65661-08

“Art. 9º

§ 5º Nas barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de mineração, a inspeção de segurança especial poderá ser efetuada por profissionais externos, quando solicitada expressamente pelo órgão fiscalizador.” (NR)

“Art. 10.

§ 4º Nas barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de mineração, a Revisão Periódica de Segurança de Barragem deverá ser efetuada por profissionais externos.” (NR) "

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CI, 15/08/2023 às 09h - 30ª, Extraordinária
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. EFRAIM FILHO	PRESENTE
SORAYA THRONICKE	PRESENTE	2. ALAN RICK	PRESENTE
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	3. JADER BARBALHO	
EDUARDO BRAGA		4. FERNANDO FARIAS	
VENEZIANO VITAL DO RÊGO	PRESENTE	5. MARCELO CASTRO	PRESENTE
CONFÚCIO MOURA	PRESENTE	6. ORIOVISTO GUIMARÃES	
CARLOS VIANA	PRESENTE	7. CID GOMES	PRESENTE
WEVERTON		8. ALESSANDRO VIEIRA	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	9. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
DANIELLA RIBEIRO		1. IRAJÁ	
VANDERLAN CARDOSO		2. VAGO	
LUCAS BARRETO	PRESENTE	3. MARGARETH BUZETTI	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	4. OMAR AZIZ	
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	5. HUMBERTO COSTA	
TERESA LEITÃO		6. ROGÉRIO CARVALHO	
BETO FARO		7. FABIANO CONTARATO	
CHICO RODRIGUES		8. JORGE KAJURU	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCOS ROGÉRIO		1. JAIME BAGATTOLI	
WILDER MORAIS		2. JORGE SEIF	
EDUARDO GOMES		3. ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	1. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
LUIS CARLOS HEINZE		2. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
CLEITINHO		3. MECIAS DE JESUS	PRESENTE

Não Membros Presentes

PROFESSORA DORINHA SEABRA
ANGELO CORONEL
ZENAIDE MAIA
NELSINHO TRAD
MARCOS DO VAL
PAULO PAIM



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PL 2707/2019 com emenda

Comissão de Serviços de Infraestrutura - Senadores

TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JAYME CAMPOS	X			1. EFRAIM FILHO			
SORAYA THRONICKE	X			2. ALAN RICK			
RODRIGO CUNHA	X			3. JADER BARBALHO			
EDUARDO BRAGA				4. FERNANDO FARIAS			
VENEZIANO VITAL DO RÉGO	X			5. MARCELO CASTRO	X		
CONFÚCIO MOURA				6. ORIOVISTO GUIMARÃES			
CARLOS VIANA	X			7. CID GOMES			
WEVERTON				8. ALESSANDRO VIEIRA			
IZALCI LUCAS	X			9. RANDOLFE RODRIGUES			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DANIELLA RIBEIRO				1. IRAJÁ			
VANDERLAN CARDOSO				2. VAGO			
LUCAS BARRETO	X			3. MARGARETH BUZETTI	X		
OTTO ALENCAR	X			4. OMAR AZIZ			
AUGUSTA BRITO				5. HUMBERTO COSTA			
TERESA LEITÃO				6. ROGÉRIO CARVALHO			
BETO FARO				7. FABIANO CONTARATO			
CHICO RODRIGUES				8. JORGE KAJURU			
TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCOS ROGÉRIO				1. JAIME BAGATTOLI			
WILDER MORAIS				2. JORGE SEIF			
EDUARDO GOMES				3. ASTRONAUTA MARCOS PONTES	X		
TITULARES - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
TEREZA CRISTINA	X			1. LAÉRCIO OLIVEIRA			
LUIS CARLOS HEINZE				2. ESPERIDÍAO AMIN	X		
CLEITINHO				3. MECIAS DE JESUS			

Quórum: TOTAL 14

Votação: TOTAL 13 SIM 13 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 15/08/2023

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Confúcio Moura
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 2707/2019)

REUNIDA A COMISSÃO NESSA DATA, E TENDO SIDO DESIGNADO RELATOR AD HOC O SENADOR JAYME CAMPOS, EM SUBSTITUIÇÃO AO SENADOR CARLOS VIANA, O PROJETO É APROVADO TERMINATIVAMENTE, COM A EMENDA 2/CI, E A REJEIÇÃO DA EMENDA 1/CMA.
À SLSF.

15 de agosto de 2023

Senador CONFÚCIO MOURA

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 19, DE 2023

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, sobre o Projeto de Lei nº 511, de 2023, do Senador Styvenson Valentim, que Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para ampliar o rol dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão

RELATOR: Senador Esperidião Amin

RELATOR ADHOC: Senador Hamilton Mourão

15 de agosto de 2023





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA,
sobre o Projeto de Lei nº 511, de 2023, do Senador
Styverson Valentim, que *altera a Lei nº 8.429, de
2 de junho de 1992, para ampliar o rol dos atos de
improbidade administrativa que atentam contra os
princípios da administração pública.*

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 511, de 2023, do Senador
Styverson Valentim, que *altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para
ampliar o rol dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os
princípios da administração pública.*

O art. 1º do Projeto altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº
8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), com o objetivo de
exigir somente o dolo eventual no caso do inciso XIII do art. 11, incluído
pela proposição.

O art. 2º do Projeto, a propósito, acrescenta o inciso XIII ao art.
11 da Lei de Improbidade Administrativa, para prever a conduta de “dar
causa a perda de recurso público oriundo de transferência federal ou
internacional aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios, ou retardar
a sua aplicação” como ato de improbidade administrativa.

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –
Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centi
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

O art. 3º determina a vigência imediata.

Na justificação, o Autor cita o exemplo do gestor público, adversário político do parlamentar autor da emenda individual impositiva, que procura inviabilizar o objeto a ser realizado, por meio de omissões reiteradas e injustificadas, até obrigar o ente federativo beneficiado a devolver o recurso público à União.

O Autor também observa que a perda ou o retardo na aplicação dos recursos públicos decorrentes de emendas individuais impositivas gera inequívoco prejuízo ao erário público, mas que a exigência da prova do dolo específico de lesionar o erário público pode tornar a repressão legal dessa conduta praticamente inviável.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Após esta Comissão, a matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

II – ANÁLISE

De acordo com a alínea I [letra “ele”] do inciso I do art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes ao combate à corrupção.

O intuito do Projeto é prever, como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, a perda de recursos públicos decorrentes de transferências voluntárias da União ou de instituições internacionais, ou o retardo na sua aplicação.

As transferências federais discricionárias em favor dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios criam, para Governadores e Prefeitos, a obrigação de aplicar esses recursos públicos com observância dos princípios constitucionais da administração pública.

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –
Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centi
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Ocorre que alguns gestores públicos, por razões de natureza política, partidária ou mesmo pessoal, em afronta aos princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência, postergam ou inviabilizam a aplicação dos recursos recebidos, a ponto de ensejar sua devolução, tudo isso para que um adversário ou desafeto não receba os créditos da população por uma obra ou serviço público.

Por esse motivo, é meritório prever tal conduta como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, exigindo-se apenas o dolo eventual (quando o agente prevê a possibilidade de um resultado danoso para sua ação, mas assume o risco de provocá-lo), já que a prova do dolo específico seria muito difícil.

Ressalte-se, aliás, a absoluta necessidade de modificação da lei atual, já que os tipos do art. 11 da Lei de Improbidade tornaram-se um rol taxativo; logo, a mazela que o Projeto visa a reprimir hoje constitui conduta atípica para fins de improbidade, o que reclama a urgente atuação do Parlamento a fim de suprir esta lacuna.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 511, de 2023.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –
Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centi
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CSP, 15/08/2023 às 11h - 26ª, Extraordinária
Comissão de Segurança Pública

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
SERGIO MORO	PRESENTE	1. PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE
EFRAIM FILHO	PRESENTE	2. IVETE DA SILVEIRA	
EDUARDO BRAGA		3. STYVENSON VALENTIM	
RENAN CALHEIROS		4. LEILA BARROS	PRESENTE
MARCOS DO VAL	PRESENTE	5. IZALCI LUCAS	PRESENTE
WEVERTON		6. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
ALESSANDRO VIEIRA		7. CARLOS VIANA	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
OMAR AZIZ		1. LUCAS BARRETO	PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE	2. ELIZIANE GAMA	
OTTO ALENCAR		3. ANGELO CORONEL	PRESENTE
VAGO		4. NELSON TRAD	PRESENTE
ROGÉRIO CARVALHO		5. JACQUES WAGNER	
FABIANO CONTARATO	PRESENTE	6. AUGUSTA BRITO	PRESENTE
JORGE KAJURU		7. ANA PAULA LOBATO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE	1. ASTRONAUTA MARCOS PONTES	PRESENTE
JORGE SEIF		2. MAGNO MALTA	
EDUARDO GIRÃO		3. JAIME BAGATTOLI	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE	1. DAMARES ALVES	PRESENTE
HAMILTON MOURÃO	PRESENTE	2. LUIS CARLOS HEINZE	

Não Membros Presentes

RODRIGO CUNHA
ZENAIDE MAIA
PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 511/2023)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É DESIGNADO COMO RELATOR "AD HOC" O SENADOR HAMILTON MOURÃO. ENCERRADA A DISCUSSÃO, COLOCADO EM VOTAÇÃO, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER, FAVORÁVEL AO PROJETO.

15 de agosto de 2023

Senador SÉRGIO PETECÃO

Presidente da Comissão de Segurança Pública



Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3922, DE 2023

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda o aporte de capital realizado em startups.

AUTORIA: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3922/2023 [1 de 6]



PROJETO DE LEI Nº DE 2023

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para permitir que seja deduzida da base de cálculo do Imposto sobre a Renda o aporte de capital realizado em startups.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução do aporte de capital de investidores-anjo em microempresa ou empresa de pequeno porte da base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e física.

Art. 2º A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescida de art. 12-A com a seguinte redação:

“Art. 12-A. Poderão ser deduzidos da base de cálculo do Imposto sobre a Renda, em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou no lucro presumido, os recursos financeiros aportados na forma do art. 61-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que permaneçam por, no mínimo, dois anos seguidos à disposição da sociedade investida.

§ 1º A dedução de que trata o *caput* não poderá exceder 2% (dois por cento) do imposto de renda devido, com observância adicional do limite total de deduções de que trata o inciso II do art. 6º da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 2º Não darão direito à dedução os aportes realizados em sociedade investida com as vinculações previstas no art. 23 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, considerando-se como residência ou



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9123511488>

Avulso do PL 3922/2023 [2 de 6]



domicílio no Brasil a referência contida naquele dispositivo a residência ou a domicílio no exterior.

§ 3º A pessoa jurídica investidora e a sociedade investida deverão manter controles que permitam verificar a correta apuração da dedução.

§ 4º Sempre que se apure que a pessoa jurídica investidora não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir qualquer condição prevista neste artigo, será cobrado o imposto acrescido de juros de mora e com imposição da penalidade cabível.” (NR)

Art. 3º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“**Art. 12.**

IX – os recursos financeiros aportados na forma do art. 61-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, desde que permaneçam por, no mínimo, dois anos seguidos à disposição da sociedade investida;

.....” (NR)

Art. 4º O art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 22.** A soma das deduções a que se referem os incisos I a III e IX do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em 24 de fevereiro de 2021, o Plenário do Senado Federal aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 146, de 2019, que institui o marco legal das *startups* e do empreendedorismo inovador; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 6.404, de 15 de dezembro de



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9123511488>

Avulso do PL 3922/2023 [3 de 6]



1976, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

O projeto, de iniciativa do Deputado Federal JHC, constitui um grande passo em direção à criação de um ambiente de negócios mais favorável ao surgimento e desenvolvimento de *startups* no Brasil. Contudo, no âmbito das discussões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, um importante componente do projeto original se perdeu: a possibilidade de dedução do investimento feito em *startups* da base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e física.

Conforme destaca o autor do projeto em sua justificação, *diversos países têm mecanismos de apoio às empresas startups, como Estados Unidos, França, Inglaterra, Singapura, Israel, Itália, Portugal, Espanha, e Argentina. As modalidades de incentivos praticadas no exterior consistem em: dedução dos investimentos no IRPJ e IRPF (e das perdas, aplicável); isenção ou redução de pagamento de imposto de renda sobre ganho de capital; financiamento conjunto público/privado da atividade empresarial inovadora; concessão de crédito tributário; baixa tributação sobre a atividade empresarial empreendedora e produtiva; disponibilização de capital e infraestrutura.*

Não se trata, portanto, de um “jabuti” ou uma invencionice brasileira. Pelo contrário, a dedução dos investimentos em *startup* do imposto de renda de pessoas jurídicas e físicas, que propomos neste projeto de lei, constitui mais um passo de suma importância para alinhar a legislação nacional ao que existe de mais moderno, mundo afora, no tocante à promoção de um ambiente de negócios fértil para as *startups*.

Ademais, trata-se de iniciativa plenamente coerente com o disposto no art. 218 da Constituição Federal, segundo o qual cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares a esta relevante proposição.

Sala das Sessões,



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9123511488>

Avulso do PL 3922/2023 [4 de 6]



4

SF/23468.89392-11

Senador CARLOS VIANA



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9123511488>

Avulso do PL 3922/2023 [5 de 6]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art218
- Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; Estatuto da Micro e Pequena Empresa; Lei do Simples Nacional; Lei do Supersimples - 123/06
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2006;123>
 - art61-1
- urn:lex:br:federal:lei.complementar:2019;146
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei.complementar:2019;146>
- Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976 - Lei das Sociedades Anônimas; Lei das S.A.; Lei das S/A; Lei das Sociedades por Ações; Lei das Companhias por Ações - 6404/76
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1976;6404>
- Lei nº 7.713, de 22 de Dezembro de 1988 - Legislação Tributária Federal - 7713/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1988;7713>
- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custeio da Previdência Social - 8212/91
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>
- Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9249/95
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995;9249>
- Lei nº 9.250, de 26 de Dezembro de 1995 - Legislação Tributária Federal - 9250/95
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1995;9250>
 - art12
 - art12_cpt_inc1
 - art12_cpt_inc3
 - art12_cpt_inc9
- Lei nº 9.430, de 27 de Dezembro de 1996 - Lei do Ajuste Tributário - 9430/96
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1996;9430>
 - art23
- Lei nº 9.532, de 10 de Dezembro de 1997 - LEI-9532-1997-12-10 - 9532/97
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1997;9532>
 - art6_cpt_inc2
 - art22
- Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 - Lei do Bem - 11196/05
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2005;11196>



Projetos de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 83, DE 2023

Autoriza o Município de Aracaju – SE a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o New Development Bank (NDB), no valor total de US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)

Avulso do PRS 83/2023 [1 de 13]



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

Autoriza o Município de Aracaju – SE a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o New Development Bank (NDB), no valor total de US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Aracaju – SE autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o New Development Bank (NDB), no valor total de US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Aracaju Cidade do Futuro”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor:** Município de Aracaju – SE;

II – **credor:** New Development Bank (NDB);

III – **garantidor:** República Federativa do Brasil;

IV – **valor:** US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América);



V – **valor da contrapartida**: US\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

VI – **juros**: taxa SOFR (*secured overnight financing rate*) acrescida de *spread* variável divulgado periodicamente pelo Banco;

VII – **atualização monetária**: variação cambial;

VIII – **liberações previstas**: US\$ 12.604.999,99 em 2023; US\$ 12.640.798,36 em 2024; US\$ 26.355.603,88 em 2025; US\$ 17.749.301,06 em 2026; e US\$ 14.649.296,71 em 2027;

IX – **aportes estimados de contrapartida**: US\$ 16.258.565,50 em 2023; US\$ 4.163.166,60 em 2024; US\$ 495.666,60 em 2025; e US\$ 82.601,30 em 2026;

X – **prazo total**: até 288 (duzentos e oitenta e oito) meses;

XI – **prazo de carência**: 65 (sessenta e cinco) meses, podendo chegar ao máximo de 66 (sessenta e seis) meses;

XII – **prazo de amortização**: 222 (duzentos e vinte e dois) meses;

XIII – **periodicidade de pagamento dos juros e amortizações**: semestral;

XIV – **sistema de amortização**: constante;

XV – **comissão de abertura (*front-end fee*)**: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do financiamento;

XVI – **comissão de compromisso**: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado;

XVII – **juros de mora**: 0,5% (cinquenta centésimos por cento) ao ano acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Aracaju – SE na operação de crédito externo referida nesta Resolução.



Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007; e

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Aracaju – SE e a União, sob a forma de vinculação das cotas de participação do Município na arrecadação da União, segundo o estabelecido nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, também da Constituição Federal, e outras em direito admitidas;

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 52, de 2023, da Presidência da República (nº 344, de 20 de julho de 2023, na origem), que *solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 84,000,000.00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Aracaju, Estado de Sergipe, e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa Aracaju Cidade do Futuro”*.

RELATOR: Senador **LAÉRCIO OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

É submetida à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, a Mensagem nº 52, de 2023, da Presidência da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Município de Aracaju, Estado de Sergipe, e o New Development Bank (NDB), no valor de US\$ 84.000.000,00.

As operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios subordinam-se à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. As operações de crédito externo, em particular, estão sujeitas a autorização específica do Senado Federal, nos termos do art. 28 da Resolução nº 43, de 2001.

Por sua vez, a concessão de garantias pela União subordina-se ao cumprimento dos limites e condições estabelecidos na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal com as alterações introduzidas pela Resolução nº 41, de 2009, e também estão sujeitas a autorização específica do Senado Federal.



Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Aracaju Cidade do Futuro”. O programa terá o valor total de US\$ 105 milhões, sendo US\$ 84 milhões financiados pelo NDB e US\$ 21 milhões como contrapartida do Município de Aracaju.

O Programa proposto tem o objetivo geral de promover a melhoria no espaço urbano e nas condições socioambientais com ações de saneamento e de mobilidade, impactando de forma positiva na saúde e na segurança da população, com vistas a sua inclusão social e ao desenvolvimento econômico e sustentável das áreas de intervenção.

O Programa tem os seguintes objetivos específicos: a) reduzir em 22% os pontos de alagamentos do município, por meio de obras de drenagem; b) reduzir em 30% as áreas de inundação do município, por meio de obras de drenagem; c) ampliar em 5% a extensão da Rede de Esgotamento Sanitário Urbano, por meio de obras de saneamento integrado, mitigando os impactos causados pela falta de saneamento básico às populações mais carentes do município; d) recuperar e pavimentar em torno de 40 km de vias do município elencadas na proposta.

As ações a serem implementadas no âmbito do Programa visam melhorar a mobilidade urbana, o saneamento e o desenvolvimento urbano e sustentável, beneficiando diretamente a população aracajuana, estimada em 664.908 habitantes, segundo o IBGE (2020). Indiretamente, beneficiará a população dos municípios que fazem parte da região metropolitana, dentre eles: São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro, totalizando cerca de 307.729 habitantes, também segundo o IBGE (2020).

II – ANÁLISE

Como salientado, a operação de crédito pretendida será contratada pelo Município Aracaju, no valor de US\$ 84.000.000,00, e destina-se ao financiamento parcial do “Programa Aracaju Cidade do Futuro”.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu o Parecer SEI N° 1607/2023/MF, de 30 de maio de 2023, favorável ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

No parecer, são fornecidas informações acerca da situação do Município de Aracaju no que diz respeito ao cumprimento das condições e exigências de natureza financeira e processual, estipuladas nas Resoluções n°s 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições



constantes da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que estabelece os limites e condições para que a União possa conceder garantias em operações de crédito.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas nas resoluções supracitadas, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) O referido Programa foi autorizado pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), conforme a Resolução nº 8, de 29 de abril de 2021, no valor de US\$ 84.000.000,00 provenientes do NDB, com contrapartida de no mínimo 20% do valor total do Programa.

b) A contratação da operação de crédito foi deferida pelo supracitado Parecer, que considerou terem sido atendidos os requisitos mínimos previstos na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, em especial, quanto aos limites de endividamento do Município de Aracaju. Foram atendidas também as demais condições estabelecidas no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

c) Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do plano plurianual e da lei orçamentária anual, é informado que os investimentos previstos no programa mencionado constam do atual Plano Plurianual do Município de Aracaju.

d) A Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Aracaju, contempla dotações para a execução do Programa no exercício em curso. Constam desse orçamento dotações relativas à receita da operação de crédito externo, aporte de contrapartida e despesa com encargos da dívida.

e) A STN também verificou que há previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município de Aracaju. Para tanto, o Poder Executivo está autorizado a vincular as receitas previstas nos arts. 156, 158 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

f) É possível atender a esse pleito de garantia, pois são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas pelo Município de Aracaju à União, caso essa venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação.

g) Há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48, de 2007, já que o



saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 24,4% da Receita Corrente Líquida (RCL), de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 3º quadrimestre de 2022, portanto abaixo do limite de 60% da RCL.

h) O Município de Aracaju encontra-se adimplente com a União, relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela concedidos ou garantias por ela honradas.

i) A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (CAUC), por ocasião da assinatura do contrato de contragarantia, conforme prevê a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007.

j) Segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota Técnica SEI nº 493/2023/ME, de 20 de abril de 2023, o Município de Aracaju foi classificado na **categoria “B”**, o que indica situação fiscal forte e risco de crédito baixo, suficiente para recebimento da garantia da União.

k) O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TB124404.

A Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP/STN) manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, destacando que o custo efetivo da operação foi apurado em 4,80% a.a. para uma *duration* de 11,33 anos e encontra-se abaixo do custo de captação soberano de 6,55% a.a para a mesma *duration*.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI Nº 1794/2023/MF, de 4 de julho de 2023. No exame das cláusulas da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie. Em especial, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, ou contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

III – VOTO



Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Município de Aracaju – SE encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

Autoriza o Município de Aracaju – SE a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o New Development Bank (NDB), no valor total de US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Aracaju – SE autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o New Development Bank (NDB), no valor total de US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Aracaju Cidade do Futuro”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor:** Município de Aracaju – SE;

II – **credor:** New Development Bank (NDB);

III – **garantidor:** República Federativa do Brasil;

IV – **valor:** US\$ 84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América);



V – **valor da contrapartida**: US\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

VI – **juros**: taxa SOFR (*secured overnight financing rate*) acrescida de *spread* variável divulgado periodicamente pelo Banco;

VII – **atualização monetária**: variação cambial;

VIII – **liberações previstas**: US\$ 12.604.999,99 em 2023; US\$ 12.640.798,36 em 2024; US\$ 26.355.603,88 em 2025; US\$ 17.749.301,06 em 2026; e US\$ 14.649.296,71 em 2027;

IX – **aportes estimados de contrapartida**: US\$ 16.258.565,50 em 2023; US\$ 4.163.166,60 em 2024; US\$ 495.666,60 em 2025; e US\$ 82.601,30 em 2026;

X – **prazo total**: até 288 (duzentos e oitenta e oito) meses;

XI – **prazo de carência**: 65 (sessenta e cinco) meses, podendo chegar ao máximo de 66 (sessenta e seis) meses;

XII – **prazo de amortização**: 222 (duzentos e vinte e dois) meses;

XIII – **periodicidade de pagamento dos juros e amortizações**: semestral;

XIV – **sistema de amortização**: constante;

XV – **comissão de abertura (*front-end fee*)**: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do financiamento;

XVI – **comissão de compromisso**: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado;

XVII – **juros de mora**: 0,5% (cinquenta centésimos por cento) ao ano acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Aracaju – SE na operação de crédito externo referida nesta Resolução.



Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007; e

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Aracaju – SE e a União, sob a forma de vinculação das cotas de participação do Município na arrecadação da União, segundo o estabelecido nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, também da Constituição Federal, e outras em direito admitidas;

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença
CAE, 15/08/2023 às 09h - 28ª, Extraordinária
Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
ALAN RICK	PRESENTE	1. SERGIO MORO	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. EFRAIM FILHO	PRESENTE
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	3. DAVI ALCOLUMBRE	
EDUARDO BRAGA		4. JADER BARBALHO	
RENAN CALHEIROS		5. GIORDANO	
FERNANDO FARIAS	PRESENTE	6. FERNANDO DUEIRE	
ORIOVISTO GUIMARÃES		7. MARCOS DO VAL	PRESENTE
CARLOS VIANA	PRESENTE	8. WEVERTON	
CID GOMES	PRESENTE	9. PLÍNIO VALÉRIO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
VANDERLAN CARDOSO		1. FLÁVIO ARNS	
IRAJÁ		2. MARGARETH BUZETTI	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	3. NELSONHO TRAD	PRESENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	4. LUCAS BARRETO	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	6. PAULO PAIM	PRESENTE
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	7. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
TERESA LEITÃO		8. JAKES WAGNER	PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE	9. DANIELLA RIBEIRO	
VAGO		10. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MAURO CARVALHO JUNIOR	PRESENTE	1. JAIME BAGATTOLI	
ROGERIO MARINHO	PRESENTE	2. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE
WILDER MORAIS		3. MAGNO MALTA	
EDUARDO GOMES		4. ROMÁRIO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIRO NOGUEIRA		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	2. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. DAMARES ALVES	

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 52/2023)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CAE, FAVORÁVEL, NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

15 de agosto de 2023

Senador ANGELO CORONEL

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 84, DE 2023

Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor total de US\$ 129.500.000,00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)

Avulso do PRS 84/2023 [1 de 16]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº, DE 2023

Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor total de US\$ 129.500.000,00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) autorizado a contratar operação de crédito externo com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor total de US\$ 129.500.000,00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do projeto “Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

II – **credor:** Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA);

III – **garantidor:** República Federativa do Brasil;

IV – **valor:** US\$ 129.500.000,00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América); sendo US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de empréstimo FIDA; US\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de empréstimo GCF; e US\$ 34.500.000,00 (trinta e quatro milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) de doação do GCF;





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

V – **valor da contrapartida:** US\$ 73.000.000,00 (setenta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

Empréstimo FIDA:

VI – **prazo de desembolso:** 60 (sessenta) meses, a partir do início da vigência do Contrato de Empréstimo;

VII – **cronograma de desembolso:** US\$ 4.761.112,04 em 2024; US\$ 8.397.646,67 em 2025; US\$ 8.725.404,29 em 2026; US\$ 5.931.111,50 em 2027; e US\$ 2.184.725,50 em 2028;

VIII – **prazo de carência:** 36 (trinta e seis) meses, a contar da data em que todas as condições precedentes ao desembolso foram cumpridas;

IX – **amortização:** 96 (noventa e seis) meses;

X – **prazo total:** 132 (cento e trinta e dois) meses;

XI – **juros:** a taxa de juros equivale à Taxa de Juros de Referência do FIDA mais um *spread* fixo, pagável semestralmente; a Taxa de Juros de Referência do FIDA atualmente é a SOFR (*secured overnight financing rate*);

XII – **comissão de crédito:** não há;

XIII – **periodicidade:** semestral - os pagamentos do principal e juros deverão ocorrer em 15 de dezembro e 15 de junho;

Empréstimo GCF:

XIV – **prazo de desembolso:** 60 (sessenta) meses, a partir do início da vigência do Contrato de Empréstimo;

XV – **cronograma de desembolso:** US\$ 10.315.742,74 em 2024; US\$ 18.194.901,12 em 2025; US\$ 18.905.042,62 em 2026; US\$ 12.850.741,59 em 2027; e US\$ 4.733.571,93 em 2028;





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

XVI – **prazo de carência**: 60 (sessenta) meses, a partir do início da vigência do Contrato de Empréstimo;

XVII – **amortização**: 180 (cento e oitenta) meses;

XVIII – **amortização do principal**: parcelas iguais semestrais a partir do final do período de carência;

IXX – **prazo total**: 240 (duzentos e quarenta) meses;

XX – **juros**: a taxa de juros é fixa e equivale a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; não haverá carência para pagamento de juros;

XXI – **taxa de serviço**: o empréstimo GCF estará sujeito a uma taxa de serviço de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano sobre o valor principal; não haverá período de carência para o pagamento da taxa de serviço;

XXII – **comissão de crédito**: percentual equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano a ser cobrado sobre o saldo não desembolsado;

XXIII – **periodicidade**: semestral - os pagamentos do principal, juros, taxa de serviço e comissão de crédito deverão ocorrer em 15 de dezembro e 15 de junho.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de financiamento.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



2



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei nº 6040, de 2019, sobre a Mensagem nº 47, de 2023, da Presidência da República (nº 325, de 12 de julho de 2023, na origem), que solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor total equivalente a US\$ 129,500,000.00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, cujos recursos destinam-se ao financiamento do projeto “Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste”.

Relatora: Senadora **AUGUSTA BRITO**

I – RELATÓRIO

É submetida à apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 47, de 2023, da Presidência da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo entre Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor total de US\$ 129.500.000,00.

As operações de crédito interno e externo da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público subordinam-se aos limites globais estipulados pela Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e alterações posteriores. As operações de crédito externo, em





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

particular, estão sujeitas a autorização específica do Senado Federal, nos termos do art. 11 dessa Resolução.

Por sua vez, a concessão de garantias pela União subordina-se ao cumprimento dos limites e condições estabelecidos na mesma Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e também estão sujeitas a autorização específica do Senado Federal.

Os recursos dessa operação de crédito externo destinam-se ao financiamento parcial do projeto “Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste” (Sertão Vivo). O projeto terá o valor total de US\$ 202,5 milhões, sendo US\$ 129,5 milhões financiados pelo FIDA e US\$ 73 milhões como contrapartida do BNDES e dos estados nos quais o projeto será implementado.

Do valor total financiado pelo FIDA, US\$ 30 milhões serão providos pelo FIDA (IFAD Loan); US\$ 65 milhões pelo FIDA/Green Climate Fund – GCF (GCF Loan); e US\$ 34,5 milhões sob a forma de doação, pelo FIDA/Green Climate Fund – GCF (GCF Grant).

O projeto “Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste” constitui-se em parceria entre BNDES e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). O projeto busca integrar as políticas climáticas com programas de gestão da água, adoção de práticas sustentáveis e redução da pobreza para melhorar os serviços ecossistêmicos e apoiar os agricultores familiares na adaptação aos estressores climáticos.

O projeto tem como objetivo transformar os sistemas produtivos dos agricultores familiares no semiárido, aumentando sua produção e, ao mesmo tempo, melhorando sua capacidade de enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. O projeto resultará em sistemas agrícolas produtivos resilientes que desempenhem funções ecossistêmicas restauradoras, que, por sua vez, aumentam e estabilizam a renda familiar e a segurança alimentar, ao mesmo tempo que incentivam as gerações jovens a permanecerem nas áreas rurais.

A localização geográfica das atividades do projeto será a região do semiárido nordestino, cujo bioma predominante é a caatinga. Trata-se da





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

região semiárida mais populosa do mundo e a população local está entre as mais pobres do país - 53,2% de todos os brasileiros em extrema pobreza vivem no Nordeste (9,48 milhões de pessoas), e a região abrange 32,7% municípios com alta vulnerabilidade alimentar e nutricional (um total de 52 cidades).

O Estado do Ceará, por exemplo, tem um grande potencial para recebimento desses recursos, uma vez que é formado por 184 municípios, dos quais 175 estão no semiárido (95% do total), representando uma população de mais de 5,8 milhões de habitantes.

O público-alvo do projeto são agricultores familiares em situação de pobreza ou de extrema pobreza, localizados em municípios do Nordeste brasileiro.

A estimativa inicial é de que o projeto: (i) apoie cerca de 250 mil famílias de agricultores, em aproximadamente 200 municípios – cerca de 1 milhão de pessoas, das quais 40% serão mulheres e 50% jovens; (ii) implemente 84 mil hectares de sistemas produtivos resilientes (sistemas agroflorestais para agricultura familiar, áreas coletivas e escolas); (iii) reduza as emissões de carbono em aproximadamente 11 milhões toneladas de CO2 equivalente em 20 anos; (iv) implemente 36 mil sistemas para acesso a água (entre cisternas, reuso de águas cinzas e tratamento biológico de esgoto); (v) seja um modelo de referência para outras regiões áridas do mundo.

II – ANÁLISE

Como salientado, a operação de crédito pretendida será contratada pelo BNDES junto ao FIDA, no valor total de US\$ 129.500.000,00, e destina-se ao financiamento parcial do projeto “Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste”.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu o Parecer SEI Nº 1821/2023/MF, de 12 de junho de 2023, onde conclui não haver óbice à contratação da operação de crédito em análise, condicionando a celebração do acordo à verificação do grau de cumprimento das condições de efetividade do contrato, mediante, inclusive, manifestação prévia do credor.





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, aplicáveis à operação pretendida, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) O referido projeto foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), conforme a Resolução nº 01/0137, de 17 de setembro de 2019.

b) A contratação da operação de crédito foi deferida pelo supracitado Parecer, que considerou terem sido atendidos os requisitos mínimos previstos na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, em especial, quanto aos limites de endividamento da União. Foram atendidas também as demais condições estabelecidas no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

c) Relativamente à exigência de que a operação conste da Lei Orçamentária Anual, a Diretoria de Orçamento e de Informações de Estatais (DEORE), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), informou que o montante de desembolso estimado para o ano de 2024, no valor total de US\$ 15.076.854,78, referente aos empréstimos serem providos pelo FIDA e GCF, serão considerados como previsão de captações com organismos multilaterais no Programa de Dispêndios Globais do BNDES de 2024.

d) Por tratar-se de operação de crédito de entidade cujo capital pertence integralmente à União, não serão exigidas contragarantias, conforme art. 40, § 1º, I, da LRF.

e) Há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48, de 2007, já que o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 23,26% da Receita Corrente Líquida (RCL), de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 1º quadrimestre de 2023, portanto abaixo do limite de 60% da RCL.

f) A Coordenação-Geral de Execução e Controle de Operações Fiscais (COGEF/STN) informou que o BNDES se encontra, até o momento,





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

adimplente com suas obrigações decorrentes dos contratos controlados por esta Coordenação.

g) Segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota Técnica SEI nº 930/2023/MF, de 5 de junho de 2023, a Coordenação- Geral de Participações Societárias (COPAR/STN) informa que o BNDES apresenta boa situação econômico-financeira e Índice de Basileia de 34,57%, em 31 de dezembro de 2022, sendo classificado na categoria “A”.

h) O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TB080070.

O custo efetivo médio da operação deverá ser equivalente a 7,32% a.a. e uma *duration* de 7,32 anos para o empréstimo com a FIDA, e de 1,43% a.a. e uma *duration* de 10,40 anos para o empréstimo com a GFC. Considerando o custo de captação do Tesouro no mercado internacional para os mesmos prazos de, respectivamente, 6,05% e 6,64% a.a., o custo da operação em análise encontra-se em patamares aceitáveis pela STN.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI Nº 1870/2023/MF, de 27 de junho de 2023. No exame das cláusulas da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie. Em especial, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, ou contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

III – VOTO

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº, DE 2023

Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor total de US\$ 129.500.000,00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) autorizado a contratar operação de crédito externo com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), no valor total de US\$ 129.500.000,00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do projeto “Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – **devedor:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

II – **credor:** Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA);

III – **garantidor:** República Federativa do Brasil;

IV – **valor:** US\$ 129.500.000,00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América); sendo US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de empréstimo FIDA; US\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) de empréstimo GCF; e US\$ 34.500.000,00 (trinta e quatro milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) de doação do GCF;





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

V – **valor da contrapartida:** US\$ 73.000.000,00 (setenta e três milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

Empréstimo FIDA:

VI – **prazo de desembolso:** 60 (sessenta) meses, a partir do início da vigência do Contrato de Empréstimo;

VII – **cronograma de desembolso:** US\$ 4.761.112,04 em 2024; US\$ 8.397.646,67 em 2025; US\$ 8.725.404,29 em 2026; US\$ 5.931.111,50 em 2027; e US\$ 2.184.725,50 em 2028;

VIII – **prazo de carência:** 36 (trinta e seis) meses, a contar da data em que todas as condições precedentes ao desembolso foram cumpridas;

IX – **amortização:** 96 (noventa e seis) meses;

X – **prazo total:** 132 (cento e trinta e dois) meses;

XI – **juros:** a taxa de juros equivale à Taxa de Juros de Referência do FIDA mais um *spread* fixo, pagável semestralmente; a Taxa de Juros de Referência do FIDA atualmente é a SOFR (*secured overnight financing rate*);

XII – **comissão de crédito:** não há;

XIII – **periodicidade:** semestral - os pagamentos do principal e juros deverão ocorrer em 15 de dezembro e 15 de junho;

Empréstimo GCF:

XIV – **prazo de desembolso:** 60 (sessenta) meses, a partir do início da vigência do Contrato de Empréstimo;

XV – **cronograma de desembolso:** US\$ 10.315.742,74 em 2024; US\$ 18.194.901,12 em 2025; US\$ 18.905.042,62 em 2026; US\$ 12.850.741,59 em 2027; e US\$ 4.733.571,93 em 2028;





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

XVI – **prazo de carência**: 60 (sessenta) meses, a partir do início da vigência do Contrato de Empréstimo;

XVII – **amortização**: 180 (cento e oitenta) meses;

XVIII – **amortização do principal**: parcelas iguais semestrais a partir do final do período de carência;

IXX – **prazo total**: 240 (duzentos e quarenta) meses;

XX – **juros**: a taxa de juros é fixa e equivale a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano; não haverá carência para pagamento de juros;

XXI – **taxa de serviço**: o empréstimo GCF estará sujeito a uma taxa de serviço de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao ano sobre o valor principal; não haverá período de carência para o pagamento da taxa de serviço;

XXII – **comissão de crédito**: percentual equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano a ser cobrado sobre o saldo não desembolsado;

XXIII – **periodicidade**: semestral - os pagamentos do principal, juros, taxa de serviço e comissão de crédito deverão ocorrer em 15 de dezembro e 15 de junho.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de financiamento.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;



10



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

SF/23888.60441-09

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





Senado Federal

11

Relatório de Registro de Presença
CAE, 15/08/2023 às 09h - 28ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco Parlamentar Democracia (PDT, MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
TITULARES		SUPLENTE	
ALAN RICK	PRESENTE	1. SERGIO MORO	
PROFESSORA DORINHA SEABRA	PRESENTE	2. EFRAIM FILHO	PRESENTE
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	3. DAVI ALCOLUMBRE	
EDUARDO BRAGA		4. JADER BARBALHO	
RENAN CALHEIROS		5. GIORDANO	
FERNANDO FARIAS	PRESENTE	6. FERNANDO DUEIRE	
ORIOVISTO GUIMARÃES		7. MARCOS DO VAL	PRESENTE
CARLOS VIANA	PRESENTE	8. WEVERTON	
CID GOMES	PRESENTE	9. PLÍNIO VALÉRIO	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	10. RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
VANDERLAN CARDOSO		1. FLÁVIO ARNS	
IRAJÁ		2. MARGARETH BUZETTI	PRESENTE
OTTO ALENCAR	PRESENTE	3. NELSONHO TRAD	PRESENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	4. LUCAS BARRETO	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	5. ALESSANDRO VIEIRA	
ROGÉRIO CARVALHO	PRESENTE	6. PAULO PAIM	PRESENTE
AUGUSTA BRITO	PRESENTE	7. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
TERESA LEITÃO		8. JAQUES WAGNER	PRESENTE
SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE	9. DANIELLA RIBEIRO	
VAGO		10. VAGO	

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
TITULARES		SUPLENTE	
MAURO CARVALHO JUNIOR	PRESENTE	1. JAIME BAGATTOLI	
ROGERIO MARINHO	PRESENTE	2. FLÁVIO BOLSONARO	PRESENTE
WILDER MORAIS		3. MAGNO MALTA	
EDUARDO GOMES		4. ROMÁRIO	

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
TITULARES		SUPLENTE	
CIRO NOGUEIRA		1. ESPERIDIÃO AMIN	PRESENTE
TEREZA CRISTINA	PRESENTE	2. LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE
MECIAS DE JESUS	PRESENTE	3. DAMARES ALVES	

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 47/2023)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL, NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

15 de agosto de 2023

Senador ANGELO CORONEL

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Avulso do PRS 84/2023 [16 de 16]



MENSAGEM Nº 47, DE 2023

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor total equivalente a US\$ 129,500,000.00 (cento e vinte e nove milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, cujos recursos destinam-se ao financiamento do projeto “Semeando Resiliência Climática em Comunidades Rurais no Nordeste”.

Encerrada a instrução da matéria, que concluiu pela apresentação do Projeto de Resolução nº 84, de 2023.

O projeto ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

Prazo: de 17/8/2023 a 23/8/2023.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 711, DE 2023

Requer a retirada de tramitação do PL 4414/2021.

AUTORIA: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 711/2023 [1 de 2]





SENADO FEDERAL

SF/23364.05242-23 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PL 4414/2021, que “altera o art. 30 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, de maneira que os estabelecimentos de ensino fiquem dispensados de contribuir para o Serviço Social do Comércio (SESC)”.

Sala das Reuniões, 15 de agosto de 2023.

Senador Oriovisto Guimarães
(PODEMOS - PR)



Assinado eletronicamente por Sen. Oriovisto Guimarães

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9691859800>

Avulso do RQS 711/2023 [2 de 2]



Foi apresentado Requerimento nº 711, de 2023, do Senador Oriovisto Guimarães, de retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei nº 4.414, de 2021.

A Presidência defere o Requerimento e encaminha o Projeto de Lei nº 4.414, de 2021, ao Arquivo.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 712, DE 2023

Requer voto de aplauso ao Sr. Mário César de Sousa Lima, conhecido como Irmão César, pela recondução ao terceiro mandato como presidente da UMAD NORDESTE

AUTORIA: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 712/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

REQUERIMENTO Nº DE

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Sr. Mário Cézar de Sousa Lima, conhecido como Irmão Cézar, pela recondução ao terceiro mandato como presidente da UMAD NORDESTE (União de Mocidade das Assembleias de Deus no Nordeste).

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

Por ocasião da 37ª Assembleia Geral Ordinária, realizada na cidade de Maceió, entre os dias 2 e 4 de Agosto de 2023, irmão Cézar, que, com demonstrada dedicação e afincio, foi reconduzido à presidência para o seu terceiro mandato à frente da UMAD NORDESTE. Sua liderança tem sido um pilar de sustentação e inspiração, não apenas por sua capacidade de conduzir com maestria, mas, principalmente, pelo comprometimento com os princípios e valores que a União de Mocidade das Assembleias de Deus no Nordeste preconiza.

O alcance da UMAD NORDESTE, sob sua presidência, é inquestionavelmente impactante. Ao trabalhar pela união da juventude nordestina, tem sido possível testemunhar a transformação de mais de 100 mil jovens nos 9 Estados nordestinos. Estes jovens, ao participarem de seminários, palestras e, em especial, pelo encontro anual LÍDERAR NORDESTE, são



Assinado eletronicamente por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1176188265>

Avulso do RQS 712/2023 [2 de 3]



fortalecidos com conhecimento, fé e ferramentas necessárias para se tornarem agentes de mudança em suas respectivas comunidades.

Portanto, desejamos que os próximos anos sob sua liderança continuem sendo repletos de crescimento, unidade e manifestações da graça divina sobre a juventude nordestina.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2023.

Senadora Daniella Ribeiro
(PSD - PB)



Assinado eletronicamente por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1176188265>

Avulso do RQS 712/2023 [3 de 3]



Apresentado o Requerimento nº 712, de 2023, da Senadora Daniella Ribeiro, *solicitando a inserção em ata de voto de aplauso ao Sr. Mário Cézar de Sousa Lima, conhecido como Irmão Cézar, pela recondução ao terceiro mandato como presidente da UMAD NORDESTE.*

Será encaminhada cópia do referido voto ao homenageado.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 714, DE 2023

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições desta Casa, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de INÊS MARIA NEVES, bem como a apresentação de condolências à família.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Plínio Valério (PSDB/AM)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 714/2023 [1 de 2]



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de INÊS MARIA NEVES, bem como a apresentação de condolências.

JUSTIFICAÇÃO

Mãe do deputado federal e ex-governador de Minas Gerais Aécio Neves, nosso companheiro do PSDB, e filha do ex-presidente Tancredo Neves, Inês Maria Neves faleceu na última segunda-feira, 14 de agosto, em Belo Horizonte.

A bancada do PSDB no Senado Federal se solidariza com os familiares, em especial com o Deputado Aécio Neves, expressando nossos mais sinceros sentimentos, na certeza de que Deus a receberá em sua infinita bondade.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2023.

Senador Izalci Lucas
(PSDB - DF)
Líder do PSDB

Senador Plínio Valério
(PSDB - AM)



Assinado eletronicamente por Sen. Izalci Lucas e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4863385704>

Avulso do RQS 714/2023 [2 de 2]



Apresentado o Requerimento nº 714, de 2023, dos Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério, *solicitando a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de INÊS MARIA NEVES, bem como a apresentação de condolências à família.*

Serão encaminhadas condolências à família do falecido.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 723, DE 2023

Requer, nos termos regimentais, o desapensamento do PL 2467/2023 (que tramita com PL 2188/2019), que “dispõe sobre a emissão e a uniformização de passes livres para idosos e pessoas com deficiência física válida em todo território nacional”, por tratar de matéria diversa das demais proposições.

AUTORIA: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 723/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, o desapensamento do PL 2467/2023(que tramita com PL 2188/2019), que “dispõe sobre a emissão e a uniformização de passes livres para idosos e pessoas com deficiência física válida em todo território nacional”, por tratar de matéria diversa das demais proposições.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por finalidade a desapensação, do Projeto de Lei nº 2188/2019, de autoria da Senadora Leila Barros e do Projeto de Lei nº 2467/2023 de autoria do Senador Cleitinho, a fim de que tenha tramitação autônoma.

A motivação inicial para a apresentação do PL nº 2188/2019, segundo a justificativa apresentada pela autora, tem a finalidade de conceder passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, objetivando facilitar o acesso dos idosos e das pessoas com deficiência que são comprovadamente carentes ao direito às gratuidades e descontos já previstos em Lei, além disso ele altera o estatuto do idoso e a lei do passe livre interestadual para deficientes e pessoas carentes para estabelecer parâmetros mínimos de transparência e acesso ao benefício.

Por outro lado, o PL2467/2023 de nossa autoria tem a finalidade de unificar todos os cartões de passe livre garantindo melhor mobilidade e acessibilidade ao transporte público em todo território nacional para idosos e portadores de deficiência, desburocratizando e acabando com os transtornos aos



Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5845569934>

Avulso do RQS 723/2023 [2 de 3]



usuários, que tem necessidade de usar diversas carteira de identificação nos vários tipos de transportes correndo-se o risco de não utilizarem tal benefício em função de não existir um documento único válido em todo território nacional..

Dessa forma, entendemos que a desapensação do Projeto de Lei nº 2188/2019 ao Projeto de Lei 2467/2023 é necessária, por se tratar de assuntos completamente diferentes e sem nenhuma correlação entre si, conforme o que determina o regimento interno desta Casa.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2023.

Senador Cleitinho
(REPUBLICANOS - MG)
Senador



Assinado eletronicamente por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5845569934>

Avulso do RQS 723/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 724, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre o processo de registro do medicamento alfafabinafuspe para o tratamento da mucopolissacaridose tipo II (MPS II) pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 724/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Mara Gabrilli

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre o processo de registro do medicamento alfacapabinafuspe para o tratamento da mucopolissacaridose tipo II (MPS II) pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade, informações sobre o processo de registro do medicamento alfacapabinafuspe para o tratamento da mucopolissacaridose tipo II (MPS II) pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Nesses termos, requisita-se:

1. Qual a situação atual do processo de registro do medicamento alfacapabinafuspe para o tratamento da MPS II pela Anvisa?
2. A análise do pedido de registro segue os dispositivos de celeridade previstos na RDC nº 205, de 28 de dezembro de 2017?
3. Qual o prazo estimado para a conclusão da análise do referido processo de registro pelo órgão?



Assinado eletronicamente por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9893285970>

Avulso do RQS 724/2023 [2 de 4]



JUSTIFICAÇÃO

A Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) nº 205, de 28 de dezembro de 2017, da Anvisa, instituiu procedimento especial para registro sanitário de novos medicamentos para doenças raras (inciso III, art. 1º), de modo a contemplar a possibilidade de registro célere de medicamentos mediante a apresentação de estudos fase II concluídos e estudos fase III em andamento (§ 4º, art. 14).

Segundo informações da organização da sociedade civil Colabore com o Futuro, que nos entregou o documento anexo, esse é o caso do medicamento alfabinafuspe, cuja solicitação de registro foi submetida à Anvisa em dezembro de 2020, com apresentação de novos documentos em março de 2023.

Todavia, a solicitação de registro junto à Anvisa não foi objeto de decisão até o momento. O alfabinafuspe possui como principal benefício o tratamento dos efeitos neurológicos da doença, tendo em vista que os medicamentos atualmente aprovados não ultrapassam a barreira hematoencefálica e, diante disso, tal tecnologia se mostra extremamente inovadora e promissora para os brasileiros que sofrem com os efeitos graves da MPSII.

Nesse ínterim, em 2021, a Agência de Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos do Japão (PMDA) aprovou o medicamento, fato esse que traz mais segurança no processo decisório em nosso país. De acordo com a entidade, a pesquisa do medicamento, fase II, aconteceu apenas no Japão, onde já foi registrado, e no Brasil. O estudo clínico, de fase III, está acontecendo no Brasil, Estados Unidos, Espanha, Alemanha, Itália, Inglaterra e França.

Diante do exposto e em defesa do melhor interesse dos brasileiros com doenças raras, ressaltamos que não podemos furtá-los da oportunidade de se beneficiarem dos avanços da medicina, assim como também não se pode obstruir o pioneirismo da participação do Brasil nestas pesquisas clínicas tão relevantes para o mundo todo. Pela primeira vez, na área das tecnologias revolucionárias



Assinado eletronicamente por Sen. Mara Gahrili

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9893285970>

Avulso do RQS 724/2023 [3 de 4]



para doenças raras e ultrararas, nosso país sairá da condição de expectador para o protagonismo desses avanços.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 2023.

Senadora Mara Gabrilli
(PSD - SP)

SF/23206.47413-11 (LexEdit)



Assinado eletronicamente por Sen. Mara Gabrilli

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9893285970>

Avulso do RQS 724/2023 [4 de 4]



Requerimento nº 724, de 2023, da Senadora Mara Gabrilli, de informações à Ministra de Estado da Saúde.

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
PODEMOS - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
UNIÃO - Mauro Carvalho Junior** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 31 MDB-11 / UNIÃO-8 / PODEMOS-7 / PDT-3 PSDB-2

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Mauro Carvalho Junior.	UNIÃO / MT
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28

PSD-15 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP

Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 12

PL-11 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 10

PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	31
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	28
Bloco Parlamentar Vanguarda.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	10
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)
Ana Paula Lobato** (PSB-MA)
Angelo Coronel* (PSD-BA)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)
Augusta Brito** (PT-CE)
Beto Faro** (PT-PA)
Carlos Portinho* (PL-RJ)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)
Cid Gomes* (PDT-CE)
Ciro Nogueira* (PP-PI)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)
Confúcio Moura* (MDB-RO)
Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)
Daniella Ribeiro* (PSD-PB)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)
Dr. Hiran** (PP-RR)
Eduardo Braga* (MDB-AM)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)
Eduardo Gomes* (PL-TO)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)
Eliziane Gama* (PSD-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)
Fabiano Contarato* (PT-ES)
Fernando Dueire* (MDB-PE)
Fernando Farias** (MDB-AL)

Flávio Arns* (PSB-PR)
Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)
Giordano* (MDB-SP)
Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)
Humberto Costa* (PT-PE)
Irajá* (PSD-TO)
Ivete da Silveira* (MDB-SC)
Izalci Lucas* (PSDB-DF)
Jader Barbalho* (MDB-PA)
Jaime Bagattoli** (PL-RO)
Jaques Wagner* (PT-BA)
Jayme Campos* (UNIÃO-MT)
Jorge Kajuru* (PSB-GO)
Jorge Seif** (PL-SC)
Jussara Lima** (PSD-PI)
Laércio Oliveira** (PP-SE)
Leila Barros* (PDT-DF)
Lucas Barreto* (PSD-AP)
Luís Carlos Heinze* (PP-RS)
Magno Malta** (PL-ES)
Mara Gabrilli* (PSD-SP)
Marcelo Castro* (MDB-PI)
Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)
Marcos Rogério* (PL-RO)
Marcos do Val* (PODEMOS-ES)
Margareth Buzetti* (PSD-MT)
Mauro Carvalho Junior** (UNIÃO-MT)

Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Omar Aziz** (PSD-AM)
Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
Otto Alencar** (PSD-BA)
Paulo Paim* (PT-RS)
Plínio Valério* (PSDB-AM)
Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
Renan Calheiros* (MDB-AL)
Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Rogério Carvalho* (PT-SE)
Rogerio Marinho** (PL-RN)
Romário** (PL-RJ)
Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
Teresa Leitão** (PT-PE)
Tereza Cristina** (PP-MS)
Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Weverton* (PDT-MA)
Wilder Moraes** (PL-GO)
Zenaide Maia* (PSD-RN)
Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO
LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 31</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,17) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (20,26,36)</p> <p>Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (43) Confúcio Moura (34,42) Giordano (44)</p> <p>Líder do UNIÃO - 8 Efraim Filho (4,17) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Davi Alcolumbre (25) Alan Rick (27)</p> <p>Líder do PODEMOS - 7 Oriovisto Guimarães (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (23)</p> <p>Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14)</p> <p>Líder do PSDB - 2 Izalci Lucas (5)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 28</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (28)</p> <p>Líder do PSD - 15 Otto Alencar (7) Vice-Líderes do PSD Omar Aziz (30) Lucas Barreto (51)</p> <p>Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10) Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (48) Augusta Brito (49)</p> <p>Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,39) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (19)</p> <p>Líder do REDE - 1</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 12</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (50)</p> <p>Líder do PL - 11 Carlos Portinho (21) Vice-Líder do PL Jorge Seif (45)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (18,24)</p>
<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)</p> <p>Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (32)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (34,42) Daniella Ribeiro (40,41) Jorge Kajuru (8,39) Professora Dorinha Seabra (20,26,36) Randolfe Rodrigues (35) Weverton (37) Zenaide Maia (38)</p>	<p>Oposição</p> <p>Líder Rogério Marinho - PL (15) Vice-Líderes Eduardo Girão (18,24) Magno Malta (22) Eduardo Gomes (31)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,33)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (16)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Daniella Ribeiro - PSD (40,41) Vice-Líderes Margareth Buzetti (46) Jussara Lima (47)</p>

- Notas:**
- Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
 - Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Otto Alencar** foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Jorge Kajuru** foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).



9. Em 01.02.2023, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
16. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
17. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
19. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB).
20. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
21. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
22. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
23. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
24. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
25. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
26. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
29. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
30. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
31. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
32. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
33. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
34. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
35. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
42. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
43. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
44. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
45. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
46. Em 17.05.2023 a Senadora Margareth Buzetti foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
47. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
48. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitaõ foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
49. Em 18.05.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
50. Em 29.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 122/2023 - BLVANG).
51. Em 05.07.2023, o Senador Lucas Barreto foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. nº 48/2023-GLPSD).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO
VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 61 3303 3514
E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS.

Finalidade: Destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	6. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	8. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: rprado@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS ONGS

Finalidade: Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽⁹⁾

Leitura: 05/04/2023
Instalação: 14/06/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,2)	1. VAGO ^(1,2,10)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(7,8)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁷⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁷⁾	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(4,11)	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(3,5)

Notas:
1. Em 31.05.2023, os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 41/2023-BLDEM, foi retificado pelo Of. nº 45/2023-BLDEM).
2. Em 31.05.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 53/2023-BLDEM).
3. Em 31.05.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e a Senadora Tereza Cristina, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 17/2023-GABLID/BLALIAN).
4. Em 31.05.2023, os Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 91/2023-BLVANG).
5. Em 31.05.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição à Senadora Tereza Cristina, para compor a Comissão (Of. 24/2023-GABLID/BLALIAN).
6. Em 1º.06.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 107/2023-BLVANG).



7. Em 13.06.2023, os Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e as Senadoras Mara Gabrilli e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 62/2023-BLREDEM)

8. Em 13.06.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 67/2023-BLREDEM).

9. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Plínio Valério, Jaime Bagattolli e Márcio Bittar, Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2023-CPIONGS).

10. Em 20.06.2023, o Senador Marcelo Castro deixou de compor a Comissão (Of. 97/2023 - BLDEM).

11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 130/2023-BLVANG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos | Secretária-Adjunta: Renata Felix Perez

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cpionsg@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5,13)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,11,12,13)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	8. Senador Weverton (PDT-MA) ^(2,13)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(2,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(2,16)	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,13)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(4,9,10)
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(4,15,19)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁷⁾
(18)	10. (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(1,17)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	4. Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,14)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi

Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.

4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.

7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLREDEM).

8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).

9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLREDEM).

10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLREDEM).

11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).

12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).

13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luís Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN).

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

16. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 101/2023-BLDEM).

17. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

18. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 81/2023-GLMDB).

19. Em 08.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 82/2023-BLREDEM).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,6)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(3,6)
Senadora Ivete da Silva (MDB-SC) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	6. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	7. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	8. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,9)	1. (1,9)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,9)	2. (5,9)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,9)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLRESDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silva, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).

6. Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

8. Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLRESDEM).

9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPP).



10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽³⁾	1.

Notas:
1. Em 11.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
2. Em 11.08.2023, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular e o Senador Flávio Arns, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).
3. Em 11.08.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 139/2023-SACAS).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5,8)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,8,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,8)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽²⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(2,5,8,18)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,5,8)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(2,15,19)	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	9. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(2,8,12,16,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(17,18)	11. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(17,18)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽³⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ^(3,9,20)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽³⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽³⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽³⁾	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,14)
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,14)	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,10,11)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10,11)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM).
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLREDEM).
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN).
11. Em 19.06.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Dr. Hiran, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 31/2023-BLALIAN).
12. Em 22.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 102/2023-BLDEM).
13. Em 26.06.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Farias, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 103/2023-BLDEM).
14. Em 06.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 126/2023-BLVANG).
15. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 109/2023-BLDEM).
16. Em 06.07.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLDEM).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 81/2023-GLMDB).
18. Em 02.08.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular e os Senadores Izalci Lucas e Mauro Carvalho Junior, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 118/2023-BLDEM).
19. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 124/2023-BLDEM).
20. Em 08.08.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Irajá, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 81/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7. VAGO ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,13)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(1,11,16)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹²⁾
⁽¹⁷⁾	5. ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).
15. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
16. Em 11.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 129/2023-BLVANG).
17. Em 12.07.2023 foi definida pelos líderes a distribuição da vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Resistência Democrática e Vanguarda, cabendo nesta Comissão ao Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 81/2023-GLMDB).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: debater e avaliar, no prazo de cento e oitenta dias, o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).
2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,14)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,14)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(9,14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
VAGO ^(2,5,15)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	4. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,11,12)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM).
6. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
10. Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
11. Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
12. Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLD/BLALIAN).
13. Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM).

14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,6,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽³⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. VAGO ^(2,10)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).

6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

8. Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLREDEM).

9. Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM).

10. Em 19.06.2023, a Senadora Eliziane Gama deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 72/2023- BLREDEM).

11. Em 02.08.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 133/2023-BLVANG).



Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(3,14,16)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14,16)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(3,8)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)
Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(1,11,15)	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ^(5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
5. Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
8. Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
10. Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).
13. Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).

15. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

16. Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)****Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7**Telefone(s):** 3303-5919**E-mail:** cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽²⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽²⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾	6. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(2,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	8. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(2,10)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,11)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,8)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ^(1,12)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLREDEM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

12. Em 05.07.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 123/2023-BLVANG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,5)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
4. Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
5. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4282**Fax:** 3303-1627**E-mail:** cdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (4,13,16)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (10)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (3)	1. Senador Giordano (MDB-SP) (3,5)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (3,12)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) (3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (3)	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) (3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (3)	4. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) (3,5,15)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) (3,14)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (3)	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) (11,12,15)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) (2)
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) (2)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (2)	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) (2)
Senador Beto Faro (PT-PA) (2)	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) (2)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (2)	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (2)
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) (2)	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) (8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) (6)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) (1)	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) (1)
Senador Jorge Seif (PL-SC) (1)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (1,7,9)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (1)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) (1)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (1)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) (1)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (1)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).

5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).

8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM).

9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).

10. Em 05.07.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaime Bagattoli Vice-Presidente deste colegiado (Of. 36/2023-CRA).

11. Em 05.07.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 106/2023-BLDEM).

12. Em 1º.08.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).

13. Vago em 1º.08.2023, em virtude de a Senadora Soraya Thronicke deixar de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 108/2023-BLDEM).

14. Em 1º.08.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLDEM).



15. Em 02.08.2023, os Senadores Mauro Carvalho Junior e Efraim Filho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 117/2023-BLDEM).

16. Em 09.08.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Alan Rick Presidente deste colegiado (Of. 38/2023-CRA).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ⁽¹⁰⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁸⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,11)	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP).
8. Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM).
9. Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLREDEM).
10. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
11. Em 1º.08.2023, o Senador Eduardo Gomes deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 132/2023-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,10,11)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽⁷⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁷⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁷⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽⁸⁾	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁰⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁸⁾	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽⁸⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁸⁾	6. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	4. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(4,13,18)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,13,18)	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ^(4,13)
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽⁶⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(2,17)	2. VAGO ^(12,17)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(9,14)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁹⁾

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).

2. Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG).

3. Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM).

4. Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG).

7. Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).

8. Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).

9. Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN).

10. Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM).

11. Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).

12. Em 19.06.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 18/2023-BLVANG).

13. Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Paulo Paim e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDEM).

14. Em 05.07.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, em substituição à Senadora Tereza Cristina, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 33/2023-GABLID/BLALIAN).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



15. Em 05.07.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 124/2023-BLVANG).
16. Em 05.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 107/2023-BLDEM).
17. Em 10.08.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 136/2023-BLVANG).
18. Em 14.08.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLRESDM).

Secretário(a): Antônio Oscar Guimarães Lossio

E-mail: ccdd@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽²⁾	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁵⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽⁵⁾	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁶⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁶⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁶⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(6,13,14)	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,13,14)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ^(6,9)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽⁴⁾	2. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁸⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁸⁾

Notas:

- Em 13.03.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG).
- Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
- Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG).
- Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLREDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM).
- Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN).
- Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLREDEM).
- Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).
- Em 19.06.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-BLVANG).
- Em 20.06.2023, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 115/2023-BLVANG).
- Em 26.06.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular e os Senadores Teresa Leitão e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLREDEM).
- Em 14.08.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldês**Telefone(s):** 3303-3491**E-mail:** cdd@senado.leg.br

14) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(2,15)	5. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(2,15)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).

5. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM).

6. Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM).

7. Em 09.03.2023, o Sendor Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM).

8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).

9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).

10. Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).

11. Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).

12. Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP).

13. Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).



14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).

15. Em 14.08.2023, o Senador Beto Faro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 84/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
VAGO ^(2,16)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾

- Notas:**
1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLRESDM).
6. Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
8. Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLRESDM).
9. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).
10. Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).
11. Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).
12. Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM).
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(6,12)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁷⁾	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽⁷⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(3,11)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,11)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Mauro Carvalho Junior (UNIÃO-MT) ^(10,13)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁸⁾

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDM).

2. Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG).

3. Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDM).

4. Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM).

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).

7. Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).

8. Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN).

9. Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).

10. Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG).

11. Em 26.06.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim, que passa à suplência, para compor a Comissão (Of. nº 74/2023-BLRESDM).

12. Em 30.06.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 105/2023-BLDEM).

13. Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos
Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -
Telefone(s): 3303-2540
E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**12ª Eleição Geral:** 18/09/2019**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**13ª Eleição Geral:** 21/03/2023**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

TITULARES		SUPLENTEs	
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)			
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)		2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)		3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)		4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)		5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)	
Senador Weverton (PDT-MA)		6. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)			
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM)		2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)	
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)		3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)		4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)		5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)			
Senador Magno Malta (PL-ES)		1.	
Senador Jorge Seif (PL-SC)		2.	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)			
Senador Dr. Hiran (PP-RR)		1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)		2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)			

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023**Notas:**

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



9) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



12) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

